

**Patrícia Regina Schuster**

**O FUNCIONAMENTO DA METÁFORA NO DISCURSO JORNALÍSTICO  
DE REVISTA: TEMAS SINDICAIS EM *VEJA* E *REVISTA DO BRASIL***

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Área de Concentração em Comunicação Midiática, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Comunicação.**

Orientadora: Dra. Márcia Franz Amaral

Santa Maria, RS  
2016.

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Schuster, Patrícia Regina  
O FUNCIONAMENTO DA METÁFORA NO DISCURSO JORNALÍSTICO  
DE REVISTA: TEMAS SINDICAIS EM VEJA E REVISTA DO BRASIL  
/ Patrícia Regina Schuster.-2016.  
283 p.; 30cm

Orientadora: Márcia Franz Amaral  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2016

1. Análise de discurso 2. Discurso jornalístico 3.  
Figuras de linguagem 4. Metáfora 5. Revista Veja e  
Revista do Brasil I. Amaral, Márcia Franz II. Título.

**Patrícia Regina Schuster**

**O FUNCIONAMENTO DA METÁFORA NO DISCURSO JORNALÍSTICO  
DE REVISTA: TEMAS SINDICAIS EM VEJA E REVISTA DO BRASIL**

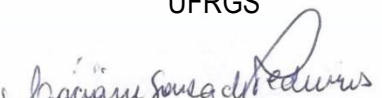
Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Área de Concentração em Comunicação Midiática, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Comunicação.**

**Aprovado em 11 de março de 2016**

  
MARCIA FRANZ AMARAL  
Presidente/Orientadora (UFSM)

  
CHRISTA BERGER  
UNISINOS

  
MARCIA BENETTI MACHADO  
UFRGS

  
CACIAME SOUZA DE MEDEIROS  
UFSM

  
VIVIANE BORELLI  
UFSM

Santa Maria, RS  
2016.

## DEDICATÓRIA

*Ao meu pai, Oscar Henrique Schuster, que teve decretado o começo  
do seu fim no dia de um começo que para mim hoje chega ao fim.*

*A minha mãe, Lourdes Teresinha Schuster.  
Ao meu companheiro, Gustavo Daniel Frey.*



## AGRADECIMENTOS

Para os que me conhecem, sabem bem o sentido da gratidão em minha vida.

Agradeço aos que dão/deram sentido a minha vida:

Oscar Henrique Schuster, meu pai (falecido no ano em que iniciei o Doutorado) e Lourdes Teresinha Schuster, minha mãe;

Agradeço aos que reforçam esse sentido:

Priscila Raquel Schuster, minha irmã, e Natália Olívia Lopes, minha sobrinha. Além delas, acrescento alguns tios e primos;

Agradeço aquele que deu e tem dado um outro sentido a minha vida, mais polissêmico, diria:

Gustavo Daniel Frey, meu companheiro;

Agradeço aquela que, pacientemente, ajudou-me a fazer com esta tese tivesse sentido:

Professora Márcia Franz Amaral, minha querida orientadora (e amiga);

Agradeço aquelas que colaboraram – inclusive, pessoalmente – como se faz para dar sentido a uma tese:

Professoras Christa Berger, Marcia Benetti, Caciane Medeiros e Viviane Borelli, que participaram da minha banca de qualificação;

Agradeço aqueles e aquelas que ao longo dessa jornada fizeram-me agregar ainda mais sentidos a minha trajetória acadêmica/profissional;

Professores(as): Ada Cristina M. Silveira, Veneza Mayora Ronsini, Cássio dos Santos Tomaim, Eugenia Mariano da Rocha Barichello, Adair Caetano Peruzzolo, Ana Luiza Coiro Moraes, Anelise Rublescki e Verli Petri. E aos sempre queridos Hélio Afonso Etges e Ângela Felippi, meus orientadores de Graduação e Mestrado; e a algumas bravas lideranças sindicais, que muito me ensinaram sobre sindicalismo.

Agradeço aqueles e aquelas que deram sentido a um dos sentimentos mais nobres entre os seres humanos: a amizade:

Célia Margit Zingler, Julian Israel Lima, Carlos Alfredo Fredrich, Sandra Depexe, Pauline Fraga – especialmente – e os demais colegas da primeira turma de Doutorado em Comunicação Midiática, da UFSM;

Agradeço ao órgão que foi determinante para materializar aquilo que aqui está a fazer sentido – a tese:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS);

Agradeço aquele que, para mim, costuma fazer sentido pelo não-dito:

Deus.

Muito obrigada!

*Quem não se indigna quando tem motivo para fazê-lo, peca!*

São João Crisóstomo

## RESUMO

### O FUNCIONAMENTO DA METÁFORA NO JORNALISMO DE REVISTA: TEMAS SINDICAIS EM *VEJA* E *REVISTA DO BRASIL*

AUTORA: PATRÍCIA REGINA SCHUSTER  
ORIENTADORA: MÁRCIA FRANZ AMARAL

A tese tem por objetivo investigar o funcionamento da metáfora no jornalismo. Procuramos estabelecer uma ponte analítica entre a *metáfora como figura de linguagem* e o conceito de *metáfora como processo metafórico*, cujo autor é Michel Pêcheux. Assim, empreendemos nossa pesquisa a partir de dois lugares de fala distintos: revista *Veja* (editora Abril) e *Revista do Brasil* (editora Atitude). Procuramos neles estudar como a metáfora – artifício discursivo - trafega entre os polos parafrásticos e polissêmicos (estabilização ou ruptura de uma ordem de sentidos) ao narrar temas sindicais e verificar se esse movimento redundava num estímulo ao perfil autoritário do discurso jornalístico ou introduz a polêmica. Como objetivos específicos, destacamos: estudar o lugar de fala das duas publicações; verificar quais são os sentidos produzidos pelas metáforas sobre temas sindicais nos dois veículos; analisar o funcionamento das metáforas, observando o trânsito dos seus sentidos entre paráfrases e polissemias; e apontar as consequências deste desempenho para o discurso jornalístico: ou estreitamento de numa possível condição autoritária ou instauração da polêmica. Escudados na Análise de Discurso Francesa, a qual foi aplicada a um *corpus* que compreende um total de 52 reportagens, veiculadas entre julho de 2006 e julho de 2014, conseguimos comprovar que as metáforas não são apenas um simples elemento estético do jornalismo. Os sentidos por elas produzidos promovem dois tipos de funcionamento em ambos os veículos. No primeiro tipo de funcionamento, eles reiteram Famílias Parafrásticas e Formações Discursivas, que já estão presentes em trechos sem metáforas, quais sejam FD1 – Discurso Desqualificador (*Veja*), FD3 – Discurso do Sindicalismo Combativo, FD4 – Discurso do Sindicalismo Negociador, e FD5 – Discurso do Sindicalismo Defensivo (as três últimas da *Revista do Brasil*). No segundo tipo de funcionamento, eles simplificam o discurso, enquadrando-o em modelos de *anunciabilidade*. Em *Veja*, os modelos de *anunciabilidade* são baseados em terminologias religiosas, agressivas e da área da saúde; na *Revista do Brasil*, os modelos de *anunciabilidade* são baseados em terminologias fisiológicas, topográficas e patológicas. Em ambos os casos, constatamos que essa encenação, promovida pela metáfora, engessa o discurso sobre questões sindicais (na grande maioria dos casos), de modo que os movimentos são parafrásticos, o que exacerba a condição autoritária do discurso jornalístico.

Palavras-chave: Análise de discurso. Discurso jornalístico. Figuras de linguagem. Metáfora. Revista *Veja*. Revista do Brasil.

## **ABSTRACT**

### **THE FUNCTIONING OF METAPHOR IN MAGAZINE JOURNALISM: UNION ISSUES IN VEJA AND REVISTA DO BRASIL**

**AUTHOR: PATRÍCIA REGINA SCHUSTER**

**SUPERVISOR: MÁRCIA FRANZ AMARAL**

The thesis aims at investigating the functioning of metaphor in journalism. We seek to establish an analytical bridge between metaphor as a figure of speech and the concept of metaphor as metaphorical process, whose author is Michel Pêcheux. Thus, we undertook our research from two distinct sites of speech: Veja magazine (Abril publisher) and Revista do Brasil (Attitude publisher). It was investigated how metaphor - discursive artifice - travels between paraphrastic and polysemic (stabilization or breaking of an order of senses) poles when narrating trade union issues, and verifying if this movement redounds in stimulating authoritative profile of journalistic discourse or introduces controversy. Specific objectives include: studying the speech site of the two publications; checking what are the meanings produced by the metaphors on trade union issues in the two vehicles; analyzing the functioning of metaphors, watching the traffic of your senses between paraphrase and polysemy; and point out the consequences of this performance for the journalistic discourse: or narrowing of a possible authoritarian condition or establishment of controversy. Shielded in the French Discourse Analysis, which was applied to a corpus comprising a total of 52 reports aired between July 2006 and July 2014, we confirm that metaphors are not just simple aesthetic element of journalism. The senses produced promote two types of functioning in both vehicles. In the first type, they reiterate paraphrastic Families and Discursive formations, which are already present in excerpts without metaphors, namely FD1 - disqualifying Speech (Veja), FD3 – Speech of Combative Unionism, FD4 - Speech of Negotiator Unionism, and FD5 – speech of Defensive Unionism (the last three of Revista do Brasil). In the second type of functioning, they simplify the speech, framing it in advertising models. In Veja the advertising models are based on religious terminology, aggressive and healthcare; in the Revista do Brasil, advertising models are based on physiological, topographical and pathological terminologies. In both cases, we find that this scenario promoted by the metaphor, paralyzes the discourse on labor issues (in most cases), so that the movements are paraphrastic, which exacerbates the authoritarian condition of journalistic discourse.

**Keywords:** Discourse Analysis. Journalistic Discourse. Figures of Speech. Metaphor. Magazine Veja. Revista do Brasil

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Reportagens que compõe o <i>corpus</i> - revista <i>Veja</i> .....	35
Quadro 2 - Reportagens que compõe o <i>corpus</i> - <i>Revista do Brasil</i> .....	36
Quadro 3 - Resumo das Famílias Parafrásticas – revista <i>Veja</i> .....	96
Quadro 4 - Síntese discursiva da revista <i>Veja</i> .....	114
Quadro 5 - Resumo das Famílias Parafrásticas – <i>Revista do Brasil</i> .....	116
Quadro 6 - Síntese discursiva da <i>Revista do Brasil</i> .....	136
Quadro 7 - FP1 – Modelo sindical é ultrapassado .....	140
Quadro 8 - FP2 - Sindicalismo está desvirtuado .....	142
Quadro 9 - FP3 – Greves, protestos e ações sindicais são ilegítimas .....	145
Quadro 10 - FP4 – Sindicalistas e seus pares são da pior espécie .....	146
Quadro 11 - FP5 - Violência e agressividade imperam no sindicalismo .....	151
Quadro 12 - Modelo de <i>anunciabilidade</i> com base em terminologias religiosas .....	155
Quadro 13 - Modelo de <i>anunciabilidade</i> com base em terminologias agressivas .....	157
Quadro 14 - Modelo de <i>anunciabilidade</i> com base em terminologias da área da saúde ..	158
Quadro 15 – FP8 – Prática sindical é de resistência .....	161
Quadro 16 – FP9 – Greves, protestos e manifestações são legítimos e valorosos .....	162
Quadro 17 – FP10 - Classe política age de maneira sorrateira ao tratar questões dos trabalhadores .....	164
Quadro 18 – FP11 - Empresas e empresários desfavorecem trabalhadores .....	167
Quadro 19 - FP12 - Políticas neoliberais são prejudiciais aos trabalhadores .....	169
Quadro 20 - FP13 - Discurso da mídia é contra a classe trabalhadora .....	170
Quadro 21 - FP14 - Negociar é a melhor saída .....	172
Quadro 22 - FP15 - Governo do PT pode ser aliado .....	172
Quadro 23 - FP16 - Não somos pelegos .....	173
Quadro 24 - FP17 - Centrais sindicais estão divididas .....	174
Quadro 25 - Modelo de <i>anunciabilidade</i> com base em terminologias fisiológicas .....	176
Quadro 26 - Modelo de <i>anunciabilidade</i> com base em terminologias topográficas .....	179
Quadro 27 - Modelo de <i>anunciabilidade</i> com base em terminologias patológicas .....	180
Quadro 28 - Resumo dos tipos de funcionamento da metáfora .....	183

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
1.1	NOSSA “CARTA DE INTENÇÕES”	12
1.2	DAQUILO QUE JÁ SE DISSE E SE FEZ	23
1.3	DAQUILO QUE VAMOS FAZER E COMO VAMOS FAZER	26
1.3.1	As opções metodológicas	26
1.3.2	A construção do <i>corpus</i>	32
1.3.3	Algumas considerações metodológicas	38
<b>2</b>	<b>DOS DISCURSOS QUE NOS PAUTAM</b>	48
2.1	O DISCURSO DO DISCURSO JORNALÍSTICO	48
2.2	O DISCURSO DO JORNALISMO DE REVISTA	54
2.3	O DISCURSO DO JORNALISMO SINDICAL	60
<b>3</b>	<b>DOS DISCURSOS QUE NOS INCOMODAM</b>	67
3.1	A METÁFORA: DA FIGURA DE LINGUAGEM À NOÇÃO DISCURSIVA	67
3.2	A METÁFORA ENTRE PARÁFRASES E POLISSEMIAS	74
3.3	ENTRE O MESMO E O DIFERENTE: O DISCURSO LÚDICO, POLÊMICO E AUTORITÁRIO	76
3.4	A METÁFORA E O JORNALISMO: QUE RELAÇÃO É ESTA?	79
<b>4</b>	<b>DOS LUGARES DE ONDE OS DISCURSOS “FALAM”</b>	82
4.1	O <i>LUGAR DE FALA</i> : UM CONCEITO	83
4.2	O <i>LUGAR DE FALA</i> DE <i>VEJA</i>	85
4.3	O <i>LUGAR DE FALA</i> DA <i>REVISTA DO BRASIL</i>	89
<b>5</b>	<b>DOS DISCURSOS EM FUNCIONAMENTO</b>	95
5.1	OS SENTIDOS SOBRE SINDICALISMO EM <i>VEJA</i>	95
5.1.1	<i>Veja</i> e o jornalismo do fardo sindical: a lógica do discurso desqualificador ressalvada pelo discurso transigente	112
5.2	OS SENTIDOS SOBRE SINDICALISMO NA <i>REVISTA DO BRASIL</i>	115
5.2.1	A <i>Revista do Brasil</i> e a flutuação do jornalismo sindical: combate, negociação e defesa	133
5.3	O CONCEITO DE FUNCIONAMENTO DISCURSIVO	136
5.4	O FUNCIONAMENTO DA METÁFORA COMO FIGURA DE LINGUAGEM NA <i>REVISTA VEJA</i> – TIPO 1: REFORÇAR PARA CONGELAR	137
5.4.1	A metáfora como figura de linguagem e seus modelos de <i>anunciabilidade</i> do sindicalismo em <i>Veja</i> – Tipo 2: simplificar para interditar	153
5.5	O FUNCIONAMENTO DA METÁFORA COMO FIGURA DE LINGUAGEM NA <i>REVISTA DO BRASIL</i> – TIPO 1: REFORÇAR PARA CONGELAR	160
5.5.1	A metáfora como figura de linguagem e seus modelos de <i>anunciabilidade</i> na <i>Revista do Brasil</i> – Tipo 2: simplificar para interditar	175
5.6	AS METÁFORAS COMO FIGURAS DE LINGUAGEM EM <i>VEJA</i> E <i>REVISTA DO BRASIL</i> : O DISCURSO JORNALÍSTICO EM CONDIÇÃO AUTORITÁRIA	181
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	190
	<b>REFERÊNCIAS</b>	196
	<b>APÊNDICE A</b>	208
	<b>APÊNDICE B</b>	209
	<b>APÊNDICE C</b>	211
	<b>APÊNDICE D</b>	214
	<b>APÊNDICE E</b>	216
	<b>APÊNDICE F</b>	219

<b>APÊNDICE G</b> .....	220
<b>APÊNDICE H</b> .....	222
<b>APÊNDICE I</b> .....	223
<b>APÊNDICE J</b> .....	225
<b>APÊNDICE K</b> .....	226
<b>APÊNDICE L</b> .....	228
<b>APÊNDICE M</b> .....	229
<b>APÊNDICE N</b> .....	231
<b>APÊNDICE O</b> .....	232
<b>ANEXO 1</b> .....	233
<b>ANEXO 2</b> .....	236
<b>ANEXO 3</b> .....	241
<b>ANEXO 4</b> .....	243
<b>ANEXO 5</b> .....	246
<b>ANEXO 6</b> .....	252
<b>ANEXO 7</b> .....	256
<b>ANEXO 8</b> .....	257
<b>ANEXO 9</b> .....	259
<b>ANEXO 10</b> .....	263
<b>ANEXO 11</b> .....	267
<b>ANEXO 12</b> .....	272
<b>ANEXO 13</b> .....	276
<b>ANEXO 14</b> .....	278
<b>ANEXO 15</b> .....	280

## 1 INTRODUÇÃO

*“Las metáforas son nuestra manera de perdernos en las apariencias o de quedarnos inmóviles en el mar de las apariencias”.*  
Roberto Bolaño, 2004, p. 322

### 1.1 NOSSA "CARTA DE INTENÇÕES"

Esta pesquisa nasce com o intuito de apresentar uma investigação *original* – acerca do jornalismo - como orienta Eco (2007, grifo do autor) em sua sempre atual obra *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. Nela, as expressões metafóricas, constitutivas do discurso jornalístico, e sua presença em lugares de fala distintos - revista *Veja* e *Revista do Brasil* - aparecem como os dois principais caminhos dessa cruzada que busca, a bem da verdade, amadurecimento e sistematização de algumas ideias que flutuam pelo campo da Comunicação.

Nossa problemática emerge de um emaranhado de questões que, combinadas, mostram-se turvas, por isso, merecedoras de um facho de luz. O jornalismo, todavia, comanda todas elas. Ele, mais que nos vincular ao programa a que estamos filiados – Comunicação Midiática – é ainda objeto de muitas incógnitas. De certo, por ora, afirmamos que ele é um dos processos (possivelmente, o mais importante deles) que faz “ver” (BERGER, 1998), que descreve e nomeia o mundo.

O campo jornalístico é detentor de um direito institucional que extrapola os limites do “falar”. Ele faz crer. Isso porque toda a sua produção noticiosa, embora não negue submissão às leis do mercado, está amparada na ilusão da literalidade.

Mas, nem sempre, a linguagem jornalística teve como eixos norteadores a precisão ao “real”, a objetividade e a imparcialidade. Nos seus primórdios, ela foi coextensiva à literatura e à política (não velada). Foi só anos depois que uma visão mais “asséptica” de notícia passou a ser incorporada pelos jornalistas. Tal condição narrativa (disseminada, sobretudo, por norte-americanos) só sofreu um relaxamento à medida que outros veículos foram surgindo. Foi a televisão e o aperfeiçoamento de dispositivos como revistas que passaram, então, a admitir a mescla de informação e entretenimento.

Consideramos, com base em Neveu (2005, p. 80), que esta última característica (informação acrescida de entretenimento), respeite uma das tendências que vigoram no jornalismo dos dias atuais: a função fática. “[...] um conjunto de recursos que visam manter o



contacto e evitar o afastamento dos públicos. Participam nesta tarefa as manchetes e os títulos dos artigos, as fotografias, a concisão dos formatos, a infografia, a sucessão rápida das sequências e as imagens chocantes da televisão”. Agregamos, nós, a metáfora.

Ela é uma das formas preferidas do contar jornalístico. É parte das “estórias” que fazem com que as pessoas compreendam “[...] os acontecimentos em termos humanos” (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 270). Entendemos, a partir da corrente teórica a que estamos vinculados – Análise de Discurso (AD) -, que esse processo é movimentado por sentidos. E se há deslocamento, há *metáfora*, se usarmos a terminologia de Michel Pêcheux, um dos precursores da AD.

Como queremos tensionar um e outro – a *metáfora* da AD e a *metáfora como figura de linguagem*, ou melhor, o funcionamento da *metáfora nas metáforas*, procuramos, no decorrer deste estudo, deixarmos evidente toda vez que estivermos nos referindo ao empírico do nosso trabalho ou aquilo que corresponde a um posicionamento teórico. O que é parte do nosso *corpus* – as metáforas como figuras de linguagem – aparecerá, normalmente, em forma de exemplo ou também será denominado (a fim de evitar repetições) de *expressão metafórica*. O restante faz jus ao preceito da AD, de que toda palavra por outra é *metáfora*. Isto é, um fenômeno que é estrutural para a língua, em que as relações entre ela e o silêncio lhe são constitutivas (MARIANI, 2007).

São os movimentos de sentidos, portanto, que este elemento – metáfora - faz no discurso jornalístico que nos instigam. Sabemos que ela não é apenas capaz de deixar o texto mais leve, com qualidade estética apurada - embora o jornalismo de revista advogue a esse favor. Porém, nada impede que nos seja aquele componente catártico - no sentido psicanalítico do termo<sup>1</sup>, da retórica jornalística. Temos, até aqui – e é daí que partimos -, consciência que ela se configura num artifício discursivo, cujas afetações no dizer midiático ainda são merecedoras de muitas incursões reflexivas.

Tomamos a metáfora como uma unidade do discurso, cuja capacidade é, sim, de torná-lo mais atraente e sedutor. Mas, além disso, sob o prisma discursivo, ela materializa inconstância, concorre entre paráfrases e polissemias. Está sempre disposta a assumir um “sentido outro”. E, no discurso jornalístico, esse movimento das expressões metafóricas pode subsidiar a configuração de uma ou mais feições discursivas: lúdica, polêmica e autoritária – segundo tipologia de Orlandi (1996).

---

<sup>1</sup> Na psicanálise, a catarse significa a experimentação de uma liberdade em relação a alguma situação opressora, que pode ser psicológica ou cotidiana, através de uma resolução que se apresente de forma eficaz e suficiente para que tal ocorra.

Os *lugares* que elegemos para enxergar como se dá a incidência da metáfora nesse discurso são reportagens sobre temas sindicais publicadas pelas revistas *Veja*, da editora Abril, com tiragem de mais de um milhão de exemplares semanalmente (PUBLIABRIL, 2015, documento não paginado) e a *Revista do Brasil*, ligada à Rede Brasil Atual – portal que acomoda os veículos da editora Atitude, a qual é mantida por um grupo de organizações sindicais -, com circulação de aproximadamente 300 mil exemplares/mês (DONIZETTI, 2014, documento não paginado).

É no jornalismo de revista que as metáforas têm aparecido com maior frequência. Lá, os fatos – política, economia, cultura, ciência e, inclusive, sindicalismo – ganham um outro tipo de “fôlego”, de aparência discursiva, física. O compromisso de informar não é abstraído, porém, está mais livre da rigidez do *hard news*, que consiste na pirâmide invertida e em outros elementos que tendem a “sufocar” ainda mais o texto (perfil do veículo, *deadline*...).

Em *Veja*, os temas sindicais (que é para onde dirigiremos nosso foco de análise) são considerados uma pauta qualquer, ancilar. Viram notícia pelos mesmos critérios jornalísticos (valores-notícia) estabelecidos para outros assuntos. Enquanto isso, na *Revista do Brasil* eles são sua celebração editorial, atravessam toda a sua produção jornalística, consequência do contexto discursivo do veículo. E é essa circunstância que nos conduz à utilização do conceito *lugar de fala*, a partir de Orlandi (2012a). Como instrumento teórico e metodológico, ele nos ajuda a diferenciar dois veículos - *Veja* e *Revista do Brasil* – com explícita materialidade jornalística (é assim que enunciam-se) e que, assumidamente, falam de lugares distintos, concedem à palavra sindical modos desiguais de representação.

É o *lugar de fala* que vai nos ajudar a elucidar o funcionamento da metáfora no jornalismo praticado pela maior revista do cenário midiático nacional – *Veja* – e por uma revista do segmento sindical – *Revista do Brasil*. Ao cotejarmos a fala que, supostamente, está autorizada a falar das coisas do mundo sindical – executada pela revista da Abril – e a fala que, prognosticamente, é do lugar do mundo do trabalhador – executada pela *Revista do Brasil* -, estaremos focalizando outros atores midiáticos, que não somente aqueles estatuídos como hegemônicos. Mais do que isso, ao conceder destaque a esse novo lugar de fala, atentamos para o exercício da cidadania, pela luta da democracia, que só se consolida pela construção de espaços de fala como os da *Revista do Brasil*, tidos como periféricos no espaço público.

Nesses termos, desenvolvemos como questões norteadoras:

Como se dá o funcionamento da metáfora no jornalismo? O que neste processo se singulariza em lugares de fala tão diferentes, como são os sustentados por *Veja* e *Revista do*

*Brasil?* Como este artifício discursivo opera, sobretudo, ao tratar de temas sindicais: mais num trânsito parafrástico ou polissêmico? Será que esse movimento pode implicar num possível favorecimento da condição autoritária do discurso jornalístico ou ele abre lacunas para a instauração da polêmica?

O objetivo geral da tese, sendo assim, é investigar o funcionamento da metáfora no jornalismo e analisar os aspectos que diferenciam sua presença em lugares de fala distintos, como são os de *Veja* e *Revista do Brasil*, detectando como trafega este artifício discursivo, entre os polos parafrásticos e polissêmicos (estabilização ou ruptura de uma ordem de sentidos) - ao narrar temas sindicais, e se esse movimento redundava num estímulo ao perfil autoritário do discurso jornalístico ou introduz a polêmica.

Interligado a ele, estão quatro objetivos específicos:

- a) Estudar o *lugar de fala* de *Veja* e *Revista do Brasil*;
- b) Verificar quais são os sentidos produzidos pelas metáforas sobre temas sindicais nestas publicações;
- c) Analisar o funcionamento das metáforas e observar seu trânsito entre paráfrases e polissemias;
- d) Apontar as consequências do funcionamento das metáforas: ou para uma possível condição autoritária do discurso jornalístico ou para a instauração da polêmica.

A temática em questão foi suscitada por uma série de interrogações que, no decorrer de nossa trajetória acadêmica, foram se apresentando. Reunimos uma a uma até chegarmos, propriamente, aquilo que nos *incomodou* (COURTINE, 2006, p. 27, grifo do autor), dando origem ao nosso problema de pesquisa.

O discurso jornalístico está presente em nossa agenda de estudos desde nosso primeiro manuseio com a pesquisa. Sabíamos muito pouco sobre o assunto, quando por ele nos atrevemos a “navegar”. Estávamos no fim do curso de jornalismo, quando procuramos identificar as marcas ideológicas do primeiro ano de governo (1969-1970) do general Emílio Garrastazu Médici (conhecido como um dos mais duros da Ditadura Militar brasileira) no noticiário de política do jornal *Gazeta do Sul* – um dos veículos de maior circulação do interior do Rio Grande do Sul<sup>2</sup>. No Mestrado, ainda que tivéssemos compromisso com outros aportes teóricos, já que pertencíamos a um programa de Desenvolvimento Regional, não desistimos de entender o desempenho dos discursos produzidos e emitidos pelos canais

---

<sup>2</sup> A monografia foi intitulada: *O jornalismo político nas páginas da Gazeta do Sul durante o primeiro ano de governo Médici: uma análise de discurso.*

mediáticos. Propomo-nos a analisar a produção de sentidos sobre o movimento grevista da década de 1980 e a mapear as vozes presentes no discurso, igualmente, da *Gazeta do Sul*<sup>3</sup>.

De lá para cá, abandonamos as páginas dos jornais que nos serviram de objeto de investigação no decurso desse período para nos debruçarmos sobre as revistas. O olhar que a Análise de Discurso (AD)<sup>4</sup> nos impôs mostrava que aquelas cintilantes folhas de papel, e o discurso que elas estampam, ainda têm muito a dizer.

Foram as incansáveis leituras da performática *Veja* e as qualidades “excêntricas” da *Revista do Brasil* que despertaram nossa atenção para o uso de um padrão textual: as metáforas. A assiduidade com que elas aparecem no discurso jornalístico nos inquietou.

Sempre tivemos anuência com Gregolin (2003, p. 14), ao preconizar que a “[...] mídia se atribui a função de ‘descobrir a verdade por trás dos véus’ e de revela-las aos espectadores a partir de um paradoxo entre a proximidade, que é garantia de boa visão, e a distância, que assegura isenção e a objetividade”, mas intuíamos que as metáforas não correspondiam tão somente à “proximidade”, tampouco à “objetividade”. Ao nos apercebermos de tal realidade, recordamos a frase que abre um dos capítulos da obra *A língua inatingível*, de Gadet e Pêcheux (2004, p. 27): “A metáfora também merece que se lute por ela”. Mediante a força que o campo jornalístico angariou, mais do que lutar, entendemos que é preciso buscar a conhecer esse modo de narrar (RESENDE, 2009).

Sabemos que é característica do jornalismo de revista<sup>5</sup> uma linguagem despojada ou que “[...] permite diferentes estilos de texto; recorre fortemente à sinestesia; estabelece uma relação direta com o leitor; [...]” (BENETTI, 2013, p. 55). Ou, que a espetacularização da política, situação que entendemos passar pela pirotecnia discursiva das metáforas, foi um meio encontrado “[...] para reverter [no pós Ditadura Militar] – ou, ao menos, mitigar o desinteresse, o descrédito e a incredulidade frente ao discurso político<sup>6</sup>” (PIOVEZANI FILHO, 2003, p. 54-55).

---

<sup>3</sup> A dissertação foi defendida em 2011 e trouxe como título: *Braços cruzados: o discurso do jornal Gazeta do Sul sobre o movimento grevista da década de 1980*.

<sup>4</sup> Na execução das duas pesquisas listadas anteriormente utilizamos a AD, de vertente francesa, como arcabouço teórico e metodológico.

<sup>5</sup> O jornalismo praticado pela *Revista do Brasil* não é por nós considerado típico de revista. É jornalismo sindical compilado no suporte revista - entraremos nessa minúcia nos Capítulos 2 e 4. Não obstante, a declaração de Benetti (2013) não invalida o raciocínio que estamos propondo.

<sup>6</sup> Valemo-nos do pensamento de Berger ao sustentar que é a mídia, através do seu discurso – sempre um *discurso sobre* (MARIANI, 1998) – que avaliza o *status* de credibilidade, legitimidade do discurso político. “Basta ver que o discurso político hoje é realizado pela mídia, que não só enuncia os fatos e apresenta os políticos, como antecipa causas e anuncia consequências, moldando o campo político a partir de seus interesses” (BERGER, 1998, p. 22).

Todavia, notávamos que aquele jogo de palavras, resultante das metáforas, que ressoa na “língua de vento”<sup>7</sup> (GADET; PÊCHEUX 2004), poderia ser sintoma de um trabalho discursivo específico, sobretudo, em veículos que se distinguem em vários aspectos. Daí brotam os dois fios condutores deste estudo.

Não vamos pesquisar a metáfora – que se aclare isso - estritamente, por meio de tendências linguísticas, literárias ou de qualquer outra ciência da linguagem. Queremos romper com o gesto (não menos importante, mas já demoradamente discutido por outros pesquisadores) de apenas desmascarar uma possível falta de objetividade na construção metafórica.

Nossas provocações perscrutam dar uma visada distante de concepções que defendem que as plataformas midiáticas e o jornalismo, por ilação, intervêm de forma negativa, promovendo efeitos catastróficos na sociedade e nos sujeitos receptores (MOTTA, 2005). Ao deixarmos de lado tais formulações teóricas, não abandonamos nossa postura crítica, que percebe a estrutura econômica como pilar dos grandes veículos. Queremos excursionar por caminhos que acreditam na mídia como algo cada vez mais intrínseco à cultura e à sociedade, que é sensível aos embates e enfrentamentos travados na arena midiática (MOTTA, 2005).

O desejo de problematizar o jornalismo a partir deste ponto de vista epistemológico explica a escolha de *Veja* e *Revista do Brasil* como suportes capazes de dar vazão às nossas dúvidas. Elas figuram entre as principais revistas do seu gênero no país. *Veja* pertence a uma das maiores editoras do Brasil, a Abril<sup>8</sup>. *Revista do Brasil* é impressa pela Editora Gráfica Atitude<sup>9</sup>. Ambas são dispositivos jornalísticos altamente elaborados, “[...] com capacidade de promover mediações entre diferentes dizeres” (SCHWAAB, 2013, p. 58).

Sobre *Veja*, convém fazermos um parêntese. Sua importância editorial vem desde (praticamente) a sua fundação, em 1968, já que *O Cruzeiro* e *Manchete*, duas das suas principais concorrentes fecharam as portas em 1975 e 2000. Ela não é só uma das revistas que

---

<sup>7</sup> “Língua de vento” é a metáfora que Gadet e Pêcheux (2004, p. 117) aplicaram para a língua da propaganda. Segundo os autores, ela tende a “[...] apagar a materialidade da língua na falaciosa transparência da lógica e no arbitrário mistificado da ‘loucura’”. Estenderemos o conceito para a linguagem jornalística por entendermos que ela preserva algum tipo de correspondência com a “língua de vento”, essencialmente, no quesito da opacidade da língua.

<sup>8</sup> A editora Abril foi fundada em 1950 por Victor Civita. *O Pato Donald* foi seu primeiro impresso. Atualmente, a editora integra o grupo Abril. A editora produz 22 títulos (alguns apenas na versão digital). É líder em 21 dos 25 segmentos em que atua. Vende aproximadamente 188 milhões de exemplares/ano. Têm 4,1 milhões de assinantes e cerca de 28 milhões de leitores. Sete das dez revistas mais lidas no país são da Abril. (GRUPO ABRIL, 2015, documento não paginado).

<sup>9</sup> A editora Gráfica Atitude é uma empresa privada criada e mantida pelas duas maiores entidades responsáveis pelo projeto que culminou na *Revista do Brasil*, entre elas: Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região (SP) e Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SP).

mais vendem no mundo<sup>10</sup>, como tem se colocado como parte indissolúvel do processo de informação e também de formação dos brasileiros.

O tipo de informação produzida pela publicação, igualmente, merece destaque. Para Benetti (2007, p. 42), *Veja* transgride os gêneros tradicionais de texto jornalístico.

Embora carregado de informação, seu texto é fortemente permeado pela opinião, construída principalmente por meio de adjetivos, advérbios e figuras de linguagem. *Veja* construiu, de si mesma, uma forte imagem de legitimidade para proferir saber – frente a um suposto não-saber dos leitores, da população em geral e, em certos momentos, das próprias fontes.

“Senhora de suas palavras”, por atuarem dentro de uma definição de comportamento tido como ‘natural’ (COURTINE, 2003) dentro dos seus segmentos jornalísticos, *Veja* e *Revista do Brasil*<sup>11</sup> serão nossos instrumentos empíricos na descoberta de um dos ângulos do “ser revista”.

Faremos isso, buscando escapar da dicotomia que terminou sendo amalgamada em certos pactos teóricos, como o objetivista/funcionalista e subjetivista/ideológico. Eles nos levariam a conclusões já bastante exploradas, ou reducionistas – como alega Genro Filho (1987, p. 37, grifos do autor).

De um lado, ele [o jornalismo] é visto apenas como instrumento da dominação burguesa, como linguagem do engodo, da manipulação e da consciência alienada. Ou simplesmente como correia de transmissão dos “aparelhos ideológicos de Estado”, como mediação servil e anódina do poder de uma classe, sem qualquer potencial para uma autêntica apropriação simbólica da realidade. De outro lado, estão as visões meramente descritivas ou mesmo apologéticas – tipicamente funcionalistas – em geral suavemente coloridas com as tintas do liberalismo: a atividade jornalísticas como “crítica responsável” baseada na simples divulgação objetiva dos fatos, uma “função social” voltada para o “aperfeiçoamento das instituições democráticas”.

O *lugar de fala* – como operador teórico/metodológico – que cada uma das publicações assume para si, afasta-nos dessa dimensão maniqueísta. Ele coloca em duelo (em duelo, porque há uma relação de poder em disputa) as posições sociais e os capitais simbólicos dos agentes (revistas, fontes e leitores) envolvidos naquele ato comunicativo. Afirma Brandão (1998, p. 31), em referência à Foucault “[...] o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido”. O *lugar de fala* põe em relevo que os diferentes planos midiáticos não se

<sup>10</sup> Sua venda no Brasil ultrapassa a marca de um milhão de exemplares (PUBLIABRL, 2015, documento não paginado).

<sup>11</sup> Consideramos *Revista do Brasil* como “senhora de suas palavras” no segmento sindical.

entrecruzam em igualdade de condições. Eles sujeitam-se a critérios de pertinência e legitimidade diferenciados, a uma contundente hierarquização.

No jornalismo produzido por *Veja*, de caráter comercial, a empresa jornalística fala de uma determinada posição social, convoca fontes que ocupam lugares privilegiados de fala e relega outras ao silêncio. Os trabalhadores e seus representantes, para ficarmos no nosso caso, são incluídos precariamente. São “falados”, são os “Outros” (os “outros”, do “nós”). Falados por “[...] um ‘nós’ que não é a maioria, mas fala como se fosse...” (FRANÇA, 2001, p. 05).

No jornalismo da *Revista do Brasil*, onde fala o segmento sindical, o gerenciamento da palavra dá aos trabalhadores (público alvo, imaginado pela publicação) um *lugar de fala* de maior amplitude do que na imprensa tida como comercial. A sua natureza discursiva, de certa maneira, deixa de “representar” o trabalhador, o sindicalista. Na materialidade do seu discurso, eles não estão sendo falados, eles falam. Rompem com o processo de sujeição - que não é só comunicacional, é político também (FRANÇA, 2001) – que outros aparatos de imprensa (não sindicais) costumam lhe conferir. A *Revista do Brasil* faz um grupo social se colocar como sujeito, se posicionar, a (r)existir, se tomarmos partido por Orlandi (2012b).

Ao passo que no jornalismo de *Veja* os leitores recebem um calhamaço de páginas em que os acontecimentos são contextualizados, rememorados (se for o caso), exemplificados, no da *Revista do Brasil*, eles são desestruturados, fragmentados, singularizados, sempre pelo viés sindical. A reversibilidade, praticamente nula no perímetro da mídia de referência, aparece, sempre sob certas condições, na *Revista do Brasil*. Se nas reportagens de *Veja*, personagens do meio sindical – trabalhadores, particularmente – são afugentados da cena jornalística ou figuram cancelados com determinadas “tarjas”<sup>12</sup>, nas da *Revista do Brasil*, eles ocupam um lugar de proeminência, mas não sem receber algum tipo de aval das direções sindicais. Os temas que permeiam essas situações – por nós reconhecidos como “temas sindicais” – estão, assim, na transversalidade de nossa problemática.

Entre os argumentos que fazem eles aqui serem pautados, um deles está no fato de uma das revistas estar, assumidamente, engajada às regras do mercado, ter diretrizes (especialmente de caráter econômico) para respeitar. “É natural, então, que esse poder se potencialize [o autor fala da transformação da notícia em mercadoria] quando a Empresa assume a forma específica de uma instituição de comunicação, ou Mídia”, deduz Ramos (2005, p. 65, grifos do autor). Enquanto na outra - *Revista do Brasil* - essa preocupação é menos ostensiva, já que ela é financiada por um conjunto de entidades sindicais e suas

---

<sup>12</sup> Veremos quais são essas “tarjas” ao longo do Capítulo 5.

diretrizes vêm do campo político. Ao cotejar as metáforas a temas sindicais (em que, às vezes, capital e trabalho estão em conflito direto), possíveis facetas comerciais – tal qual a que gerencia o discurso de integrantes de grandes grupos editoriais do Brasil (como é o da Abril<sup>13</sup>, editora de *Veja*), tendem a ficar ainda mais expostas.

Temas sindicais ainda integram nossa questão de pesquisa pela centralidade política, econômica e social que o movimento sindical – por tabela - ocupou em nosso país, circunstância que repercutiu na imprensa nacional. Só que mesmo que a classe trabalhadora e suas ações coletivas tenham estado à frente de importantes capítulos da História mundial, não é por esse viés que a mídia costuma conta-los.

Não raro, sobram preconceitos ou até um certo desdém, por parte dos veículos tradicionais em relação ao assunto sindicalismo, polêmico e até “fora de moda”, pelo mérito de uma ação midiática que propagandeia a dissolução das classes sociais. Muniz Sodré, em entrevista recente a Grohmann (2015, p. 122), decretou: “Eu acho que o tema de classe, no meu entender, é mais atual do que nunca”. O que existe, na opinião do autor, é uma invisibilização das classes ou, para sermos exatos, uma “desclassificação”. “Desclassificação”: “[...] é o sentimento de que não pertence a nenhuma classe social definida, subalterna, porque por meio do consumo, da aquisição, dos objetos, das roupas, ele transita imaginariamente para outra classe social”. Quem patrocina essa “desclassificação”? A mídia. Por isso, entendemos que sindicalismo – em que o conflito de classes ainda está no seu cerne - tem as “asperezas” necessárias para percebermos como recursos, tais como a metáfora, o constroem simbolicamente.

No rol de justificativas que nos fazem trazer questões que o perpassam, há um conjunto de modificações em curso nas mais diversas esferas (políticas, econômicas, comerciais, tecnológicas, socioculturais) – cunhadas, por vezes, pelo controvertido termo “globalização” (RODRIGUES, 2002) ou “mundialização” (ORLANDI, 2012b) – as quais têm atingido o movimento sindical. Não se tratam de fatores conjunturais ou próprios de cada nação, mas questões de caráter estrutural – logo, discursivas - que têm minado o poder daquela que já foi uma das organizações mais importantes das democracias capitalistas ocidentais.

A contemporaneidade enveredou no recrudescimento do individualismo. “Jamais, na história das sociedades humanas se encontrou uma combinação tão complexa de técnicas de

---

<sup>13</sup> Mesmo com o abalo financeiro por que vem passando, que culminou no fechamento de vários títulos da editora Abril (entre eles, *Alfa*, *Bravo!*, *Gloss*, *Lola* e, agora, recentemente, do da revista *Playboy*) e da demissão de centenas de trabalhadores, o grupo Abril segue sendo um dos maiores e mais influentes grupos de comunicação América Latina. (GRUPO ABRIL, 2015, documento não paginado).



individualização e de procedimentos totalizadores” (GREGOLIN, 2003, p. 102). Até a modernidade, acreditava-se no futuro e na possibilidade de emancipação universal, via participação dos movimentos coletivos. Contudo, o modelo social vigente não só abalou as grandes narrativas – a comunista, para ficarmos num caso, depois da queda do Muro de Berlim – como passou a ditar um demasiado presenteísmo. Pequenas utopias são cultuadas em detrimento das metanarrativas desconstruídas. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (1999), a conduta centrada no eu tem se tornado um valor absoluto, a vida privada, o narcisismo e as biografias é que têm sido privilegiadas. A “patologia” da representação, travestida pelo conformismo, ignorância ou apatia política tem, na melhor das hipóteses, abalado os alicerces do movimento sindical e social.

Há um outro elemento que reclama atenção nesse contexto: o estágio em que se encontra o capitalismo. “[...] ele não é universalizante, homogeneizante, é uma fantástica fabricação de riqueza e de miséria” (DELEUZE, 2000, p. 213). Se o movimento sindical nasce por conta da expansão capitalista na Europa, é evidente que a ressignificação das bases monetárias, da relação tempo-espço (HARVEY, 2001) – incida não só sobre sua constituição, mas sobre seu modo de agir. Surge um aprimorado sistema de controle, de gerência, uma nova psicologia do trabalho (afinada à racionalidade de produção), a qual redundava num novo tipo de homem, de trabalhador, cujas funções são fragmentadas, desenvolvidas em centros fabris dispersos por várias regiões geográficas do mundo (HARVEY, 2001), circunstância que tem dado outro valor e feição ao trabalho e que, em última análise, impõe obstáculos à organização sindical.

Frente a todas essas premissas e ambivalências, percebemos que muitos desses fenômenos podem encontrar respaldo científico no jornalismo. É nele que todos esses imperativos são amplificados, ganham sentido. É ele “o prestador de todas essas contas” à sociedade, digamos assim, ou o “agente (político) deslindador” (PIOVEZANI FILHO, 2003, p. 58). Nas diretrizes de Prado (2013, p. 16), os “*media*” teriam ajudado o “sujeito líquido” se encontrar, por ter trazido “[...] à luz e à voz discursos que anteriormente só viviam no subúrbio das sociedades modernas”. Não é nosso intento questionar como cada uma destas dimensões está representada no discurso jornalístico, mas ao circundarmos assuntos que estão concatenados ao movimento sindical - e as metáforas que dele são produzidas em *lugares de fala* pronunciadamente inconfundíveis -, nos avizinhamos de alguns gestos de interpretação possíveis. Ou seja, por ora, deixaremos de lado posições estritamente sociológicas, normativas/legais, psicológicas – caras e, ao mesmo tempo, ordinárias a alguns redutos

acadêmicos<sup>14</sup> - para nos aventurarmos por uma rota onde este debate (que entrecruza discurso jornalístico, metáforas, *lugares de fala* e temas sindicais) precisa ser destramado.

A forma mais profícua de fazê-lo, confiamos ser, a Análise de Discurso (AD). A AD, de tradição francesa, nos ensina a “[...] ver sempre de mais longe, no desvio” (ORLANDI, 2012b, p. 10). Como dispositivo teórico e analítico, ela liberta da ilusão da transparência da linguagem e interpreta *como* tal texto diz o que diz.

A proposta metodológica, à vista disso, é pensar o jornalismo como prática discursiva, sem despi-la da sua historicidade, sem silenciar o político, sem tornar rarefeito o ideológico. É localizar a metáfora nesse entremeio, honrando os *lugares de fala* como constitutivos de sua produção semântica.

Com esses marcadores em mãos, estruturamos nossa tese em seis partes. Após esta Introdução, em que estamos apresentando nossa “carta de intenções”, um compilado do estado da arte e nosso plano metodológico, o segundo capítulo privilegia o discurso jornalístico. Inicialmente, nominamos algumas características do funcionamento deste tipo discursivo de um modo geral. Num entrelaçamento a esta discussão, aduzimos as marcas que distinguem o discurso do jornalismo de revista.-Discorremos, no momento seguinte, sobre o discurso jornalístico sindical.

No terceiro capítulo, tratamos dos “discursos que nos incomodam”. Tracejamos o itinerário teórico da metáfora. A partir de alguns autores, examinamos o movimento que ela percorre entre a figura de linguagem e sua capacidade discursiva. A seguir, numa coextensão ao seu ponto de vista discursivo, trabalhamos os conceitos de paráfrase e polissemia. Passamos, então, às tipologias discursivas (oriundas da dinâmica parafrástica e polissêmica): discurso lúdico, polêmico e autoritário. Arrematamos o Capítulo 3 debatendo a relação que o jornalismo trava com a metáfora.

No quarto, focamos as revistas *Veja* e *Revista do Brasil*. Introdutoriamente, locomovemo-nos em direção a uma das noções-chave da pesquisa, que é o *lugar de fala*. Concedemos a ela uma breve reflexão conceitual para, adiante, tensioná-la às duas publicações.

No quinto capítulo, empreendemos a análise, propriamente dita. O gesto analítico inaugural é o de apuração dos sentidos, acompanhado do levantamento da(s) Formação(ões) Discursiva(s). Realizamos esta etapa para *Veja* e *Revista do Brasil* no “todo” das reportagens (sem distinguirmos as metáforas). Depois, trazemos a noção de *funcionamento discursivo*, a

---

<sup>14</sup> Reiteramos que temas como o “movimento sindical” dificilmente não estão acompanhados de uma angulação teórica-metodológica comum à História, ao Direito, à Administração, entre outras áreas coirmãs.

fim de ingressar na fase final, que examinou as metáforas, especificamente. O conceito de *funcionamento discursivo*, que margeou toda a fase anterior (da apuração dos sentidos na totalidade dos textos) da pesquisa, nos serviu, então, de suporte para apreendermos uma das materialidades que é parte deste “todo”: a metáfora. Para então sabermos o que faz dela ser *o que é e como é*, passamos a implementar a mesma lógica do exame dos sentidos, aí visando apenas as expressões metafóricas: primeiro o veículo da Abril, depois o da Atitude. Para encerrar, coligimos o que depuramos do funcionamento das expressões metafóricas nas duas revistas, num cotejamento ao discurso jornalístico.

A sexta parte traz as Considerações Finais. Nela apresentamos as últimas ponderações do trabalho. Demarcamos até onde conseguimos ir e aventamos as possibilidades que ficaram em aberto. Agora, no impulso de uma metáfora: atrevêsemos o buraco da fechadura para acompanharmos o que se passa por detrás da porta do assunto que rege esta pesquisa.

## 1.2 DAQUILO QUE JÁ SE DISSE E JÁ SE FEZ

No levantamento que fizemos para o estado da arte, detectamos inúmeras publicações – artigos, dissertações e teses – que se preocupam com o discurso jornalístico, nas mais diversas plataformas. Sobre o veículo revista, particularmente, sobressaem-se como autores Marcia Benetti<sup>15</sup>, Frederico de Mello Brandão Tavares (2011; 2013) e Reges Schwaab (2011; 2013). No que tange às produções acadêmicas que fizeram da revista seu objeto empírico (aliado às questões jornalísticas), elas foram compiladas e exploradas por Dalmolin (2013). No texto, ela elenca vários autores, seus ferramentais teóricos e metodológicos e indica os possíveis flancos que ainda se encontram abertos. “Aspectos discursivos e referentes às representações sociais são intensamente explorados pelos artigos, teses e dissertações, em detrimento de abordagens que enfoquem o fazer jornalístico próprio [...]” (DALMOLIN, 2013, p. 294). Procuraremos também abeirar esta última dimensão, sem, desconsiderarmos a longa – porém, não menos fértil para mais indagações – trajetória dos “aspectos discursivos”.

Ainda no item “jornalismo de revista”, não encontramos um único estudo que pusesse a *Revista do Brasil* em foco<sup>16</sup>. Enquanto isso, *Veja* obteve um alcance científico quase incomensurável, dada a multiplicidade de áreas acadêmicas que a tem como objeto empírico.

---

<sup>15</sup> Optamos por não mencionar aqui todas as publicações porque são muitas e parte delas estão sendo trabalhadas no decorrer desta tese.

<sup>16</sup> Nossa principal fonte de consulta foi o Google Acadêmico e Banco de Teses da CAPES. A procura aconteceu durante o mês de janeiro de 2014.

Já sobre jornalismo sindical há vários trabalhos, entre os quais destacamos Ferreira (1988), Santiago; Giannotti (1997; 1998) e Araújo (2009).

A comunidade de interessados em desvendar o fenômeno da metáfora é tão grande quanto – talvez até maior – a rede de pesquisadores empenhados nos “aspectos discursivos” (DALMOLIN, 2013) das revistas. O assunto, explorado desde Aristóteles, tem incomodado pesquisadores dos mais diversos recantos acadêmicos e, por consequência disso, fomentado a produção de uma vasta literatura. Entre os estudiosos da linguagem, ela é alvo de pragmaticistas e semanticistas (LEGROSKI, 2009). Mas poucos têm se encorajado às pesquisas da metáfora no discurso jornalístico.

Para romper com uma possível “afirmação do óbvio”<sup>17</sup>, continuamos averiguando os arquivos da CAPES. Inquirimos seu acervo digital com as expressões “metáfora” e “discurso jornalístico” juntas. Localizamos 41 pesquisas, das quais 29 inscrevem-se nas Letras/Linguística, uma na História, uma nas Ciências Sociais, uma na Saúde, uma na Psicologia e oito na Comunicação. Deste total, 11 trabalham com fragmentos discursivos extraídos de revistas informativas no seu *corpus*<sup>18</sup>.

Fizemos o mesmo com os termos “metáfora” e “estratégia discursiva”. Apuramos 128 estudos: 76 produzidos em programas vinculados às Letras/Linguística/Ciências da Linguagem, dois à Administração, um à Geografia, um à Música, um às Políticas Públicas e Sociedades, 16 à Educação, dois à Saúde Coletiva, quatro à História, um à Engenharia, três à Enfermagem, um ao Desenvolvimento Social, dois à Literatura, um às Artes Cênicas, um ao Serviço Social, quatro à Psicologia e 12 à Comunicação<sup>19</sup>.

Confirmamos, com essa empreitada, uma profusão disciplinar (áreas de concentração, linhas de pesquisa), de objetos e de propostas teórico-metodológicas. Nesse contingente de pesquisadores, identificamos uma farta parcela daqueles que se apropriaram da concepção cognitivista dos norte-americanos George Lakoff e Mark Johnson, cuja obra em português chama-se *Metáforas da vida cotidiana*, e um expressivo número daqueles inclinados às Teorias do Discurso. Dentre eles, distinguimos, por aproximarem-se um pouco da nossa pesquisa: a dissertação de Gabriela Pavanatto Sardinha Rissoni – *Estudo das manchetes das revistas Veja e Época: uma análise do estilo interpretativo* (2001), em que a autora verifica – por meio das manchetes – se o estilo interpretativo (compreendido pelas expressões

---

<sup>17</sup> Parafraseamos o título do livro de Michel Pêcheux (2009), *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*.

<sup>18</sup> A apuração aconteceu no dia 10 de maio de 2013. Das 41, 11 – como dito – assumiram fazer da revista seu objeto de análise, enquanto um número menor indicou – no resumo – que contemplaria “textos jornalísticos”, sem tipificar a fonte.

<sup>19</sup> Realizamos a pesquisa no dia 02 de junho de 2013.

metafóricas) informa o leitor com facilidade ou se está impregnado pela opinião do jornalista; a dissertação de Anita Maria Ferreira da Silva – *A produção do sentido de metáforas no discurso não protocolar do Presidente Lula* (2006), em que a autora investiga as produções e os prováveis sentidos políticos ideológicos dos enunciados metafóricos de Lula; a tese de João Carlos Rodrigues da Silva – *Época, Veja e o (e)leitor: estratégias discursivas na construção da imagem de presidentiáveis* (2011), em que o autor, à luz da Análise de Discurso Crítica, arrola as estratégias discursivas que contribuem para identificar a orientação argumentativa (seja através de metáforas, imagens...) em reportagens sobre as eleições presidenciais de 2006; e a tese de Andréia da Silva Daltoé – *As metáforas de Lula: a deriva dos sentidos na língua política*, em que a autora, via Análise de Discurso de matriz francesa, analisa como as expressões metafóricas de Lula, como processo discursivo, promovem o deslizamento dos sentidos normatizados de uma língua política ideal para um novo modo de enunciar na cena discursiva da política brasileira.

Rissoni (2001) e Silva (2011) beiram nossa pesquisa, majoritariamente, pelo objeto “revista *Veja*”, já que o lastro teórico-metodológico, bem como o enfoque secundário dado à metáfora, distanciam-nas. Silva (2006) e Daltoé (2011) estabelecem relação pela centralidade que ocupam as metáforas na discussão, por elas serem do maior expoente brasileiro do sindicalismo – Lula - e por transitarem pelo solo da Análise de Discurso, pecheutiana<sup>20</sup>.

Há um “porém”, em relação à tese de Daltoé (2011), de onde tiramos alguns subsídios teóricos para nossa pesquisa. Embora ela tenha desconsiderado esse aspecto, para nós ele é basilar: o discurso jornalístico. Daltoé (2011), mesmo tendo construído seu *corpus* (quase que absolutamente) a partir de expressões metafóricas que habitavam canais midiáticos, ignorou esta passagem na pesquisa da fala do ex-presidente.

Em que pese haver todos esses registros acerca da metáfora, não há nenhuma dissertação ou tese que enfrente o tema nos parâmetros que ensejamos fazê-lo, interrogando como as metáforas funcionam no discurso jornalístico, especificamente no das revistas de informação *Veja* e *Revista do Brasil*, em reportagens que tratam de acontecimentos voltados para temáticas sindicais.

Víamos que, com nosso exercício analítico, ajudaríamos a ocupar um “entre lugar”, que deve ser – como apregoa Gregolin (2006, p. 07), na apresentação da obra de Courtine, “[...] por excelência, o lugar da produção de conhecimentos científicos”. Sacodiríamos a poeira, como brinca a autora, de um saber que têm raízes fincadas na Antiguidade (como

---

<sup>20</sup> Cumpre apontar que a terceira pesquisa – Silva (2006) - usa as noções de Michel Pêcheux apenas na estruturação do conceito de Formação Discursiva.

veremos no Capítulo 3), ocupando o vácuo acadêmico que trespassa o “ser revista” e, paralelo a isso, estaríamos “[...] pensando as revistas para além de meros reflexos na externalidade dos acontecimentos” (DALMOLIN, 2013. p. 294). Estaríamos, como pede Braga (2011), “desentranhando” um objeto comunicacional das demais áreas do conhecimento humano e social. Ou, como pede Resende (2011, p. 06), iluminando uma problemática obliterada por ir de encontro à lógica de um discurso ordenador, qual seja, a de observar o “[...] papel da linguagem na constitutibilidade dos meios”.

### 1.3 DAQUILO QUE VAMOS FAZER E COMO VAMOS FAZER

#### 1.3.1 As opções metodológicas

O mote deste subcapítulo é apresentar a estrutura do quadro metodológico adotado na tese. A intenção é fundamentar porquê e como cada uma das operações aqui utilizadas são adequadas aos gestos de leitura que fizemos.

De antemão, convém manifestar que nosso propósito foi manter uma vigilância epistemológica e um distanciamento crítico, apresentando possíveis limitações e contradições, como também novas perspectivas, mantendo, porém, uma interação com o objeto de estudo e participando como integrante ativo da pesquisa. Tomamos as palavras do antropólogo Darcy Ribeiro (1995, p. 17) como inspiração: “Não se iluda comigo, leitor. Além de antropólogo, sou homem de fé e de partido. Faço política e faço ciência movido por razões éticas e por um fundo patriotismo. Não procure, aqui, análises isentas”.

Frente a isso, todos os posicionamentos assumidos aqui estão, indubitavelmente, impregnados de impressões pessoais pregressas e nas disputas e debates político/teóricos eles estarão claramente postos. Não esqueçamos que a neutralidade em qualquer aspecto é impossível e enganosa<sup>21</sup>. Postulado que na Análise de Discurso (AD) – malha teórica que está servindo de esteio a nossa tese - é explícito. “[...] o analista de discurso não é uma pessoa neutra” (MAZIÈRE, 2007, p. 23).

O simples modo como o pesquisador vai engendrar seu arranjo analítico, selecionar seu *corpus*, é produto de um gesto interpretativo, em que direcionamentos são pretensamente vigiados e contidos. Pêcheux (1980, p. 182) endossa: “*no se puede pretender hablar de*

---

<sup>21</sup> Quando defendemos a inexistência de neutralidade não significa que estamos tomando partido, deliberadamente, por situação “A” ou “B”. Significa que nossas escolhas – metodológicas, epistemológicas, conceituais – decorrem, inevitavelmente, em um determinado juízo.

*discursos políticos sin tomar posición simultaneamente, en la lucha de clases, ya que esta toma de posición en realidad determina el modo de concebir las formas materiales concretas bajo las cuales las ideas entran en lucha en la historia*<sup>22</sup>.

Assumindo tais prerrogativas, passemos a delinear a *política de leitura* (COURTINE, 2006, p. 09) que conduz nossa pesquisa. Antes, uma ressalva. Courtine (2006, p. 09, grifo do autor) parte da concepção que a AD “[...] é uma prática de leitura dos textos políticos, e até mesmo um pouco mais: *uma política de leitura*”. Não nos debruçaremos sobre textos, propriamente, políticos, e sim sobre textos - ou unidades significativas – jornalísticos, que servem de estrado para o discurso político, que podem abarcar conflitos políticos. Nem por isso, ignoramos que sobre a “opaca” fala jornalística reine preceitos políticos. É isso que nos faz pensar que a visão courtiniana – de *política de leitura* - se adequa a nossa proposta analítica. Se a AD *é uma escritura da escritura* (COURTINE, 2006) produziremos, nós, nosso próprio *efeito de leitura*.

Embasaremos nosso trabalho na AD de matriz francesa. Não somente do ponto de vista metodológico, mas teórico-metodológico. Há uma miríade de possibilidades, e a AD da margem a isso, de o pesquisador elaborar seu próprio dispositivo analítico (ORLANDI, 2012a), desde que os conceitos e procedimentos acionados sejam eficazes na resolução das dúvidas levantadas.

A AD nos embasa para criticar a ideia de que o jornalismo seja reflexo da realidade<sup>23</sup>. Ela promove o encontro da linguística com a política, “[...] ainda que as modalidades desse encontro [como é o discurso jornalístico] sejam objeto de um silêncio um pouco embaraçado ou de numerosos desvios” (COURTINE, 2006, p. 13). Ela vai além do que está na superfície das evidências, contribui Orlandi (2012a).

A linguagem é incapaz de garantir que um dado acontecimento seja relatado “fielmente”. Ela até pode estar presa a um sistema de regras formais (ORLANDI, 2012a), mas

---

<sup>22</sup> “*Não podemos fingir falar de discursos políticos sem tomar simultaneamente posição na luta de classes, já que esta postura, na realidade, determina nossa maneira de pensar as formas materiais específicas em que as ideias entram em luta na história*”. Tradução nossa.

<sup>23</sup> As teorias Construcionista e Interacionista do jornalismo efetuam uma crítica muito semelhante. A primeira vê as notícias como construções sociais, numa contestação à abordagem do Espelho, calcada sob as bases positivistas de Auguste Comte. A objeção baseia-se na impossibilidade de se “[...] estabelecer uma distinção radical entre realidade e os *media* noticiosos que devem ‘refletir’ essa realidade, porque as notícias ajudam a construir a própria realidade” (TRAQUINA, 2005, p. 168, grifos do autor). A segunda sentença que as notícias emanam de um processo que passa pelas fases da percepção, seleção e transformação dos acontecimentos, regidas pela pressão do tempo, desempenhadas por profissionais com certa autonomia e que partilham de uma cultura comum. Optamos por abrir mão destas duas teorias e ficar apenas com a AD porque a ela estão encadeados conceitos que melhor instrumentalizam nossa análise.

ao colocá-la em movimento, fundando discursos, não há como não vê-la “[...] fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2012a, p. 15). As reportagens/notícias nutrem-se de recursos simbólicos sempre empenhados em uma memória. A incansável vigilância do jornalismo na objetividade e literalidade resvala a todo instante e deixa emergir que todo e qualquer discurso lança mão de mapas de significados, inscritos na história e em vertentes socioculturais.

Quando são as metáforas que alimentam o discurso jornalístico há uma nítida despreocupação, em especial, com o efeito de literalidade. Talvez em grau menor ainda com a objetividade. Nem por isso, a classificamos como uma peça discursiva manipulativa. Ao questionarmos como elas funcionam no discurso jornalístico não estamos querendo descortinar uma pretensa simulação. “A tentativa pouco ingênua de querer desentocar a ideologia oculta animou a AD desde seus inícios, mas foi rapidamente relegada pela idéia de ‘carta roubada’, onde estaria a própria evidência da demonstração que esconderia o objeto” (MAZIÈRE, 2007, p. 63). O que nos move é o ato de deslindar uma materialidade que interessa enquanto processo discursivo.

Buscar a verdade por detrás de tais práticas de leitura seria buscar preencher um buraco, enxertando nele sentidos desvendados, como se fosse possível encontrar palavras que se escondem, por isso a pergunta pertinente e inquietante de Pêcheux: que falta é preciso exorcizar por meio de dispositivos de leitura? Está se pensando em descobrir o que se esconde atrás do que se diz? (DALTOÉ, 2011, p. 21).

Após essa breve digressão, retomamos os posicionamentos de análise que neste estudo nos guiam. O principal deles – e crucial – é considerar expressões metafóricas como exemplares discursivos. Ele decorre da necessidade de ler outras palavras naquelas palavras que aparentam, como dissemos na Introdução, ser nada mais que um paramento textual. Ou seja, privilegiaremos a ideia de *processo*, *articulação* e *funcionamento*, próprias da AD.

Em disposição teórica simétrica, admitimos as revistas *Veja* e *Revista do Brasil* como dois lugares de fala díspares e, justamente por isso, as escolhemos como nossos objetos. O sentido das palavras não é imune às suas próprias condições de produção, ao *lugar* de onde é originado.

Para dar sequência ao cumprimento do objetivo central desta tese – que busca compreender o funcionamento da metáfora no jornalismo, analisar os aspectos que diferenciam sua presença em *lugares de fala* distintos, como o são o de *Veja* e *Revista do Brasil*, e detectar como opera este artifício discursivo entre os polos parafrásticos e



polissêmicos – empregamos uma posição que atua entre a “descrição e a interpretação” (ORLANDI, 2012a, p. 28).

A primeira etapa constitui-se num estudo teórico acerca do discurso jornalístico e da metáfora – Capítulos 2 e 3, respectivamente. Trata-se de um movimento introdutório à de-superficialização (ORLANDI, 2012a, p. 66) dos objetos centrais de nossa análise (o discurso jornalístico e as expressões metafóricas), que não só leva em consideração a sua não transparência, enquanto processo discursivo, como evidencia suas especificidades em relação ao domínio teórico aqui aplicado.

É essa reflexão, associada à noção de funcionamento (desenvolvida no Capítulo 5, quando já estivermos imersos no movimento de análise), cabal para a AD, que dará guarida aos nossos próximos passos analíticos. “[...] o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso” (ORLANDI, 1996, p. 117). Isso significa que estaremos revelando situações que, no que se refere à metáfora, passam despercebidas à sombra de outros eixos teóricos, onde o extrato analítico concorre por sua essência e não pelo modo como funciona.

Assim, esquematizamos a continuação de nossa análise a partir de estágios que estão prescritos em nossos objetivos específicos:

- a) Estudar o lugar de fala de *Veja* e *Revista do Brasil*;
- b) Verificar quais são os sentidos produzidos pelas metáforas sobre temas sindicais nestas publicações;
- c) Analisar o funcionamento das metáforas e observar seu trânsito entre paráfrases e polissemias;
- d) Apontar as consequências do funcionamento das metáforas: ou para uma possível condição autoritária do discurso jornalístico ou para a instauração da polêmica.

A proposta metodológica desta tese passa pelo pensar o funcionamento da metáfora no jornalismo nos quadros de dois lugares de fala distintos – o de *Veja* e o da *Revista do Brasil*. Entendemos o *lugar de fala* como condição *sine qua non* para a configuração do sentido. As discussões sobre esta noção-conceito – objetivo específico “a” - são feitas ainda no tronco teórico deste estudo (Capítulo 4). Mas, é no Capítulo 5 que trazemos as particularidades do funcionamento da metáfora, à luz do *lugar de fala* que cada revista – *Veja* e *Revista do Brasil* – concede a si. “[...] o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2012a, p. 39).

Todavia, para chegarmos às singularidades deste funcionamento, precisávamos examinar os sentidos produzidos pelas revistas – nas reportagens sobre temas sindicais – de uma maneira mais geral, pois só chegaremos ao funcionamento de qualquer materialidade discursiva se antes passarmos pelas marcas significantes. A realização desta tarefa (cumprimento do objetivo específico “b”), que – voltamos a dizer - passa pelo todo da reportagem, deixando as metáforas de fora (ainda que algumas delas apareçam nas Sequências Discursivas selecionadas para exemplificar as marcas discursivas), faz apelo à interdiscursividade, exercita-se pelos entremeios, reflexos indiretos, efeitos, da concretude à forma como o movimento sindical é noticiado por *Veja* e *Revista do Brasil*. É ela que vai realçar – fase seguinte (objetivos específicos “c” e “d”) o modo de funcionamento da metáfora – propriamente dita - e suas idiossincrasias em dois *lugares de fala*.

Como nossa “escuta” analítica prioriza o funcionamento das expressões metafóricas, ela deve, obviamente, reconhecer o “mundo das aparências” de seus enunciados, os atravessamentos de sentidos, a correlação de forças, a sua axiomática transição entre a estabilização e a ruptura. Sob assunção da AD, o discurso

[...] acolhe o jogo entre o estabilizado e o sujeito ao equívoco, espaço de deslimites e de indistinções em que o “pedagogicamente higienizado” [...] convive com o movimento indeciso das interpretações. Lugar de falha, de equívoco, do trabalho do inconsciente e da ideologia: espaço da interpretação. Ideologia não se aprende, inconsciente não se controla com o saber. Eis o homem, ou melhor, o sujeito posto na ordem dos efeitos do simbólico e da história (ORLANDI, 1998, p. 11).

A metáfora não foge à regra. Os sentidos que elas revelam fazem a ideologia se manifestar e, nessa passagem, as palavras (aqui concretizadas em expressões metafóricas) se aproximam ou se distanciam pela materialidade que as abastecem. Daí nossa próxima parada analítica (conforme antecipamos – objetivo específico “c”) – com base no que vimos na apuração dos sentidos e no seu funcionamento - aprecia como se dá o tráfego discursivo da metáfora entre a paráfrase e a polissemia. A linguagem – seja ela metafórica ou não – se faz na articulação deste conflito, “[...] entre o que é garantido e o que tem de se garantir” (ORLANDI, 1996, p. 27). Nossa análise avalia esse processo isoladamente – pois retoma a singularidade do *lugar de fala*, ora em *Veja* e ora em *Revista do Brasil*.

Em Orlandi (2012a, p. 36), a paráfrase acarreta na estabilização do sentido. “Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”. Ao passo que a polissemia, desloca, rompe os processos de

significação. “A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico” (ORLANDI, 2012a, p. 38).

Nossa trajetória ensaística revelou que a metáfora – nesse trânsito entre o mesmo e diferente – ou reverte-se na disciplinação da significação (congelamento e retenção do discurso) ou num gesto de resistência. O primeiro está para a paráfrase e o segundo para a polissemia.

Pertence à Orlandi (1995, p. 56, grifo da autora) a ideia de disciplinação da significação. “[...] as palavras representam já uma disciplinação da significação ‘selvagem’ do silêncio. A produção verbal serve para a administração (gestão) do sentido”. As metáforas, na repetição de movimentos parafrásticos, tentam engessar, fechar, conter o sentido, limitando a liberdade do significante. Elas vestem de novo velhas palavras, velhos sentidos. Há uma tentativa de acorrentar significações, a fim de gerar um efeito de sentido que causa a falsa impressão de que a cadeia significante continua a se mover.

Sabemos, contudo, que o sentido não para. Ele é predeterminado por Formações Discursivas, cujas fronteiras são fluídas. Por isso, toda materialidade estabilizada, *a priori*, pode se desagregar, abrindo espaço para o novo, para um sentido “outro”. O gesto de resistência é reflexo, então, de um funcionamento que afronta o efeito de literalidade do sentido. Ele faz o irrealizado irromper. Desliza, deriva para outra FD. A metáfora, sob este prisma teórico, se coloca na contramão do sentido cristalizado, trabalha pelo não-um, não fecha o sentido.

Para concluir, no roteiro deste estudo interrogamos se o funcionamento das metáforas reforça uma possível condição autoritária do discurso jornalístico ou instaura a polêmica (último objetivo específico). Há pistas - como as de que as expressões metafóricas controlam a polissemia - levantados na execução dos níveis anteriores (avalizadas pelo trabalho preliminar da qualificação), que nos encaminham para a resposta de que prevaleça a feição autoritária do discurso jornalístico. Facultados por tais sinais, nos dedicamos – no subcapítulo final (5.6) - a travar esta discussão. O suporte teórico dela advém da categorização de Orlandi (1996). A autora defende que o discurso pode funcionar de três modos: lúdico, polêmico e autoritário. O jornalístico, entre tantas outras características que foram recenseadas no início da pesquisa – Capítulos 1 e 2 – carrega marcas dos três tipos – lúdico, polêmico e autoritário. Como as metáforas agudizam (e a esta altura podemos inquirir “como” e não tão somente “se”) a condição autoritária do discurso jornalístico é a meta derradeira.

Descrito o nosso *modus operandi*, passemos ao delineamento do *corpus*.

### 1.3.2 A construção do *corpus*

Apontado o método da pesquisa, passemos para a construção do *corpus*. Se nosso interesse são as metáforas, cumpre, como medida elementar, externarmos a forma como as extraímos do texto. O que, num eclético bloco de signos (como os que compõem uma reportagem/notícia, por exemplo), é expressão metafórica?

A título de estruturação do nosso *corpus*, partimos do discernimento que ela seja uma figura de linguagem<sup>24</sup>, isto é, a expressão que produz sentido figurado, que conserva como traço referencial um valor predicativo. “[...] o objeto é percebido e reconhecido de um modo todo especial. A relação analógica ou de semelhança, própria da metáfora, atinge idéias e sentimentos e não apenas objetos e envolve todo o enunciado, não só as palavras isoladamente consideradas” (D’ONOFRIO, 1980, p. 153).

Entendemos que a metáfora, como qualquer outro signo discursivo, produz sentidos. E é para eles que voltaremos nossos esforços, já que ao questionarmos o seu funcionamento no jornalismo, sobretudo em lugares de fala como o são os de *Veja* e *Revista do Brasil*, desviaremos nosso foco para o processo discursivo. São os sentidos que serão resolutivos na nossa problemática de pesquisa. E mais, nesse percurso teórico-metodológico, de captar a metáfora como figura de linguagem para, depois, sabatina-la por meio das lentes discursivas evidenciaremos que o “agir” das figuras não é o mesmo da visão linguística. Como poderemos ver (no Capítulo 3), essa perspectiva limita-se a reduzir a metáfora a algo pitoresco, esquecendo-se que o poético é intrínseco à linguagem (MARIANI, 2007) e que há uma profunda relação da materialidade linguística com a história e a sociedade.

Demarcados os limites metodológicos da metáfora, nossa próxima incumbência foi fixar balizadores temporais para a construção de nosso *corpus*. Como cada uma das publicações surgiu em períodos distintos, tomamos como marco inicial julho de 2006 (data em revista mais jovem – *Revista do Brasil* – passou a circular com efetividade) e como final julho de 2014. Chegamos a cogitar outras saídas, como separar textos de *Veja* a partir de 1968, data em que ela foi fundada, e da *Revista do Brasil* a partir de 2006<sup>25</sup>, mas, além de correremos o risco de termos em mãos uma quantidade imensa de documentos para analisar, que, poderia, inclusive, ameaçar o *deadline* de conclusão da pesquisa, não está no número de reportagens a saída para o problema levantado nesta tese. Tentamos ainda traçar numa “linha

---

<sup>24</sup> Vale lembrar que no terceiro capítulo desta tese, destinado ao estudo da metáfora, desenvolvemos um debate de maior fôlego teórico. Aqui, priorizamos seu aspecto metodológico.

<sup>25</sup> Evidentemente, centrados no tema sindicalismo.

do tempo” alguns acontecimentos de repercussão para o contexto sindical, a fim de estabelecermos um limite para a composição do *corpus*. Pusemos a ideia em prática experimentalmente servindo-nos do 1º de Maio – data em que se comemora no mundo inteiro o Dia do Trabalhador ou Dia do Trabalho -, contudo, a cobertura jornalística das revistas não respeita uma sazonalidade. Notamos que os registros não aconteciam todos os anos e nas duas revistas paritariamente.

À vista de tal incidência, decidimos, então, revisar todas as edições que circularam no período de julho de 2006 a julho de 2014. Número a número, página a página. No caso de *Veja*, efetuamos essa tarefa consultando o acervo digital da revista, que disponibiliza as edições na íntegra (com exceção sempre da última impressa)<sup>26</sup>. Já a *Revista do Brasil* tem parte das suas edições anteriores digitalizadas, mas elas nos foram disponibilizadas na íntegra pelos seus editores.

Face às alternativas que nos restaram e ao propósito de “ler outras palavras” (ORLANDI, 2012b, p. 19) no discurso da metáfora, tivemos o cuidado de, analiticamente, atuar no espaço temporal de nove anos em atenção aos modos de comunicar midiáticos, que, a nosso ver trafega entre o processo criativo e o produtivo.

[...] no processo criativo, no que diz respeito à linguagem, há um investimento no mesmo, mas que desloca, desliza, trabalhando o diferente, a ruptura; no processo produtivo, ao contrário, não se trata de produzir a ruptura, mas a quantidade, a reiteração do mesmo produzindo a ilusão do diferente, o variado. Pelo processo produtivo, o que temos é a variedade do mesmo em série (ORLANDI, 2001, p. 180).

Neste interim - aí voltando ao sindicalismo -, a imprensa acompanhou todas as suas movimentações (conjunturais, ideológicas). Nos anos 2000, a figura máxima desse meio – Luiz Inácio Lula da Silva – e o Partido dos Trabalhadores - PT (sigla cujo lastro político esteve, sobretudo na sua fundação, no movimento sindical e nos movimentos sociais) chega ao mais elevado posto político do Brasil - a presidência da República -, reconfigurando o modelo sindical. A própria instituição midiática sofreu intensas metamorfoses nessa década, impactando sua produção discursiva. Se deixássemos para trás todas essas modificações históricas e suas conseqüentes mutações discursivas, ocorridas no entremeio destes nove anos, reforçaríamos a condição fantasmática (COURTINE, 2006, p. 44) que a metáfora tem dado a si mesma – principalmente, a partir da ótica da linguística: “[...] conjunto homogêneo e eterno de enunciados”.

---

<sup>26</sup> O site do Acervo Digital de *Veja* é <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx> e nele estão disponíveis todas as edições da revista, desde a primeira, veiculada em 11 de setembro de 1968.

No intervalo desta quase uma década (2006 - 2014), há nas duas revistas milhares de matérias sobre outros milhares de assuntos. Dessa aglomeração jornalística, isolamos aqueles textos que centralizam ou tangenciam sua pauta no sindicalismo. A sua amplitude, todavia, obrigou-nos a filtrá-lo a partir de alguns substratos – tidos como intrínsecos à questão sindical, quais sejam: aspectos da conjuntura política sindical; aspectos atinentes às centrais sindicais; aspectos ligados às relações capital *versus* trabalho (emprego, desemprego, greves, protestos motivados por demandas trabalhistas, negociações salariais, alterações na legislação trabalhista/previdenciária); eventos importantes para o meio sindical (comemorações de 1º de Maio); e protagonistas do meio sindical.

Estes são os macrotemas que regularam a escolha dos textos retirados das duas revistas que fazem parte do nosso objeto empírico – *Veja* e *Revista do Brasil*. Aliás, os núcleos temáticos aqui mencionados não foram eleitos a esmo. Eles condizem com a realidade encontrada nos dois veículos e constatada em meio ao próprio processo de coleta desse material.

Nesses termos, nosso *corpus* circunscreve 52 reportagens, listadas nos quadros abaixo:

Quadro 1 – Reportagens que compõe o *corpus* - revista *Veja*

<b>REVISTA VEJA</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>EDIÇÃO</b>	
A triste face do neopeleguismo	09 de maio de 2007	T <sup>27</sup> 01
A lei, ora a lei	30 de maio de 2007	T02
Ocupar e arruinar	29 de agosto de 2007	T03
A mamata dos sindicalistas	21 de novembro de 2007	T04
A mamata continua	05 de dezembro de 2007	T05
Fogueira ideológica	16 de abril de 2008	T06
O país paga a conta	23 de abril de 2008	T07
Ele tinha a força	07 de maio de 2008	T08
O banquete de Paulinho	21 de maio de 2008	T09
Sindicato pedetista	28 de maio de 2008	T10
Forças ocultas	04 de junho de 2008	T11
Dia de deboche	10 de dezembro de 2008	T12
Acordo de vida curta	21 de janeiro de 2009	T13
O que move a greve na USP	24 de junho de 2009	T14
“Pra quebrar tudo é mais caro”	28 de outubro de 2009	T15
Ao contribuinte, a conta	09 de junho de 2010	T16
Greve ou férias	30 de junho de 2010	T17
Revolta impactante	30 de março de 2011	T18
“Eles pediram 1 milhão”	30 de novembro de 2011	T19
O engessamento dos empregos	18 de janeiro de 2012	T20
Bombeiros incendiários	15 de fevereiro de 2012	T21
Sindicalismo de resultados bilionários	22 de fevereiro de 2012	T22
Tudo parado	29 de agosto de 2012	T23
Até que o dinheiro os separe	05 de março de 2014	T24
<b>TOTAL: 24 reportagens</b>		

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

<sup>27</sup> Este “T” faz referência à palavra texto. Ele não apresenta caráter teórico. Serve apenas de ordenador numérico das reportagens que integram o *corpus* da pesquisa.

Quadro 2 – Reportagens que compõe o *corpus* - *Revista do Brasil*

<b>REVISTA DO BRASIL</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>EDIÇÃO</b>	
A hora do emprego	Setembro de 2006	T25
Bom começo	Janeiro de 2007	T26
A grana do trabalhador no PAC	Fevereiro de 2007	T27
Pior que o soneto	Abril de 2007	T28
A guerra não acabou	Maio de 2007	T29
Um dia em Brasília	Setembro de 2007	T30
A longa jornada, parte 2	Junho de 2008	T31
Cumpra-se	Outubro de 2008	T32
Entre a euforia e o bem-estar	Novembro de 2008	T33
A hora da resposta	Fevereiro de 2009	T34
Uma história na mão e um futuro a construir	Maio de 2009	T35
A mão da massa	Dezembro de 2009	T36
Caça à precarização	Abril de 2010	T37
Enfim, globais	Maio de 2010	T38
Projetos para o país	Junho de 2010	T39
O fim do silêncio	Fevereiro de 2011	T40
Além do consenso	Fevereiro de 2011	T41
Aceita esse tíquete	Junho de 2011	T42
Autênticos, moderados e arapongas	Agosto de 2011	T43
Bola dividida	Abril de 2012	T44
Questões de classe em jogo	Julho de 2012	T45
Imbróglio federal	Agosto de 2012	T46
Fala com a gente, Dilma	Abril de 2013	T47
Panelas vazias, ruas cheias	Junho de 2013	T48
Do tamanho do Brasil	Julho de 2013	T49
A CUT, o tempo e as ruas	Agosto 2013	T50
Freio na terceirização	Outubro de 2013	T51
Com os olhos em 2015	Abril de 2014	T52
<b>TOTAL: 28 reportagens</b>		

Fonte: Quadro elaborado pela autora.



Precisado nosso *corpus* empírico, a fase posterior foi – como pede Orlandi (2012a, p. 66) – transformar estes dados brutos em fragmentos discursivos.

O objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para chegar a ele é preciso, numa primeira etapa da análise, converter a superfície linguística [...], o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto linguisticamente de-superficializado, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de “realidade” do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, idéias e coisas.

A construção de um *corpus* discursivo, de acordo com Courtine (2006, p. 21) reclama “um conjunto de *procedimentos escópicos*” (termo lacaniano que indica “da ordem do olhar”):

a) delimitação de um campo referencial: “É assim que se opera uma primeira separação entre o visível e o invisível pelo traçado de um limite” (COURTINE, 2006, p. 21). Nosso campo referencial ficará restrito apenas às reportagens acima listadas. Como grande parte das que estão disponíveis em veículos do mesmo perfil, essas, igualmente, são compostas por vários elementos discursivos: texto, fotos, legendas, gráficos, ilustrações, entre outros. Nas revistas de informação<sup>28</sup> – só para constar - os textos ainda subdividem-se em informativos (reportagem, entrevista, notas) e opinativos (editorial, carta do leitor). Estreitamos nossas fronteiras aos “textos”<sup>29</sup> do gênero jornalístico reportagem, pois são eles que preponderam no jornalismo de revista informativa. Logo, entrevistas, editoriais e outras seções informativas serão desconsideradas.

A reportagem é por nós tomada como aquela notícia que recebe um tratamento jornalístico diferenciado. Ela é mais ampla e complexa, já que aprofunda o fato no espaço e no tempo e seu conteúdo recebe uma abordagem estilística (COIMBRA, 1993).

Sodré e Ferrari (1986) alistam as principais características definidoras da reportagem: predominância da forma narrativa; humanização do relato; texto de natureza impressionista e objetividade. Trata-se, sinteticamente, daquele texto que não se limita à factualidade (por isso a preferência do suporte revista), que explora causas e efeitos, que convoca mais que a fonte favorável e contrária. Ele contextualiza, aborda antecedentes e antecipa desdobramentos

<sup>28</sup> Não excluimos a *Revista do Brasil* da categoria “revista de informação”. Ela é revista de informação, mas com viés sindical. Trataremos sobre esse assunto demoradamente nos capítulos posteriores.

<sup>29</sup> O texto não é apenas um “dado” linguístico, mas um “fato” discursivo (ORLANDI, 2012a). “Os textos individualizam – como unidade – um conjunto de relações significativas. Eles são assim unidades complexas, constituem um todo que resulta de uma articulação de natureza linguístico-histórica. Todo texto é heterogêneo: quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos (imagem, som, grafia etc); quanto à natureza das linguagens (oral, escrita, científica, literária, narrativa, descrição, etc); quanto às posições sujeito” (ORLANDI, 2012a, p. 70).

futuros. Funde técnicas jornalísticas com literárias, cujo fito é envolver e seduzir o leitor<sup>30</sup>. Uma complicada descoberta científica – vislumbremos uma vacina contra o câncer – vira uma história agradável de ser lida.

Toda reportagem é composta de inúmeros subelementos jornalísticos, que vão dos textuais aos iconográficos. Nós restringiremos nosso ambiente discursivo às metáforas dispostas nas cartolas, títulos, entretítulos e no corpo<sup>31</sup> principal e secundário das matérias. No tocante à cartola, que levianamente poderíamos aventar não poder condensar uma expressão metafórica, vamos à Romão (2005, p. 245). A autora sustenta que a simples metáfora “chapéu da notícia”, por sê-la introdutória, já seja merecedora de uma discussão avantajada.

b) segmentação do campo: “[...] um esquadrinhamento que restringe o ‘visto’ aos únicos textos e fragmentos de textos, trechos, pequenas ou grandes partes de discursos que serão captados” (COURTINE, 2006, p. 21). Apossando-nos dessa dinâmica, transformaremos todas as metáforas, assentadas sobre a faceta discursiva do campo outrora dividido em Sequências Discursivas. No raciocínio metodológico de Courtine (2009, p. 54), “[...] a constituição de um *corpus* discursivo é uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano), hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa”. Assim como fez Daltoé (2011), que acolheu as diretrizes courtinianas, nós agruparemos SDs – tanto genéricas (do todo do texto), quanto apenas metafóricas - capazes de comprovar o funcionamento da metáfora na tessitura discursiva do jornalismo, num manuseio sistematizado a partir dos objetivos propostos.

É com base nessa estrutura analítica que sabatinaremos, escudados na metáfora, como trabalha a linguagem e funciona a discursividade (ORLANDI, 2012a) em *Veja e Revista do Brasil*.

### 1.3.3 Algumas considerações metodológicas

Julgamos prioritário – antes de submergirmos, de fato, na análise (Capítulo 5) – relatar alguns dos “rastros” discursivos encontrados durante a coleta do material. Eles são imprescindíveis para uma leitura globalizante do objeto.

<sup>30</sup> Falamos em leitor porque nosso destaque é para reportagens de revista, mas este é um gênero que se faz presente em outras bases midiáticas.

<sup>31</sup> Como “corpo” – principal e secundário – temos o restante do texto, os demais parágrafos, onde as informações da reportagem estão dispostas: o *lead*, os boxes, as retrancas.

Confirmamos, ao vasculhar esses arquivos, que os *lugares de fala* que cada uma das revistas forja para si é peremptório no espaço dado às reportagens indexadas como “sindicalismo”. Deveras, é a superfície discursiva da *Revista do Brasil* que elas frequentam com mais assiduidade. Contudo, é nessa publicação que o sindicalismo tem uma abordagem menos direta. O tema é explorado através de questões que o contornam (falaremos mais sobre esta impressão nos Capítulos 4 e 5).

Foi nesse veículo que quatro matérias receberam a capa (manchete), a área mais nobre do jornalismo de revista, os chamados “[...] pequenos *outdoors* [...]” (BENETTI; STORCH; FINATTO; 2011, p. 59) - e quatro tiveram destaque nas chamadas de capa. Na publicação da Abril, contabilizamos uma capa (manchete) e quatro chamadas de capa. Entretanto, esses são os primeiros auspícios de que os números não falam por si. No discurso, a ausência de “som” (de textos, de palavras) transborda sentidos.

Capas da revista *Veja* em que as reportagens do *corpus* tiveram destaque:

Figura 1: T04



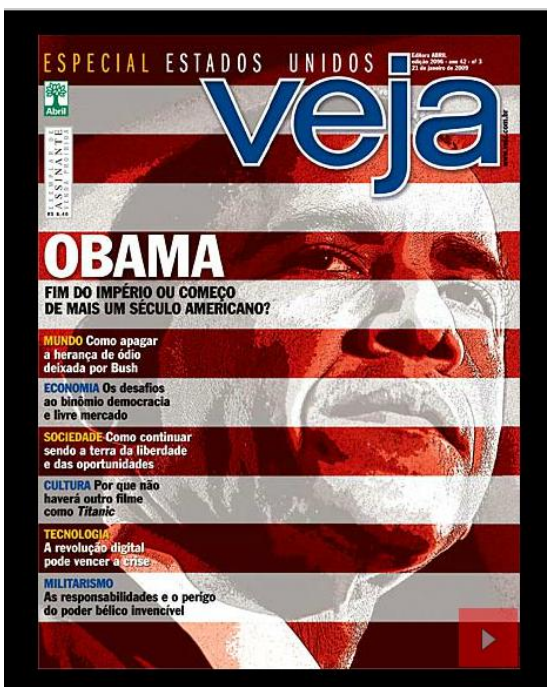
Fonte: Acervo digital revista *Veja*

Figura 2: T09



Fonte: Acervo digital revista *Veja*

Figura 3: T13



Fonte: Acervo digital revista *Veja*

Figura 4: T19



Fonte: Acervo digital revista *Veja*

Figura 5: T21



Fonte: Acervo digital revista *Veja*



Capas da *Revista do Brasil* em que as reportagens do *corpus* tiveram destaque:

Figura 6: T29



Fonte: Acervo digital *Revista do Brasil*

Figura 7: T34



Fonte: Acervo digital *Revista do Brasil*

Figura 8: T39



Fonte: Acervo digital *Revista do Brasil*

Figura 9: T42



Fonte: Acervo digital *Revista do Brasil*

Figura 10: T44



Fonte: Acervo digital Revista do Brasil

Figura 11: T47



Fonte: Acervo digital Revista do Brasil

Figura 12: T49



Fonte: Acervo digital Revista do Brasil

Figura 13: T50



Fonte: Acervo digital Revista do Brasil



Reparamos que o tópicio “sindicalismo”, ao menos no escopo das variáveis por nós elencadas (1.3.2), quase não está na ordem do dia das redações, seja na de *Veja*, seja na da *Revista do Brasil*. Se nos concentrarmos nos números brutos, podemos afirmar que a incidência de reportagens concentradas em temáticas sindicais (polarizadas ou transversas) quase se equivale em *Veja* e *Revista do Brasil*. Das 432 edições de *Veja* que circularam no período submetido à análise (2006 – 2014), “sindicalismo” foi noticiado – nos parâmetros acima expostos – em 24 delas. Enquanto que nas 108 edições da *Revista do Brasil*, a ocorrência do assunto se dá em 28 edições. Se ambas as publicações tivessem a mesma periodicidade<sup>32</sup>, nos nove anos de circulação, “sindicalismo” teria aparecido 22,2% de vezes em *Veja* e 25,9% na *Revista do Brasil*.

Esses dados não são signos inertes (MAINGUENEAU, 2001). Eles delatam, ainda que insipidamente, que nem sempre a imagem que os veículos fazem de si, o *ethos* discursivo, condiz com o que elas verdadeiramente são. Ora, *Veja* é uma revista genérica, cujo *lugar de fala* não é o mesmo da *Revista do Brasil*, como veremos no Capítulo 4. *A priori*, a presença do “sindicalismo” deveria ser muito mais intensa na *Revista do Brasil*, que é editada e financiada pelo meio sindical e dirigida à classe trabalhadora.

Por que não o foi?<sup>33</sup> Há uma profusão de respostas para essa pergunta. Entre elas, a de que no veículo o tema se dilui, por ser angulado à política, à economia<sup>34</sup>. Mas é Araújo (1998, p. 80) quem talvez indique a que melhor faça jus à fisionomia do movimento sindical contemporâneo, logo de sua produção jornalística:

Diante da realidade sindical amalgamada pela heterogeneização crescente da estrutura produtiva, marcada pela consequente diversificação dos interesses e temáticas reivindicatórias dos trabalhadores assalariados, carente de práticas coletivas que superem as divisões ideológicas, a sua imprensa firma-se como instrumento de ação e testa os seus alcances e limites, também, como objeto de conhecimento com feição jornalística e discurso próprios.

O produto *Revista do Brasil* – opostamente à *Veja* – ainda passa por um processo de autoafirmação editorial. Sua natureza *sui generis*, de não caracterizar-se nem como uma

---

<sup>32</sup> *Veja* tem periodicidade semanal e *Revista do Brasil* mensal.

<sup>33</sup> Não estamos, a partir desse elemento apenas, dizendo que na *Revista do Brasil* não prepondera a “voz” do trabalhador. Não foi isso que comprovamos em situação precedente. Nossa alegação, aqui, se detém no quesito “sindicalismo” – reportagens sobre.

<sup>34</sup> Voltamos a advertir que esse assunto será debatido com maior rigor nos Capítulos 4 e 5.



revista comercial, nem como um veículo puramente sindical<sup>35</sup>, somada à instabilidade estrutural do sindicalismo brasileiro, fazem dela pivô de várias contradições e enigmas.

Podemos, por outro lado, endossar que sindicalismo é quase subtraído (ou pouco falado) de *Veja* baseado nos nítidos contornos - comerciais, editoriais, políticos – que ela imprime ao seu fazer jornalístico. Há pesquisas (TFOUNI; ROMÃO, 2004; SOUZA, 2004) que atestam e enumeram os porquês dela só dar destaque a pautas sindicais e a sindicalistas que se apresentam em alguma condição de anomalia (social, política). Mas, não podemos ser taxativos e garantir que a *Revista do Brasil* adote este ao aquele critério para não falar – numa intensidade semelhante à de *Veja* – do movimento sindical. A insipiência científica acerca da revista não nos permite ser conclusivos, uma vez que não há nenhuma outra referência acadêmica sobre a ela.

Encontramos ainda no acervo das duas revistas textos que traziam sindicalistas como fonte – aí em grandes proporções na *Revista do Brasil*, algo que confere com o *lugar de fala* que ela ocupa na cena discursiva (também estudaremos isso no Capítulo 4) -, mas, alguns deles foram descartados, ou pelo papel de coadjuvantes que esses personagens ocupavam nas reportagens<sup>36</sup>, ou porque eles estavam descontextualizados dos núcleos temáticos erigidos para a pesquisa. Deparamo-nos com outras tantas reportagens que traziam no corpo da matéria os vocábulos “sindical”, “sindicalista” e “sindicato”, mas que destoavam de sindicalismo, de ações sindicais. *Veja*, para ilustrar, na sua edição de 04 de junho de 2014, veiculou a reportagem intitulada *Sindicato do crime*<sup>37</sup>. O teor dela, conquanto, nada tem a ver com o movimento sindical. Ele serviu para denunciar o envolvimento de deputados e de um assessor ministerial com o doleiro Alberto Youssef, preso por envolvimento em um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro.

Uma atitude editorial nada acidental, aliás. Com este gesto discursivo, *Veja* consigna uma memória às organizações sindicais. Ao atrelar a elas o comportamento transgressor que políticos e um funcionário público estão tendo frente o erário público, ela naturaliza um sentido “comum” (MARIANI, 1998) para a conduta sindical. A palavra “sindicato” funciona como uma síntese-narrativa que programa sua leitura a partir de objetos que estão em outro lugar, que são de outra ordem para construir uma univocidade lógica em torno do

---

<sup>35</sup> O “puramente sindical” não quer dizer que ela não faça jornalismo sindical. A expressão equivale a ser mero *house-organ*.

<sup>36</sup> Calha recuperar que todas as reportagens que deram relevância a algum sindicalista estão inclusas nesse *corpus* de pesquisa.

<sup>37</sup> *Sindicato do crime* é também título de um longa-metragem inglês, gravado em 1969, e dirigido por Basil Dearden. A obra conta a história de uma jornalista que, em busca de uma grande reportagem, envolve-se com o chefe de uma gangue de assassinos. São esses resquícios discursivos que interpelam a reportagem de *Veja*.

acontecimento. E, se é nos “arquivos da mídia”, como cita Davallon (1999, p. 23), que a memória social repousa “inteiramente”, há que dimensionarmos o quanto *Veja*, com seu agigantado poder de fala, tem colaborado na construção de um imaginário para o movimento sindical brasileiro.

Apercebemo-nos, por outro lado, que o silêncio é tão ou mais rumoroso que as letras garrafais dos títulos de *Veja* que trazem o termo “sindicato” – tal qual em *Sindicato do crime*. Em parte das reportagens que dão concretude ao nosso *corpus*, sindicalistas – embora estejam enredados pelo acontecimento – são vilipendiados discursivamente. *O país paga a conta* (T07) – de 23 de abril de 2008 – dá mostras disso. O texto aborda a greve dos auditores fiscais da Receita Federal, ouve um preposto da Associação de Comércio Exterior do Brasil, mas joga à obscuridade o porta-voz dos grevistas. O silêncio, valendo-nos de Orlandi (1995, p. 33), não é a *falta* (a *falta* da voz do sindical) – mas a “linguagem como *excesso*”. Ao calar um dos “lados”, sobram sentidos nas linhas de *Veja* que ofertam guarida a sua postura ideológica, de ser contra levantes grevistas, de alentar posições dominantes.

O silêncio volta a significar em 2013, quando não localizamos um único texto a respeito de “sindicalismo” em *Veja*. Essa “ausência”, para Orlandi (1995, p. 53), que, por sua vez, orienta-se em Lyotard, estaria viva, e em quatro possibilidades: “[...] a) esse caso não é da sua conta; b) esse caso não existe; c) esse caso não é significável; d) esse caso não é da minha conta”. Ainda que a autora aprecie a categorização de Lyotard como facilitadora para a compreensão do silêncio, ela critica-a por remetê-lo ao dito, à frase. Orlandi (1995) rotula o feito (ou não feito) de *Veja* como política do silêncio. Apesar de operários de vários canteiros de obras, principalmente da Copa do Mundo, cruzarem os braços; de mobilizações levarem milhares de pessoas às ruas<sup>38</sup> – algumas com influência sindical –; do Congresso Nacional tentar votar um dos projetos de lei que mais afetariam a classe trabalhadora<sup>39</sup> – nada disso, no decurso de 2013, a rigor, “aconteceu”. São os analistas simbólicos que, albergados num campo social em que a palavra tem eficácia – o jornalístico – outorgam o estatuto de existência (BERGER, 1998) a determinado fato. Na interdição de *Veja* há visíveis coordenadas que desvelam o seu caráter político e ideológico.

Antagonicamente à *Veja*, é no ano de 2013 que a *Revista do Brasil* dissemina seu maior número de matérias (cinco do total), inclusive com três delas na capa (duas manchetes e uma chamada). Isso não só ratifica que a prática jornalística é feita de escolhas (o que uma

<sup>38</sup> A revista chegou a noticiar os protestos que varreram o Brasil nos meses de junho e julho de 2013, mas nenhuma das reportagens enfoca o movimento sindical como um dos agentes destas ações.

<sup>39</sup> Falamos do Projeto de Lei 4330, que permite a terceirização total, até mesmo das atividades-fim, e precariza as relações de trabalho. A “PL4330”, todavia, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, em maio de 2015.

preferiu sonegar a outra mostrou vultuosamente), que as preocupações de cada veículo, necessariamente, não coincidem, mas, acima de tudo, que os valores-notícias são combinados às cartilhas editoriais de cada veículo. Não “coube” – reeditando Berger (1998) – na ideologia discursiva de *Veja* a quase convulsão social que assolou o Brasil nos meses de junho e julho de 2013, tampouco pelo ângulo que a equipe de editores da *Revista do Brasil* fez “cabere”, a qual imputou protagonismo ao movimento sindical (suas demandas).

Não nos enganemos que, mesmo neste movimento de (super) exposição dos fatos – como fez a *Revista do Brasil*, em 2013 -, nada tenha sido “postergado”. Para a plataforma teórica a que nos filiamos, o silêncio é constitutivo da linguagem. “[...] o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é” (ORLANDI, 1995, p. 33, grifos da autora). Do contrário, toleraríamos uma espécie de laicização (no sentido político) do discurso jornalístico. O que existe de fato é um povoamento de signos visíveis que vendem a ideia de controle pelo que “aparece”, por tudo que se lê, se ouve, se assiste, se clica. São naqueles discursos que nos chegam todos os dias – ou uma vez por semana ou por mês, como é o caso das revistas *Veja* e *Revista do Brasil* – que a política logra seus melhores resultados.

Essa é a epígrafe das análises que se seguem.

## 2 DOS DISCURSOS QUE NOS PAUTAM

*“Essa transparência absoluta do discurso jornalístico é a transparência, às vezes, dos abismos gelados, transparentes: você mergulha e não volta”.*  
Muniz Sodré, 2015, p. 127

### 2.1 O DISCURSO DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Inauguramos nossa discussão partindo da premissa que o discurso jornalístico é, na atualidade, um dos lugares privilegiados onde se digladiam os demais discursos sociais. Para Resende (2007, p. 81), o campo dos *media* estabelece uma constante correlação de forças com outros campos (político, econômico, religioso...), “[...] já que ele se faz estrutural na constituição e composição desses lugares”. Como é do jornalismo a tarefa de *falar sobre* (MARIANI, 1998) tais instâncias é no campo do discurso que essa disputa – “[...] com todas as suas assimetrias e fragmentações [...]” (RESENDE, 2007, p. 82) – se dá.

Não existe um campo discursivo insular, mas contingências da modernidade têm feito do jornalismo e de seu discurso, cuja materialidade está na informação, um universo especialmente dotado de capacidade de fazer circular diferentes áreas do saber. “Em sua ação ritualística e cotidiana, eles [discursos midiáticos] vão anunciando o ‘real’ e convertendo-se, eles mesmos, no lugar por onde a realidade passa e ao mesmo tempo também é elaborada” (PEREIRA, 2007, p. 23).

A força não está na palavra jornalística em si, mas no campo e na eficácia simbólica deste campo que a faz existir. Somos autorizados por Berger (1998) a vincular estas duas particularidades à credibilidade. São os “efeitos de verdade”, forjados pelos enunciadores midiáticos, que lhe permitem, mais que dizer sobre um “real”, fazer crer.

Não podemos traduzir tais efeitos como uma prática fictícia ou manipulatória. Ainda que as fronteiras entre “real” e imaginário nem sempre tenham cercas bem definidas, o jornalismo, mesmo esse feito sob auspícios pós-modernos, está guarnecido de valores que lhe colocam num patamar social que nenhuma outra instituição possui: só ele pode dizer da notícia; só ele pode falar das histórias (TRAQUINA, 1999) que, se forem na velocidade do online, a cada segundo invadem a tela dos nossos computadores.

As estórias<sup>40</sup> que os jornalistas contam, tutela Traquina (1999) em adesão a Gaye Tuchman, são fruto de uma realidade detentora de sua própria validade interna. Parte dessa confiança é devida à objetividade. Tuchman (1999) a demarca como “ritual estratégico”. Em poucas linhas, consiste numa série de procedimentos adotados pelos jornalistas como forma de escudo contra possíveis críticas de que o fato tenha sido inventado. Mas, como a mesma autora sublinha, a rendição a tais regras não deixa de ser um convite à percepção seletiva. A insistência positivista da neutralidade serve, alerta Tuchman (1999), de fachada para o jornalista emitir sua opinião.

Jaz ao abrigo do discurso jornalístico um agrupamento de “rituais estratégicos”, implícitos, reajustados *pari passu* às transformações da sociedade e adaptados às expectativas dos seus interlocutores, que transformaram a imprensa – administradora desse discurso – no “[...] lugar de referência, de preservação de valores e de produção de sentidos [...]” (PEREIRA, 2007, p. 13). E, entre as processualidades que fazem o interlocutor do discurso reconhecer-lo como legítimo lugar da enunciação jornalística, está o ritual.

Este conceito, a partir de Foucault (1996), nos dá suporte para pensarmos alguns meandros do funcionamento do discurso jornalístico.

[...] o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção (FOUCAULT, 1996, p. 39).

A mídia e o relato noticioso, por sua vez, seguem este protocolo. Desvio ético, perguntamo-nos? Não, adverte Eugênio Bucci, na introdução à obra *Poder no jornalismo*, de Gomes (2003). Ele alega que é da natureza do fato que já nasce como relato. E relatos são elementos discursivos que, ainda que tendam para um ou outro lado (e sempre vão pender, pelo efeito ideológico), seguirão sendo pavimentados por sentidos e significados. O discurso jornalístico, assim sendo, não só constrói como ordena aquilo que aclamamos como “realidade”.

É com base na filosofia de autores como Foucault e Deleuze que Gomes (2003) faz tal inferência. São pensamentos que guardam distinções, mas se complementam. Conforme a

---

<sup>40</sup> Segundo Traquina (1999) a palavra “estória” generalizou-se entre jornalistas, primeiro, norte-americanos, depois entre portugueses para referir-se às notícias. Entre os brasileiros – e essa não é uma conclusão de fundo empírico, mas sim, dedutivo, pois aqui a prática jornalística é hereditária da norte-americana – essa transposição lexical também é comum.

autora, o poder do jornalismo estaria assentado em dois eixos equidistantes: disciplina/controlar. A disciplina, condutora das reflexões foucaultianas, abrange um projeto de controle. Os *dispositivos disciplinares* “[...] funcionam como significações dadas a partir de uma organização discursiva de base, da qual derivam e na qual se sustentam” (GOMES, 2003, p. 56). Em coextensão, as *palavras de ordem*, de Deleuze, não são explícitas, imperativas, mas todos os atos de fala que, imprescindivelmente, estão comprometidos com algum enunciado.

Os discursos jornalísticos perfazem, a cada novo acontecimento narrado, sistemas restritivos que ordenam como devemos ver o mundo. Para dizer é preciso nomear. “Nomear é isolar campos, é instrumento *não de representar o mundo como ele é*, mas de recortar [...]. Nomear é também substituir” (GOMES, 2003, p. 20, grifo da autora). Escudada numa linguagem objetiva, caudatária da escola norte-americana, a mídia elege os que estão habilitados, qualificados para serem suas fontes, decide se, onde e como tal assunto vai ser noticiado. Proclama, antes de qualquer julgamento de foro jurídico, quem é o assassino e quem é a vítima, para ficarmos nas clássicas notícias de polícia.

Há sempre um *script* a ser seguido pelo “escutador e transcritor de estórias”, que obrigam-no a submetê-lo à *ordem do discurso* (FOUCAULT, 1996). Este sujeito não pode falar qualquer coisa, a qualquer tempo e lugar. O dito jornalístico passa, necessariamente, por mecanismos de controle, de segregação.

Se uma determinada notícia sobre greve vai para a editoria de polícia e é coberta pela cartola “conflito” – como reiteradas vezes vemos nos jornais e revistas – é porque ali está imbricada uma “educação dos sentidos” (GOMES, 2003). A instrução perceptiva, nas raias deste exemplo, é de que os movimentos paredistas são ilegais, infringem a ordem, são causadores de prejuízos<sup>41</sup>. Nesse sentido, adscrive Gomes (2003, p. 44, grifo da autora), o discurso decanta uma “educação *em valores*”. Retomemos a greve: somos interpelados e educados a nos mantermos inertes, não enfrentarmos as investidas do capital (lembrando que a greve é um instrumento de defesa dos trabalhadores contra retiradas de direitos, por melhores salários e condições de trabalho), mas não porque o mundo que deva ser vivido seja o da absoluta letargia (ao contrário). Porque para o trabalhador cada vez mais impregnado pela filosofia do *self made man* a greve perdeu sua aura emblemática.

---

<sup>41</sup> Foram essas as macro conclusões a que chegamos em nossa dissertação de mestrado, cujo título é *Braços cruzados: o discurso do jornal Gazeta do Sul sobre o movimento grevista da década de 1980* (SCHUSTER, 2011).

O alcance crítico de Gomes (2003) coincide, em vários pontos, com o de Prado (2013). O discurso jornalístico deseja, em sua análise, modalizar a ação do leitor, - “como fazer”, “como acabar [com o cansaço]” (PRADO, 2013), “como ser”. Com isso, esse discurso não só organiza uma rede de sentidos possíveis para o acontecimento, como constitui um imaginário social e cristaliza uma memória do passado.

O mundo que conhecemos e os sentidos que dele partilhamos, inevitavelmente, são didatizados pela mídia. Há um quadriculamento em curso em cada notícia, que faz vez a uma janela, pela qual devemos olhar este mundo.

E o desejo de fazer parte deste mundo (que é discursivo, mas produz efeito de real) é a razão que tem ampliado o leque daqueles que buscam uma certa intimidade com o espaço midiático. É preciso fazer parte desse “quadro discursivo” para existir. Berger (1998) defende haver uma “cultura da mídia” que outorga *status* de existência somente aos grupos (culturais e políticos) – e nós acrescentaríamos aos episódios - que a atravessam-na.

No passado, Altusser, com seus Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE’s), conferia esse poder – que é de dizer, de fazer ser, de fazer pertencer - a três instituições: Igreja, família e escola. Orlandi (1996), numa releitura bourdiana, segue colocando a escola como “sede da reprodução cultural” e o sistema de ensino “[...] como a solução mais dissimulada para o problema da transmissão de poder” (ORLANDI, 1996, p. 22).

Os dispositivos midiáticos levam vantagem sobre os aparelhos ideológicos por serem muito menos coercitivos. Por “profetizarem a sua fé” negando seu caráter político (COURTINE, 2006). “[...] neles não circula um poder que ‘vigia e castiga’, mas um poder que seduz” (CASTRO-GÓMEZ, 2000, p. 748).

O discurso jornalístico não é uma sentença linguística alheia às contingências político-ideológicas e/ou econômicas. Muito menos, está desprovido de uma tentativa de dominação do campo da discursividade. São as notícias que têm tido a incumbência de “desambiguar o mundo” (MARIANI, 1998, p. 63). Suas “qualidades míticas” (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 266) tranquilizam-nos diante de fenômenos desconhecidos. “O mito não reflete necessariamente uma realidade objetiva, mas antes constrói o seu próprio mundo”. Construir esse mundo vestido com a máscara da interpretação, sob o argumento que os fatos falam por si, é da deontologia jornalística.

Nem por isso, o relato é rígido, duro. As estratégias performáticas lançam mão de artifícios que ultrapassam algumas condicionalidades impostas pelo mercado. Elas são inerentes à realidade polifacética, altamente industrializada e espetacularizada na qual vivemos.

A instância midiática não promulga regras, não delibera sobre leis (CHARAUDEAU, 2012), como faz a Igreja, com suas normas universais de moralidade. Só que ela – diz o autor – não é totalmente estranha a um organismo de poder.

Prado (2013), ao examinar o jornalismo de revista, corrobora que esse discurso é tramado no intuito de influenciar no comportamento dos indivíduos. Os saberes não são disseminados como num mandamento católico. Eles aparecem revestidos em narrativas exemplares. E nesse campo, da linguagem, as “[...] palavras têm força de lei” (PRADO, 2013, p. 91). Relembremos um caso épico da revista *Veja*: a publicação de uma entrevista que provocou a abertura do primeiro processo de *impeachment* da América Latina, do ex-presidente da República Fernando Collor de Mello.

Por mais que as interdições do discurso midiático não sejam palpáveis – como o são as da Justiça – elas ambicionam exercer poder. Charaudeau (2012) prefere chamar essa competência de manipulação. “As mídias estariam se violentando e, sem se darem conta disso, tornando-se manipuladoras, formando um círculo vicioso, ‘o da mídia pela mídia, tal como outrora foi o da arte pela arte’” (CHARAUDEAU, 2012, p. 19). Prado (2013), em alusão aos juízos althusserianos, denomina convocação, acrescentando que a informação seria um dos níveis dos valores de consumo disseminados pelos enunciadores. Gomes (2003), como apontamos há pouco, respaldada por Foucault e Deleuze, taxa de controle e disciplina.

As nomenclaturas são diferentes, mas as chaves interpretativas estão mais para se completarem do que para se excluirmos. Os aparatos de comunicação são sabedores da autoridade que o discurso jornalístico lhes imprime. A informação é revestida pela linguagem, que é abstrata e conceitual. Em nome da verdade<sup>42</sup>, da democracia, da livre iniciativa e de outros valores que não estão nitidamente postos, a imprensa nomeia, explica, rotula os fatos para seu público. Nesse jogo, ela “[...] tanto pode lançar direções de sentidos [...] como pode perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tornando-as eventos-notícias” (MARIANI, 1998, p. 59).

O ciclo é ininterrupto, uma vez que as notícias são produtos de uma cultura. Ao se apoiarem em padrões pré-existentes, elas acabam, nessa filiação de sentidos, desencadeando um processo de estancamento. Tudo aquilo que pode escapulir (e fazer insurgir) desse protótipo social dado, não entra na página em branco.

Diante tal dinâmica, Mariani (1998, p. 62) abona que o discurso jornalístico age como um discurso autoritário.

---

<sup>42</sup> Foucault (1996) acredita que os discursos apoiados na vontade de verdade tendem a pressionar e funcionar como poderes coercitivos sobre a sociedade.



Se no discurso pedagógico autoritário cabe ao professor fazer mediação entre o saber científico e os aprendizes de tal modo que, com base em citações de autoridade e afirmações categóricas (dentre outras estratégias), os alunos se vêem diante de verdades incontornáveis – no professor está a verdade – sentindo-se, portanto, tolhidos a fazer qualquer questionamento, no discurso jornalístico mascara-se um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si.

Seu ponto de vista deriva da tipologia de discursos criada por Orlandi (1996), a partir da interação dos sujeitos e da relação paráfrase/polissemia. Há, sob seu enfoque, três classificações: o tipo autoritário, que tende para a paráfrase (mesmo) e retém a reversibilidade; o tipo polêmico, que equilibra paráfrase e polissemia e a reversibilidade é disputada; e o tipo lúdico, em que a polissemia e a reversibilidade são totais.

Berger (1998, p. 188), em condescendência à Mariani (1998), também aposta que o discurso jornalístico inscreva-se no tipo autoritário. Ele “[...] é duplamente polifônico (composto de múltiplas vozes), indicando um potencial polissêmico (possibilidades plurais de sentido) que, no entanto, tende à paráfrase (ao mesmo)”.

Esse, como podemos verificar, é mais um quesito acerca do discurso jornalístico que não obtém unanimidade por parte dos pesquisadores. Moura (2013), ao estudar a relação do verbal e do não-verbal nas manchetes de capa do jornal *Meia-Hora* apercebeu-se que tais textualidades vão ao encontro do funcionamento de tipo lúdico e polêmico. O uso de mesclagens lexicais na formação de neologismos, jogos de linguagem, entre outros mecanismos favoreceu a polissemia aberta. Já a instauração da polêmica se deu no instante em que os efeitos de sentido abriram possibilidades de interpretações diversas. “Até que ponto, as pessoas alvo das notícias e, por sua vez, alvo da forma debochada – até denunciadora – do Meia-Hora aceitam com passividade ser protagonistas dessa manipulação jocosa? A polissemia exagerada, tantas vezes presentes nas capas não pode resultar em injúria?” (MOURA, 2013, p. 6).

Ante o fato de nosso trabalho associar o discurso jornalístico à metáfora, de a encará-la como uma partícula discursiva que atua entre a paráfrase e a polissemia, e de dar importância ao lugar de fala em que ela está, não temos certeza de que prevaleça uma alocação jornalística despótica, de início ao fim. O cenário do seu funcionamento no jornalismo ainda é bastante enigmático. É isso que, aliás, estamos tentando desvelar.

A complexidade que a presença da metáfora traz para o discurso jornalístico e, aqui, para dois lugares de fala diferentes, esvazia qualquer receita pronta. Mais que dois lugares de fala diferentes, são dois veículos que apresentam certa distância em suas características físicas

e, sobretudo, discursivas. Sim, são revistas: uma é o título mais vendido do país - *Veja*; a outra é uma das expoentes do meio sindical brasileiro – *Revista do Brasil*.

Será que mesmo face à liquidez da sociedade pós-moderna baumaniana, onde pressagia-se que o papel possa ser artigo em extinção e a internet (com sua pluralidade de expedientes) avulta seu contingente, elas conseguem se fazer “âncoras temporais” (PEREIRA, 2007), sociais e informativas? Sem nos prender aos indicadores econômico-financeiros brutos, que sinalizam instabilidade<sup>43</sup>, o jornalismo de revista garante uma generosa e inigualável parcela entre aqueles que estão legitimados a tornar uma informação pública. Vale o mesmo (legitimação), ainda que com “peso” bem menor, para os instrumentos sindicais. Eles (veículos *Veja* e *Revista do Brasil*), como prefere Charaudeau (2012)<sup>44</sup>, detêm um saber – que é o de informar – ímpar. Podem dizer, podem fazer saber, podem fazer crer e fazer querer. Como? Algumas respostas podem ser encontradas se atravessarmos a cortina das evidências do tipo jornalismo que cada um dos segmentos representados por *Veja* e *Revista do Brasil* fabricam.

## 2.2 O DISCURSO DO JORNALISMO DE REVISTA

Elas são coloridas, fascinam imagneticamente, o papel é brilhante e, dificilmente, será empregado para embalar o peixe no dia seguinte a sua publicação, como costumam profetizar alguns jornalistas em relação ao jornal velho. As discrepâncias entre revistas e jornais não se resumem ao aspecto material. Elas são expressão de uma fórmula jornalística cujos princípios respeitam um tempo, um espaço, uma linguagem e um sujeito (tanto produtor, quanto consumidor) inigualáveis. É a mistura de tudo isso que têm proporcionado às revistas e ao seu jornalismo “[...] um lugar diferenciado no rol de opções informativas disponíveis no âmbito midiático” (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 27).

---

<sup>43</sup> Há algum tempo, o mercado editorial de revistas brasileiro vem experimentando uma dura crise. Inúmeros títulos estão deixando de circular (*Alfa*, *Gloss*, *Bravo!* e *Lola*), outros migrando apenas para a versão digital. A editora Abril é uma das mais impactadas por esse novo cenário de reestruturação jornalística. O grupo já demitiu centenas de jornalistas, vendeu títulos – entre eles, as revistas *Placar*, *Contigo*, *Você S/A*, *Você RH*, *Ana Maria*, *Tititi* e *Arquitetura e Construção* para a Editora Caras, que em 2014 já tinha absorvido outros dez títulos — *Aventuras na História*, *Bons Fluidos*, *Manequim*, *Máxima*, *Minha Casa*, *Minha Novela*, *Recreio*, *Sou+Eu*, *Vida Simples* e *Viva Mais*. A revista masculina *Playboy* foi um dos últimos a deixar de ser editado, em 2015, de acordo com Gonçalves; Rodrigues, 2015, [http://www.portalimprensa.com.br/noticias/ultimas\\_noticias/72569/editora+abril+passa+por+nova+reestruturacao+vende+títulos+e+planeja+demissoes](http://www.portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/72569/editora+abril+passa+por+nova+reestruturacao+vende+títulos+e+planeja+demissoes).

<sup>44</sup> Charaudeau (2006) não está se referindo a nenhum veículo em particular quando trata das características do discurso jornalístico, e sim ao discurso da mídia como um todo. Não julgamos haver comprometimento teórico em estendê-las ao discurso do jornalismo sindical.

Existe um emaranhado de dissimilaridades entre o jornalismo de revista e o de jornal<sup>45</sup>. Scalzo (2003, p. 14) ajuda a demarcar fronteiras: “Enquanto o jornal ocupa o espaço público, do cidadão, e o jornalista que escreve em jornal fala sempre com uma platéia heterogênea, muitas vezes sem rosto, a revista entra no espaço privado, na intimidade, na casa dos leitores. Há revistas de sala, de cozinha, de quarto, de banheiro”.

Estar na convivência de um discurso de revista é aprender e se divertir, simultaneamente. Aprender e apreender, já que naquele objeto, naquela marca, o leitor, mais que adquirir conhecimento sobre algo, é orientado. São os regimes de visibilidade (PRADO, 2013) que cada revista oferece que lembram quase um movimento de adestramento. Faça o que eu digo que você ficará hábil para isso, para aquilo. Faça o que eu digo que você terá saúde, será forte. Quanto ao entretenimento, ele se confirma seja por parte da inserção de pautas como cinema, televisão, música, teatro, artes plásticas, seja pela linguagem, que funde análise, reflexão, leveza e criatividade.

Falar de revista é falar de um discurso segmentado, especializado. “[...] as revistas fazem parte do grande aparato classificatório que nos dispõe em escaninhos segundo o que *necessariamente* nos interessa” (LAGE, 1982, p. 89, grifo do autor). O discurso noticioso das *magazines* não parte só do interesse público, mas do interesse *do* público. Daquilo que sua cartela de assinantes quer saber. Do jeito que imagina-se que este coletivo queira saber. Dessa forma, um leitor de *Veja* jamais terá a mesma identidade do leitor de *Revista do Brasil*<sup>46</sup>. Aprioristicamente, eles estão segregados pelo perfil editorial que cada uma das revistas diz assumir.

A segmentação é um fenômeno que coloca na vitrine como a sociedade vai se construindo (BUITONI, 2013, p. 116). Se de um tempo para cá os títulos gays não param de crescer nas prateleiras, esse até pode ser o prenúncio de que estamos ficando menos preconceituosos, de que os dogmas religiosos não influenciam mais com o mesmo ardor do passado o comportamento dos sujeitos. Nada disso, porém, suplanta o sucesso deste público como potencial consumidor. O *pink money*<sup>47</sup> atraiu a atenção de empresários donos de vários negócios (bares, boates, vestuário...) e, claro, dos da comunicação, apta a avolumar lucros.

---

<sup>45</sup> Comparamos a revista ao jornal porque este é o seu “irmão” mais próximo.

<sup>46</sup> Cumpre ressaltar que consideramos a *Revista do Brasil* jornalismo sindical produzida em formato de revista. No próximo subcapítulo detalharemos esta questão.

<sup>47</sup> Dinheiro rosa, numa tradução literal, sintetiza o poder de compra da comunidade gay.

Desde o seu surgimento<sup>48</sup>, é que as revistas se destinam a públicos mais restritos. E essa é uma dinâmica de mão dupla: o veículo formatou públicos e foi formatado por eles. E a curva de títulos preocupados em estreitar laços com os leitores é ascendente.

No conjunto das revistas de informação nacional, esse critério sofre injunções socioeconômicas, sem desprezar nuances socioculturais. A diferença entre elas se corporifica nos arranjos jornalísticos. Como não há, na configuração editorial de *Veja*<sup>49</sup> e *Época*<sup>50</sup>, para ficarmos em dois exemplos, seletividade demográfica, por gênero ou faixa etária, é, eminentemente, o discurso<sup>51</sup> que garante às revistas deste tipo uma identidade singular, que encontra eco num relativo nicho do público. Assinar *Veja* é comungar com um jornalismo adequado – supostamente – a um legado discursivo diferente do de *Época*.

As revistas estão no entremeio de uma prática - como lembram Tavares e Schwaab (2013, p. 28) – “[...] de condições de produção e recepção correspondentes a contextos espaçotemporais nos quais se apresentam e se formulam representações e mediações”. Isso requer que a pensemos na órbita de uma comunicação que toca toda sua complexidade, que é extensiva ao seu discurso.

Iniciemos pelo “tempo das revistas”. Ele não se mede com a ampulheta contemporânea, que se vira e revira a cada segundo, como na ambiência noticiosa online. Ele é contado em dias (às vezes trinta, quando o veículo é mensal), e não em minutos, como ocorre nas redações dos jornais diários. O passado e o futuro interseccionam um presente que – salvo exceções – nega uma linearidade com os sentidos do “tempo vivido”.

A atualidade jornalística das revistas não está restrita ao fator “novidade”<sup>52</sup>. Para Benetti, Storch e Finatto (2011), o “novo”, nas revistas, é como uma espécie de gancho<sup>53</sup> de retomada de temas já explorados. Tais “novidades” ganharam a interpretação do trio de autores como meta-acontecimentos.

---

<sup>48</sup> O surgimento do veículo revista no cenário mundial data de 1663, na Alemanha. O nome da publicação era *Erbauliche Monats-Unterredungen* que, em língua portuguesa, seria *Discussões Edificantes Mensais*. Já no Brasil, ela chegou com a Corte Portuguesa. *As Variedades* ou *Ensaio de Literatura*, editada em 1812, é tida como o título inaugural.

<sup>49</sup> A editora Abril, semanalmente, publica edições da *Veja São Paulo* e *Veja Rio (Vejinha)*, nas versões impressa e digital. São revistas à parte, que respeitam fatores geográficos.

<sup>50</sup> A revista *Época*, fundada pela editora Globo em 1998, possui a segunda maior tiragem do segmento. Segundo dados da ANER (2015), a média de circulação entre os meses de janeiro e setembro de 2014 foi de 390.709 exemplares.

<sup>51</sup> Isso não quer dizer que não seja o discurso um dos indexadores responsáveis pela segmentação de revistas femininas, masculinas, entre outras, que se destinam formalmente para uma fração de público. Acharmos apenas que ele é o componente determinante no caso destas duas revistas.

<sup>52</sup> A conotação de novidade aqui é de algo que é feito ou visto pela primeira vez.

<sup>53</sup> No jargão jornalístico, “gancho” é o pretexto que oportuniza outro trabalho. Um fato que dê margem a outro, que faça a vez de ponte.

[...] *os eventos que permitem dizer algo além de si*: os fatos e eventos são mero pretexto para falar “de outra coisa”, que é exatamente o tema de longa duração. Utilizando uma figura de linguagem, o meta-acontecimento seria a ponta da geleira e que permite retomar o tema que realmente interessa: a força da indomável natureza. Vemos isso com frequência no jornalismo de revista: os mesmos temas, eternamente retomados por pequenos eventos que lhes conferem a aparência de novidade. (BENETTI, 2013, p. 53, grifos da autora).

Aferimos que essa particularidade seja transformada numa linguagem condicionada à experiência de um ciclo temporal determinado pelo ritmo de circulação (periodicidade) de cada revista. A narrativa jornalística das revistas não só modaliza a temporalidade dos fatos em conformidade com seu perfil editorial, como imprime neles a sensação de que os acontecimentos se repitam nessa frequência. Seria o jeito do discurso jornalístico (e o das revistas não foge à regra) atender a uma de suas auto necessidades: de evitar um desencaixe do tempo do mundo e o da produção jornalística (FRANCISCATO, 2003). Aliás, pode não parecer notório num comparativo imediato com os demais dispositivos midiáticos (fundamentalmente, com a internet), mas o modo como o critério de noticiabilidade “novidade” é trabalhado pelos impressos tem contribuído no retardo de seu desaparecimento.

O discurso das revistas de informação é simples, mas nunca medíocre. A audiência desse produto sabe que os fatos nesse suporte não virão engessados pelo cronômetro, estrangulados pelas cercas invisíveis erguidas em função de laudas, e que a narrativa não se contenta em responder as seis perguntas básicas do *lead* (o quê?; quem?; quando?; onde?; por quê?; e como?).

Repousa sob o discurso das revistas um “estigma nostálgico” (LAGE, 1982, p. 86-87), vaporizador de valores, convicções, sentimentos dos tempos idos. Reminiscências que representam a “consciência de uma época”, segue Lage (1982, p. 87), que estão expressas – como na arquitetura, na decoração – no bloco discursivo de cada um dos títulos (diagramação, nome, assuntos abordados...).

O discurso jornalístico da revista flerta constantemente com a literatura. Brinca com as palavras, faz com que elas aliciem novos sentidos, abusa das figuras de linguagem (e a metáfora tem cadeira cativa na tessitura discursiva das revistas), dos adjetivos. Em princípio, poderíamos julgar essa uma relação incestuosa, inconciliável, já que é a credibilidade que faz do jornalismo um campo social (BERGER, 1998) reconhecido<sup>54</sup>. A polêmica foi superada, na medida em que o gênero interpretativo consente maior liberdade discursiva e porque o “como

---

<sup>54</sup> Se para o senso comum o discurso jornalístico é a tradução literal da realidade, temos de convir que esses recursos oferecem obstáculos a tal ilusão conceitual.

se diz” das revistas, previsto no contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2012)<sup>55</sup>, tem na sua gênese doses de entretenimento e descontração, mas sem comprometer-se com a ficção. Manobras jornalísticas decisivas diante do intento de levar o leitor até o ponto final.

Sodré (2009, p. 26) é taxativo – e não só em relação ao jornalismo de revista: a notícia tem o germe da narrativa literária. “Ainda que a ficção literária seja uma outra coisa, essa construção jornalística da realidade produz efeitos (numa escala diferente) análogos àqueles literalmente produzidos pela narrativa”. Tuchman (1999, p. 258) acompanha esse raciocínio ao associar acontecimentos noticiosos às histórias, sem o “h”, ou seja, sem o compromisso científico da veracidade. “Como Robert Park (1925) afirmou há várias décadas, a notícia de jornal é uma forma de literatura popular, uma reencarnação das ainda populares novelas apresentadas de uma outra forma”.

Na certa, o modelo jornalístico que melhor se ajusta a tais maneiras de ver as notícias<sup>56</sup> é o de revista. Poderíamos ainda, com Bird e Dardenne (1999, p. 265, grifo dos autores) vislumbra-las como narrativas mitológicas.

Considerar as notícias como narrativas não nega o valor de as considerar como correspondentes da realidade exterior, afectando ou sendo afectadas pela sociedade, como produto de jornalistas ou da organização burocrática, mas introduz uma outra dimensão às notícias, dimensão essa na qual as “estórias” de notícias transcendem as suas funções tradicionais de informar e explicar.

Diga-se de passagem, as revistas, ao lado de alguns jornais, lideraram um movimento, embora tímido, de desmistificação dos cânones jornalísticos. “Se, antes, a imprensa só posicionava-se como um veículo neutro e imparcial, hoje [...] ela assume seu lado interpretativo” (MARIANI, 1998, p. 59). Elas não abandonaram os sítios declaradamente opinativos, tais como o editorial, a carta do leitor, as colunas e crônicas. Nem mesmo se tornaram adeptas de alguns arquétipos jornalísticos europeus – essencialmente, o francês -, em que se assume atrelamento político/partidário. O jornalismo de revista – e seu discurso - desenvolveu uma habilidade sem-par de decodificar os fatos e ajudar o leitor a entender e formar uma opinião sobre o “real” que o cerca, renegando a imparcialidade, própria de parte do jornalismo produzido pela imprensa no Brasil.

O jornalismo de revista conta com riqueza de detalhes a História. Indubitavelmente, alguns de seus capítulos só vieram à tona graças às técnicas investigativas de seus repórteres.

<sup>55</sup> São cinco as facetas do contrato de comunicação descritos por Charaudeau (2012): quem diz e para quem; para que se diz; o que se diz; em que condições se diz; e como se diz.

<sup>56</sup> Avaliamos que notícias e reportagens podem ser consideradas sinônimos nesta passagem sem que isso incorra em algum prejuízo para a perspectiva dos autores.

A durabilidade, que “[...] vai muito além do tempo intervalar da periodicidade [...]” (BENETTI; STORCH; FINATTO, 2011, p. 59) e que, por isso, torna o veículo alvo de colecionadores e, sobremaneira, sua índole informativa tem lhe transformado em objeto que extravasa os limites para historiadores atuarem como simples fonte de informação. A revista, como obra discursiva é, ligeiramente, um patrimônio da História. A construção de Brasília – “[...] que mereceu de Manchete extensa e histórica cobertura [...]” (GONÇALVES; MUGIATTI, 2008, p. 23) - talvez encontre um dos seus trechos mais bem escritos na revista da editora Bloch, e em *O Cruzeiro*, dos Diários Associados.

As revistas resistem no tempo. A memória – e nos valemos do pensamento de Davallon (1999) que foi inspirado pelo sociólogo Maurice Halbwachs -, que elas discursivamente produzem, também. O autor francês aposta na imprensa como um extensor mecânico – não biológico - da memória coletiva. O jornalismo de revista cumpriria, seguindo a linha de raciocínio de Davallon (1999), as obrigações tecnicistas (tidas como ingênuas) de registrar, descrever, representar a realidade, como também as mais complicadas, que redefinem a reprodução das relações sociais e políticas, a saber, sociológicas.

A narrativa jornalística das revistas faz com que o acontecimento “memorizado” – que passa a fazer um dado sentido na sociedade – possa entrar para a História. A hipótese de Davallon (1999) – da qual compactuamos e prorrogamos para o jornalismo de revista – é que haja uma conjunção entre memória coletiva e História, e não um antagonismo.

Essa é uma posição que também recebe a guarida de Barbosa (2003, p. 112). Ele denota haver uma interdependência entre a prática histórica e os efeitos que a mídia faz funcionar para parecer ser historiográfica. “Essa posição implica, desse modo, conferir ao discurso midiático o *status* de discurso histórico, bem como construir seus enunciadores a partir de um lugar que via de regra ocupam os historiadores”.

Vimos que a revista e seu jornalismo fazem funcionar uma sofisticada engrenagem. Se tivéssemos que esmiuçar cada um dos seus “nós”, dividiríamos o ofício com Benetti (2013, p. 55):

O jornalismo de revista é um discurso e um modo de conhecimento que: é segmentado por público e por interesse; é periódico; é durável e colecionável; tem características materiais e gráficas distintas dos demais impressos; exige uma marcante identidade visual; permite diferentes estilos de texto; recorre fortemente à sinestesia; estabelece uma relação direta com o leitor; trata de um leque amplo de temáticas e privilegia os temas de longa duração; está subordinado a interesses econômicos, institucionais e editoriais; institui uma ordem hermenêutica do mundo; estabelece o que julga ser contemporâneo e adequado; indica modos de vivenciar o presente; define parâmetros de normalidade e de desvio; contribui para formar a opinião e o gosto; trabalha com uma ontologia das emoções.

Dessa legião de componentes, que constituem o *ethos* jornalístico das revistas de informação – uma moldura dentro da qual pretendem ser vistas (BENETTI; STORCH; FINATTO, 2011, p. 70) - extrairemos apenas um para dar prosseguimento ao nosso debate: a sua personalidade textual, e desta, a metáfora. No mundo que cada edição lapida para seus leitores, ela finge pouco interferir. Como referente linguístico, ela intensifica a exuberância do discurso jornalístico de revista. Resta saber quais são as especificidades do seu funcionamento discursivo.

### 2.3 O DISCURSO DO JORNALISMO SINDICAL

Foi quando os ventos da democracia ensaiaram seus primeiros sopros, no fim da década de 1970, que os temas sindicais passaram a ocupar, vertiginosamente, a cena midiática. Nesse quadro político, os únicos que ousaram driblar o clima de terror imposto na imprensa naqueles mais de vinte anos de Ditadura Militar, dando vazão a acontecimentos e assuntos que potências jornalísticas – como os veículos da Rede Globo - preferiam (convenientemente) não ver, porque temiam a censura e o forte poder repressivo do Estado, foram os jornais alternativos ou nânicos. *O Pasquim*, provavelmente o mais famoso deles, fundado em junho de 1969, vendeu mais de dez mil exemplares na sua primeira edição, sendo que seis meses depois, esse número saltou para 100 mil (CHINEM, 2004).

A incipiência das organizações sindicais e a sua cooptação por parte do Regime também atravancou a presença das problemáticas sindicais nos grandes veículos do país. A ascensão, com efeito, ocorreu quando a classe trabalhadora passou a se estruturar em federações e confederações, por categoria e por grandes regiões, nos anos de 1980 (FERREIRA, 1988). “Com desenvoltura econômica ampliada, os sindicatos organizam de maneira mais eficiente seus departamentos de imprensa e, com isso, abrem o mercado para jornalistas profissionais” (SCHUSTER, 2011, p. 59).

A efervescência do período não permitia mais um trabalho colaborativo, militante. Foi na onda das greves – episódios que representaram o estopim de uma retomada política do movimento sindical – que os “fazedores de notícia”, tanto aqueles que estavam no meio sindical, quanto aqueles que tinham postos nos jornais, revistas, rádios e canais televisivos da época, puseram-se em marcha pela busca da informação sindical (ou relativa a ela).

Observamos que, de lá para cá, as metamorfoses sociais, econômicas, sindicais e, inclusive, comunicacionais, foram significativas. A informação foi parar na rede mundial de



computadores, a internet (fim dos anos 90). Quanto ao sindicalismo, ele granjeou latitudes inesperadas: do seu ventre vieram a Central Única dos Trabalhadores (1983), a maior do Brasil; o Partido dos Trabalhadores (1980), um dos mais expressivos em termos de filiados do espectro político nacional; Luiz Inácio Lula da Silva, ex-sindicalista que, por duas vezes, foi eleito presidente da República (2002 e 2006); e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (1984), que poucos anos depois de fundado seria considerado o maior movimento camponês do mundo (GIANNOTTI, 2007).

Na esteira de todas essas transformações, os temas sindicais passaram a perfurar a agenda midiática regidos por princípios um tanto diferentes dos do passado. Muito por consequência da evolução tecnológica, tomadas de posição do movimento sindical começaram a ser fruto de uma ação mais ativa – seja ela consciente ou inconsciente – dos atores sociais engajados no ato comunicativo. A convergência ampliou o leque de valores notícias na captação dos assuntos sindicais.

Mas, afinal, o que entendemos por jornalismo sindical? Trata-se de um tipo de jornalismo especializado, que dialoga com um público específico, normalmente, cindido em classes, que, de acordo com Giannotti (1998), têm estilo de vida, valores, história, cultura, futuro e linguagem particulares. Num veículo patronal, por exemplo, as informações receberão um tratamento que, *a priori*, em quase nada fará com elas se pareçam (em termos editoriais) com o dado por um dispositivo midiático de trabalhadores.

O fosso que separa estas duas categorias (patronato e trabalhadores) se concretiza mesmo é no discurso. O jornalismo sindical – e neste estudo nos centralizaremos no jornalismo sindical direcionado aos trabalhadores – tem uma comunicação (e discurso) própria, “[...] que espelha conjunturas e por elas é condicionada” (ARAÚJO, 1998, p. 65).

Historicamente, esse discurso só ganhou “nome” de jornalismo quando no Brasil iniciou a abertura política (1985). Foi neste momento que as organizações sindicais romperam com as amarras impostas pela Ditadura Militar e deram seus primeiros passos em direção de uma maior profissionalização jornalística.

As técnicas, agora trazidas por peritos no assunto, amadureceram um patrimônio de processos editoriais que iniciaram logo que o sindicalismo despertou no país, por volta de 1850, data que marca a primeira fase do movimento sindical urbano (PEDROSO, 1988). Ferreira (1988, p. 54), inclusive, disponibiliza uma seriação acerca da institucionalização da imprensa operária<sup>57</sup> brasileira. A etapa inicial foi impulsionada pelos anarcosindicalistas -

---

<sup>57</sup> Ferreira (1988, p. 06) afirma haver distinção entre imprensa operária e imprensa sindical. A primeira não pode ser reduzida à segunda. “O que resulta de significativo na existência da imprensa operária é o fato de que ela

corrente ideológica que estava na proa do movimento operário à época - e pela ausência de partidos políticos. Na segunda, nasce o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, com ele, uma intensa politização dos sindicatos. É quando a imprensa operária prioriza a atuação partidária. A terceira, iniciada pós-1968 e consolidada a partir de 1980<sup>58</sup> é “[...] uma imprensa que se apresenta como porta-voz do sindicato, mantendo uma razoável distância dos partidos políticos operários”.

A produção jornalística sindical foi “[...] capaz de ter e fazer história” (ARAÚJO, 1998, p. 65). Dados apurados por Santiago e Giannotti (1997) indicam que em 1994, só em São Paulo, sindicatos cutistas editavam dois milhões de boletins/jornais por semana ou 400 mil/dia. Tiragem de causar inveja até mesmo à *Folha de São Paulo*, que em 1993 fazia circular, em média, 420 mil exemplares/dia<sup>59</sup>.

Para trás ficaram as folhas mimeografadas, os jornais murais, feitos artesanalmente pelos dirigentes sindicais, mas não o discurso do jornalismo sindical, que seguiu alçando voos cada vez maiores. A pesquisa de Araújo (2009, p. 17) revela, amparada em números divulgados pelo Censo 2001, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) “[...] que cada sindicato brasileiro utiliza, em média, cinco modalidades de comunicação para informar seus associados e a opinião pública [...]”.

Nas “entrelinhas” desse discurso, todavia, ainda há resquícios de temporadas passadas. No *modus operandi* do jornalismo sindical é comum a mistura do trabalho de natureza jornalística com aquele relacionado a outros campos da comunicação, tal qual a assessoria de imprensa (ARAÚJO, 1998). Essa sobreposição – que é própria das condições de produção do segmento sindical – reverte-se, muitas vezes, num discurso que privilegia um único ponto de vista. As vozes dissonantes são deixadas de lado e, com isso, o panfletarismo volta à tona, questionando se a produção sindical é, de fato, jornalística ou não.

---

estará sempre ligada a alguma organização da classe trabalhadora – seja partido, sindicato ou qualquer outra espécie de agremiação – circulando de maneira diferente da imprensa burguesa, ou grande imprensa. O veículo de comunicação da classe trabalhadora – quer seja representante de sindicato ou de partido – não tem proprietário, e sua mensagem não é uma mercadoria a ser consumida; seu conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas, etc. produzido pela coletividade e para ela mesma”. Nós procuramos não entrar no mérito de tais nomenclaturas, embora deixamos claro que nos dedicaremos – em função de nosso objeto empírico, que é a *Revista do Brasil* – à análise do discurso de um veículo voltado aos interesses da classe trabalhadora.

<sup>58</sup> Para Ferreira (1988), a imprensa operária até então – ano da publicação da obra *Imprensa operária no Brasil* – estaria imbuída das características da terceira fase.

<sup>59</sup> A *Folha de São Paulo* segue sendo o jornal de maior tiragem do Brasil, hoje com 297.927 exemplares, nos dias úteis, de acordo com o Grupo Folha, 2015, <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml>.

A fundação do PT, em fevereiro de 1980, é o que hoje mais faz recobrar a matriz discursiva de 1922<sup>60</sup>. “No sindicalismo em geral (e no caso brasileiro em particular) o discurso tem uma característica de instrumento de divulgação dos objetivos políticos e da visão de mundo defendida por pessoas ou agrupamentos ideológicos que detém o poder” (VIEIRA, 2000, p. 03).

No afã de expandir sua audiência, o jornalismo sindical invadiu jornais, revistas, programas de rádio e televisão, *sites*, boletins eletrônicos, redes sociais na internet. Segundo Santiago e Giannotti (1997), os destinatários da comunicação sindical são aqueles 94,6% da população que não lê jornal. Ou porque faz parte daquela camada que não tem acesso a quase nada (direito à saúde, educação, moradia...) ou, mesmo com algum poder financeiro, não tem como hábito a leitura. É provável que a cartografia social do nosso país tenha se modificado bastante nestes quase vinte anos<sup>61</sup>, só que é circunscrito ao imaginário desse indivíduo que o discurso jornalístico sindical acostudou-se a se estruturar. Contestando a suspeita de Santiago e Giannotti (1997), percebemos, nós, que essa prática pouco deve às capacidades ou incapacidades das distintas categorias de trabalhadores, mas sim, ao seu insistente teor doutrinário.

A fala jornalística sindical é restrita, não é feita para milhões ao mesmo tempo. Como ressaltamos há pouco, a conversa tem por praxe ser ao “ao pé do ouvido”, ora com o engenheiro, ora com o trabalhador da construção civil. Mais que uma questão de escolha, essa é uma condição discursiva que obriga o jornalismo sindical a responder às disparidades que existem no interior de uma mesma categoria (intelectuais, sociais, econômicas) e que a lógica produtiva capitalista classifica como “funções”.

A exceção a essa “fala mais intimista” decorre do tipo de jornalismo que uma central sindical ou uma confederação de trabalhadores (do comércio, da metalurgia, da saúde, dos servidores públicos federais...) serve-se para informar ou dezenas de tipos de trabalhadores ou trabalhadores de uma mesma categoria esparramados por diversos cantos do país. Aí torna-se inevitável que a tábula midiática tenha uma propositura editorial mais abrangente, tal qual é a do *Jornal dos Trabalhadores*<sup>62</sup>. Ainda assim, há códigos discursivos que unem tanto o *Jornal*

---

<sup>60</sup> A origem do Partido Comunista do Brasil – como primeiro foi batizado – é 25 de março de 1922. O PCB é a sigla política com maior tempo de atividade no país.

<sup>61</sup> Nosso registro faz menção à data de publicação do livro de Santiago e Giannotti, 1997.

<sup>62</sup> O *Jornal dos Trabalhadores* (JT) é um programa diário de rádio, iniciado em maio de 2004, com uma hora de duração e produzido pela CUT São Paulo e veiculado pela rádio católica Nove de Julho, da Arquidiocese de São Paulo. Em 2006, o JT foi alvo de um projeto de extensão e passou a rodar também na região Metropolitana de Campinas, pelas ondas da Rádio Brasil AM, de Campinas. A partir de maio de 2007, uma parceria entre a CUT Campinas e a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) fez com que o programa, com inserções de notícias regionais e uma edição especial local aos sábados, passasse a ser transmitido por várias

dos Trabalhadores, o *Folha Bancária*<sup>63</sup>, quanto a *Revista do Brasil*, para nos aproximarmos de nosso objeto<sup>64</sup>.

Honradas as particularidades de cada meio, a informação sindical, que lida com um matiz de situações que vão da economia, desde reivindicações salariais até mudanças cambiais; passam pela política, como a desvinculação de uma Central para filiação em outra ou a aprovação de uma nova lei trabalhista no Congresso Nacional; podendo estacionar numa agenda cultural, como a sugestão de um espetáculo de teatro infantil gratuito que conscientiza sobre o uso da água, precisar trajar-se de uma linguagem clara, concisa e objetiva. Não é estribilho jornalístico o que estamos postulando.

O texto tem de ser palpável, concreto. “Do mesmo modo que é concreta a ferramenta, uma janela, um motor. Não dá para escrever grandes elucubrações, cheias de nuances e ironias, de subentendidos. Não dá para simplesmente sugerir tal ou qual idéia”. (GIANNOTTI, 1998, p.21). Sem especificar o expediente jornalístico, Vieira (2000) acusa que no “papel” não é o que se tem visto. O tom é hermético e o linguajar plagia teses revolucionárias.

O levantamento do autor provou haver uma elisão da dimensão subjetiva dos receptores no discurso jornalístico sindical. Como consequência imediata, tem-se uma dificuldade ainda maior, por parte do homem, do trabalhador, de entendimento da realidade em que está inserido. Vieira (2000, p. 04) acredita que registros simbólicos seriam mais profícuos na solução desse problema.

Se o discurso sindical possui uma identificação com o processo de construção do imaginário dos trabalhadores, torna-se necessário trabalhar esta questão, como uma possibilidade de melhorar o processo de comunicação, buscando as potencialidades dialógicas que possam produzir sentidos e mediar os significados presentes na complexidade e nos conflitos que caracterizam a atual sociedade. (VIEIRA, 2000, p. 04).

A vontade de querer fazer saber, peculiar ao discurso jornalístico, é tão ou maior no discurso do jornalismo sindical, que pretende formar e aglutinar. De nada adianta fazer a

---

rádios comunitárias. A iniciativa foi difundida para outros Estados e, atualmente, centenas de rádios comunitários reproduzem o JT diariamente. Com informações do site da Abraço SP, disponível em: <http://abracosp.blogspot.com.br/p/jornal-dos-trabalhadores.html>.

<sup>63</sup> A *Folha Bancária*, além de ser o principal expediente informativo do Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região, é um dos mais antigos veículos da imprensa sindical. É bissemanal, possui quatro páginas e a tiragem é de 100 mil exemplares. As informações estão disponíveis no site do Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região, disponível em: <http://www.spbancarios.com.br/Pagina.aspx?id=260>.

<sup>64</sup> A *Revista do Brasil* será alvo de um estudo mais aprofundado no Capítulo 4. Reportamo-nos a ela, aqui, a título de estabelecer um comparativo, como fizemos no subcapítulo anterior, quando cotejamos o discurso do jornal com o da revista.

simples portabilidade desse discurso, do jornal para a revista, da revista para o Twitter ou Facebook, se as redações sindicais não se curarem da “chaga” do determinismo político/ideológico, que, no mínimo, atrapalha a produção de um discurso que possa mudar a vida do trabalhador.

A informação sindical é, portanto, subordinada ao político tanto quanto no do jornalismo de revista, para traçarmos um paralelo direto com *Veja*, e de uma forma muito semelhante, já que não há renúncia à objetividade.

No ar descomprometido do falar sindical, bramam vozes – tais quais as dos editores, das rígidas linhas editoriais – de dirigentes sindicais, cujo desejo não confesso é o de firmar uma versão unívoca dos fatos. E, se do lado de lá do balcão – da grande mídia - os encaminhamentos jornalísticos se dão nos padrões industriais, em que a hierarquia clássica é a de “um manda e os outros obedecem”, do lado de cá, seja na saleta do solitário assessor de imprensa ou onde a estrutura é quase a de uma publicação como *Veja*<sup>65</sup>, o esquema não é diferente. “O autoritarismo exercido pelas direções na administração das entidades sindicais não se dá apenas no setor de comunicação. É comum verificarmos dirigentes de sindicatos ‘combativos’ [...] agindo como o mais retrógrado patrão, quando negocia questões salariais ou trabalhistas com os “seus” funcionários”. (VIEIRA, 2000, p. 05).

A relação vertical realizada dentro dos sindicatos não é o único fator que faz eco no discurso jornalístico sindical. Araújo (2009) aduz a falta de concepção que dirigentes têm em torno da informação. Como “árbitros”, eles sentenciam o que sai e como sai determinado assunto. Fazem seguir, à risca, o que no jargão jornalístico se define como *pensata* (FRANÇA, 2013, p. 94): “Define-se previamente a matéria, cabendo aos repórteres buscar declarações que ajudam a tornar aquelas suposições ‘reais’”.

À vista de toda essa topografia discursiva, podemos avaliar que pouco deste alegado poder monolítico e manipulatório do jornalismo comercial (como o da revista *Veja*) não se vê também no jornalismo sindical. O discurso dominante converte-se em dominador.

Isto porque a produção das entidades busca apenas emitir um "sinal contrário", não levando em conta o imaginário dos seus receptores, tratando-os como objetos e não como sujeitos de um processo de transformação social. Postura aliás muito próxima daquela desenvolvida nas grandes corporações midiáticas. (VIEIRA, 2000, p. 06).

---

<sup>65</sup> Santiago e Giannotti (1997, p. 30, grifo dos autores), em tom irônico, diziam na década de 1990, que a CUT é uma coitada. “Só tem a segunda redação do País! Maior do que a redação cutista, só a das *Organizações de Roberto Marinho*”. Os autores afirmam que, em âmbito nacional, a CUT dispõe de mais de 600 jornalistas.

A singularidade do fenômeno jornalístico sindical consistiria na consolidação de uma “contra-informação”<sup>66</sup>. E a dica de Araújo (2009) para que o discurso jornalístico sindical fuja da padronização (da imprensa comercial), do panfletarismo, dos posicionamentos ufanistas e atinja esse patamar passa por investimento em credibilidade. A mídia sindical, se quiser “fazer crer que o que é dito é verdadeiro” (CHARAUDEAU, 2012, p. 90), terá que repensar algumas regras do jogo da verdade que convida a jogar.

De imediato, a interpretação que o discurso jornalístico sindical faz de si mesmo ainda reclama um cotejamento das informações franqueadas pela tão repreendida mídia “tradicional” para ser digno de fé. Progressos foram feitos, mas não o suficiente para que esse discurso rompa completamente com a pecha de muleta político-partidária.

Quanto à *Revista do Brasil*, não podemos afirmar se sua identidade singular (por se apresentar num formato jornalístico, por editorialmente e financeiramente ser de responsabilidade de um coletivo de sindicatos cutistas...) profecia evolução nesse quadro. Por ora, ratificamos apenas que o jornalismo sindical é um discurso e um modo de conhecimento e convencimento; é seccionado em classes e categorias; nem sempre tem uma periodicidade tão rígida; nem sempre possui uma identidade visual; mantém vestígios do “sindicalês”; a relação é feita com um leitor coletivo; as temáticas são voltadas ao trabalho, à política e à economia; sujeita-se a interesses institucionais, às vezes político/partidários; favorece à formação de opinião, com vistas à ação.

---

<sup>66</sup> A contra-informação atuaria como um componente essencial da luta de classe, aumentando o entendimento dos trabalhadores para a necessidade de uma "nova informação" (VIEIRA, 2000).

### 3 DOS DISCURSOS QUE NOS INCOMODAM

#### 3.1 A METÁFORA: DA FIGURA DE LINGUAGEM À NOÇÃO DISCURSIVA

É farto o acervo de teorias que discutem a metáfora. Pudera, já que ela é parte da cultura do homem mesmo quando esse sequer tinha acesso à escrita e os mistérios do universo humano eram desambiguizados por mitos, que nada mais são que narrativas fantasiosas repletas de expressões metafóricas. Não iremos inventariar cada uma delas separadamente, mesmo porque esse seria um trabalho à parte. Traremos algumas contribuições que a privilegiam no âmbito da *linguagem em uso*, no intuito de somar argumentos que deem conta de confirmar a premissa de que ela extrapola a função estética no jornalismo e de explicar o seu funcionamento neste discurso (último capítulo). Antes, compete-nos lembrar uma observação importante feita na Introdução sobre o modo com que este elemento textual vai aparecer em nossa pesquisa.

Do ponto de vista metodológico/operacional, vamos nos orientar pela definição clássica de metáfora, qual seja, a de figura de linguagem, cujo princípio dinâmico é a comparação. Guiamo-nos por esta visão para poder identificar as metáforas no discurso das revistas, no sentido que o senso-comum as compreende, para, então questionarmos seu funcionamento, aí a partir do ponto de vista teórico, logo, numa abordagem discursiva - e é isto que vamos explorar neste capítulo.

Mesmo que passemos a olhá-la somente por esta faceta (discursiva), as noções de “literal” e “metafórico” seguem causando celeuma. Será que existe literal no discurso? O que é metafórico, a partir de um entendimento discursivo? Essas questões são decisivas em nossa tese, haja vista que nos valem de uma inquietação que não recai sobre a metáfora em si. Incide sobre ela na intersecção de um suposto literal. Quer dizer: queremos saber como se comporta o metafórico, a figura de linguagem, no discurso jornalístico, onde reina “[...] uma espécie de ponto zero da significação [...]” e onde os “[...] factos são soberanos” (RODRIGUES, 1999, p. 27), ainda que, como repreende o autor, tudo não passe de efeito.

De acordo com Daltoé (2011), que vasculhou minuciosamente a obra de Saussure, foi somente nos *Escritos da Linguística Geral* (ELG) que o termo “metáfora”, de fato, foi mencionado. Em *Chega de figuras!*, “[...] ele questiona a ilusão de considerar que há expressões na língua que sirvam de maneira absoluta a determinadas ideias” (DALTOÉ, 2011, p. 94).

Ou seja, seria ingenuidade da nossa parte – remetendo Saussure à cena discursiva jornalística – pensarmos que a extinção das figuras de linguagem do texto equiparar-se-ia a uma realidade absoluta. Ou, que o discurso jornalístico seria mais credível. Os apontamentos saussurianos autorizam Daltoé (2011, p. 95) a inferir que “[...] algo da metáfora [...] extrapola sua função figurativa” – sentença da qual consentimos e espraíamos para o jornalismo.

Com Jakobson, vindo do Círculo de Moscou, aprendemos que a metáfora transborda a superfície da poesia. “[...] a questão das relações entre a palavra e o mundo diz respeito não apenas à arte verbal, mas realmente a todas as espécies de discurso” (JAKOBSON, 2010, p. 152). Capta-la como um artifício anormal no discurso jornalístico seria arremessa-la à condição de afásica. Assimilar as metáforas como um desvio jornalístico, como algo ilógico, seria sedimentar o seu lugar na retórica, na literatura. A tradição retórica, para salientar, não admite mutação semântica na significação “substituída” (FURLANETTO, 2010).

Os avanços de Jakobson, porém, não são suficientes para que ele se desate da ideia de metáfora como “código comum”. Ele segue vendo-a como “[...] a vinculação de um significante a um significado secundário, associado por semelhança com o significado primário” (DALTOÉ, 2011, p. 102), rebatendo os aspectos históricos e ideológicos que a justificam.

Na teoria de Jakobson, a comunicação é reconhecida como um processo linear e eficaz. Bastaria emissor e receptor “falarem a mesma língua” para que ele se concretizasse. Todavia, estamos convencidos que o discurso jornalístico é passível a infinitos “ruídos”. Sempre que as metáforas (e o discurso na sua totalidade) forem avaliadas por sujeitos inscritos em Formações Discursivas diferentes/opostas, a comunicação poderá ficar prejudicada. *Veja e Revista do Brasil*, embora sejam revistas que compactuem de valores jornalísticos aproximados (quanto aos princípios deontológicos – rigor, exatidão, imparcialidade, objetividade), auto afirmam ter linhas editoriais inconfundíveis. Se há veracidade nisso, os leitores de uma e de outra podem ter dificuldade de compreensão das metáforas. Não por afasia, mas pelos sentidos que estarão em construção quando forem emitidas e receptadas.

Jakobson também foi recrutado por Ricoeur (2000, p. 15) para auxiliá-lo nos seus estudos acerca da metáfora. O autor (trataremos dele especificamente na sequência), que percorreu um longo caminho, estimulado pela ideia de “[...] examinar as metodologias próprias de cada ponto de vista, desdobrar as análises resultantes de cada uma e de sempre atribuir os limites de uma teoria aos limites do ponto de vista correspondente”, não desmerece os progressos científicos dos linguistas e estruturalistas, mas reconhece debilidades.



A força do esquema bipolar reside em seu caráter de extrema generalidade e de extrema simplicidade: as últimas correlações mostraram sua validade, para além da frase no estilo, para além do uso intencional dos signos linguísticos no uso de outros sistemas semióticos. No que concerne à metáfora, o ganho parece imenso, e o procedimento, antes confinado à retórica, encontra-se generalizado para além da esfera da palavra e para além mesmo da tropologia. Mas o preço a pagar é alto. Antes de tudo, o binarismo do esquema, quando aplicado no plano retórico, restringe inutilmente seu campo a duas figuras. (RICOEUR, 2000, p. 274-275).

Lakoff e Johnson seriam os responsáveis pelo estudo da metáfora ter tido uma “virada paradigmática”<sup>67</sup>, já que passaram a desafiar o legado aristotélico<sup>68</sup>. Filiados ao campo teórico da linguística cognitiva, eles pregam que nosso sistema cognitivo estaria organizado metaforicamente. Em suma, concedem um tratamento racional à metáfora, com vistas a demonstrar como ela estrutura-se na mente humana.

A metáfora conceptual<sup>69</sup> sistematiza conceitos abrigados em nosso pensamento, mapeando possíveis expressões linguísticas que lhe possibilitem algum grau de equivalência. No exemplo dos autores, haveria compreensão do “*Preciso vencer esta discussão*” porque há em nosso repositório cognitivo a metáfora “DISCUSSÃO É GUERRA”<sup>70</sup> (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 136).

Existe, na proposição dos norte-americanos, uma convenção universal quanto aos padrões de referência que autorizam expressões equivalentes. Ora, para o sucesso desta teoria eles tiveram de agarrar-se ao impossível. São vítimas dos esquecimentos número 1 e 2, de Pêcheux (2009)<sup>71</sup>: acreditaram na homogeneidade da língua – e dos sentidos – e no sujeito como autônomo.

Em Pêcheux (2009, p. 234), os sentidos são resultantes de práticas discursivas e não de conceitos que estariam armazenados em nosso pensamento. “[...] o ‘pensamento’ não tem em

<sup>67</sup> A apreciação é dos tradutores da obra, Zanotto et al.

<sup>68</sup> Os estudos vinculados à tradição grega, de Aristóteles, priorizam a analogia.

<sup>69</sup> Em respeito à tradução, vamos manter o termo *conceptual* e não conceitual.

<sup>70</sup> Manteremos o estilo de Lakoff e Johnson (2002), que grifam as metáforas conceptuais em letra maiúscula para diferenciá-las das expressões linguísticas que lhe são correspondentes.

<sup>71</sup> O Esquecimento número 1 se dá no nível do inconsciente. Faz funcionar plenamente a ideologia, uma vez que esquece-se do traço que vincula historicamente o sujeito a sua enunciação. O Esquecimento número 2 tem a ver com a formulação, esquece-se que o dizer sempre poderia ser outro. “Concordamos em chamar *esquecimento n° 2* ao ‘esquecimento’ pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada*. Por outro lado, apelamos para a noção de ‘sistema inconsciente’ para caracterizar um outro ‘esquecimento’, o *esquecimento n° 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o *esquecimento n° 1* remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão. (PÊCHEUX, 2009, p. 161-162, grifos do autor).

absoluto, a homogeneidade, a continuidade conexas, a transparência [...], a interioridade subjetiva da ‘consciência’ – que, sem trégua, todas as variedades do idealismo lhe atribuíram [...]” (grifos do autor).

Tensionamos – como Daltoé (2011) – a teoria cognitivista da metáfora em nossa investigação porque o jornalismo não é um ritual sem falhas. Ao cimentar suas estacas na linguagem, ele, irremediavelmente, está diante de um conjunto infinito de armadilhas. A metáfora é uma delas. Tal qual qualquer outro discurso, ela possui consistência significativa que infringe a noção “higiênica” da informação. Servimo-nos do didatismo de Pêcheux (2009, p. 81, grifos do autor) para melhor entender o funcionamento da língua:

[...] o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que [...] os processos ideológicos simulam os processos científicos.

Ricoeur (2000) ambiciona explorar um novo postulado para a metáfora. Na obra *Metáfora viva*, ele passa por várias disciplinas, não para repelir o jeito com que são interpretadas no âmago de cada uma delas, mas para “[...] fundar o encadeamento sistemático dos pontos de vista sobre a progressão da palavra à frase e da frase ao discurso” (RICOEUR, 2000, p. 15). O filósofo vê nela uma fonte de renovação de figuras e acepções linguísticas e rechaça sua condição paramentativa. Não se trata de uma comparação abreviada, ao contrário, mas de uma comparação desenvolvida. Nas palavras do autor: “[...] a metáfora é o processo retórico pelo qual o discurso libera o poder que algumas ficções têm de redescrever a realidade” (RICOEUR, 2000, p. 14).

Poderíamos tentar costurar um elo entre Ricoeur e Pêcheux, já que para ambos a metáfora é constitutiva da linguagem. Na tese de Ricoeur, ela seria capaz de dizer algo “novo” sobre a realidade. Mas, ao desconsiderar que esse “novo” resida no discurso, o estranhamento se mantém.

Dessa conjunção entre ficção e redescrição concluímos que o “lugar” da metáfora, seu lugar mais íntimo e mais último, não é nem o nome, nem a frase, *nem mesmo o discurso*, mas a cópula do verbo ser. O “é” metafórico significa a um só tempo “não é” e “é como”. Se assim é, somos levados a falar de verdade metafórica, mas em um sentido igualmente “tensional” da palavra “verdade” (RICOEUR, 2000, p. 14, grifo nosso).

Bonhomme (2008) lista várias vertentes teóricas (retórica tradicional, semanticistas modernos, interativa, pragmática e a visão de Jakobson) devotadas a diagnosticar a metáfora. O autor arroga-na três funções discursivas: estética, cognitiva e persuasiva. “O esteticismo da metáfora emana de sua ‘saliência’ [...], de sua ‘força imagética’ [...] e de seus efeitos de concretização [...]”. (BONHOMME, 2008, p. 330). Já sua serventia, sob o prisma cognitivo, seria o de imprimir um “forte rendimento heurístico”, isto denotaria sua habilidade explicativa. A função persuasiva faria dela uma perita na imposição de opiniões veladas. “[...] quanto mais a metáfora se apoia em um acordo preliminar e mais ela parece óbvia, mais seus efeitos manipuladores são importantes” (BONHOMME, 2008, p. 330).

Concordamos, principalmente, que a função estética esteja concretizada discursivamente nas metáforas. Avaliamos, contudo, que a perspectiva que melhor se ajusta à resposta que estamos buscando é a de Pêcheux. Não no sentido metodológico/operacional, mas teórico, pois para o autor, *metáfora* é o nome dado a um *processo* e não a um recurso que tornaria as mensagens mais atraentes.

[...] processo sócio-histórico que serve como fundamento da ‘*apresentação*’ (*donation*) de objetos para sujeitos, e não como uma simples *forma de falar* que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não metafórico, para o qual o objeto seria um dado ‘natural’, literalmente *pré-social* e *pré-histórico* (PÊCHEUX, 2009, p. 123, grifos do autor).

No horizonte teórico do autor, a metáfora não pode ser encarada como um cumulativo de sentidos que resultaria num terceiro sentido, produto da soma destes dois comutáveis. Contrapondo-se ao que presume Davidson (1992), que nega à metáfora (figura) um sentido/significado diferente, que não o mesmo do “literal”, Pêcheux (2009) julga que ela, na sua visada de processo, ocupa-se de outro um espaço do dizer, que desestabiliza elementos postos em relação. O autor defende que ela não pode ser entendida como um primado do significante sobre o signo e o sentido.

[...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não *tem* um *sentido* que lhes seria próprio, preso a sua literalidade; *nem*, acrescentaremos, *sentidos* deriváveis a partir dessa literalidade por meio de uma combinatória lógico-linguística que domaria sua ambiguidade, construindo os diferentes casos possíveis, à maneira do que é proposto hoje pela semântica gerativa: o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição *por* uma outra palavra [...].(PÊCHEUX, 2009, p. 239, grifos do autor).

Discurso é movimento. Só tem sentido, no enfoque de Maingueneau (2001, p. 53, grifo do autor), “[...] *no bojo de um interdiscurso*”. Isso porque todo e qualquer discurso se dá na confluência de outro já existente. Algo fala antes, em outro lugar, independentemente.

Seja qual for a palavra ou o enunciado, estará recoberto de sentidos que se sucedem da relação entre Formações Ideológicas e Formações Discursivas, que, por sua vez, estão vinculadas ao interdiscurso ou a uma memória discursiva, como equipara Orlandi (2012b), estruturada pelo esquecimento e que trabalha pelo efeito do pré-construído. Memória esta em que o que ficou para trás segue fazendo eco no aqui e agora. O esquecimento é presente e ruidoso.

Os processos metafóricos, portanto, estão presentes em toda a produção de sentido. Daí surge o *efeito metafórico*: “[...] fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” (PÊCHEUX, 1997, p. 96), que converte-se no *deslizamento* de sentido entre dois termos, entre “x e y”. O sentido, numa insinuação lacaniana, se produz no *non-sens*. Ele descende de uma relação com a exterioridade e independe da intenção do sujeito (ORLANDI, 2012a), ainda que não seja esse o ideário apregoado na sociedade capitalista, que abafa esse assujeitamento (por meio de um pujante arsenal discursivo), dando a impressão de um sujeito livre de suas escolhas. Ele goza de liberdade sim, mas é prisioneiro da língua. “O falante não opera com a literalidade como algo fixo e irreduzível, uma vez que não há um sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso” (ORLANDI, 2012a, p. 52).

A metáfora não é o “domingo do pensamento” (PÊCHEUX, 1997), como alardeavam os estruturalistas (daí uma das divergências de Pêcheux com eles).

[...] está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. (PÊCHEUX, 1997, p. 53).

Nós aderimos ao conceito pecheutiano de metáfora como instrumental teórico, mas não nos deixaremos cegar por ele, já que a análise de Grigoletto (2000), sobre o funcionamento das figuras (metáforas locais<sup>72</sup>) no discurso colonial britânico, relativizou a tese do autor. Ela notou que as metáforas foram responsáveis por um efeito de congelamento

<sup>72</sup> As figuras de linguagem são por Grigoletto (2000) designadas como *metáforas locais*.

dos sentidos, que provocou um silenciamento e estabelecimento de sentidos aparentemente universais sobre o colonizado.

As figuras, que classificamos como metáforas locais, funcionam ao contrário dos processos metafóricos de Pêcheux, pois estabelecem o limite que impede a ruptura (o desliz de sentidos). As figuras são o lugar onde a formação discursiva colonialista trabalha a continuidade e rechaça a ruptura, num movimento de reafirmação de seus próprios limites. (GRIGOLETTO, 2000, p. 24).

De nossa parte, vemos a metáfora (tanto como expressão quanto como processo discursivo) como um *ser anfíbio* - lembrando que anfíbio é termo que denomina seres que conseguem sobreviver a ambientes diversos: água e terra. Por trafegar - aliás, com desenvoltura ímpar - do campo literário para o jornalístico, por perambular pelos diferentes dispositivos midiáticos (desde o jornal impresso à internet), mas, acima de tudo, pela capacidade de assumir, aos olhos da AD, sempre um “sentido outro”, por poder transitar entre Formações Discursivas e, com isso, revirar uma ordem semântica estabilizada. E é isso que faz com que questionemos (parte de nossa problemática) se elas estão mais para a estabilização ou para a ruptura (desvio, deriva) de uma ordem de sentidos.

Metaforizar, portanto, é recorrer a significados que estão sedimentados em territórios discursivos que nos enquadram em determinadas Formações Discursivas. Domínios que se mantêm sempre abertos, onde as chamadas “visões de mundo” estão em constante transição. É “[...] ir para outro lugar, e retornar criando a ilusão que favorece a retratação diferenciada do mundo” (FURLANETTO, 2010, p. 159).

Sustenta a autora que as insistentes idas de um dado material linguístico a lugares diferentes pode ocasionar a criação de valores comuns. As especificações semânticas se fluidificam e a significação retêm traços genéricos. É a isto que ela chama de “sentido literal”: “[...] um núcleo de traços semânticos, algo como um *protótipo*” (FURLANETTO, 2010, p. 160, grifo da autora).

Para Pêcheux (1988, p. 52) essa visão *cosmopolita* que algumas palavras podem assumir – como defende Furlanetto (2010) – não existe. Ele crê que tudo é metáfora. Tudo acontece como em qualquer “dia da semana”.

Este caráter oscilante e paradoxal do registro do ordinário parece ter escapado completamente à intuição do movimento estruturalista: este nível foi objeto de uma aversão teórica, que o fechou totalmente no inferno da ideologia dominante e do empirismo prático, considerados como ponto-cego, lugar de pura reprodução do sentido.

Poderíamos, nos limiares discursivos pecheutianos, e numa tentativa de encetar uma ponte entre a *metáfora/figura de linguagem* e a *metáfora/processo metafórico*, aventar que a expressão metafórica (ela é parte do nosso objeto empírico) funciona como de um truque de mágica. O mágico nos faz crer que estamos diante de algo extraordinário, insólito, quando, na verdade, não passa de um efeito de evidência. O coelho já estava dentro da cartola, mas o ilusionista só nos fez perceber isso algum tempo depois. A *metáfora* funciona como uma imagem legível, transparente, mas a *metáfora/processo metafórico* que a atravessa e a constitui torna-a opaca e muda. A linguagem (imane a figura de linguagem) também não é um conjunto “sempre já-dado” (PÊCHEUX, 2009). Ela não é um mero instrumento de comunicação ou suporte do pensamento. Enquanto discurso, ela não é neutra, nem inocente, já assegurava Brandão (1998). É o espaço onde a ideologia age sem permissão.

E a ideologia sempre esteve lá na tal cartola do mágico, retomando o exemplo. Não oculta, mas apagada, dispersa para consumir seu efeito encantatório, de que existe cristalinidade na linguagem.

### 3.2 A METÁFORA ENTRE PARÁFRASES E POLISSEMIAS

Se temos a metáfora como um fenômeno discursivo, sujeito a um jogo de forças entre o estabilizado, instituído como natural da língua, e o que desliza, desloca, devemos recorrer aos conceitos de paráfrase e polissemia. É na tensão destes dois polos – parafrástico e polissêmico – que se assenta o funcionamento da linguagem.

É entre a continuidade e a ruptura, entre a agregação e a desagregação que o discurso “passeia”. A metáfora – reafirmamos seu estatuto discursivo – faz desse seu caminho. Ela “[...] anima-se, imbuída no tempo reparador, mas também corrosivo, retoca a descontinuidade, que então a isola, porém relativiza também a continuidade fixada pela intersecção que a desenha” (MARCHEZAN, 1999, p. 308).

A citação da autora pode ser considerada uma reelaboração das noções de paráfrase e polissemia, cuja autoria é de Orlandi. Enquanto a primeira está para a estabilização, a segunda está para o equívoco.

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. [...] Ao passo que, na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação. (ORLANDI, 2012a, p. 36).

Furlanetto (2010, p. 165), ainda dentro de uma concepção discursiva, cataloga estes dois processos como forças centrífugas e forças centrípetas. As centrífugas “[...] levam ao movimento, à deriva; as centrípetas resistem ao devir, induzem à repetição, à ideia de ordem. Trata-se de uma constante dinâmica entre a língua que se constrói a partir do discurso, e do discurso, que se constrói a partir da língua”.

A paráfrase está para uma ação aprisionadora. Ela não consegue desvencilhar-se do seu centro, já que volta sempre à matriz do sentido (ORLANDI, 2012a). A sua antítese, a polissemia, é independente deste sentido matricial. Ela desfoca-se de uma imagem primeira, brinca com os sentidos, faz com que os dizeres caiam em outro eixo ideológico, de outra Formação Discursiva.

É deste movimento que nasce a distinção entre criatividade e produtividade (ORLANDI, 2012a). A paráfrase é a produtividade (produz-se o mesmo, mas de maneira diferente), a polissemia é a criatividade (há uma disputa entre o que já foi produzido e o que vai se instituir).

O relato jornalístico, e a metáfora como parte dele, estabelece um elo entre esses dois extremos. Sua modalidade de *discurso sobre* pode tanto conectar-se discursivamente a um “já lá”, e “[...] essa interdiscursividade pode ser reconstruída através da análise dos processos parafrásticos presentes na cadeia intertextual que vai se construindo ao longo do tempo” (MARIANI, 1998, p. 61), como pode ocorrer um gesto de atualização, fazendo com que sentidos cimentados, institucionalizados (pela própria imprensa), sejam reorganizados de outro modo.

Orlandi (2012a) é pessimista em relação à mídia. A autora – que tece uma de suas análises com base nas novelas, e não no discurso jornalístico – acha que a produção de sentidos é pautada mais pela produtividade do que pela criatividade. Mudam os títulos, mudam os cenários, mudam os atores (às vezes, nem isso), mas o enredo é estático. Há recorrência sempre a uma mesma fonte discursiva. Há um “vale a pena ver de novo” continuado.

A logicidade “do mesmo”, contudo, parece não fugir do *script* noticioso, seguido por uma boa parte da imprensa nacional<sup>73</sup>. Há uma vibração mútua, que produz ressonância discursiva, sendo partilhada pela comunidade jornalística - de norte a sul do país. O que

---

<sup>73</sup> Fazemos tal afirmação, especialmente, a partir de observações empíricas. Mas há relevantes estudos, aí aliados à teoria, que anteparam nossas constatações. Um deles é o de Mariani (1998), que estudou as construções discursivas acerca do Partido Comunista Brasileiro (PCB), nos jornais do Rio de Janeiro, de 1922 a 1989, e provou haver uma incansável retomada do *mesmo* para os comunistas.

ocorre é um embaralhamento de palavras que fazem de conta dizer algo novo, mas voltam a repousar nas mesmas FDs.

Trazemos o caso das manifestações de junho e julho de 2013, que varreram o Brasil. Quase todos os jornais de grande circulação nacional, destacam na manchete - nos dias de maior expressividade dos protestos – a violência e a crise política, como núcleos de sentido. Uma das capas da *Zero Hora* dizia: *Dilma convoca reunião de emergência após protestos* (crise política); do *Correio Braziliense*: *Um gigante fora de controle* (crise política); *O Globo*: *Sem controle* (crise política); *O Estado de São Paulo*: *Um milhão vai às ruas, violência cresce e Dilma convoca reunião* (crise política e violência); *O Amazônia*: *Começou na paz e virou baderna* (crise política e violência); o *Diário Gaúcho*: *Chuva de protestos* (crise política). As metáforas, como vimos em alguns títulos, parecem contribuir para isso.

Esse é um dos motivos que leva a crer que a noção de Pêcheux está apta a nos auxiliar a entender o seu funcionamento. O lugar-comum jornalístico tenta passar a ideia de que ela é só mais uma parafernália estilística, mas a ótica discursiva mostra que ela também tem incumbência de afiançar verdade e credibilidade ao discurso jornalístico. Mas, seria ela capaz reiterar verdades (através de movimentos parafrásticos) ou abrir espaços para “outras” verdades (movimentos polissêmicos)? É aí que reside àquilo que nos intriga.

### 3.3 ENTRE O MESMO E O DIFERENTE: O DISCURSO LÚDICO, POLÊMICO E AUTORITÁRIO

O funcionamento do discurso se dá entre dois polos antagônicos. De um lado, a disputa é para que os sentidos se mantenham imóveis, parados; de outro, eles brigam para fugir, libertar-se das correntes cíclicas da paráfrase, buscam a emancipação polissêmica. É desse discernimento que surgiram as três tipologias discursivas formuladas por Orlandi (1996): discurso lúdico, polêmico e autoritário.

Tais tipos – há que se avisar - não foram fundamentados em critérios fixos ou de domínio institucional (religioso, jurídico, jornalístico). Eles respondem às características intrínsecas a cada discurso, sua dimensão histórica e fundamento social. Também não são modelos imutáveis, já que procedem da interação entre sujeitos. Não há, de acordo com Orlandi (2012a, p. 87), um discurso que seja estritamente autoritário, lúdico ou polêmico. “O que há são misturas, articulações de modo que podemos dizer que um discurso tem um funcionamento dominante autoritário, ou tende para o autoritário (para a paráfrase) etc”.



Há outras relações, reatualizadas pela autora após a concepção das três tipologias, que também são da natureza discursiva: “[...] de exclusão, de inclusão, de sustentação mútua, de oposição, migração de elementos de um discurso para outro” (ORLANDI, 2012a, p. 88). Elas terminaram institucionalizadas historicamente à medida que promoveram um retorno às qualidades de cada protótipo de interlocução.

A forma como o interlocutor comparece no espaço da enunciação (se comparece) é a vértebra de sustentação de cada uma das tipologias de Orlandi (1996). É o grau de reversibilidade que as distinguem.

O discurso lúdico, desse jeito, apresenta reversibilidade total entre os interlocutores. A polissemia é aberta e não há tensão na disputa de sentidos (ORLANDI, 1996). Moura (2013), num trabalho que analisa a relação do verbal e do não-verbal nas manchetes de capa do jornal *Meia-Hora*, nos presenteia com exemplos de como se dá esse funcionamento. Reportamos o do dia da morte da cantora britânica Amy Winehouse. Ela figura na primeira página da edição numa foto margeada pelo seguinte texto: “*Bebeu, fumou, cheirou e dançou. Amy-a ou deixe-a*”.

Nessa frase o jornal recupera situações a que Amy se submetia. A inglesa era famosa por sua música, mas também pela vida boêmia que levava. Seja bebendo nos pubs londrinos, ou atacando paparazzi. Amy ficou mundialmente conhecida depois do hit “Rehab” estourar nas paradas mundiais. Na música, Amy canta sobre as pessoas quererem colocá-la numa reabilitação, mas ela diz que não vai. A capa recupera essas ações que Amy era conhecida e lembra um slogan que era utilizado durante o governo de Emílio Médici “Brasil: Ame-o ou deixe-o” em um período da ditadura militar brasileira. O que o jornal faz é um deslizamento de sentido, ele joga com a ortografia do nome da cantora e com a sonoridade que essa palavra teria no português. Dessa forma, há um silenciamento da pronúncia “Émi” (pronúncia do nome da cantora em inglês) para ser trabalhado a pronúncia “Ami” que tem uma semelhança sonora com o verbo amar na segunda pessoa do imperativo. (MOURA, 2013, p. 04-05).

Há, nesse jogo de linguagem, um distanciamento do tom que notícias como essas, de morte, costumam ter em jornais ou veículos que não tenham o viés popular do periódico carioca. Ele beira o risível, o engraçado. As possibilidades de sentido são tantas – daí a polissemia aberta – que, como pressagia o autor, há riscos de um leitor não inscrito no tipo de público ao qual a publicação se dirige, não entender a textualidade.

No discurso polêmico, a reversibilidade acontece apenas em algumas condições. Há litígio entre processos parafrásticos e polissêmicos, sendo este último, controlado (ORLANDI, 1996). Os sentidos são produzidos de maneira a entrar em confronto com aquilo que já está na ordem do discurso. Evoquemos Domingues (2011, p. 15) para ilustrar. A autora explorou o funcionamento do discurso proverbial e os deslizamentos de sentido que ocorrem

em algumas de suas releituras. Não deu ênfase a uma averiguação tipológica, mas cogitou que estes “anti-provérbios” também possam ser da ordem do discurso polêmico.

“*Uma andorinha só não faz verão*”; “*Os últimos serão os primeiros*”; “*O pior cego é aquele que não quer ver*”; “*Em terra de cego quem tem um olho é rei*”; “*Mais vale um pássaro na mão do que dois voando*”; “*Quem ri por último, ri melhor*” são listados por Domingues (2011) como ditados populares, cujo sentido é pretensamente fixo, naturalizado. Todavia, como que numa atitude de subversão, formas concorrentes têm despontado, em que os sentidos “[...] são inquietos, não se submetem, não querem e não podem ser controlados, selvagens que são” (DOMINGUES, 2011, p. 15), instaurando a polêmica: “*Os últimos serão desclassificados*”; “*Mais vale um pássaro na mão que um papagaio (promissória) na praça*”; “*Quem ri por último não entendeu a piada*”; “*O pior cego é aquele que não toca sanfona*”; “*Em terra de cego, quem tem um olho é caolho*”; “*Em terra de cego, o trânsito é uma loucura*” instalam resistência entre o ordinário e o extraordinário. O *naturalizado* descamba para o *desnaturado* (DOMINGUES, 2011).

O tipo autoritário é aquele em que não há reversibilidade e que a polissemia é contida (ORLANDI, 1996). O referente é apagado e o locutor se posiciona como sujeito exclusivo do discurso, como o dono da “verdade”. Não há chance para que o dizer do outro intervenha no discurso. Orlandi (1996, p. 31) apropria-se desta ideia a partir do sistema educacional:

O sistema de ensino atribui a posse dessa metalinguagem ao professor, autorizando-o. O professor, por sua vez, se apropria do cientista e se confunde com ele sem se mostrar como voz mediadora. Apaga-se o modo pelo qual se faz essa apropriação do conhecimento do cientista tornando-se, o professor, detendor daquele conhecimento. Como o professor, na instituição, é autoridade convenientemente titulada, e como se apropria do cientista, dizer e saber se equivalem. O professor é institucional e idealmente aquele que possui o saber e está na escola para ensinar, o aluno é aquele que não sabe e está na escola para aprender. O que o professor diz se converte em conhecimento, o que autoriza o aluno, a partir de seu contato com o professor, no espaço escolar, na aquisição da metalinguagem, a dizer que sabe [...].

Mariani (1998) e Berger (1998) encaixam o discurso jornalístico no tipo autoritário. Ele “vende-se” apenas como simples “mediador” do mundo, já que ampara-se no preceito da objetividade. Mas, é nesse *falar sobre* que sentidos vão sendo empilhados e reduzidos a conhecimentos incontrovertidos. Está lá: os números confirmam, as imagens comprovam.

É afiançado por um discurso que se apresenta como cristalino, impessoal (os acontecimentos são relatados sempre na terceira pessoa do singular) que a política do sentido *uno* se institui. Os interlocutores do discurso jornalístico, à imagem do aluno *tábula rasa*

(MARIANI, 1998), são embargados de questionamentos, pois a autoridade jornalística concentra forças argumentativas que lhe confere o *status* de poder dizer.

As tipologias discursivas – por si só - apresentam uma relação tênue entre si. Quando misturamos discurso jornalístico e metáfora este vínculo confunde-se ainda mais, pois há fuga do formalismo jornalístico, mas não ao ponto de transpor algumas de suas couraças ilusórias, tal qual a dele poder dizer do real, normatizando o sentido. Não é que isso não possa ocorrer – o *Meia-Hora* provou ser possível – mas os nossos objetos empíricos – *Veja* e *Revista do Brasil* – e o material que deles vamos extrair para análise (texto) não chegam a nos levar a um território de tamanho desprendimento, como o do discurso de tipo lúdico. Conseqüentemente, é em função disso que nosso problema indaga se o funcionamento das metáforas favorece a condição autoritária do discurso jornalístico ou é capaz de introduzir a polêmica. Levemos nossa curiosidade ao próximo capítulo.

### 3.4 A METÁFORA E O JORNALISMO: QUE RELAÇÃO É ESTA?

No jornalismo, a metáfora assume um estatuto muito mais amplo do que em qualquer outro campo discursivo. Se na literatura ela é o descaminho e permite que o pensamento flane, devaneie, no texto jornalístico, ela usa do seu apelo estético para trazer leveza e levar a um real, que é ainda mais teatral. Assim, se tivéssemos que estipular um único nome para este “casamento”, chamaríamos de “união instável”. Instável, porque agora – e cada vez mais, com a notícia circulando pela ambiência virtual – ela faz parte das pequenas versões possíveis da realidade. Instável, porque, definitivamente, a metáfora derruba a crença do jornalismo como espelho da realidade. Ela é a construção narrativa de maior impostura que, ao mesmo tempo e paradoxalmente, traz fidelidade aos fatos.

O discurso jornalístico é feito de “estórias”, na interpretação de Tuchman (1999). “Estórias” - e a autora faz questão de dizer que não está denegrindo a notícia ou acusando-a de ser ficção – recheadas de sentidos que são costurados em meio ao ato comunicativo. As palavras, traçando um paralelo com as convicções pecheutianas, não existem em si mesmas, numa relação de transparência e literalidade com o significante. Elas são determinadas pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual são produzidas. A metáfora, se nos mantivermos nesta mesma coluna teórica, é mais uma forma de contar essas “estórias”, de produzir sentidos aos leitores, ouvintes, telespectadores e internautas.

Ela integra as narrativas mitológicas (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 265) que favorecem a transcendência das funções tradicionais da notícia, quais sejam, a de informar e

explicar. Diríamos que a metáfora é, talvez, o componente da expressão jornalística que mais se ajusta a ideia dos autores, que encaram as notícias como mitos.

As notícias oferecem mais do que o facto – oferecem tranquilidade e familiaridade em experiências comunitárias compartilhadas (Mead, 1925-1926); fornecem respostas credíveis a perguntas desconcertantes e explicações prontas dos fenómenos complexos, tais como o desemprego e a inflação (Jensen, 1977). (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 266).

Sodré (2009, p. 16) comunga do mesmo entendimento de Bird e Dardenne (1999), já que ele, igualmente, percebe o discurso jornalístico como afeito às diretrizes do pragmatismo e das lógicas mercantis, sem rejeitar a permanente intervenção de procedimentos retóricos e imaginosos. “Apesar de sua aposta histórica no esclarecimento neutro, a notícia não prescinde, em termos absolutos, do apelo à carga emocional contida nos estereótipos que derivam das ficcionalizações ou dos resíduos míticos (SODRÉ, 2009, p. 15-16)”.

A metáfora, como os demais artefatos discursivos que modalizam o *discurso sobre* (MARIANI, 1998) da mídia, é constitutiva do processo de organização e didatização dos acontecimentos. É a rede de sentidos que ela carrega consigo que nomeia e explica sobre aquilo de que se fala. O seu emprego deixa de lado a máscara que conduz ao apagamento da interpretação no discurso jornalístico.

Na opinião de Prado (2013, p. 58), o discurso precisa encarnar e as metáforas – conjecturamos nós – cooperam para isso:

O enunciador, para se fazer ouvir, trabalha o texto em sua força de apelo, de interpelação, de narrativa carregada de sentidos ligados ao mundo cotidiano; para se fazer seguido, constrói enquadramentos a partir de sua força de autoridade de sabedor, edifica mundos imaginários em que os usuários mergulham.

Apesar de o autor ter utilizado o vocábulo “enquadramento”, ele mesmo acredita na sua impotência diante do contexto experienciador da pós-modernidade líquida, como classificariam os baumanianos. No contrato de comunicação das revistas<sup>74</sup> está prevista a intensidade das emoções vigentes entre os usuários da tecnologia 3D, que também leva o leitor à ação imersiva. Frente a esse novo regime de visibilidade, as metáforas são estratégias infalíveis de passionalização.

É de Gomes (1995, p. 75) a tese de que a informação mass-midiática não é mais propriamente “jornalística”. Ele alega que a enunciação nos *media* tem se tornado “[...]”

<sup>74</sup> Prado (2013) refere-se às revistas comerciais (*Veja* é uma das que integram a sua pesquisa).

sempre mais refratária à natureza da atividade política”. O entretenimento – e as metáforas como um de seus mecanismos – então passa a ser o *background* preferido da notícia. Não haveria confronto entre essa lógica pedagógica com a lúdica, pergunta-se o autor? Não, já que ambas estão “[...] perfeitamente conciliadas [...]” (GOMES, 1995, p. 76), assevera.

Nós, a partir dos objetos empíricos que elegemos, sabemos que o texto metafórico esbanja prestígio no discurso jornalístico – e aí não só por obra de uma aliança quixotesca com o jornalismo literário. O real é, gradativamente (sobretudo, depois da era digital), mais pulsante e não cabe numa “[...] ata de ritmo previsível da primeira à última informação” (MEDINA, 1996, p. 228). A metáfora converge para a libertação da estrutura narrativa. Ela é um “suspiro” para a regra da pirâmide invertida. Caracteriza, no jornalismo, uma pretensa intimidade com o interlocutor.

Fato é que a metáfora ainda suscita várias interrogações ao jornalismo. A sua presença neste campo tem posto em desalinho questões paradigmáticas. Como ficam as divisas entre informação e opinião? O Novo Jornalismo, inaugurado na década de 1960, trouxe-nos algum alento, já que fez abandonar o hermetismo jornalístico e, com ele, aquele empiricismo ingênuo, das notícias como índice do real. A partir da década de 1990 demos um passo adiante. A realidade passou a ser percebida como uma construção subjetiva, “[...] onde ficção e a simulação confundem-se com a referencialidade e a relatividade das categorias de neutralidade, objetividade, imparcialidade e equilíbrio” (SÁ MARQUES, 2002, p. 529). Nem por isso, chegou-se a uma solução para o convívio amistoso entre metáfora e discurso jornalístico. Peregrinemos nessa direção.

## 4 DOS LUGARES DE ONDE OS DISCURSOS “FALAM”

### 4.1 O LUGAR DE FALA: UM CONCEITO

O que é um lugar? Um espaço, uma esfera, um ambiente propício para algum fim. Para Milton Santos (1996, p. 258) é “[...] um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições”. Ainda que esta concepção seja proveniente da geografia, ela é intrínseca aquilo que estamos apreendendo como *lugar de fala* no jornalismo.

Os sujeitos, obrigatoriamente, situam-se em algum lugar (que, *a priori*, é social), quando da prática enunciativa. São detentores de papéis e identidades distintas, que serão impressas no discurso. Durante o estabelecimento de um ato comunicativo, instaura-se um quadro de referência sustentado por formações imaginárias que nos dão a dimensão dos lugares de cada participante.

Convém lembrar que todo e qualquer mecanismo de funcionamento discursivo se dá através de formações imaginárias. São as imagens que os interlocutores do discurso fazem de si e do objeto que está na ordem do dia que presidem a negociação de palavras.

Assim não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição. (ORLANDI, 2012a, p. 40).

Relatamos um episódio que presenciamos há algum tempo numa banca de jornais para melhor didatizar o que diz a autora: uma senhora entrou no local e chamou o atendente, ordenando-o a tirar da vitrine uma edição da revista *Playboy*. O funcionário não deu importância para o comunicado. O enunciado – que nunca tem uma única interpretação (MAINGUENEAU, 2001) – não lhe fez sentido. No jogo imaginário, a mulher não passava de uma cidadã qualquer. Foi só quando a cliente se identificou como promotora da vara da infância e juventude do município que as imagens que circulam pelo *lugar social* da Justiça brasileira (Ministério Público, nesta circunstância) e da posição-sujeito de autoridade que permeia um agente público desta natureza emergiram que a atitude do jornalista mudou. No mesmo instante, o título destinado ao público adulto voltou a ser realocado numa das muitas prateleiras do estabelecimento.

Esse fato depõe a favor da tese pecheutiana, de que “[...] *as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam* [...]” (PÊCHEUX, 2009, p. 147, grifos do autor). São as imagens que temos do sujeito promotor de justiça e do *lugar social* da Justiça (o Ministério Público é um de seus braços, responsáveis por defender a ordem jurídica), que demandaram uma rápida ação do jovem balconista. Essa representação não “caiu do céu”, como ironiza Orlandi (2012a, p. 42), aludindo à figura do professor. Ela se constitui no confronto simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições.

Assim, o *lugar social*, representado pelo lugar empírico, institucional, atravessado por relações de poder, arbitra o *lugar de fala*. E esse lugar é interdependente dos modos de relação do sujeito com a forma-sujeito e a Formação Discursiva (FD) que ele se identifica.

Em outras palavras, a inscrição de um médico no *lugar de fala* da medicina pode se dar através de posições-sujeito que vão da medicina curativa, alternativa, paliativa ou até “espiritual” (fato que denotaria certo descrédito para com o discurso da ciência). É a filiação à FD que direcionará tanto a forma-sujeito – da medicina como forma de solucionar problemas de saúde -, quanto as posições-sujeito que este profissional de saúde vai assumir no discurso.

Mas, e no jornalismo, como podemos acomodar esses conhecimentos? Descobrimos com Orlandi (2012a) que o lugar é constitutivo da fala do sujeito. Se assim o é, o *lugar de fala* do jornalismo – e é desta noção que nos aconselharemos no decorrer deste estudo - é o de poder dizer das coisas do mundo.

Fundamentemos nossa posição: o jornalismo, como outras instituições integrantes do atual espectro social, é produto de processos sócio-políticos que, ao longo dos anos, foram sendo remodelados. Nasceu, como atividade profissional, no século XVII, no bojo de uma sociedade moderna - onde o poder começava a migrar para as mãos do Estado (movimento, inclusive, comandado pelo jornalismo). Se os iluministas almejavam fazer do jornalismo uma espécie de “esclarecedor” do mundo, hoje, podemos colocar na conta daquele que, igualmente, foi chamado Século das Luzes o “poder de fogo” que ele angariou.

As “mediações” – travadas, cada vez mais, no terreno simbólico – são executadas pela mídia. É por ela que acessamos o mundo atribuindo-lhe significado. Ao fazê-lo, a instância midiática não só detém o poder de informar, mas de poder dizer, poder fazer saber, fazer crer e fazer querer (CHARAUDEUAU, 2012). “A mídia tanto pode ser um dos lugares em que surgem e se produzem acontecimentos (na sua dimensão existencial), como o espaço em que acontecimentos são repercutidos (e adquirem sua segunda vida)” (FRANÇA, 2012, p. 16).

É no discurso que estes embates ganham concretude. Na avaliação de Orlandi (2012a, p. 10, grifo nosso), discurso é movimento “[...] dos sentidos, errância de sujeitos, *lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios*”. Em suma, um “ritual de palavras”, do qual o jornalismo se apropria para “mediar” e fazer circular infinitas realidades.

O *lugar social* da imprensa brasileira está sedimentado como objetivo, neutro, imparcial. E é esse aspecto que obriga o jornalista, ao assumir variados *lugares discursivos* – da política, economia, entretenimento... – apagar estes resquícios em sua discursivização (SCHWAAB, 2011). As marcas são todas edificadas com o propósito de fazer com que os ideais da prática jornalística signatária da americana (objetividade, imparcialidade) saltem os olhos. Contudo, não esqueçamos que o discurso jornalístico é também lugar de *vestígios*. Não existe “ritual” sem falhas, já assegurava Pêcheux (2009). A tentativa de ocultação dos traços que constituem o seu *lugar social* são efeitos de sentidos, produzidos nas margens do dizer (ORLANDI, 2012a).

As organizações jornalísticas – entre elas as duas revistas que estão representadas no nosso *corpus* de análise – apoderaram-se deste *lugar social* apto em “contar” os fatos. O “poder dizer” de cada veículo depende de um conjunto de interesses que interpõe a atividade jornalística. E estes interesses, embora se pareçam unânimes – e o dispositivo (revista, por exemplo) é um dos grandes responsáveis pela conferência dessa aparência -, são díspares. O jornalismo impresso, televisivo, radiofônico ou virtual segue uma série de contingências únicas que modulam a sua “fala”.

A mesma regra vale para o jornalismo sindical. Há inúmeros condicionantes transpostos no “poder dizer” sindical que refletem no que ele vai noticiar. Para sermos menos prolixas: quando *Veja* fala de sindicalismo, esta fala não é produto de uma tomada de posição num espaço neutro. “Nela está implícito o modo de ver a realidade na qual a posição é tomada. Em síntese, ‘uma fala produz uma resposta e o lugar em que esta resposta faz sentido’” (AMARAL, 2002, p. 04). A *Revista do Brasil*, ao falar de sindicalismo, infalivelmente, fará o mesmo. Suas respostas (para a questão sindical) serão dadas sempre através da perspectiva do jornalismo sindical.

O *lugar de fala* do jornalismo é teatral, representativo das ações cênicas dos sujeitos. Sob um ponto de vista genérico, o *lugar de fala* do jornalismo é aquele que pode dizer dos acontecimentos do mundo, sob a credencial da isenção, da exatidão, mas o faz saber deste mesmo mundo é vassalo dos modos que o sujeito inscreve-se na linguagem para dizer. Estes modos, como adiantamos, são estabelecidos por códigos imanentes à *práxis* jornalística. Eles



não mudam estruturalmente (linha editorial segue sendo linha editorial, rotinas produtivas seguem sendo rotinas produtivas), mas sofrem drásticas alterações ao sabor da forma como cada sujeito vai manejá-los na produção do seu discurso.

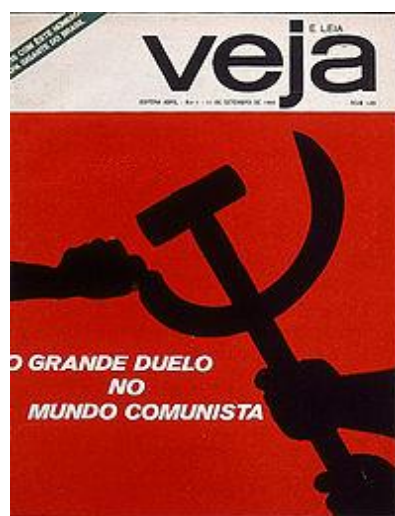
Jogando um facho de luz sobre o nosso objeto: mesmo incorporadas num mesmo *lugar social* – que é o do jornalismo – há grandes discrepâncias no *lugar de fala* de *Veja* e *Revista do Brasil*, sobretudo, quando o assunto é sindicalismo. *Veja* aborda sindicalismo, fala dele, a partir de um ângulo remoto, enquanto que a *Revista do Brasil* é parte deste sindicalismo, está comprometida financeira, política e ideologicamente com ele.

Estudar o *lugar de fala* que cada uma das publicações molda para si favorece uma atmosfera explicativa para o funcionamento da metáfora. Se ele se constitui num ambiente teórico que mostra a lógica que rege o modelo de visibilidade dado a determinados temas no jornalismo - e as expressões metafóricas são uma das estratégias que atuam nesse sentido -, ele há de nos ser proveitoso.

#### 4.2 O LUGAR DE FALA DE VEJA

*Veja* surgiu pelas mãos dos jornalistas Roberto Civita (filho do fundador da editora Abril, Victor Civita) e Mino Carta. Seu exemplar número 1 circulou no dia 11 de setembro de 1968. Na capa, a seguinte manchete: “O grande duelo comunista”, sobre um fundo vermelho, adornado com a lendária imagem da foice e do martelo.

Figura 14: Capa da edição número 1 da revista *Veja* – setembro de 1968



Fonte: Acervo digital revista *Veja*. Acesso em: 25 out. 2013.

No primeiro editorial, a revista notifica a que veio:

“Onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, estará lendo estas linhas praticamente ao mesmo tempo em que todos os demais leitores do país. Pois *Veja* quer ser a grande revista semanal de informações de todos os brasileiros”. (SOUZA, 2004, p. 17-18, grifos do autor).

Importante reavivar que o Brasil estava neste período sob a vigência da Ditadura Militar, momento em que ocorria um movimento contrário na imprensa nacional, de fechamento de vários veículos de comunicação. Não há notificações que tenha havido condescendência política – como aconteceu com a *TV Globo*, no famoso caso *Time-Life*<sup>75</sup> – por parte do governo em relação à revista, mas, desde o princípio, ela posicionou-se editorialmente. “[...] combateu a oposição chamada por ela de ‘terrorista’ e defendia as críticas ‘construtivas’ ao regime somente dentro do Congresso Nacional (um órgão legítimo) e de setores organizados nas instituições, dentre elas, a própria imprensa” (GAZZOTTI, 1998).

Criada nos moldes de revistas de prestígio internacional, como a norte-americana *Newsweek*, a italiana *Época* e a alemã *Der Spiegel*, *Veja* segue padrões editoriais de *Time*, uma das mais expressivas do mundo. “Fisicamente”, ela se identifica pelo investimento em larga escala de fotografias, ilustrações, entre outros recursos iconográficos, e por reportagens - sobre temas nacionais e globais - desenvolvidas em profundidade. No alto escalão editorial, Eurípedes Alcântara, como diretor de redação, Fábio Altman, Lauro Jardim, Policarpo Junior e Thaís Oyama, como redatores-chefes (cargo que no passado foi ocupado por Mino Carta, que hoje é dono da revista *CartaCapital*).

Discursivamente, é um dos veículos mais polêmicos de toda a “Era” midiática nacional. Capas, entrevistas, matérias sobre ciência, tecnologia, ecologia, economia, religião, mas, fundamentalmente, sobre política tem sido responsáveis por, pouco a pouco, atrelá-la a esta imagem.

Em 1992, *Veja* publicou uma entrevista com o irmão do então presidente Fernando Collor de Mello, em que ele fez revelações de possíveis desvios de dinheiro público encabeçadas por Collor e Paulo César Farias, seu tesoureiro de campanha. Fora o estopim de

---

<sup>75</sup> A *TV Globo* nasceu em 1965 a partir de um acordo financeiro, técnico e comercial com o grupo norte-americano *Time-Life*. À época, a Constituição proibia tal tipo de negócio. “Nem a Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada no Congresso Nacional, nem as pressões de Assis Chateaubriand foram suficientes para impedir que a ditadura militar instalada em 31 de março de 1964 arquivasse a fraude evidente consumada pela *Globo*” (RAMOS, 2005, p. 67).

uma série de denúncias que culminariam na abertura do primeiro processo de *impeachment* da América Latina.

Seus furos<sup>76</sup> não só pautaram outros veículos, inclusive suas concorrentes diretas, como *IstoÉ*, *Época* e *CartaCapital*, como ditaram os rumos políticos e/ou econômicos do país. Ao transpor os contornos da informação - que já não são irrelevantes -, *Veja* se coloca como agente social, dono de poderes superlativos, que se sobrepõem aos concentrados nas figuras dos *Príncipes*, tanto o de Maquiavel, quanto o de Antonio Gramsci (o *Príncipe moderno*) e o de Octávio Ianni (o *Príncipe eletrônico*)<sup>77</sup>.

Hoje, o carro-chefe da editora Abril, apresenta distribuição semanal e chega às bancas e casas de assinantes de todo o território nacional. Ocupa o topo da lista das revistas com as mesmas características, efetivando (em parte) o que Roberto Civita designou ser a sua missão:

Ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos. (CIVITA<sup>78</sup>, 2013, documento não paginado).

O veículo “mãe” da Abril possui uma tiragem (média) de 1.121.397 exemplares. Destes, 906.832 (média) são destinados aos assinantes e 113.384 (média) a vendas avulsas (PUBLIABRIL, 2015, documento não paginado). Cada exemplar é vendido nas bancas a R\$ 9,90. A maior faixa etária de leitores é a dos que têm acima de 50 anos de idade (31%), pertence à classe B (51%), é mulher (55%) e vive na região Sudeste do país (58%) (PUBLIABRIL, 2015, documento não paginado).

Foi à custa desse jeito ímpar de noticiar que *Veja* esculpiu para si um robusto *lugar de fala*, que, visto apenas pelas lentes de sua tiragem, são quase uma heresia para os padrões pós-modernos e flexíveis. O discurso da publicação fornece “mapas cognitivos/semióticos” (PRADO, 2013) aos seus leitores que informam, mas, acima de tudo, “modalizam o agir”. De posse de uma batelada de estratégias discursivas (a metáfora é uma das favoritas da publicação), ele orienta para a ação, é onipotente e, não raro, beira a prepotência. É o que Benetti (2007, p. 42, grifos da autora) confirmou, ao investigar a ironia na expressão jornalística da revista. “[...] *Veja*, ao usar a ironia, exercita o poder de dizer: ‘isto é imoral,

<sup>76</sup> O jargão “furo jornalístico” indica que a notícia foi dada por um determinado veículo antes de todos os demais.

<sup>77</sup> Mais detalhes sobre essa comparação em Coiro Moraes e Schuster (2013).

<sup>78</sup> Roberto Civita morreu no dia 26 de maio de 2013, aos 76 anos de idade.

grotesco ou simplesmente ridículo; e você, leitor, evidentemente não pensa (não pode pensar) diferente de nós, pois pensar diferente de nós tornaria você imoral, grotesco ou ridículo”.

Ao examinar o *ethos discursivo* – as imagens de si nas capas e editoriais das revistas *Veja*, *Época*, *Istoé* e *CartaCapital* – Ribeiro (2014) atesta que o próprio nome da revista da Abril – *Veja* – lhe afiança autoridade e legitimidade para enunciar. Efeitos que, aliás, são reafirmados a cada nova cobertura, quando o seu logotipo é readequado à manchete da capa. Ela, em tom afirmativo e autoritário, “diz saber como expressar diversos temas” e “sabe, porque estava lá” (foram esses os principais núcleos de sentidos catalogados pela autora).

*Veja* fala de um lugar que é típico do jornalismo de revista, radiografando aquilo que é de interesse do homem, com a promessa de lhe tirar da ignorância, facultando-lhe informação, só que associada a um nível de aprofundamento e de prazer estético – que se mantém enraizado ao “real” – não encontrado em outras plataformas de informação<sup>79</sup>. A experiência, a maturidade (*Veja* está há quase meio século no mercado) e a sua postura editorial são fatores que lhe oportunizam uma condição única entre seus pares.

[...] VEJA enuncia de um lugar historicamente construído. As marcas assinaladas nas SDs são acionadas por uma fala que busca reiterar uma instituição, inscrita em um conjunto de traços que garantem uma identidade estável enquanto sujeito de seu discurso, porque “inteligente” e “responsável” [...] (SCHWAAB, 2011, p. 104, grifo do autor).

A posição de proeminência que conquistou entre as revistas de informação deriva da confiança estabelecida na correlação de lugares: o seu próprio com o do leitor e com o de outros veículos. Não esqueçamos que a relação de lugares é estabelecida pelas formações imaginárias.

Quem é ele(a) (*Veja*) para que me fale assim? “Verdade, isenção, razão, independência e inteligência são marcas operadas por VEJA e que demonstram a vontade de ser visto como agente **confiável** para dizer o que diz” (SCHWAAB, 2011, p. 106, grifos do autor). A considerar os números – informações da Publiabril (2015) dizem que o universo de leitores da revista é de 8.614.529 – e, portanto, a “força” das suas palavras (que já serviram de fonte para outros veículos de comunicação) - o seu *lugar de fala* é singular.

Porém, o que, de fato, requer um esforço maior de nossa parte é compreender que *lugar* é esse que *Veja* assume quando vai falar de sindicalismo. É o *lugar* que Amaral (2004) diz pertencer à “imprensa de referência”. As fontes oficiais são as que com maior frequência

<sup>79</sup> Na internet – sites noticiosos - a profusão de informações acerca de determinado assunto/acometimento talvez seja até maior, mas aí entramos no mérito de uma linguagem - capaz de incorporar texto, áudio, vídeo, foto, hiperlinks – que em nada se equipara a de uma revista impressa de informação.

visitam aquilo que reconhecemos como espaço cênico discursivo da revista. Os trabalhadores, sindicalistas e manifestantes são “falados”, de acordo com França (2001, p. 04), através de discursos identitários que padronizam um “nós” e um “outro” “[...] (o "outro" do "nós")”. Isso faz com que eles só figurem como protagonistas (e daí sim, merecedores de enormes fotos e fotomontagens) quando estão em situação de errância social.

O sindicalismo em *Veja* é o objeto da fala e não a fala do objeto, como ocorre na *Revista do Brasil* (trataremos dela na sequência). Temais sindicais, como os demais assuntos noticiados (do orbe da política, economia, ecologia...), se dissolvem no discurso da publicação, que é revista, mas não especializada.

As prerrogativas do *lugar social* ocupado pela mídia sujeitam *Veja* a falar de um lugar que é o do “leitor do mundo” (AMARAL, 2004, p. 55). Quando o meio sindical vai para dentro daquela estrutura de papel, esse relato está “[...] legitimado pela sociedade e presente no imaginário social como uma atitude que relata o cotidiano do mundo”.

O *lugar de fala* de *Veja* – que é o lugar de poder dizer – fala das coisas do mundo sindical, mas, ao conceder a palavra a determinadas vozes, omitir outras, arranjar essa mesma palavra de um jeito e não de outro, esse mundo tende a se ver limitado a inúmeros imperativos. Dois deles estão expressos na missão da empresa que edita o veículo: “[...] a difusão de informação, cultura e entretenimento, para o progresso da educação, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento da livre iniciativa e o fortalecimento das instituições democráticas do país” e a sua “lucratividade” (ABRIL, 2014, documento não paginado).

A “verdade segura” (TFOUNI; ROMÃO, 2004) – esse é o efeito gerado pelo *lugar de fala* que a revista construiu para si – é de quem pode dizer (e vai dizer, pelos modos como o sujeito *Veja* associa-se à linguagem, às FDs)<sup>80</sup> para o leitor como o sindicalismo, sindicatos e sindicalistas são.

#### 4.3 O LUGAR DE FALA DA REVISTA DO BRASIL

A *Revista do Brasil* ou *RB* – como também usaremos - teve sua edição inaugural veiculada em maio de 2006, durante o Congresso Estadual da CUT, em Santos (SP). O lançamento oficial ocorreu em 12 de junho de 2006, na Quadra dos Bancários, em São Paulo. Estreou mensal e mantém até hoje a mesma periodicidade. O número de páginas também não oscila de uma edição para outra, são exatas 52.

---

<sup>80</sup> Daremos importância para essa discussão no último capítulo.

A publicação é fruto de um projeto editorial voltado para a classe trabalhadora. Dele participaram, no seu nascedouro, 19 organizações sindicais. Hoje, já são mais de 30 (flutua mês a mês) e todas possuem um alinhamento cutista.

Quem acompanha o movimento sindical sabe que os trabalhadores acalentam um sonho antigo: ter um veículo de comunicação que seja sua voz e que repercuta seus anseios. Nosso sonho enfrentou inúmeros desafios para ser concretizado. Algumas entidades conseguiram, por algum tempo, viabilizar a manutenção de veículos próprios – mas a um alto custo e chegando a um grupo limitado de trabalhadores. Quando, finalmente, 23 dos maiores sindicatos do país conseguiram unir esforços para materializar esse sonho, foi lançada a Revista do Brasil. (FEIJÓ; MARCOLINO, 2006, documento não paginado).

Transformado em realidade, o “sonho”, deveras, está imbuído de dar sustentação ao conceito “sindicato-cidadão”, que, segundo Paulo Donizetti, um dos diretores da revista, consistiria no emprego de recursos e esforços das próprias entidades sindicais na intervenção da qualidade de vida dos trabalhadores fora do âmbito de trabalho. Deste modo, o desígnio da *Revista do Brasil* é:

[...] num primeiro momento: 1) levar uma revista de informação a quem não tem acesso a publicações impressas (por falta de cultura de leitura ou por falta de grana); ou 2) levar informação mesmo para quem tem acesso, mas não gosta do que vê na imprensa comercial e não tinha pra onde correr. Num segundo momento, ainda não atingido, o objetivo é viabilizar a distribuição da publicação no varejo, com vendas de assinaturas particulares a leitores de outros segmentos não atingidos pela distribuição, mas interessados na publicação. (DONIZETTI, 2014, documento não paginado).

A circulação da *Revista do Brasil*, por ora, é feita em todos os municípios que sediam entidades sindicais (cutistas, especialmente) e que, por sua vez, redistribuem-na para suas categorias<sup>81</sup>. A predominância é na região metropolitana de São Paulo, onde são distribuídos, aproximadamente, 160 mil exemplares, de um total de cerca de 300 mil (DONIZETTI, 2014, documento não paginado).

Todas as edições da revista estão disponíveis na Rede Brasil Atual (RBA), um portal criado em maio de 2009, produtor de conteúdo noticioso para a internet. Ele hospeda os veículos mantidos pela editora Atitude, que responde também pela produção do programa de rádio *Jornal Brasil Atual* e tem parceria estreita com a TVT, TV dos Trabalhadores. Criada pelos metalúrgicos do ABC, ela existe como produtora dedicada à cobertura dos movimentos sindicais e sociais desde 1984 e obteve concessão para operar em canal aberto em 2010. A

---

<sup>81</sup> Não são todas que o fazem. É preciso haver - mais que estrutura (de pessoal, econômica) - uma espécie de “vontade política” em entrega-la aos trabalhadores.

aliança entre bancários de São Paulo e metalúrgicos do ABC conseguiu também a concessão de três emissoras de rádio FM, em Piragi, na região de Catanduva, no noroeste paulista, em São Vicente, no litoral de São Paulo, e em Mogi das Cruzes, esta com alcance na grande São Paulo. As duas entidades estudam formas de estreitar a parceria e constituir um único organismo privado, responsável por editar a revista, manter o portal, elaborar conteúdo e promover, gradualmente, a expansão da grade de programação e produção jornalística de todos os veículos. No momento, essa produção é restrita a uma revista mensal, o portal RBA, duas horas diárias de rádio, uma hora e meia diária de TV, com alguns programas regionais de cultura e serviços em Piragi e São Vicente (DONIZETTI, 2014, documento não paginado).

A *Revista do Brasil* tem como editor-chefe Paulo Donizetti e dois “editores políticos” – Paulo Salvador, pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região (SP) e pela Associação dos Funcionários do Grupo Santander, Cabesp e Banesprev (AFUBESP), e Valter Sanches, pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SP). Fotos, quadros e outros expedientes gráficos também fazem parte do seu *layout*. No plantel de colunistas: Mauro Santayana e Laurindo Lalo Leal Filho. A maior disparidade (num comparativo com *Veja*), sem dúvida, está nos traços editoriais, assim descritos por Donizetti (2014, documento não paginado):

Entender o papel do Estado como principal gerente dos assuntos de interesse nacional, responsável pela gestão da economia, a indução do crescimento, a regulação dos mercados, a promoção de políticas públicas destinadas à redução das desigualdades de renda e a promoção da igualdade de oportunidades de exercício da cidadania. Entender a produção cultural como expressão das identidades e da diversidade, acima, portanto, de objetivos comerciais. Valorizar o interesse coletivo, sem desprezar, nem negligenciar em relação aos anseios, sonhos e necessidades individuais. Estimular a participação social e comunitária e buscar prestação de serviço. Proporcionar prazer de leitura, diversão, sem banalizar a linguagem e valorizando a elegância no texto e na produção visual. Promover o interesse pela leitura.

Figura 15: Capa da edição número 1 da *Revista do Brasil* - maio de 2006



Fonte: Acervo digital da *Revista Brasil*. Acesso em: 12 out. 2013.

*RB* apresenta-se de um jeito *sui generis*. Ela não é uma revista de informação qualquer, embora tenha a mesma aparência “física” de *Veja*. Ela não é um *house-organ* melhorado, ainda que sua distribuição seja feita gratuitamente e manualmente. Sua fórmula editorial – segundo seu editor-chefe Paulo Donizete (2014) – não é sindical (organicamente) e nem corporativa.

O que é a *RB*, então? É um veículo feito por entidades sindicais (lideranças do movimento sindical comandam as edições), filiadas à CUT, financiado por entidades sindicais, mas que, ao assumir os princípios deontológicos da prática jornalística, reverte-se em jornalismo especializado sobre o mundo sindical.

As reportagens discutem política, economia, cultura, mas todas elas recebem um tratamento classista. Isso porque seu preceito é informar um público específico, qual seja, a classe trabalhadora. A intenção, ressalva Donizetti (2014), é que a *RB* chegue às mãos de quem não tem acesso a publicações impressas, ou de quem não gosta do que vê na imprensa comercial.

É esse último desejo que mais coloca *RB* em situação de conflito editorial com *Veja*, por exemplo, já que ela faz parte do rol de revistas da imprensa comercial. Assim, o veículo demarca-se como aquele que acastela a identidade de um país e de uma parcela de sujeitos



que nele habitam que parecem asfixiados pela cadeia midiática. Esse é o não-dito verbalizado no texto publicado na segunda edição da revista. “Quem acompanha o movimento sindical sabe que os trabalhadores acalentam um sonho antigo: *ter um veículo de comunicação que seja sua voz e que repercuta seus anseios*. (FEIJÓ; MARCOLINO, 2006, documento não paginado, grifo nosso)”.

O título *Revista do Brasil* “[...] não é mais um objeto da leitura, torna-se seu envelope” (MOUILLAUD, 2002c, p. 86). Ele pressupõe um Brasil em que os trabalhadores não são apenas coadjuvantes da História. Implica num país em que estes sujeitos constituem uma única classe (não faz distinção entre categoria “a” ou “b”, nem aquele que é sindicalizado ou não sindicalizado). Parece querer fazer justiça (*ao repercutir seus anseios*) a esta classe, e às suas representações sindicais, que, não raras vezes, é alijada do discurso jornalístico da imprensa comercial, como cita Donizetti (2014). Isso quando esse *lugar social*, onde figuram os sujeitos trabalhadores, não é “confundido” com o lugar da malemolência, da criminalidade e de outros tantos estereótipos identificados em alguns trabalhos<sup>82</sup>.

A *Revista do Brasil*, sob o ponto de vista de seu discurso, firma um pacto com o leitor: o sujeito trabalhador e o movimento sindical, por inferência, tramam um *lugar de fala* que não é o mesmo da lógica do *lugar social* do jornalismo comercial, como é o de *Veja*, que recebe um tratamento que – boa parte das vezes - sequer faz eco a sua voz. Por isso, os idealizadores da revista *acalentam o sonho de ter um veículo de comunicação que seja sua voz*. Na prática, o veículo cauciona “o” – e não “um” – *lugar de fala* para os trabalhadores (suas representações).

Esse *lugar*, na *Revista do Brasil*, é também o lugar de poder dizer. Mas, se por um lado, em *Veja*, o sindicalismo é falado, é objeto da fala, por outro, na *RB* ele permeia toda a fala do objeto. Nem sempre diretamente<sup>83</sup>, contudo, o “espírito sindical” (tal qual o “espírito comercial”, em *Veja*) intervém em todos os assuntos abordados pela publicação.

Ao conceder esse *lugar* para o sindicalismo, a *Revista do Brasil* inova. Moderniza um campo simbólico em que a manifestação do sindical sempre esteve muito afeita ao estilo panfletário ou onde questões trabalhistas estão numa zona de sombra, ou (pior) são transformadas em notícia a partir do enquadramento antes descrito.

---

<sup>82</sup> Podemos mencionar, para ilustrar, Tfouni e Romão (2004), que identificaram o confronto de duas Formações Discursivas na abordagem de uma “categoria” de trabalhadores. Os sem terra, a partir do MST, ou são emoldurados por uma FD dominante (reportagens de *Veja*), que dá conta desses adjetivos, ou uma FD de resistência (reportagens da revista *Caros Amigos*).

<sup>83</sup> Nem sempre fica claro para o leitor - como acontece em *Veja* – que “aqui” (nesta página) a revista está a falar, especificamente, sobre sindicalismo.

Na *RB*, eles - os trabalhadores e as lideranças sindicais – falam. Falam mais e não nas mesmas condições recriminatórias de *Veja*<sup>84</sup>. No veículo, o “povo” – trabalhadores, em geral - ainda tem uma parcela da sua fala relegada à “terceirização”, submetida à oficialidade do presidente do sindicato “x”, da federação “y”, da central “z”. A classe trabalhadora tem prioridade no destino da informação (assim como a classe média tem em *Veja*), mas, não há no contrato de leitura da *RB* – tal como há no *Diário Gaúcho* – uma cláusula que preveja uma participação intensa dos leitores como fonte. Ou seja: os trabalhadores seguem sendo “incluídos precariamente” (FRANÇA, 2001).

A necessidade de aproximação com o leitor, na *RB*, não tira o estatuto de notícia das reportagens que ela produz. Ao contrário, ela aborda o “vivido” (num atrelamento à perspectiva sindical), mas sem fazer com que a relevância social se evapore (AMARAL, 2004).

O *lugar de fala* do sindicalismo na *RB* não é de total acesso à fala dos trabalhadores, mas o é de algumas lideranças sindicais (sobretudo aquelas vinculadas à CUT). Não é também de completa expropriação ou esquizofrenia simbólica (FRANÇA, 2001). É o *lugar* em que determinado grupo sindical se coloca como sujeito e ganha relevância social. Ele não “representa” o sindicalismo apenas, tomando essa representação a partir da ideia de representação parlamentar.

*RB* confere uma outra forma de aparição, de visibilidade pública à temática sindical, que, repetimos, não é de representação, mas de “apresentação” (FRANÇA, 2001). O processo de sujeição deixa de ser comunicacional (já que *RB* é o dispositivo que dá qualidade material a um *lugar de fala* para o sindicalismo), mas, ainda não deixou de ser amplamente político<sup>85</sup>, haja vista que essa “apresentação” ainda é de um coletivo do movimento sindical brasileiro (cutista). Ainda assim, a revista invade um espaço típico das racionalidades dominantes (tais quais as das grandes revistas). Ela é um instrumento que fortalece a luta pela cidadania, ofuscando, portanto, algumas “verticalidades”, como coloca Milton Santos (1996).

---

<sup>84</sup> Afirmamos isso a partir de alguns ensaios (texto da Qualificação, artigos) feitos para esta pesquisa, mas, nos baseamos, principalmente, nas conclusões do livro de Souza (2004), cuja discussão se aproxima da nossa ao analisar o discurso da revista sobre o MST.

<sup>85</sup> Não estamos considerando que haja algum processo comunicacional “apolítico”, mas, no caso da *RB*, esse “político” é partidário da visão sindical cutista.

## 5 DOS DISCURSOS EM FUNCIONAMENTO

### 5.1 OS SENTIDOS SOBRE SINDICALISMO EM VEJA

Como nossas diretrizes analíticas privilegiam o *funcionamento* de uma forma linguística – a metáfora –, deslocamos nosso estudo para o domínio do discurso. É nele, nas relações históricas e ideológicas que ele engendra, que encontraremos respostas para o nosso problema de pesquisa. Para tanto, nossa ação preliminar pede o mapeamento dos sentidos. Aí não só das expressões metafóricas, mas de todo o texto da reportagem, conforme indicamos anteriormente. A intenção deste primeiro movimento é subsidiar, na sequência, o diagnóstico, propriamente dito, da atuação das metáforas no discurso jornalístico das duas publicações: se elas contribuem para os sentidos encontrados nas reportagens, de que modo cooperam (reforçando, explicando...) ou se constituem como pontos de fuga em relação a esta produção semântica. Para tanto, repetimos, é imprescindível que façamos esta análise mais genérica – dos sentidos do texto na sua amplitude –, haja vista que é ela que encaminhará soluções para os questionamentos que cercam a partícula discursiva (metáfora) que nos interessa.

Iniciemos por *Veja*. Ao desbravarmos os 24 textos selecionados para estruturar o *corpus* desta pesquisa, vimos que todos eles carregam marcas que conduzem para sete núcleos de sentido. Cada núcleo ou Família Parafrástica (FP)<sup>86</sup> é resultado de regularidades de sentidos que se manifestam ao longo do discurso. Nós enumeramos cada FP e destacamos as Sequências Discursivas (SDs) dispersas nesse material que melhor pudessem representá-las. Ao todo, aqui (subcapítulo 5.1), foram examinadas 37 SDs. Há outras tantas, porém, que foram disponibilizadas nos Apêndices A, B, C, D e E. Eles trazem mais alguns enunciados que servem de exemplo para cada FP e serão referenciados no decorrer do texto que segue. Só não foram inseridos no corpo do trabalho para não comprometer a sua extensão, já que muitas destas SDs reprisam um mesmo movimento de sentidos.

---

<sup>86</sup> Família Parafrástica é aquela que se estabelece por afinidades de sentido. É quando ocorrem reiterações de sentido no decorrer de Sequências Discursivas.

Quadro 3: Resumo das Famílias Parafrásticas – revista *Veja*

FP1	FP2	FP3	FP4	FP5
<b>Modelo sindical é ultrapassado</b>	<b>Sindicalismo está desvirtuado</b>	<b>Greves, protestos e ações sindicais são ilegítimas</b>	<b>Sindicalistas e seus pares são da pior espécie</b>	<b>Violência e agressividade imperam no sindicalismo</b>
FP6	FP7			
<b>Sindicalismo em outros países é melhor</b>	<b>Radicalismo não é a saída para o movimento sindical</b>			

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

#### FP1 – Modelo sindical é ultrapassado

A FP1 – Modelo sindical é ultrapassado – abarca reiterações de sentido que evidenciam o anacronismo do modelo sindical praticado no Brasil. A revista traz uma série de estratégias para dizer não só como, mas o quanto atrasado é esse sindicalismo.

##### **A triste face no neopeleguismo SDV01 – T01<sup>87</sup>**

A atual legislação sindical brasileira, que tem origem no Estado Novo getulista, **está a anos-luz dos mecanismos hoje existentes em países avançados**. Em primeiro lugar, a liberdade sindical no Brasil não é plena. Apesar de apenas 18,6% dos trabalhadores brasileiros serem filiados a entidades, a lei insiste em obrigar todos a pagar o imposto sindical. **SDV02 – T04**

As medidas propostas pelo governo Lula, **em vez de modernizar o encarquilhado sindicalismo brasileiro, aumentarão os privilégios da República Sindical – pagos pelo contribuinte e à custa do suor dos trabalhadores**. **SDV03 – T04**

O discurso de *Veja*, voltado à produção de um imaginário obsoleto acerca da forma como se estruturam os sindicatos no país, se dá através de um neologismo<sup>88</sup>. O termo

<sup>87</sup> Optamos por identificar, ao lado de cada SD, de que texto ela foi extraída. Assim, a letra “T” refere-se à palavra “texto” e o número corresponde a ordem em que eles foram dispostos nos quadros 1 e 2. A letra “V”, posterior às letras “SD”, corresponde à revista *Veja*. Foi a forma que encontramos para não confundir as SDs de uma e outra revista, já que para os enunciados da *Revista do Brasil* utilizaremos as letras “RB”, ao lado do número da SD.

<sup>88</sup> Neologismo é o fenômeno linguístico que prevê a criação de uma palavra ou expressão nova ou atribuição de novo sentido à palavra já existente.

“pelego”, que já é um neologismo, se popularizou na década de 1930, quando líderes sindicais ajudavam a garantir o atrelamento de suas entidades ao governo de Getúlio Vargas. Ele voltou à tona durante a Ditadura Militar para designar o dirigente de confiança dos militares. O *neopeleguismo* (SDV1), que fora consorciado ao título da reportagem, reascende essa memória não só para ratificar a falta de independência dos sindicatos brasileiros, mas para dizer que está em curso uma atualização - demarcada pelo sufixo *neo* - dessa postura, o que torna o movimento sindical ainda mais arcaico. Efeito que termina por ser dilatado graças à presença do adjetivo *triste* e da metáfora *face* (SDV01).

Foi, aos olhos de *Veja*, a dinâmica política e social vigente no sindicalismo - desencadeada, indiscutivelmente, depois da chegada de Lula ao poder - que refratou uma nova materialidade linguística. Sob o prisma do discurso, é um enunciado que pode ser de inovação ou de regularização. Seguindo Furlanetto (2008, p. 19), que diz que qualquer neologismo “[...] reflete, dissimuladamente ou não, os valores em expansão ou em retração nas comunidades discursivas”, avaliamos, nós, que o *neopeleguismo* (SDV01) está, paradoxalmente, para um recuo. Traduzindo: o novo de *Veja* vai ao interdiscurso para robustecer o velho.

Velho este que é adjetivado como *encarquilhado* (SDV03), *antiquado*, *perdedor da bússola ideológica*, dono de *figurino fora de moda* (APÊNDICE A). É com essa tática discursiva que o enunciatário *Veja* vai modalizando - se nos filiarmos à perspectiva de Prado (2013) - o fenômeno sindical. Sintonizado a uma postura que é também empresarial, esse enunciatário sabe que precisa projetar no enunciatário repulsa, afastamento de referências que se organizam coletivamente e que, por isso, podem lhe ser causadores de problemas. “O mundo conservador sempre pensa em isolar” (PRADO, 2013, p. 132).

No regime de visibilidade de *Veja* (PRADO, 2013), os casos exemplares de sindicalismo não são omitidos. Eles comparecem ao discurso, mas não como uma amostra dissonante. A demonstração de que existe outro jeito de fazer sindicalismo é escoltada por um comparativo que traz a medida do tamanho do retardamento dessa prática no Brasil: *anos-luz* (SDV02).

Nesse sentido, a cobrança de *contribuição compulsória* (APÊNDICE A) é listada como o principal empecilho para uma possível progressão. Outros caminhos - para que o Brasil deixe a contramão da história (APÊNDICE A) - sequer são cogitados pelo veículo. Ou deixamos de ser *obrigados* (APÊNDICE A) a pagar o imposto sindical, ou seguiremos *sustentando* (APÊNDICE A) aquilo que *Veja* alcunhou de *República Sindical* (SDV03). Metáfora que, discursivamente, coloca os representantes dos trabalhadores em outro lugar.

Lugar esse que recusa os interesses gerais dos cidadãos em detrimento de sindicatos/sindicalistas.

O texto de Rancière (2011, p. 23) – *O conceito de anacronismo e a verdade do historiador* – pode funcionar, com pequenas ressalvas, como síntese da FP1.

[...] o anacronismo é assim chamado porque o que está em jogo não é apenas um problema de sucessão. Não é um problema horizontal da ordem dos tempos, mas um problema vertical da ordem do tempo na hierarquia dos seres. É um problema da partilha do tempo no sentido da parte que cabe a cada qual.

Ainda que o autor desenvolva seu estudo a partir da *verdade do historiador* – como está posto no título do artigo – acreditamos não cometer nenhum ultraje científico ao transferi-lo à *verdade do jornalismo*. O anacronismo sindical em *Veja* não é uma questão cronológica dos fatos, é alegação de que esse modelo (que ela convencionou como defasado) não pode existir nesta data. Não existe anacronismo, repreende o autor. O que existe são “[...] significações que tomam o tempo de frente para trás, que fazem circular sentido de uma maneira que escapa a toda a contemporaneidade, a toda identidade do tempo com ‘ele mesmo’” (RANCIÈRE, 2011, p. 49, grifo do autor).

Toda a complexidade e ambiguidade social – e aí não somente do sindicalismo, é o que testifica Prado (2013) – é comprimida nas soluções discursivas apresentadas pelo veículo. “[...] há vários caminhos a percorrer e um só é o de *Veja* e o de seu leitor [...]” (PRADO, 2013, p. 122). Ou seja, há várias direções em tempo, mas é aquela que a *bússola* (APÊNDICE A) de *Veja* está a indicar que o leitor deve seguir. É isso que a análise das próximas FPs vai reafirmar.

## FP2 – Sindicalismo está desvirtuado

Na FP2 – Sindicalismo está desvirtuado – deparamo-nos com marcas que “informam” porque sindicatos de trabalhadores vêm caindo em descrédito. Se na FP1 o argumento que sustentou a ideia de modelo sindical ultrapassado era singular (obrigatoriedade na cobrança da contribuição sindical), na FP2, as alegações são plurais, tanto quanto são as novas experiências pós-modernas, em que pequenos painéis produtivos têm feito sucumbir o suntuoso ambiente fabril. À vista dessa paisagem - que passou a pigmentar quase todos os temas por *Veja* trabalhados (PRADO, 2013) – o movimento sindical não é mais simulacro de segurança para os trabalhadores e de ameaça para os patrões. Ao contrário, ele se tornou um

grande perigo. Não para o dono da empresa, para aqueles que lá tocam a produção. Vamos aos motivos.

**O PDT, a Força Sindical e o Ministério do Trabalho se converteram numa central única de interesses. SDV04 - T09**

O sentido, nesta SD, converge para o desvirtuamento da atuação sindical. Esse desvio é materializado no discurso à custa da aliança estabelecida entre sindicato (central sindical), Ministério do Trabalho (MT) e partido político. Mesmo que não haja nenhuma novidade na relação sindicato-partido - ela existe desde que os sindicatos surgiram no Brasil -, *Veja* a resgata com o objetivo de fazer com que as instituições sindicais e o MT capitalizem toda hostilidade e aversão que os partidos políticos têm atraído para si, fundamentalmente, aqueles que deixaram de lado as clivagens de classe que lhe deram origem para se dedicarem ao poder, caso do PT.

Na SDV04, inclusive, a revista provoca um deslize de sentido<sup>89</sup>: o dizer *central única de interesses* convoca a pensar não só a Força Sindical, o PDT e o Ministério do Trabalho em relação a outros dizeres – oportunistas -, mas a CUT também. Gadet e Pêcheux (2004, p. 55, grifo dos autores) explicam:

[...] a repetição do significante no *alíngua* não coincide com o espaço do repetível e que é próprio à língua, mas ela o fundamenta e, com ele, o equívoco que afeta esse espaço: o que faz com que, em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da homofonia, homossemia, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras e do bom relacionamento entre os efeitos discursivos.

O repertório de desfiguração segue quando o movimento sindical é correlacionado a *dinheiro e negócio* (APÊNDICE B). Ao estabelecer tal ponte discursiva, *Veja* exalta o caráter empresarial das instituições representativas dos trabalhadores colocando-as em contradição diante de suas promessas anticapitalistas. *A máquina de fazer dinheiro* (APÊNDICE B) e *o negócio que envolve cifras milionárias* (APÊNDICE B) são signos envoltos em sentidos negativos porque falam de um universo que elas fazem frente discursivamente (pelo menos deveriam, numa formação imaginária ideal de sindicalismo).

---

<sup>89</sup> O processo metafórico, como esmiuçamos em outra ocasião nesse trabalho, torna possível nos enunciados o *deslize* de sentidos. Esse *deslize* é provocado, no exemplo da *central única de interesses*, a partir da filiação da CUT a uma determinada memória discursiva. Essa memória, que permeia a CUT, não só significa a Força Sindical, o PDT e o Ministério do Trabalho como, ao mesmo tempo, ressignifica a CUT.

Em outra reportagem – APÊNDICE B – o governo do PT, capitaneado então por Dilma Rousseff<sup>90</sup> – é acusado de impulsionar a ruína sindical. É dele que sindicatos recebem a *dinheirama* (APÊNDICE B). Nesse exemplo, portanto, dois saberes são restaurados conjuntamente: de que os interesses dos dirigentes sindicais estão acima dos da classe trabalhadora (no jargão sindical, adaptado ao de *Veja*, isso é *peleguismo*) e de que o *governo do PT* (APÊNDICE B), cujo quadro é formado por inúmeros sindicalistas e ex-sindicalistas, ao favorecer financeiramente sindicatos, estaria compactuando com essa incoerência.

O constructo discursivo representacional que o sindicalismo (essencialmente, o de influência cutista) e o PT urdiram para si sofre mutações discursivas na revista *Veja* pelos pactos políticos e ideológicos que a regem, mas ele é, igualmente, vítima dos interdiscursos que sustentaram suas antigas representações e que nesse plano político – de protagonismo do PT – aflora como um espelho. Este espelho, agora, desloca a imagem de um e de outro (PT e sindicalismo) e os regula com outra representação. A que a revista da Abril tem edificado vem acoplada de algo parecido com um retrovisor discursivo, que a todo momento coloca em xeque as representações feitas no passado.

FP3 – Greves, protestos e ações sindicais são ilegítimas

Na FP3 – Greves, protestos e ações sindicais são ilegítimas – os sentidos buscam rebaixar ações grevistas e reivindicatórias. O teor depreciativo perpassa o discurso de *Veja* e se dissemina em diferentes traços que, às vezes, são quase imperceptíveis. Nos dois recortes a seguir, eles são, inversamente, patentes: notabilizam uma matemática que serve para confirmar a improcedência da greve da USP.

Quem observa de fora pode ter a impressão de que o movimento instalou o caos na maior instituição de ensino superior do país. **Mas é só ir ao câmpus da USP em São Paulo para descobrir que o cotidiano lá pouco mudou. A maior parte dos 86.000 alunos e 5.400 professores continua frequentando aulas e ensinando. Além disso, uma parcela expressiva dos 15.500 funcionários – 30% do total – desempenha suas tarefas normalmente.** [...] As maiores assembleias feitas pelos grevistas não reuniram mais que **2% dos alunos, 5% dos professores e 3% dos funcionários.** SDV05 - T14

Na última quinta-feira, uma passeata na Avenida Paulista **juntou 3 000 apoiadores da greve. Esse número nem de longe representa a maioria dos estudantes e dos docentes. Tampouco é unanimidade o "Fora PM" bradado pelos manifestantes.** SDV06 – T14

<sup>90</sup> O texto é de 30 de março de 2011.



Os números funcionam no discurso jornalístico como potencializadores do efeito de autenticidade do acontecimento. Eles didatizam o contexto em que estão inseridos e carregam uma qualidade científica. Estão embrulhados no interdiscurso pela velha máxima “os números não mentem”. Operam como avalistas da ausência de ambiguidade.

E, se por ventura, o sujeito-leitor ficou com dúvida, não conseguiu fechar o “cálculo”, o sujeito-enunciador interpreta, como efetuou na SDV06: *Esse número nem de longe representa a maioria dos estudantes e dos docentes*. É do *ethos* discursivo do jornalismo de revista dizer que sabe, porque se preocupou em apurar, checar, apresentou com exatidão, porque fez um “trabalho rigoroso” (RIBEIRO, 2014).

Entre os outros argumentos trazidos por *Veja* para desqualificar eventos de natureza contestatória estão as pautas pelas quais se reivindica. Qualquer motivação, que não seja salarial ou restrita às categorias, soa no discurso como propaganda política. Basta girarmos nosso ângulo de visão para percebermos que essa transação discursiva é também um meio de silenciar aquilo que está no cerne das relações capital *versus* trabalho: a medida universal do valor; dinheiro.

**A razão para a indignação dos sindicalistas também surpreende: eles protestavam contra o novo currículo escolar produzido pela Secretaria Estadual de Educação.** De quebra, colocaram na fogueira algumas das apostilas fornecidas pela secretaria. **SDV07 - T06**

O *novo* (SDV07) está rodeado, no interdiscurso, de sentidos positivos. O novo é moderno, é próspero. Só deixa de ser para os *sindicalistas* – e é isso que está nas subjacências do discurso da revista – porque tem como autor o governo de São Paulo (*Secretaria Estadual de Educação*). Ou, por outro viés: as rixas políticas (e partidárias) – por isso, a irônica sensação de *surpresa* (SDV07) da semanária - entre sindicato e governo sobrepõem-se ao futuro da educação. Coisa que em outras circunstâncias é dita – e lamentada - *uma pena* (APÊNDICE C) - como um declarado aceno de abandono da posição imparcial do veículo.

Existem SDs (APÊNDICE C) que promovem um fenômeno discursivo que, apadrinhados por Orlandi (1995, p. 39), podemos chamar de “política do mais do mesmo”. “O silêncio, mediando as relações entre linguagem, mundo e pensamento, resiste à pressão de controle exercida pela urgência da linguagem e significa de outras e muitas maneiras”. A maneira de *Veja* tentar apagar, emudecer o que, substancialmente, levou a tais categorias paralisar e/ou protestar foi significando-as como *comício* (APÊNDICE C). Há enunciados em que a denominação chega a ser outra. É *encontro de sindicalistas* (APÊNDICE C), porém, o

sinal gráfico das aspas dá as coordenadas de como o tal *encontro* deve ser lido. Ora, nada mais justo do que o enunciador – como fiel depositário da “verdade dos fatos” – alentar no enunciatário a matriz da ilicitude mediante toda e qualquer ação sindical. A publicação, ao falar de eventos como estes (greves e protestos) convence-o a ascender um sinal de alerta: “sim, eles estão em greve, mas olhe bem porquê. Eu vos digo!”.

É nessa “política do mais do mesmo” que *Veja* continua a enfatizar o caráter espúrio desse tipo de acontecimento sindical. Desta vez, são os “intrusos” que estruturam sua gestão de silenciamento das causas (outras, que não as escolhidas por *Veja*) que podem levar a esses confrontos. É com Orlandi (1995, p. 33) que assimilamos que o silêncio é o estado primeiro da palavra. Ele não é o “fundo”, como dissipa o senso comum – posição “[...] sustentada pela ciência [...]”. Ele é a figura, é a matéria, segundo a autora, numa releitura do linguista dinamarquês Hjelmslev, do processo de significação. Vejamos, nessas SDs, como estes “invasores” acentuam os sentidos da FP3 e que outros sentidos elas tentam ofuscar (ou fazer resplandecer).

Como em geral acontece nas universidades públicas, **a greve da USP é restrita a grupos de representatividade limitada, ligados à esquerda radical**, que disfarçam suas reivindicações muito particulares com a roupagem do interesse geral. **SDV08 – T14**

Foi o pretexto para a adesão **de intelectuais panfletários**. **SDV09 – T14**

**Até mesmo o delegado Protógenes Queiroz**, afastado da Polícia Federal por conduzir suas investigações de maneira irregular mas acolhido como herói por certa esquerda, **tirou uma casquinha ao lado de um deputado do PSOL**. **SDV10<sup>91</sup> – T14**

A orientação argumentativa em alguns desses trechos se dá sob a etiqueta do oportunismo: ou o situacionista é movido pela ganância política (partidária), como se constata nas SDV08 e SDV10, ou porque “organicamente” – *como não podia deixar de ser* (APÊNDICE C) - está sempre a tirar proveito de algo. Um parêntese sobre os *sem-terra* (APÊNDICE C): desde que se tornaram acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1997), fruto da progenitura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, é que eles são figurativizados no discurso de *Veja* com signos que, para além de aguçar sua condição de “fora da lei”, demoniza-os<sup>92</sup>.

<sup>91</sup> Há situações, como se pode ver na SDV10 e em outras que aparecerão na sequência, em que o mesmo parágrafo contém mais do que uma marca discursiva. Nós optamos por mantê-lo como uma única SD para facilitar e não “quebrar” o raciocínio do nosso leitor.

<sup>92</sup> Um dos estudos que validam nossa afirmação é o de Souza (2004) - *Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST*.

E se, eventualmente, o leitor ainda não tenha sido advertido o suficiente quanto ao perigo e irregularidade dessas celebrações sindicais, os traficantes e suas guerras particulares (uma delas no *Complexo do Alemão*, no Rio de Janeiro) são trazidos à cena discursiva (APÊNDICE C) como um gesto que avulta o efeito criminalizatório de momentos que nada, em princípio, têm a ver com greves e protestos - legítimos na dinâmica democrática. Aqui temos um “[...] posto (dito) que traz consigo necessariamente esse pressuposto (não dito mas presente)” (ORLANDI, 2012a, p. 82): greves e protestos, construídos sob o domínio do medo, colocam sujeitos temerosos - nós, trabalhadores - e sujeitos temíveis - eles, *ligados à esquerda radical* (SDV08), *intelectuais panfletários* (SDV09), *sem-terra* (APÊNDICE C) em lados opostos.

Comercializada como uma autêntica representação jornalística, *Veja* pratica discursivamente aquilo que Prado (2013, p. 25) cognomina de fascismo social. As pessoas que não são parte direta de determinada ação acabam destituídas do seu lugar de sujeito. “Quando por alguma razão se tornam visíveis, é iniciada uma ação de expulsão ou recusa”. Foi o que a revista fez. Com sua *autoridade demarcatória* (PRADO, 2013, grifo do autor) retirou o direito deste “outro” de interatuar naquele acontecimento.

Esse discurso tem como principal ruído interdiscursivo o individualismo e a conseqüente falta de unidade sindical. Endossa Bauman (2001, p. 39) que o indivíduo moderno tem se mostrado cada vez mais autossuficiente em relação à vida comunitária e social. “[...] a apresentação dos membros como indivíduos é a marca registrada da sociedade moderna”. Daí a exigência de *Veja* em depor – sempre munida de provas e justificativas – contra tudo e todos que compactuam de algum exercício coletivo.

O modelo de enunciação de *Veja* ainda autentica a FP3 a partir do prejuízo.

Greves do setor público **pioram ainda mais a competitividade do Brasil** SDV11 – T07

Uma greve dos auditores fiscais da Receita Federal, responsáveis pela liberação das mercadorias na alfândega, **está deteriorando ainda mais a já emperrada logística do país** SDV12 – T07

Depois de um mês de paralisação, **o estrago é monumental**: o tempo para liberar a importação e a exportação de produtos dobrou; fábricas pararam por falta de componentes; 50 000 contêineres ficaram presos no Porto de Santos. SDV13 – T07

A greve dos servidores federais, que já dura três meses, **prejudica hospitais e pacientes**. Dilma reafirma que o governo não vai ceder às pressões. SDV14 – T23

**O tratamento dos pacientes com câncer no Hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre, está sob ameaça devido à falta de remédios**. Os primeiros produtos

a sofrer o impacto da paralisação são os importados, e os estoques não costumam durar mais de dois meses. **SDV15 – T23**

*Piora* (SDV11), *deterioração* (SDV12), *estrago* (SDV13) e *falta* (SDV15). São estes alguns dos vocábulos que persistem a relatar rituais grevistas. Persistem, porque ao analisarmos a produção de sentidos sobre o movimento grevista da década de 1980, num jornal do interior do Rio Grande do Sul, *Gazeta do Sul*<sup>93</sup>, detectamos a mesma fórmula. Tanto o acontecimento greve, como seus personagens, são inseridos no espaço cênico informativo de *Veja* se condicionados à memória da perda.

Aquilo que para a classe trabalhadora representa o cume da resistência, para *Veja* é um problema primitivo, com as mesmas feições – pelo menos, discursivas - de quase quarenta anos atrás<sup>94</sup>. Resistência, na linguagem da revista da Abril, é discurso que serve para descrever situações de heroísmo. Orlandi (2012b, p. 231) repensa este conceito, agora à luz do que convencionou como “mundialização”, e postula:

Na falha, ela [ideologia] se abre em ruptura, onde o sujeito pode irromper com seus outros sentidos e com eles ecoar na história. Condição para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, “fazendo sentido do interior do não-sentido”. É a isto que chamo de resistência. E não ao voluntarismo inscrito em teorias que se sustentam na onipotência dos sujeitos e dos sentidos que mudam à vontade. Somos sujeitos interpelados pela ideologia e é só pelo trabalho e pela necessidade histórica da resistência que a ruptura se dá quando a língua se abre em falha, na falha da ideologia, enquanto o Estado falha, estruturalmente, em sua articulação do simbólico com o político. Não é, pois pela magia, nem pela vontade, mas pela práxis que a resistência toma seu lugar. (ORLANDI, 2012b, p. 231).

O rito grevista, quando pensado nas referências dadas pelo sistema capitalista – *Veja* é um dos artefatos responsáveis por fazer tal “mediação” – se torna in-compreensível (ORLANDI, 2012b) e faz explodir sentidos que estão na base da produção da ilegalidade, da delinquência, como patenteia a autora. Todavia, fora desses parâmetros, a greve é uma forma de fazer com que o sujeito trabalhador, sujeito sindicalista transponha a condição – que lhe é decretada - de apagamento de seu eu social.

Em vista disso, pouco adianta *Veja* jogar a decisão para o enunciador, de que juízo fazer de uma paralisação (como faz na SDV16, abaixo), quando constrói um protocolo de sentidos pré-dispostos a denegri-la.

<sup>93</sup> *Braços cruzados: o discurso do jornal Gazeta do Sul sobre o movimento grevista da década de 1980.* (SCHUSTER, 2011).

<sup>94</sup> O comparativo se dá com a análise que empreendemos na dissertação, que analisou as greves no discurso jornalístico da década de 1980.

### Greve ou férias? SDV16 – T17

A justiça determina que servidores parados há três meses continuem recebendo salário e transforma **o direito a greve num excelente negócio. SDV17 – T17**

Mais recentemente, Lula dirigiu novas farpas aos grevistas. “**Greve é guerra, não férias.** Eu tinha coragem de entrar na greve e tinha coragem de terminar a greve”. **SDV18 – T17**

“Receber pagamento para não trabalhar é, em português claro, **uma forma de enriquecimento ilícito**”, afirma a procuradora-geral da União, Hélia Bettero. **SDV19 – T17**

Os grevistas do Ministério do Trabalho afirmam que só descruzarão os braços quando suas reivindicações forem atendidas. Eis aí outro problema ruinoso do movimento. **Em primeiro lugar, eles fazem parte de uma privilegiada casta de trabalhadores. Durante os quase oito anos de governo Lula, quando os trabalhadores da iniciativa privada tiveram aumento de 9% acima da inflação, os servidores de Brasília embolsaram 75% de reajuste. Eles também ganham, em média, 30% a mais que os empregados de empresas privadas. SDV20 – T17**

Se greve é *negócio* (SDV17), é *guerra* (SDV18), é *enriquecimento ilícito* (SDV19), é reação de uma *casta de trabalhadores* (SDV20), somos nós que perguntamos: que outras razões precisa o interlocutor para responder a indagação de *Veja* (SDV16)?

De acordo com Orlandi (2012a), esse expediente – do questionamento - é apontado como antecipação. Trata-se de uma estratégia discursiva que regula o processo de argumentação, buscando impor seus efeitos sobre o leitor. Assim, para coloca-lo numa posição de decisão, *Veja* precisa envolvê-lo de maneira tal (com a série de argumentos que vimos acima) que sua possibilidade crítica seja anulada. Ao adiantar-se na constituição dos sentidos que suas palavras produzem, ela termina por engajá-lo numa mesma vibração política/discursiva.

A FP3 deixa exposto o lugar de onde *Veja* faz suas projeções enunciativas: um lugar onde reinam os ditames neoliberais, em que, como pleiteia Boaventura de Sousa Santos (1999, p. 205), a cidadania civil e política encerram-se no voto. “Quaisquer outras formas de participação política são excluídas ou, pelo menos desencorajadas, uma restrição que é elaborada com sofisticação da teoria schumpeteriana da democracia”. Ao que tudo indica, Joseph Schumpeter, economista austríaco e um dos profetas da teoria do desenvolvimento capitalista, tem em *Veja* uma grande aliada.

### FP4 – Sindicalistas e seus pares são da pior espécie

A FP4 – Sindicalistas e seus pares são da pior espécie – é a que engloba o maior número de marcas discursivas. São poucos os textos, em nosso *corpus*, que não contêm

vestígios dessa FP. Face a tal profusão, elencamos alguns dos enunciados que julgamos ser os que melhor corroboram a sua materialidade.

Eles já estão, quase todos, **aninhados no bolso do governo. SDV21 - T01**

**Radicais do PT criam o MST das fábricas** e usam o dinheiro das empresas ocupadas em proveito próprio **SDV22 - T03**

Entre os seus pares, **o ex-bombeiro tem fama de radical. SDV23 - T21**

Em 2006, o **sindicalista incendiário** fez campanha para Jaques Wagner, que tentava se eleger governador. **SDV24 - T21**

Nos termos de Charaudeau (2012, p. 131, grifo do autor), o acontecimento, em seu estado “bruto”, requer que um olhar sobre ele seja lançado para que signifique. “[...] para que o acontecimento exista é preciso *nomeá-lo*”. O discurso jornalístico, ao falar de uma realidade empírica compósita – como expressa o autor - envelopa suas palavras em códigos de inteligibilidade que estão afinados a valores divididos por diferentes grupos sociais. Transferindo este raciocínio para cá, estamos querendo dizer que os sindicalistas não nascem ou despontam como sujeitos abjetos, extremos (*radicais* – SDV22 e SDV23), *sórdidos* (APÊNDICE D). É *Veja* quem os batiza discursivamente.

As denominações significam, e do ponto de vista, de uma análise podemos dizer que elas ‘iluminam’ a natureza das relações de força existentes numa formação social, ou, em outras palavras, tornam visíveis as disputas, as imposições, os silenciamentos etc., existentes entre a formação discursiva dominante e as demais. (MARIANI, 1998, p. 118).

Os sentidos sobre os sindicalistas, na voz do veículo, cedem, nitidamente, às pressões econômicas e a uma formação discursiva neoliberal<sup>95</sup>. Começando pelo funcionamento da memória que *Veja* faz trabalhar ao recuperar o sujeito político para discursivizar o sindicalista (SDV22). Ela alinha-se ao interdiscurso – de imoralidade ética – que está cristalizado para a classe política.

O imaginário que a revista oferece aos seus leitores acerca deste ente social é monolítico. As configurações identitárias – seja de cada categoria, seja de cada central sindical – são rasuradas, divulgadas, sob o “regime da *impressão de liberdade*” (ORLANDI, 2012c, grifo da autora), como uma “coisa” só.

Assim, os sentidos vão sendo distribuídos em suas páginas sem que, aparentemente, tenham conexão entre si. Um dia eles - os sindicalistas - são taxados de vendidos (*aninhados*

<sup>95</sup> Concederemos um à parte – logo mais – para tratar da FD a qual *Veja* se filia.

*no bolso do governo* – SDV21), no outro de doentes (*lunáticos* – APÊNDICE D) e daí por diante. Distantes entre si, estes sentidos dão consistência a uma teia discursiva que se expande, cada vez mais, pela repetição.

A identidade do sindicalista é textualizada - salvo poucas exceções - sob a égide da denúncia. As estruturas narrativas são postas a revalidar não só o quanto estes sujeitos são responsáveis pelos reveses do desenvolvimento econômico, mas a forma criminosa com que o fazem.

**O assalto ao caixa da empresa foi feito de diversas formas.** Foram contratados 28 petistas, entre eles líderes estudantis, agricultores e um garçom, ligados à Esquerda Marxista. **Um sitiante, presidente do Sindicato Rural de Araquari**, cidade próxima, foi empregado como auxiliar administrativo em 2003 ganhando 1.690 reais. Em abril deste ano, era gerente com salário de 5.316 reais. Nessa condição, empregou dois irmãos, uma cunhada, uma prima e um sobrinho. **SDV25 - T03**

Na sexta-feira passada, agentes do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal prenderam **dois soldados identificados como integrantes de um grupo de extermínio. Segundo a PF, eles teriam cometido as execuções para espalhar o medo e, com isso, fortalecer a greve criminosa comandada por Marco Prisco**<sup>96</sup>. **SDV26 - T21**

O efeito de sentido dessas SDs é a instauração da política do medo (uma vez mais, já que esse efeito, ora e outra, atravessa as demais FPs). Asseveram Freire Filho e Marques (2008, p. 82-83, grifo dos autores) que o medo é uma condição psicológica que paralisa a conduta social, uma *moldura afetiva* e um *idioma cultural* que rearranjam a vida em comunidade. Uma de suas sequelas – relacionam os autores – é a promoção de novos padrões de sociabilidade urbana.

Ao associar sindicalistas a este entorno discursivo – da transgressão, da contravenção – *Veja* divorcia-os de sentidos que no interdiscurso estão para a malandragem (*peleguismo* – como a própria revista inscreve) e passa a ressignificá-los nos arrabaldes da marginalidade. Nesse compasso, faz emergir uma voz, tal qual aquela voz imaginária que nos divide, esporadicamente, entre o certo e o errado: são eles os verdadeiros facínoras do capitalismo, que *roubam* (SDV25), que *matam* (SDV26), que *coagem* (APÊNDICE D). O recado, que não está nas entrelinhas, e sim nas linhas impregnadas de pânico, é: “fique na sua”, porque o próximo a ser sacrificado pode ser você. É o apelo do individualismo, tão alardeado na modernidade líquida de Bauman (2001), com outro verniz semântico.

---

<sup>96</sup> Marco Prisco foi o ex-bombeiro que liderou a greve dos policiais militares da Bahia, em 2012. Vale lembrar que militares não são amparados constitucionalmente, ao contrário dos trabalhadores civis – do direito à greve.

Chama atenção – para fechar - que esse método de dar visibilidade ao sindicalista converte-se num álibi para o enunciador. Ele teve seu direito de aparecer, mesmo que essa aparição se dê sob a guarda de sentidos desabonadores. Fica a sensação de dever cumprido: o jornalismo, como espaço democrático, foi bem repartido e proporcionou o conflito de opiniões contrárias.

Se desconhecêssemos o funcionamento do discurso jornalístico, nos conformaríamos com tal apresentação. Conquanto, a AD nos leva a construir escutas que nos fazem ver (e ouvir) que essa é só mais uma montagem apta a produzir efeitos. Aqui, o efeito de o jornalismo estar em dia com suas obrigações pluralistas.

#### FP5 - Violência e agressividade imperam no sindicalismo

A FP5 – Violência e agressividade imperam no sindicalismo – funciona como um desdobramento da FP4. Os sentidos introduzem um panorama de pavor. A selvageria e a quase bestialidade circunscritas às ações sindicais auxiliam *Veja* a desnudar o mundo sindical para seus leitores. Por sinal, esse parece ser o formato padrão de fazer com que ele caiba no seu discurso.

"Se alguém era contra, **ia direto para o paredão**. Todos tínhamos medo de demissão", diz José Nazareno de Oliveira, 47 anos, técnico em eletromecânica na Cipla. Mais de 230 empregados foram demitidos durante a ocupação, a maioria por razões políticas. No auge da tensão, **os dirigentes ordenaram a fabricação de quarenta cassetetes de madeira e manoplas de plástico. Aulas de artes marciais começaram a ser ministradas para um grupo seletivo de jovens. SDV27 - T03**

O movimento só adquiriu corpo porque, neste mês, a reitora Suely Vilela convocou a polícia para dispersar **piquetes armados** em frente ao prédio da administração. **SDV28 - T14**

Os **grevistas provocadores entraram em confronto com a polícia no dia 9. Cinco manifestantes e cinco PMs acabaram no hospital. SDV29 - T14**

No caso de Pernambuco, o sindicato foi contrário ao movimento, o que motivou uma **batalha campal. Um operário foi baleado e o canteiro virou terra arrasada**. Esse é outro ponto comum nos conflitos. **SDV30 - T18**

As considerações de Medeiros (2012, p. 101) nos são bastante produtivas para pensarmos a FP5. Para a autora, no senso comum, a violência é tratada de três formas:



[...] ameaça à convivência pública, no sentido de corromper ou impedir o cumprimento das diretrizes constitucionais de nossa sociedade; quanto como uma semente de rearticulação sociopolítica e cultural, ou seja, como expressão limite de conflitos culturais dinâmicos que assolam o mundo; ou ainda, como uma tentativa de superação da exclusão social.

As insurreições sindicais são, comumente, enquadradas na primeira – mesmo que greve e manifestações sejam direitos garantidos constitucionalmente<sup>97</sup> - e na última alternativas expressas pela autora. As materialidades significantes são entabuladas a partir de roteiros espetacularizados. A versão por *Veja* criada para esses episódios é (re)produzida a partir do *modus operandi* de guerras, revoltas, rebeliões, batalhas, quase épicas – cujo melhor exemplo está dado na SDV30.

São esses discursos-outros, que vêm via memória discursiva, e se corporificam como pré-construídos que vão “propagar” discursivamente acontecimentos sindicais. “[...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2012a, p. 31). O pré-construído, então, fornece os objetos – que na revista se apresentam como diferentes modelos de combate – de que o sujeito-enunciador se apropria para nortear o seu discurso.

Imbuída de fazer ver o sindicalismo como prática truculenta, bárbara, selvagem, entre outros sinônimos do gênero, o veículo, mais que calar diante da multiplicidade de sentidos possíveis para nomear e dizer da realidade sindical (como alertamos há pouco), priva seu leitor do conhecimento de que exista algo que fuja das situações narrativizadas.

É na “guerra da intolerância”, se acompanharmos Medeiros (2012), que o discurso de *Veja* – e agora não fazemos menção exclusivamente à FP5 – vai resultar. Como ameaça as suas convenções (políticas, editoriais), o sindicalismo não pode ser consentido (salvo duas concessões)<sup>98</sup>. O sujeito sindicalista, por não ser como o seu semelhante, o outro trabalhador da fábrica/empresa/repartição pública que se resigna diante das investidas patronais, deve ser distanciado. Para tanto, não é preciso dizer, declaradamente, que sindicatos e sindicalistas impedem a expansão de lucros, são um empecilho para o capital. As construções ideológicas são camufladas por discursos que fazem sentido pela errância moral e ética.

É a partir desta “receita” discursiva, corroborada pelas últimas 30 SDs (mais as que estão disponíveis nos APÊNDICES A, B, C, D, e E), que um dos produtos midiáticos mais relevantes da indústria editorial brasileira criou um imaginário sindical. Até aqui, todos os

<sup>97</sup> Exceto no caso de militares, como ponderamos anteriormente.

<sup>98</sup> Daremos importância a estas “concessões” na sequência do trabalho.

mapas identitários acerca deste movimento representaram o sindicalismo como “pelego”, como “vendido”, como “criminoso”.

Há, todavia, duas formas de sindicalismo assentidas pela revista. Acompanhamos.

#### FP6 – Sindicalismo em outros países é melhor

A FP6 – Sindicalismo em outros países é melhor – aglomera marcas que demonstram haver uma modalidade de atividade sindical diferente da brasileira, mais apropriada, segundo padrões exigidos pelas *economias modernas e globalizadas* (SDV32).

A legalização e a distribuição de dinheiro às centrais contrariam frontalmente os termos da reforma sindical que o próprio governo mandou ao Congresso Nacional em 2005. **Pela proposta de reforma, os sindicatos deixariam de ser financiados pelo governo e passariam a se sustentar com a contribuição voluntária de seus próprios filiados, como ocorre nas democracias mais modernas do mundo** – e nesse formato, aí, sim, pode-se falar em combate ao sindicalismo pelego. SDV31 – T01

**Devem permanecer classistas, como na sua origem? Ou devem exercer um papel mais cidadão, como parece ser uma exigência das economias modernas e globalizadas?** Ninguém encontrou uma saída consistente, mas uma coisa está clara: trabalhador nenhum vai se beneficiar de sindicatos aninhados no governo e mamando em impostos. SDV32 – T01

**Na maioria dos países desenvolvidos, a contribuição compulsória foi extinta na década de 40.** Além disso, a Constituição brasileira, promulgada em 1988, também manteve a unicidade sindical, uma barreira legal à criação de mais de um sindicato por categoria e por município. Dessa maneira, o empregado não tem opção. A medida contraria uma convenção de 1948 da Organização Internacional do Trabalho. Seu texto concede ao trabalhador total liberdade para escolher a organização sindical mais adequada a seus interesses. **Nos Estados Unidos, há concorrência direta entre os sindicatos. As entidades com melhor estrutura são as mais requisitadas em disputas trabalhistas e, assim, acabam recebendo mais dinheiro. Os sindicatos com receita superior a 200.000 dólares são obrigados a publicar na internet prestações de contas detalhadas O sindicalismo americano aprendeu com seus erros.** SDV33 - T04

**Na Alemanha, existem apenas 130 entidades, algumas com mais de 1 milhão de filiados.** SDV34 - T04

Os garçons brasileiros – **ao contrário dos seus colegas americanos ou da maior parte dos europeus** – continuam sem ter o direito de decidir se querem ou não contribuir com os seus sindicatos e também sem poder escolher qual a entidade que vai representá-los. O fato de a "contribuição" ser compulsória garante que o dinheiro seja entregue ao sindicato que fica na região em que o contribuinte trabalha. Já do ponto de vista prático, deu no que deu. SDV35 - T15

*Americanos* (SDV33) e *europeus* (SDV34 e SDV35) são citados no discurso como cânones do “bom” sindicalismo. Eles frequentam a narrativa para dar respaldo ao fio condutor (discursivo) da revista, qual seja, de que há uma forma “correta” de fazer sindicalismo, mas

bem longe daqui (Brasil). A técnica – de relatar situações díspares - “[...] jamais [é utilizada] para falar do antagonismo social” (PRADO, 2013, p. 122). Na *Veja* pós-moderna, os exemplos acima funcionam, tão somente, como balizadores do tamanho do atraso do modelo sindical no Brasil (FP1), porquanto que nos *países desenvolvidos* (SDV33) os critérios de sindicalização e, essencialmente, de contribuição são outros. Os que se aplicam ainda hoje no nosso país (considerado subdesenvolvido – pelo não-dito) foram abolidos na *década de 40* (SDV33).

Há, na publicação, um ideal de conduta sindical construído a partir de um modo de ser (sindical) estrangeiro. Ou, como podemos assistir no próximo subitem, “mais amigável”.

#### FP7 – Radicalismo não é a saída para o movimento sindical

Nesta FP – Radicalismo não é a saída para o movimento sindical – há indícios de que o sindicalismo pode redundar em algo favorável para os trabalhadores (inclusive o brasileiro), desde que seja mais permissivo, menos intolerante.

**No início da semana passada, sindicalistas e empresários pareciam ter dado um raro exemplo de pragmatismo e serenidade diante do fantasma do desemprego.** Depois de uma reunião na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na tarde de terça-feira 13, a Força Sindical e outros representantes de empregados aceitaram discutir um acordo para reduzir os salários e as horas trabalhadas (a CUT **negou-se a participar**). SDV36 - T13

Para o economista Fábio Romão, da LCA Consultores, a renegociação de contratos seria a maneira mais eficiente de preservar o maior número possível de vagas, até que a crise ceda: **"É melhor reduzir os dias de trabalho e investir em qualificação profissional para evitar o desemprego". Ex-sindicalista, o presidente Lula tem todas as credenciais para julgar a conveniência dessa proposta. Só não se deve usá-la como forma de coagir o Banco Central.** SDV37 – T13

A qualidade “classista” não pertence ao rol de características euforizadas por *Veja*. Ainda mais diante do *fantasma do desemprego* (SDV36). Ela só serve para, outra vez, certificar a condição inflexível de alguns sindicatos e/ou centrais sindicais no Brasil. Aliás, é com uma (aparentemente) inofensiva frase entre parênteses – SDV36 - que o enunciador a deixa implícita. Não esqueçamos que a brevidade e simplicidade “[...] não garantem em nada a transparência das intenções [...]” (COURTINE, 2003, p. 23).

A omissão da CUT, na SDV36, não é *peleguismo*, como *Veja* classifica ao contar outro acontecimento (APÊNDICE B). Quando o acordo é *para reduzir os salários e as horas trabalhadas* (SDV37), a negativa da central é significada como política do atraso. E para fazer com que esse não-dito faça sentido, *Veja* relembra o fato do ex-presidente Lula ter sido sindicalista (SDV37)<sup>99</sup>, situação que o fez lutar contra o desemprego.

Todavia, a revista não o invoca por seus dizeres estarem filiados a uma FD que se aproxima daquilo que Daltoé (2011) chama de *FD dos trabalhadores brasileiros*, e sim, pela posição que ocupa naquele momento: a de presidente da República. Nesse espaço discursivo, em que circulam dizeres que são também da ordem patronal, ele se torna importante não só por ter *credenciais de julgar a proposta* de acordo feito entre Fiesp e Força Sindical (SDV36) e abonar a sua *conveniência*, mas por lembrar o leitor – pelo não-dito - o quão negligente e incompaciente é o posicionamento da CUT, entidade que ajudou a fundar.

Para encerrar, cabe-nos situar as Formações Discursivas (FDs) a que *Veja* escora suas posições ideológicas para falar do sindicalismo.

### 5.1.1 *Veja* e o jornalismo do fardo sindical: a lógica do discurso desqualificador ressaltada pelo discurso transigente

A análise dos sentidos edificados nas reportagens da revista *Veja* que versam sobre sindicalismo seguem quase uma mesma “melodia” discursiva: incriminam todo e qualquer ato ou personagem que estabeleça vínculo com a causa. As marcas discursivas encontradas nos textos, mais que confessar o atrelamento político-ideológico do veículo, formam um compêndio de aversão para com sindicatos, sindicalistas e suas ações.

Percebemos que essas regularidades de sentido significavam dentro de uma região de sentido, fato que para a AD resume-se no conceito de Formação Discursiva (FD). Ele é concebido por Orlandi (2012a, p. 43) “[...] como aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que deve ser dito”.

Nós, a partir da interpretação da autora, inferimos que *Veja* centraliza seus dizeres naquilo que chamamos de **FD1 – DISCURSO DESQUALIFICADOR**. A FD1 concentra as cinco primeiras Famílias Parafrásticas, as quais reúnem sentidos que inabilitam, reprovam, incapacitam, desprestigiam atores diretamente conectados ao movimento sindical (ou seus

<sup>99</sup> As SDV35 e SDV37 foram extraídas do mesmo texto (T13).

próximos, tais como estudantes; integrantes de movimentos sociais – do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, para indicar um exemplo; representantes de partidos políticos, como PT, PSOL) e suas ações. Sob a aba ideológica da FD1, repousam sentidos que, pelo implícito, convalidam a desnecessidade de participação do movimento sindical na paisagem política atual.

Os signos dessa FD coroam a política neoliberal, em que há uma sobrevalorização do individualismo simultânea à depreciação de movimentos coletivos. O jornalismo é meramente denunciante. Acusa corrupção calcado numa posição moralista, mas sem estabelecer um elo entre este fato e o modo como a política neoliberal se desenvolve.

A brutalidade é mais um dos sentidos que reforça a FD1. Medeiros (2012) repara que a questão – ela se refere à maneira como a mídia adapta os sentidos da violência ao seu discurso – é mais contundente do que a oferta de múltiplas materialidades textuais, disponibilizadas graças às novas tecnologias de linguagem.

Esse poder de interpelação é exercício não apenas porque opera a partir da formação discursiva mercantil, mas, sobretudo, na base da respectiva formação ideológica, a exemplo da ideologia religiosa e da ideologia jurídica que perpetuam não só valores, como também práticas de como se comportar, o que dizer, em que acreditar, que fundamentam os sujeitos e as posições por eles ocupadas (MEDEIROS, 2012, p. 103).

Para dizer daqueles segmentos que se pautam pela promoção, transformação e preservação do bem comum (como é o caso do movimento sindical, sempre numa construção ideal), daqueles que denotam algum tipo de poder decisório sobre processos que afetam uma coletividade, é preciso imergi-los num banho de valores. Valores que, para um enunciador como *Veja*, que amalha suas construções discursivas aquilo que estamos intitulado de FD1 – são orientados por uma classe média que “[...] quer viver entre seus pares, com quem possa competir e demonstrar sua força relativa, numa espécie de fascismo social. E esquecer do outro” (PRADO, 2013, p. 133).

Os sentidos enredados por esta FD, muitas vezes, aparecem reduzidos em narrativas exemplares. Sujeitos são figurativizados – e vinculados a uma série de adjetivos negativos – e convertidos em modelos a não serem seguidos.

À exceção da FD1, reconhecemos em duas outras FPs (FP6 e FP7), um gesto de condescendência da revista, que por nós será nominado de **FD2 – DISCURSO TRANSIGENTE**. Essa FD é absolutamente minoritária, quase residual. Os únicos vestígios

que dela recolhemos foram todos explicitados nas SDs acima (são sete no total)<sup>100</sup>. Ela monopoliza sentidos que se aquiescem com o sindicalismo “inovador”, mais “aberto”, comum às economias globalizadas (e não retardada como a brasileira). Os modos de proceder são dúcteis, maleáveis. Tudo que está fora desses padrões é tratado como disforme.

É nessa repetição jornalística que *Veja* vai petrificando um interdiscurso para o sindicalismo. O conhecimento que ela produz – pelo menos acerca do mundo sindical – praticamente ignora a divergência, os valores que não sejam os seus. Quanto ao “potencial desalienador” (GENRO FILHO, 1987, p. 180) do jornalismo, que faria avançar numa sociedade sem classes, na revista da Abril a regra tende a funcionar às avessas. Como coadjuvante no processo de significação do ser social (quando não protagonista) sua participação – pela maioria dos sentidos que tem concedido aos leitores - se dá na intenção de fazer com que ele, inconscientemente (e essa é uma das contribuições da Psicanálise à AD) afugente-se da sua própria consciência, enquanto sujeito explorado, e siga, passivamente, aceitando as condições dadas.

Assim, no bojo das duas FDs (FD1 e FD2), concorrem diferentes ações discursivas que, articuladas com as formações ideológicas, nos indicam como *Veja* “informa” sobre o movimento sindical brasileiro.

Quadro 4: Síntese discursiva da revista *Veja*

<b>FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD1)</b>	Discurso desqualificador
<b>FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS</b>	FP1 – Modelo sindical é ultrapassado FP2 – Sindicalismo está desvirtuado FP3 – Greves, protestos e ações sindicais são ilegítimas FP4 – Sindicalistas e seus pares são da pior espécie FP5 - Violência e agressividade imperam no sindicalismo
<b>FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD2)</b>	Discurso transigente
<b>FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS</b>	FP6 – Sindicalismo em outros países é melhor FP7 – Radicalismo não é a saída para o movimento sindical

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

<sup>100</sup> Tanto que não há sequer necessidade de acomodá-las em apêndices, como fizemos com todas as demais FPs.

## 5.2 OS SENTIDOS SOBRE SINDICALISMO NA *REVISTA DO BRASIL*

Encerrada a análise dos sentidos da revista *Veja*, pactuamos metodologicamente – Capítulo 1 - desenvolver a mesma tarefa para a *Revista do Brasil*, que, igualmente, integra o arranjo empírico desta pesquisa. É prudente, antes de mergulharmos nos 28 textos que compõe esta fatia do *corpus* (lembrando que eles somam 52 e que os outros 24 foram tirados de *Veja*), aclarar que os números, tanto das reportagens (conforme quadro 2), FPs, FDs, quanto das SDs darão sequência ao processo iniciado anteriormente, com *Veja*. Às SDs apenas serão somadas as letras *RB*, como indicativo de pertencimento à *Revista do Brasil*. Dito isso, deflagremos investigação ao discurso da publicação.

Importa, antes, reforçarmos que, em desconformidade com o que vimos em *Veja*, na *Revista do Brasil* quase todas as reportagens, além de serem “menores” (ocuparem menos linhas e páginas), elas, tão somente, tangenciam a questão sindical. Ou melhor: enquanto em *Veja* o sindicalismo aparece de uma maneira clara, é possível perceber: “aqui a revista está tratando de temáticas sindicais”, já que os indicativos são ostensivos (títulos contendo a palavra sindicalismo, fotos abertas de sindicalistas...), na *RB* o sindicalismo se dilui. Se dissolve, porque o sindical é constitutivo do seu dizer, do seu *lugar de fala*, como vimos em momento precedente. Isto é, na *Revista do Brasil* tudo é sindicalismo<sup>101</sup> e todos os assuntos recebem uma angulação cuja origem é o jornalismo sindical.

O “sindical” não é falado, como em *Veja*. Na *RB*, é ele quem determina o que ela diz. E isso foi, prontamente, notado na análise do discurso de uma e de outra revista. Em *Veja*, o sindicalismo é mote central de boa parte das reportagens e é sobre ele que os sentidos são entretecidos - o modelo é ultrapassado (FP1), ele está desvirtuado (FP2), violência impera (FP5)... Na *RB*, são as problemáticas que entrecruzam o sindicalismo (já que este é tomado como fato dado – greves, questões políticas de várias ordens, mídia...) que pautam o seu discurso.

Logo, foi o *lugar de fala* da revista que, ao contrário de *Veja*, cujas marcas indicaram quase uma uniformidade discursiva – o discurso da revista pôde ser agrupado em duas FDs FD1 - DISCURSO DESQUALIFICADOR, sendo esta majoritária, e FD2 – DISCURSO TRANSIGENTE, sendo esta residual -, que provocaram na *RB* uma movimentação de sentidos mais ambígua. Esta condição, que reverbera a prática sindical contemporânea (ora mais ofensiva frente à precarização das relações do trabalho, desencadeada a partir de

---

<sup>101</sup> Já que “tudo é sindicalismo”, na *RB*, para estruturar nosso *corpus*, nós nos pautamos naqueles eixos explicitados no Capítulo 1.

mutações políticas e econômicas geradas com a expansão do neoliberalismo na década de 1990; ora mais defensiva, em particular após a eleição de Lula), só está presente na *RB* porque o sindicalismo – e todas as suas contradições – é regente da fala do veículo.

Verifiquemos como esse cenário foi estampado no discurso da *Revista do Brasil*. O quadro a seguir registra o primeiro ato nessa direção. As regularidades apuradas ao longo desta caminhada puderam ser subdivididas em dez (10) FPs. Para tanto, averiguamos 30<sup>102</sup> SDs. Aqui, igualmente, há enunciados que estão acessíveis apenas nos APÊNDICES F, G, H, I, J, K, L, M, N e O pelos mesmos motivos expostos no item 5.1.

Quadro 5: Resumo das Famílias Parafrásticas – *Revista do Brasil*

<b>FP8</b>	<b>FP9</b>	<b>FP10</b>	<b>FP11</b>	<b>FP12</b>
<b>Prática sindical é de resistência</b>	<b>Greves, protestos e manifestações são legítimos e valorosos</b>	<b>Classe política age de maneira sorrateira ao tratar questões dos trabalhadores</b>	<b>Empresas e empresários desfavorecem trabalhadores</b>	<b>Políticas neoliberais são prejudiciais aos trabalhadores</b>
<b>FP13</b>	<b>FP14</b>	<b>FP15</b>	<b>FP16</b>	<b>FP17</b>
<b>Discurso da mídia é contra a classe trabalhadora</b>	<b>Negociar é a melhor saída</b>	<b>Governo do PT pode ser aliado</b>	<b>Sindicatos/centrais não são pelegos</b>	<b>Centrais sindicais não estão divididas</b>

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

#### FP8 - Prática sindical é de resistência

Na FP8 – Prática sindical é de resistência – o efeito de sentido das marcas apuradas nas reportagens é de um sindicalismo aguerrido, autônomo, independente de governos e patrões. O ascenso da luta política dos anos de 1980, comandado pelo movimento sindical (o cutista, em primeira instância), está na base do dizível desta FP. É por esta razão que alguns

<sup>102</sup> O número de SDs analisadas na *Revista do Brasil* é menor do que em *Veja* – ainda que a revista sindical apresente um número maior de FPs – principalmente porque quase todas as suas matérias são bem menores do que no veículo da Abril. Se em *Veja* elas ocupam até quatro, cinco páginas (situação que, conseqüentemente, é mais frutífera para captura de marcas discursivas), na *RB*, a grande maioria daquelas que compõe nosso *corpus*, não ultrapassa duas ou três páginas.



dos termos expostos nos enunciados abaixo não adquirem o mesmo sentido do que se estivessem dispostos numa publicação tal qual *Veja*. Palavras iguais sempre poderão significar diferente, já que “antes” delas fala a Formação Discursiva. Lembremo-nos do que diz Mariani (1998, p. 56)<sup>103</sup>: “[...] a posição político-partidária dos jornais, ao contrário do que usualmente se diz, encontra-se assujeitada a um dizer já posto pela FD dominante”.

**A guerra não acabou SDRB38 - T29**

**Centrais continuam no ataque à Emenda 3 SDRB39 - T29**

“Se o **trabalhador não põe o pé na porta**, prevalece a lógica patronal de dar o mínimo”, avalia o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre. **SDRB40 - T36**

*Guerra* (SDRB38), *ataque* (SDRB39) e *pé na porta* (SDRB40) apresentam sentido de agressividade. Mas não a mesma agressividade expressa nas páginas de *Veja*, pois como alerta Orlandi (2012a, p. 23) a “[...] palavra sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória”. É por serem enunciados perfurados pelo caráter do veículo que os conduzem (“dizer presente” - do jornalismo sindical) e pela memória do Novo Sindicalismo que eles apresentam um valor semântico que é beligerante, mas no sentido guerreador/guerreiro, que acentua-se graças à FD na qual essas palavras se inserem<sup>104</sup>.

Os verbos *reagir* e *persistir* (APÊNDICE F) seguem a modalizar os sindicatos como aqueles que lutam, que recusam submissão a outrem (seja patrões, seja governos) e não desistem com facilidade. Eles não pedem, mandam, *exigem*, *obrigam*, *incomodam* (APÊNDICE F).

Esses enunciados, cujos sentidos promovem re-atualizações e retomadas a fim de consolidar uma imagem positiva do sindicalismo brasileiro, buscam garantir a plena identificação dos trabalhadores. Eles interpelam os leitores da *RB* numa tentativa de reavivar a fase heroica da CUT, marcada pela combatividade nos anos de 1980. O efeito é ainda o de conferir unidade ao discurso e à prática sindical que, mesmo perante novas condições de produção (vinculação da CUT aos governos, chegada do PT ao poder), representa o embate e a união como principal estratégia de ação.

<sup>103</sup> A autora menciona “jornais” porque sua análise os têm como referência, mas não há nenhuma implicação em transferi-la a qualquer plataforma midiática que apresente as mesmas características dos jornais analisados pela autora.

<sup>104</sup> A FD – como fizemos com *Veja* – será discutida separadamente.

FP9 – Greves, protestos e manifestações são legítimos e valorosos

A FP9 – Greves, protestos e manifestações são legítimos e valorosos – reúne traços discursivos que concebem estes acontecimentos como práticas de direito. O efeito é, visivelmente, avesso ao cicatrizado em *Veja*.

Manifestantes de todo o Brasil viajaram horas, alguns até dias, **para ocupar a Esplanada e levar reivindicações ao governo e ao Congresso SDRB41 - T30**

A capital federal ficou bonita no último dia 15 de agosto, quando **uma multidão ocupou a cidade, deu “aquele abraço” no Congresso Nacional e deixou um alerta aos parlamentares**. Mais de 20 mil pessoas de todo o país, segundo os organizadores, participaram do Dia Nacional de Mobilização organizado pela CUT, em torno de projetos em tramitação no Congresso Nacional que mexem com direitos e interesses dos trabalhadores. **SDRB42 - T30**

Mesmo com a lei conquistada em 2008, ainda hoje existem estados e municípios que não seguem a legislação. **“Prefeitos e governadores estão criando artifícios para não cumprir o espírito da lei”, diz Leão, fazendo uma relação com os protestos que se espalharam pelo país em junho. “Uma das coisas que mais irritam o povo é essa capacidade de descumprir a lei e nada acontecer.” SDRB43 - T49**

O verbo *ocupar* (SDRB41 e SDRB42) é a principal insígnia de que a *Revista do Brasil* maneja seu discurso sobre situações de embate com o capital (personificado no governo federal e congressistas – deputados e senadores - na SDRB41) ao abrigo de uma perspectiva de classe, aqui, da classe trabalhadora. Na FD em que a revista se inscreve neste instante (trataremos, como feito no capítulo passado, deste assunto em separado) a atividade ganha contornos semânticos de licitude não só por se dar num espaço público - *Esplanada*. A argumentação apela para o discurso jurídico numa tentativa de transfigurar o discurso dominante, que, como assistimos em *Veja*, indubitavelmente, identifica-se a uma Formação Discursiva com viés patronal (caso da FD1).

Berger (1998) nos serve, de certo modo, de guarida para entendermos a mecânica discursiva adotada pela grande mídia – representada no seu estudo pela *Zero Hora*, maior veículo impresso em circulação no Rio Grande do Sul – e a *Revista do Brasil*. A autora menciona a forma como um movimento social (o MST, no caso) se relaciona com a imprensa e ilumina porque os ícones discursivos utilizados pelos dispositivos de informação movem-se entre a *ocupação* e a *invasão*<sup>105</sup>. Para o MST constar na pauta dos veículos da imprensa de referência ele “[...] precisa ‘reinventar’ sua luta” (BERGER, 1998, p. 109). *Invadir* – e essa é palavra eleita pelos enunciadores do Grupo RBS – a propriedade privada. Num veículo que se

<sup>105</sup> Estes são apenas dois exemplos, dentre outros tantos que poderíamos trazer para ilustrar quais são as implicaturas do funcionamento de palavras tidas como sinônimos no discurso.

reconhece como interlocutor dos movimentos – o sindical, preferencialmente – uma manifestação na Esplanada não precisa se tornar *trailer* de filme de guerra para se tornar notícia. A política de comunicação (BERGER, 1998) daqueles que organizaram a atividade na capital federal é lida como resistência e não como espólio ao direito do outro devido à projeção de classe (trabalhadora) que constitui o discurso da *Revista do Brasil*. Isto é, se há essa momentânea desestabilização, ela é significada nos contornos da lei por ser um subterfúgio (um dos únicos) – esse é o entendimento discursivo da *RB* - para chamar a atenção pública.

As demais SDs seguem a reforçar o sentido de liceidade desses atos (greves, protestos e manifestações). As marcas são entalhadas como conquista, bravura, cidadania (APÊNDICE G).

Na *Revista do Brasil*, manifestos e manifestantes são pacíficos. Os “ingredientes” discursivos *abraço no Congresso Nacional (SDRB42)*, *mãos dadas*, tranquilidade e animação - *retornam lentamente, nem parecem cansados* (APÊNDICE G) se demovidos fossem do contexto em questão, estariam aptos a dizer de uma solenidade religiosa, por exemplo. Um protocolo que passa a ditar disputa de sentidos no interdiscurso, já que não só os dizeres já ditos – e esquecidos – por *Veja* (travando um paralelo com nosso objeto empírico) passarão a fazer sentido (ORLANDI, 2012a).

A possibilidade de ruptura com o discurso dominante, como o de *Veja*, se dá ainda quando o veículo aborda a greve como um instrumento emancipatório, seja dos próprios trabalhadores, seja do movimento sindical (APÊNDICE G). Na *Revista do Brasil* ela deixa o lugar de infringente para o de fator do sindicalismo nacional.

Cruzam esses enunciados um discurso motivador, que conscientiza o trabalhador dos seus direitos, condizente à emergência da imprensa sindical. O grevista, na *RB*, não é o vagabundo, o baderneiro. Ele é interprete de sua própria mudança. Ele adere à paralisação porque vê nela uma saída de fazer sentido, diante de possibilidades tão rarefeitas ou compromissadas com o discurso capitalista; porque o caos tem como pivô o governo federal (*imbróglio federal* – APÊNDICE G). “Há uma ordem significante e há sujeitos que significam. Com este gesto [...] eles irrompem no social significativamente” (ORLANDI, 2007, p. 18)<sup>106</sup>.

Na SDRB43, por fim, é o sujeito do não-lugar, o excluído do seu direito (de receber o piso salarial dos profissionais do magistério, instituído em 2008) que visita a cena

---

<sup>106</sup> Orlandi (2007) está se reportando ao sujeito pichador, mas avaliamos que não há nenhum prejuízo em sincronizar seu raciocínio ao sujeito grevista.

interlocutória para respaldar os levantes de junho e julho de 2013 - é a eles que a fonte se refere. Se na *ordem do discurso* (FOUCAULT, 1996) de *Veja* aquele que protesta é descrito como o fora-da-lei, na revista sindical, essa prerrogativa passa a ser dos governantes. Desta vez, quem escreveu a história (o jornalista) a respeito do sujeito que construiu parte da história (presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Roberto Franklin de Leão – SDRB43) não precisou ceder aos “constrangimentos organizacionais” – pelo menos não aos mesmos que um profissional de *Veja* é submetido – para dela dizer (BERGER, 1998). Como gestora de um discurso político-ideológico que se diz “diferente”, a *RB* diz tomar partido do povo (trabalhadores).

FP10 – Classe política age de maneira sorrateira ao tratar questões dos trabalhadores

Na FP10 – Classe política age de maneira sorrateira ao tratar questões dos trabalhadores - há uma simetria de sentidos prontos a delatar o quão capcioso costuma ser o discurso dos políticos. Nestes trechos, a *Revista do Brasil* coloca estes sujeitos como inimigos de classe.

**O caso da Emenda 3: entenda como o país quase teve uma reforma trabalhista neste início de ano, e os trabalhadores foram informados disso no telejornal da noite SDRB44 - T28**

No último dia 13 de fevereiro, apenas uma semana após o início da nova legislatura, a Câmara aprovou, por 304 votos a 146, o que, na avaliação de diversos sindicalistas, especialistas e autoridades da área do trabalho, constituía um forte golpe na legislação trabalhista brasileira: a chamada “Emenda 3”, que altera regras aplicadas à fiscalização nas empresas. **A surpresa chegou escondida em meio ao projeto que criava a Super Receita, unificação da Receita Federal com a Receita Previdenciária. SDRB45 - T28**

“É uma espécie de reforma trabalhista, mas feita de forma sorrateira”, responde a presidente interina da Central Única dos Trabalhadores, Carmen Helena Foro. **SDRB46 - T28**

A “**pegadinha**” foi detectada. Quando o presidente Lula sancionou a lei da Super-Receita, vetou a Emenda 3. **SDRB47 – T29**

Todas as SDs acima são alusivas à “Emenda 3”, lei que alteraria<sup>107</sup> as regras aplicadas à fiscalização nas empresas e traria danos à classe trabalhadora (segundo *RB*). Mas esse “visível” – dano – é, exatamente, o que os parlamentares, com seus fins estratégicos, tentavam esconder. A *Revista do Brasil* decidiu não entrar na “brincadeira de gato e rato”

<sup>107</sup> A Emenda 3 foi vetada pelo presidente Lula.

(CHARAUDEAU, 2012, p. 193)<sup>108</sup> e, num gesto sócio-historicamente situado com o sindicalismo combativo, desvendou a fraude, que é sancionada ainda por duas fontes: na SDRB46, pela *presidente interina da Central Única dos Trabalhadores, Carmen Helena Foro*, e pelo deputado petista Tarcício Zimmermann, da bancada gaúcha (APÊNDICE H).

Entretanto, ao consignar ardilidade discursiva aos políticos, *RB* justapõe-se a dois comportamentos ordinários à chamada grande imprensa, da qual *Veja* faz parte. O primeiro deles é o de dar ênfase a um discurso estereotipado acerca do ser político (ainda mais aquele vinculado a partidos considerados de esquerda, tal qual o PT). Corrupto, desonesto, ladrão são algumas características enfeixadas em pronunciamentos noticiosos que direcionam sentidos para a negatividade da política e, por indução, dos políticos. A escolha de quem e de quando eles escapam destes clichês se dá ao sabor das linhas editoriais de cada veículo, mas, imprescindivelmente, é o discurso que cada dispositivo transporta que “[...] formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente” (GREGOLIN, 2007, p. 16). O político malandro representando no discurso da *RB* pode não ser o mesmo do discurso de *Veja* (e não é), só que ambos são construções simbólicas que estão a serviço da manutenção de relações de poder.

O segundo comportamento, decursivo do primeiro, é a demarcação do seu lugar de autoridade na cena política. É a “verdade objetiva”, da *Revista do Brasil*, que avalia a Emenda 3 e o desempenho dos políticos. “Nas mídias, os jogos de aparências se apresentam como informação objetiva, democracia, deliberação social, denúncia do mal e da mentira, explicação dos fatos e descoberta da verdade”. (CHARAUDEAU, 2012, p. 29).

Para que o seu discurso e a sua “verdade” sobrevivam ao jogo das significações, para se constituir como novo lugar informativo, a revista sindical necessita desconstruir o espaço da política institucional (e alguns que dela participam), já ele também exerce pressão sobre a produção discursiva. E *RB* cumpre essa tarefa, tal qual *Veja*, como se fosse apolítica (esse é o efeito).

#### FP11 - Empresas e empresários desfavorecem trabalhadores

O discurso, na FP11 – Empresas e empresários desfavorecem os trabalhadores -, é portador de marcas que, outra vez, anunciam uma interpelação ideológica classista. Em todas

---

<sup>108</sup> “[...] as mídias só podem relatar o visível das ações e do discurso político; como os políticos sabem disso, mostram o visível que querem, o qual, verdadeiro ou falso, está destinado a mascarar uma outra coisa [...]” (CHARAUDEAU, 2012, p. 193).

as SDs, é flagrante a responsabilização dos empregadores pelas dificuldades vividas pelos trabalhadores. Nas nervuras do discurso da *Revista do Brasil*, desta vez, são eles que são os vilões.

**“O lucro fica só com as empresas. Estamos afundando e os empresários só comprando mansões. Se o Lula não der uma mão, corro o risco de perder minha terrinha.” SDRB48 - T30**

**O empresariado nadou de braçadas com a pujança da economia brasileira em 2008 e agora, em águas turbulentas, começa a se desfazer de seu ativo mais valioso: o trabalhador. SDRB49 - T34**

**“É difícil amolecer o coração do patrão”, diz ele, lembrando que na pauta dos químicos apenas um item fundamental – a redução da jornada para 40 horas semanais, conquistada pelo setor farmacêutico da categoria no primeiro semestre – não foi estendido aos demais segmentos. “A impressão é de que os empresários, pelo menos do ramo químico, só vão aceitá-la quando virar lei”, afirma. SDRB50 - T36**

**Pena que parcela importante do empresariado resiste a essa tese e ainda faz de tudo para tirar do bolso de seus empregados a gordura de seus dividendos. As campanhas salariais geralmente passam por momentos difíceis, longas e desgastantes negociações, que não raras vezes culminam em protestos, paralisações e, última ferramenta de pressão que os trabalhadores optam por usar, a greve. SDRB51 - T36**

Na opacidade do discurso da revista sindical, eles, os *patrões* e os *empresários* estão sendo ditos através da cavidade de não-ditos como aqueles que são duros, cruéis, maquiavélicos. Aliás, é válido notarmos que quando a *RB* fala a denominação é empresário/empresa. *Empresário/empresariado/empresa* tem conotação jurídica, enquanto *patrão* (SDRB50) – transcrito na fala de um trabalhador - é qualquer pessoa em relação aos que a servem. Etimologicamente, *patrão* origina-se do latim *pater* – *pai*. Para os romanos antigos o *patronu* – *patrão* – era aquele que protegia os plebeus agindo como seus próprios pais. O discurso da *RB* evita a penetração dessa memória, a fim de resguardar sua posição ideológica, mas que na SDRB50 – *amolecer o coração do patrão* – está ativa.

Todos os sentidos, nas SDs da FP11, recortam a mesma região do interdiscurso, exceto por dois detalhes. Consideramos ter havido na SDRB48 e SDRB51 um *deslizamento de sentidos*. “As palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas” (ORLANDI, 2012a, p. 80). Assim sendo, quando o pequeno proprietário rural, Valdir Titão (é dele a autoria da fala), na SDRB48, pondera que Lula pode ajudar, ele retira o presidente da República do grupo que está tentando lhe afundar. Na afirmação, que é ele

quem pode dar-lhe *uma mão para não perder a terrinha* (SDRB48), há um deslizamento de sentidos, quanto à discursividade cristalizada no lugar social da presidência da República.

Ao manter a citação do trabalhador na íntegra (atentando para o fato que o discurso jornalístico, seja ele sindical ou não, é sempre objeto de edição), a *Revista do Brasil* acomoda o atravessamento de um discurso outro. Embora Lula ocupe uma posição patronal, ele, nesta citação, é o homem do povo que chega ao poder, o ex-sindicalista, que conhece as artimanhas empresariais e, por isso, pode salvar Valdir Titão (SDRB43).

Na SDRB51 sucede-se o mesmo processo discursivo. Quando a *RB* tem *dó da parcela importante do empresariado que resiste a essa tese e ainda faz de tudo para tirar do bolso dos seus empregados a gordura de seus dividendos*, ela desencaixa elementos “sempre-já-encadeados” (PAYER, 2012), de que há empresários – uma outra parcela - que não retiram seus lucros da mais-valia.

Entre os dizeres “nivelados” e “desnivelados”, nesta FP, avistamos um discurso de vitimização do sujeito trabalhador. O desemprego é o fator mais pronunciado. Não obstante, ele é uma ameaça provocada pelos *empresários*. O âmbito sócio-político é reticente, enclausurado em argumentos um tanto estéreis de sentido: *pujança da economia brasileira em 2008 e agora, em águas turbulentas* (SDRB49); *diminuição da atividade econômica; empresas que se beneficiaram de recursos públicos, a maioria liberada pelo BNDES* (APÊNDICE I).

Há nas marcas da FP11, para fechar, sentidos que colocam sujeitos em situação de oposição. O discurso é urdido de modo a colocar em duelo trabalhadores e empresários (patrões) e/ou trabalhadores e governos. Sempre que as duas posições-sujeito são postas a digladiarem-se, os sentidos entretecidos é de que um lado estão os “bons” e de outro os “maus”. Há na *RB*, a todo instante, um jogo de qualificação x desqualificação, de valorização x desvalorização.

A disputa aparece no seio desta FP como um fato social que representa a cisão de classe, enquanto que a díade direita x esquerda é completamente desvanecida. Uma operação semântica que tem razão de ser na *Revista do Brasil*: por ser dirigida por instituições cutistas, ela desinstala características que, antes da ascensão de Lula ao poder, eram caras ao sindicalismo brasileiro, notadamente o da CUT, cuja tendência político-ideológica era de esquerda.

FP12 - Políticas neoliberais são prejudiciais aos trabalhadores

O movimento sindical como um todo sofreu um grande “abalo sísmico” quando, a partir das décadas de 1970 e 1980, o neoliberalismo despontou. No Brasil, foi nos anos de 1990 que a doutrina da liberalização econômica, das privatizações, do Estado mínimo, do mercado aberto e da desregulamentação (são alguns de seus atributos) eclodiu. A FP12 – Políticas neoliberais são prejudiciais aos trabalhadores – hospeda marcas discursivas que recobram toda essa memória.

**A década de 1990 foi uma tragédia. Milhões de postos de trabalho foram queimados na fogueira do neoliberalismo. SDRB52 - T25**

**Economistas socialmente sensíveis atribuem o agravamento do desemprego à forma atabalhoada com que os governos neoliberais aplicaram seu receituário na tentativa de inserir rapidamente o país no mundo globalizado. SDRB53 - T25**

Na época, quem questionasse os mitos criados pela **cartilha dominante** virava estátua de sal. **SDRB54 - T25**

Segundo o “**pensamento único**”, o desemprego deveria ser combatido com políticas para melhorar o nível de educação dos trabalhadores e, especialmente, com a “flexibilização” dos contratos de trabalho para baixar o custo da mão-de-obra. A causa do desemprego não era o arrocho econômico, mas o excesso de direitos sociais que os trabalhadores levaram o século 20 para conquistar e consolidar na Constituição de 1988. **SDRB55 - T25**

A eliminação de vagas veio acompanhada do **velho discurso da flexibilização dos direitos**. **SDRB56 - T34**

*Cartilha dominante* (SDRB54), *pensamento único* (SDRB55) e *velho discurso da flexibilização dos direitos* (SDRB56) são as denominações (além daquelas dispostas no APÊNDICE J) que circunscrevem o sentido do nomeado – neoliberalismo –, na *RB*. Ao redenominá-lo, a revista, situada na fronteira do dito, do silenciável e do dizível, faz com que os sentidos escapem de uma FD de absoluta liberdade (neoliberal) para a de cerceamento (SDRB55) e decadência (SDRB56).

Ao mesmo tempo que a *RB* arquiteta um outro dizível para o ideário neoliberal, distinto daqueles vocalizados pelos conglomerados midiáticos, o silenciável “[...] escorre por entre a trama das falas” (ORLANDI, 1995, p. 34). Em nenhuma das frações textuais acima, *RB* titula quem são ou foram os *governos neoliberais*. Coube à *década de 1990* (SDRB52) ser catastrófica, ao modo *atabalhoado* (SDRB53) dos governos implantarem o neoliberalismo, menos aos partidos, aos sujeitos governantes a implantação destas políticas.

O efeito, por conseguinte, é de fatalidade inexplicável. Não é o de tornar visível este sistema em seu caráter histórico - e assim, cognoscível e transformável. É o de dimensionar a



predisposição do trabalhador ao fracasso. E o elo sintagmático responsável por esse processo discursivo foi (em quase todas SDs) o desemprego.

O reestabelecimento da memória da crise neoliberal através do desemprego alimenta o lugar social de combate que a *Revista do Brasil* constrói discursivamente para si. Se em *Veja*, o grande mal-estar econômico e social que tem vivido o país, acentuado após ter se tornado signatário do pensamento neoliberal, não é associado ao modelo econômico e é difuso como insucesso de práticas governamentais, na *RB* ele é salientado.

Contudo, o mínimo de distanciamento crítico exterioriza haver pouca diferença (nesse processo de *designação*) entre *Veja* – para estabelecer um comparativo entre um aparato da imprensa comercial e a imprensa sindical – e a *Revista do Brasil*: ambas apossam-se de uma pretensa relação de substituição parafrástica para dizer o mesmo. Lá (em *Veja*), o alvo são os sindicatos/sindicalistas, aqui, as empresas/empresários (FP11) e, agora, as políticas neoliberais.

As causas pelas quais o neoliberalismo aflige a classe trabalhadora - cuja multiplicidade de sujeitos é alinhavada sob o título único de “trabalhadores” na *RB* - e o sindicalismo são ditas, mas sumarizadas em análises rápidas (e rasas). Podemos imaginar com Pêcheux (2012, p. 236) que essa seria mais uma forma de servir ao capitalismo, de “[...] suscitar a inquietude e docilidade das pessoas”. Não é esse o discurso que a *Revista do Brasil* arroga-se, haja vista que o discurso sindical, idealmente, incita ação e não apatia, mas é isso que a *AD* atesta. Esse distanciamento (ou contestação) ao que diz a forma-sujeito sindical ideal (de combatividade) leva o sujeito do discurso a contra-identificar-se com saberes da *FD* que o afeta. “O resultado desta contra-identificação faz com que o sujeito do discurso, não mais se identificando plenamente aos saberes que Forma-Sujeito representa, se relacione de forma tensa com a forma-sujeito (INDURSKY, 2007, p. 06).

Esse é mais um dos sintomas (listamos outros no decorrer desse subcapítulo) que problematizam tanto a plena identificação do sujeito com a *FD*<sup>109</sup>, quanto como isso vem se materializando no caso da *Revista do Brasil*. Como mecanismo supostamente de resistência, ela, por meio de seu discurso, aguça as complexidades e os descompassos do movimento sindical da atualidade.

FP13 – Discurso da mídia é contra a classe trabalhadora

---

<sup>109</sup> Veremos como isso acontece com maior clareza na sequência.

A FP13 – Discurso da mídia é contra a classe trabalhadora – compila marcas de sentidos que degradam o discurso da mídia. Não de qualquer mídia, mas daqueles veículos que a *Revista do Brasil* elegeu como inimiga dos trabalhadores, entre eles, o jornal *O Globo* (SDRB57) e a *Rede Globo* (SDRB58). O efeito é acusatório: tais veículos manipulam, criam versões para os fatos que não teriam equivalência com o “real”.

**A manchete do jornal O Globo de 27 de dezembro, dia da assinatura do acordo, reflete o pensamento de um setor do empresariado.** “Bondade com o mínimo reduz alcance de pacote”, bradou o diário da família Marinho, citando como fonte “um técnico da equipe econômica”, referindo-se ao pacote de redução de impostos que está sendo gestado pelo governo. **SDRB57 - T26**

**Mas a grande quantidade de reportagens destacando aspectos teoricamente favoráveis da Emenda 3, especialmente na maior empresa de comunicação do país, levou parlamentares e sindicalistas desconfiados a apelidá-la de “Emenda Globo”.** **SDRB58 - T28**

Os sentidos, na FP13, confiam a essa mídia – a outra mídia, que não a *RB* – uma imagem amedrontadora, como se ela fosse uma manipuladora de consciências, a única capaz de reproduzir uma ideologia. Cumpre a *RB*, como instrumento que refuta ser “[...] ‘um dos instrumentos mais importantes no alto capitalismo’” (MARIANI, 1998, p. 101)<sup>110</sup>, a faina desse *fazer saber*.

Por outro lado, ao expatriar-se do mosaico da comunicação, pela revista ora dita *meios de comunicação*, ora *mídia*, ora *mídia tradicional* (APÊNDICE K), *RB* “‘protesta’ sua inocência” (MARIANI, 1998, p. 81). Se os “outros”, na sua insana inquietude (APÊNDICE K), desferem uma verdadeira artilharia discursiva contra o trabalhador – *desprezado*, *criminalizado*, *ludibriado* (APÊNDICE K) - a *RB* não. Se os “outros” refletem *o pensamento de um setor do empresariado* (APÊNDICE K), a *RB* não.

Os sentidos são inclinados a colocar a revista numa condição de insuspeita. Na “queda de braço” que o discurso sindical há de travar com os “outros”, com a imprensa em geral, essa demonstra ser uma das técnicas mais efetivas. O efeito é de confiança (nós, da *RB*) *versus* desconfiança (eles).

A esquerda em geral tem puxado para si a responsabilidade de oferecer “a verdade” para a população. Como os meios de comunicação controlados pela burguesia são deformadores da sociedade e levam o povo para as trevas da inconsciência, cabe aos esclarecidos líderes de oposição ao regime burguês “iluminar” as massas com a sua sabedoria. (VIEIRA, 2000, p. 07).

<sup>110</sup> A afirmação da autora parte de Walter Benjamin e diz que é a imprensa que ocupa este lugar social. Na certa, não são a veículos como a *RB* que os autores estavam aludindo, mas aqueles em que o capital mantém relações de funcionalidade evidente.

Podemos nos valer de Gomes (2003, p. 77) para afirmar que à sombra dessa relação de embate discursivo está a disciplina e o controle que o discurso jornalístico, esteja ele numa plataforma sindical ou não, assume. “Enquanto mostram, as mídias disciplinam pela maneira do mostrar, enquanto mostra, ela controla pelo próprio mostrar”.

A *Revista do Brasil*, “[...] na vontade de dizer esse discurso verdadeiro [...]” (FOUCAULT, 1996, p. 20), regula o seu mostrar a partir do não mostrar das outras mídias ou do mostrar aliciado (ao capital) que elas praticam. Continuando ainda com Foucault (1996), temos de reconhecer que a *RB* – ao menos nas seis primeiras FPs – coloca em cheque as “verdades” da “outra” mídia (de *Veja*, aqui), mas não no intento de contornar essa vontade de verdade, que subsume ao jogo do desejo e do poder. A verdade que ela quer – e não pode deixar de disfarçar, como fazem os “outros” – é a mesma: do *poder dizer*.

#### FP14 – Negociar é a melhor saída

Compreendemos a *Revista do Brasil* como um lugar de enunciação jornalística que procura manter um certo domínio sobre seu discurso. Um espaço permeado por regularizações (como indicam as FPs anteriores), mas jamais impotente às possibilidades de disjunções, de deslocamentos, de polêmicas e de contra-discursos (PÊCHEUX, 1999). As FPs que se seguem dão a ver uma *RB* dona de uma produção em que o sentido nunca é unívoco, pode sofrer desvios, inversões, cujo território discursivo é de fronteira entre uma comunicação que se defronta com as forças sociais dominantes no mundo do trabalho e aquela que se retrai, voltada para uma dimensão mais colaborativa e/ou defensiva.

O exame de como estes muros “invisíveis” foram erguidos no discurso da *Revista do Brasil* pôs em relevo a existência de duas macrorregiões de sentidos. No interior de cada uma delas, há afinidades significativas que decompomos abaixo.

A FP14 – Negociar é a melhor saída – é a primeira a fazer esse processo de desfiliação de uma FD e filiação a outra<sup>111</sup>. Ela acastela reiterações de sentidos que estão empenhados em fomentar a negociação como instrumento de barganha sindical. O efeito é de que uma proposta de conciliação entre trabalhadores e empresários pode ser tão (ou mais) frutífera que uma greve. Cosidos a essa FP, estão significados de um novo tempo para os *tempos modernos* – para ficarmos com a metáfora da obra cinematográfica protagonizada por Charles Chaplin.

---

<sup>111</sup> Abaixo daremos prioridade ao estudo das FDs a que o discurso da *RB* se filia.

Tempo esse em que o sindicalismo, como outrora dissemos, passa por uma profunda revisão, que, inevitavelmente, vai retinir no discurso de seus organismos informativos, sobretudo na *RB*, onde o sindical é, como já salientamos, constitutivo do seu *lugar de fala*. Boito Júnior (1996, p. 09), a partir de uma análise que tem a CUT como objeto no pós-neoliberalismo, nos propicia um melhor entendimento.

No geral, a CUT apresenta suas posições como se as classes populares integrassem o bloco no poder. Às vezes, apresenta ao governo propostas visivelmente inaceitáveis para as classes representadas pela equipe governamental, como é o caso da proposta cutista de reforma da Previdência Social. Alimenta, assim, ilusões quanto à natureza de classe do governo e desvia o movimento sindical da luta contra a política neoliberal. Porém, nas propostas da CUT o que tem predominado é o “realismo político”: procura-se elaborar propostas que possam, no entender da corrente Articulação Sindical, ser assimiladas pelo bloco no poder. É a lógica dos fóruns tripartites: ela pressiona na direção de uma discussão “realista” e “produtiva” com o governo e com os grandes capitalistas.

Testemunhemos como os enunciados da *Revista do Brasil* dão conta de dissolver o seu lugar de mobilizador político para transmuta-lo em conformador.

**A proposta partiu da CUT e aglutinou outras centrais e parte do empresariado na luta para introduzir duas outras metas na política econômica:** de crescimento e de emprego. A sugestão foi incorporada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República e entregue ao presidente Lula no ano passado. **SDRB59 - T25**

**Artur Henrique disse que a ordem é negociar à exaustão para evitar demissões** e que as empresas têm recursos para isso, como férias coletivas, redução de jornada sem redução de salários e limitação ou fim das horas extras. **SDRB60 - T34**

O que está “ausente por sua presença” (ORLANDI, 2012b, p. 63) nestas SDs? O político. A ideia de negociação – esparramada por todos os fragmentos – suplanta o caráter ofensivo do sindicalismo e faz a *RB* desembocar em outra área discursiva, próxima da FP7, da revista *Veja*, em que o radicalismo é condenado.

Para todos os problemas do mundo capitalista há uma solução: *negociar*. É a *negociação*, combinada a um sentido de colaboração, que na SDRB59 ajuda a *introduzir outras metas na política econômica*. É ela que evita o desemprego (SDRB60). É ela, intitulada de *diálogo* (APÊNDICE L), que, em última análise, sinaliza para uma postura subserviente às determinações patronais.

O discurso da *RB*, assim, implicitamente, descontrói a eficácia de outras táticas de pressão, como a greve, as manifestações de rua. A *negociação* é a alternativa que restou, até para *defender a democracia* (APÊNDICE L).

A *convocação* (PRADO, 2013) da *RB*, mediante o mundo globalizado em que a *negociação* (e a negociata) é, cada vez mais, uma exigência organizacional da vida como um todo, é para que o leitor conforme-se. Aceite, pacificamente, tudo que lhe está sendo posto. A filosofia da “cooperação conflitiva” (SANTANA, 1999), enraizada no movimento sindical (no custista, sobremaneira, depois da chegada do PT ao poder), fez com que o discurso da *RB* sobrepusesse com um manto as contradições sociais, típicas do capitalismo. Os sentidos se puseram em fuga da historicidade classista da imprensa operária<sup>112</sup> e serviram de versão continuada da ideologia dominante, presente na maioria do discurso jornalístico de *Veja*.

#### FP15 – Governo do PT pode ser aliado

A FP15 – Governo do PT pode ser aliado – é, presumidamente, a que mais destaca a renúncia de uma produção jornalística classista e, em simultâneo, sublinha o *lugar de fala* da *Revista do Brasil*, uma publicação gerida por um coletivo de sindicatos filiados à CUT. Concerne reparar que o movimento sindical brasileiro (e suas publicações) não é unidimensional e suas divisões organizativas têm diferentes motivações e significados.

As marcas de sentidos, nessa FP, fazem ver o que, numa construção idealística de jornalismo sindical, não caberia ser visto (RANCIÈRE, 1996). O discurso da década de 1980, época do surgimento da CUT, marcado pela institucionalização de uma ação organizativa, cede, momentaneamente, a uma campanha de defesa dos governos petistas. Araújo (1998, p. 78) interpreta: “O ímpeto do discurso – atravessado pelo ônus de uma experiência histórica passada sob a pressão do Estado – faz esquecer [...] os inimigos que o mesmo discurso enfatiza, ou seja, os patrões, o governo e os fatos político-econômicos reificados em antagonismos sociais”.

**Segundo Artur, as mobilizações e a abertura do governo ao diálogo – “sem tentar criminalizar o movimento sindical, como os anteriores” – foram cruciais para que milhões de pessoas saíssem das classes C e D. SDRB61 - T36**

**Inspiradas em indicadores sociais positivos, centrais sindicais comparam projetos de antes e depois da era Lula e ensaiam uma inédita aliança em torno da sucessão do operário SDRB62 - T39**

Há um fato que merece ser frisado nestas SDs: quase todas elas (inclusive as do APÊNDICE M) armazenam suas marcas em citações diretas - enunciados que se apresentam

---

<sup>112</sup> Não podemos esquecer que o lugar de fala de *RB* é acometido pela memória do Novo Sindicalismo, encabeçada pelo sindicalismo cutista, responsável editorialmente pela publicação.

como reprodução fiel do que foi dito. O efeito é de objetivação da informação e conduz à ilusão de que a *RB* não se identifica com os discursos apartados pelas aspas. “Que as diferenças constatadas ocorreriam, quando muito, por conta das posições assumidas pelos sujeitos enunciadore[s] [...]. Em suma, que a tão decantada neutralidade dos jornais em geral e do analisado em particular, está preservada. Nada mais falso [...].” (INDURSKY, 1999, p. 182)<sup>113</sup>.

A palavra do outro é constitutiva de todo ato de enunciação. Retomadas, repetições, imitações do que os outros disseram é que construirão a identidade do sujeito (CHARAUDEAU, 2012). A *RB* pode até tentar mostrar uma pretensa desidentificação pela posição-sujeito ocupada pelos defensores dos governos petistas – e é natural que o faça, já que segue um modelo de jornalismo que busca proteger-se de algumas acusações que perseguem o discurso sindical, como as de falta de isenção –, mas, certo e infalível, é o que nos diz Pêcheux (1997): o lapso, a falha são inerentes ao discurso. Quando a *RB*, mesmo via discurso indireto, argumenta que são os *indicadores sociais positivos que fazem as centrais ensaiarem uma aliança* em defesa da candidatura de Dilma Rousseff (PT) (SDRB62), há uma aparição fugidia de outra ordem, que agora é sua. Sendo assim, o sujeito discursivo *RB* joga com a presença de um outro para compor a sua presença.

A *RB* põe em causa, nessa FP, novamente, um discurso conformista. Com Lula e Dilma no poder não seria mais necessário lutar pelas demandas históricas da classe trabalhadora. Ambos seriam a encarnação do povo<sup>114</sup> na presidência da República. É a esse imaginário que o veículo da sustentação, obscurecendo a condição de ruptura de classe que permeia o lugar social de maior supremacia política do país – a presidência da República.

A *Revista do Brasil*, como pontuamos previamente, emoldura seu discurso ainda numa outra região intercalada por sentidos defensivos. Esbarramos em duas FPs que tendem para esse movimento.

#### FP16 – Sindicatos/centrais não são pelegos

Na FP16 – Sindicatos/centrais não são pelegos – o discurso da *Revista do Brasil* abarca sentidos que negam uma possível condição de servilidade de sindicatos ou centrais

<sup>113</sup> A análise da autora foi feita a partir de textos extraídos de jornais, entre eles a *Folha de São Paulo*. Julgamos não haver qualquer dano teórico em transportá-la para a reflexão que aqui estamos desenvolvendo.

<sup>114</sup> Dos trabalhadores, sobremaneira, haja vista que é o *Partido dos Trabalhadores* que estes candidatos representam.

sindicais ao governo. O estratagema é interceder em favor da desconstrução desse estigma que ronda o sindicalismo.

Mas não se livrou das tensões internas, **nem “chegou ao poder”, como afirmaram algumas vozes mais ácidas**, embora a relação seja efetivamente diferente na comparação com, por exemplo, os anos FHC. **SDRB63 - T45**

“Em todas as greves do governo Lula, a CUT estava à frente. **Mas não ficamos em cima do muro e com medo de apoiar as medidas que são favoráveis aos trabalhadores.**” **SDRB64 - T45**

No “oceano de palavras” da *RB*, não há “[...] palavras circulando no ar como as dos anjinhos anunciado seu advento” – para plagiar Charaudeau (2012, p. 161). Na SDRB63, há duas marcas que traem a “qualidade angelical” que o discurso jornalístico tenta construir para si. O uso das aspas no “*chegou ao poder*”, repetidamente, quer desconjuntar a *RB* do ataque à CUT (é sobre ela a reportagem). Conforme Maingueneau (2001) essa é uma forma do locutor (*Revista do Brasil*) se posicionar além destes enunciados. Estimular o leitor a ler aquelas palavras como se não fossem suas. O argumento, trazido na sequência, tenta intensificar o efeito de descolamento da revista dos que trabalham pela desconstrução da Central: são *vozes mais ácidas* – menos conscientes, menos moderadas - esse é o implícito.

A política de desmantelamento do outro para abonar a não rendição da CUT é reprisada ainda em outras construções (APÊNDICE N). Os que divergem deste pensamento (sempre ditos pelos que nela creem) são indigitados como possuidores de *estreiteza de compreensão política e desorganizados* (APÊNDICE N).

A conjunção adversativa *mas*, na SDRB64, é outro mecanismo discursivo que intervém no suporte da FP16. Como operador argumentativo, ela valoriza, explicitamente, uma ideia em detrimento de outra. O efeito é de um *mea-culpa*: a CUT participou de greves do governo Lula, *mas não ficou em cima do muro*.

Os saberes da FP16, ao produzirem efeitos de negação de uma provável subordinação sindical, acabam por inocentar o discurso da *Revista do Brasil*. Como veículo coextensivo da CUT, ela se auto imuniza contra essas críticas. Faz como *Veja*: teima numa fala higienizada, liberta de condicionamentos ideológicos. Os acontecimentos na *RB* são equacionados como efeito de evidência e literalidade, como qualquer discurso que deseja compartilhar do microcosmo jornalístico.

FP17 – Centrais sindicais estão divididas

A FP17 – Centrais sindicais estão divididas – enlaça marcas que, mais que fazer notar a divisão do sindicalismo brasileiro, funcionam, em alguns casos, como desculpa para a sua estagnação. Se não há avanços para os trabalhadores, o motivo não está na mudança de perfil dos sindicalistas, talvez mais acomodados em função do painel político. Os argumentos são deslocados não para outro ator, mas para uma realidade alternativa – de divisionismo -, como se essa não fosse uma característica orgânica do movimento sindical no país. O sentido do silêncio, como nos previne Orlandi (1995, p. 69), não pode ser recuperado só pela verbalização. Melhor dizendo: a fragmentação do sindicalismo, aqui, só interessa por seu acontecimento, não por sua estrutura, parafraseando o título de um dos textos de Pêcheux (1997)<sup>115</sup>.

Emprego do FGTS em infra-estrutura e saneamento **divide centrais**. Governo garante que não envolverá contas vinculadas. **CUT apóia e quer fiscalização. CGT e Força contestam SDRB65 - T27**

Mais de uma vez, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva repetiu aos dirigentes das centrais sindicais: **se vocês vierem divididos, fica difícil atender. Unidas, elas conseguiram conquistas como a correção da tabela de cálculo do Imposto de Renda na fonte e a política de valorização do salário mínimo** – que o presidente da CUT, Artur Henrique da Silva Santos, chama de “maior acordo coletivo do mundo”, pela quantidade de pessoas envolvidas. **SDRB66 - T39**

A popularidade do governo é retrato do momento. Desemprego menor e rendimento em alta favorecem a avaliação, mas ainda há problemas sociais sérios – desigualdade, má distribuição da renda – e infraestrutura deficiente. **Algumas críticas vindas da oposição, porém, passam a um observador mais atento a impressão de que faltou combinar antes com os russos. SDRB67 - T47**

A CUT – e aí, outra vez, sobressai-se nesse discurso a voz institucional do veículo *RB* – posiciona-se como a central que tenta suavizar as diferenças ideológicas que desunem o meio sindical. Na SDRB65, ela *apóia e (mas) quer fiscalização*, enquanto a *CGT e Força contestam*. A modalização deste enunciado desenha, pelo não-dito, a primeira Central como aquela que quer melhorias em *infra-estrutura e saneamento* (com *fiscalização* dos recursos do *FGTS*), à medida que as duas últimas não querem, são vazias, destituídas de projetos políticos para a classe trabalhadora. Fazem oposição por oposição.

Nas demais SDs (incluindo as do APÊNDICE O), o isolamento das centrais e forças sindicais volta a auto justificar o não atendimento, por parte de Lula, das reivindicações sindicais (SDRB66), pois *unidas elas conseguiram conquistas*. Abona ainda o não avanço na modificação de duas matérias caras e polêmicas ao meio sindical: o *imposto e unicidade sindical* e o trancamento das negociações (APÊNDICE O).

<sup>115</sup> *O discurso: estrutura ou acontecimento.*



Na SDRB67, a *oposição* que a revista cita diz respeito à CGT e Força Sindical. A reportagem é outra, mas o *modus* discursivo assemelha-se ao da SDRB65. A *Revista do Brasil* – como *observadora atenta* – tenta desacreditar as *críticas* dos opositores, já que eles também estavam *combinados* com esse governo (o governo Dilma – primeiro mandato). A expressão metafórica *faltou combinar antes com os russos* expõe esse sentido. Ora, se os russos não fossem os russos e fossem todos brasileiros – tais quais os cutistas – tudo poderia ser resolvido. É isso que uma ferramenta teórica como a AD nos permite ver.

Essa nova prática de leitura, que é a discursiva, consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro modo, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária. Isso porque [...] só uma parte do dizível é acessível ao sujeito pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras. (ORLANDI, 2012a, p. 34).

O desculpismo se tornou a “válvula de escape” para as centrais/organizações sindicais explicarem o abandono daquilo que se espera ser uma de suas principais obrigações (segundo os princípios da luta sindical): a manutenção de uma conduta classista. Se elas se entendessem, estivessem sintonizadas política-ideologicamente, quem sabe, a classe trabalhadora teria seus pedidos atendidos (SDRB66). O discurso da *RB* não se interpõe nessa dúvida de modo neutral (ainda que ele se faça parecer). As incisões discursivas vaticinam de que lado ele está: do mesmo daqueles que têm sempre um discurso pronto condescendente com suas falhas (que nem sempre são vistas como tais).

### **5.2.1 A *Revista do Brasil* e a flutuação do jornalismo sindical: combate, negociação e defesa**

Na *Revista do Brasil*, como esboçamos durante a análise dos sentidos, há uma intensa “mobilidade” discursiva. Ao contrário do que encontramos em *Veja*, o veículo sindical noticia sobre sindicalismo sob três vértices: combate, negociação e defesa. As marcas discursivas, verificadas a partir das 30 SDs extraídas das reportagens, direcionam-nos para esses sentidos nucleares.

Ocorre na *Revista do Brasil* um fenômeno discursivo mais plural do que o observado em *Veja*: seu discurso asila diferentes FDs. Entendemos FD como um espaço aberto, invadido por noções, elementos que vêm de outro lugar e chegam sob a forma de pré-construídos (PÊCHEUX, 1993). *Veja*, entretanto, no que toca o assunto sindicalismo, conseguiu produzir

um efeito próximo da unidade discursiva, tendo em vista que a FD2 é constituída de poucos resquícios.

Regressemos à *RB*: a sondagem dos sentidos denuncia que a revista enfileira seus saberes dentro daquelas que intitulamos de **FD3 – DISCURSO DO SINDICALISMO COMBATIVO**, **FD4 – DISCURSO DO SINDICALISMO NEGOCIADOR** e **FD5 – DISCURSO DO SINDICALISMO DEFENSIVO**.

Sob a custódia da FD3, estão saberes abalizados por uma perspectiva de classe – da classe trabalhadora -, que ensejam uma ação transformadora da realidade política, econômica e cultural, que servem de ferramenta na luta contra a exploração (VERDELHO, 1986). Ela acumula seis Famílias Parafrásticas, cujos sentidos se repetem na potencialização da oposição de interesses entre trabalhadores e classe patronal. As marcas ou legitimam a postura de resistência sindical (FP8), ou intimam a classe trabalhadora, valorizando essa conduta de resistência (FP9), ou denunciam para o leitor os “riscos” a que ele está exposto (FP10, FP11, FP12 e FP13), na condição de trabalhador.

Imbuída em sobrelevar a ideia de confronto, a *Revista do Brasil*, na FD3, exprime certa autonomia sindical. Certa, porque mesmo nessa Formação Discursiva há fragmentos das diversas vertentes ideológicas presentes no movimento sindical que a curto-circuitam, como atestamos na FP10. Mesmo assim, as construções discursivas, em sua maioria, polarizam um “nós”, trabalhadores, *versus* um “eles” (empresas, empresários, governos, mídia).

Para arrematar, perpassa a FD3, o discurso do Novo Sindicalismo, com toda a sua bagagem contestatória aos governos ditatoriais, de luta pela democracia, de institucionalização da ação organizativa. A enunciadora *RB*, nas zonas limítrofes da FD3, convida seus interlocutores a confiarem na sua própria capacidade, a duvidarem do discurso midiático, que não o seu.

A FD4, por sua vez, armazena duas Famílias Parafrásticas em que os enunciados são construídos no intuito de louvar um sindicalismo que ensaia uma aproximação, seja com patrões, seja com governos (o do PT, essencialmente). A conciliação, a não radicalidade é respaldada pela revista nessa FD como saída para os trabalhadores.

O legalismo, a possibilidade de se chegar a “bons termos” para ambos os lados e a busca pelo consenso são os recados discursivos da *RB*. A intransigência (classista), nessa posição, vira teimosia. Ela cede seu lugar para a tolerância, a flexibilidade. O ímpeto dos anos de 1980 é sufocado, ou porque não resta outra saída para a classe trabalhadora, senão aceitar (índices de reajuste pífios, retirada de direitos...), ou porque a *RB* coloca o governo do PT – o

federal, sobretudo – num espaço de coalizão, dispensando o respaldo político-organizativo dos trabalhadores.

Essa FD institucionaliza ainda uma vocação para a centralização. Nesse quadro, os trabalhadores não são os principais atores. São os órgãos e agentes de cúpula que irão encaminhar – e decidir – rumos.

A FD5 – última delas - também concentra duas Famílias Parafrásticas. Há, por parte da *RB*, nesta Formação Discursiva, um investimento na estratégia da negação. Os enunciados são providos de sentidos que assumem uma postura de defesa. A FD5 vitimiza a CUT, faz dela bode expiatório do sindicalismo brasileiro. As propostas estão sempre fora de seu escopo de responsabilidade ou são intangíveis. Há uma transferência, consciente ou inconsciente, de obrigações para fatores externos. E quando, na FD5, a *RB* deixa ver que a “má” conduta é inegável, como no caso da divisão das centrais sindicais, ela mortifica-se: admite o erro e pede perdão.

A *ideologia defensiva* (DEJOURS, 1994 *apud* HALLACK; SILVA, 2005, p. 75), acolhida por essa FD, cauciona as relações de poder. Gasta-se tempo e linhas e mais linhas falando dos nós políticos, quase impossíveis de se desatar, peculiares à organização sindical, para se atravancar uma possível ação. Na pior das hipóteses, a FD5 acarreta num imaginário perseguidor entre seus membros.

Quadro 6: Síntese discursiva da *Revista do Brasil*

<b>FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD3)</b>	Discurso do Sindicalismo Combativo
<b>FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS</b>	FP8 - Prática sindical é de resistência FP9 - Greves, protestos e manifestações são legítimos e valorosos FP10 - Classe política age de maneira sorradeira ao tratar questões dos trabalhadores FP11 - Empresas e empresários desfavorecem trabalhadores FP12 - Políticas neoliberais são prejudiciais aos trabalhadores FP13 - Discurso da mídia é contra a classe trabalhadora
<b>FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD4)</b>	Discurso do Sindicalismo Negociador
<b>FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS</b>	FP14 - Negociar é a melhor saída FP15 - Governo do PT pode ser aliado
<b>FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD5)</b>	Discurso do Sindicalismo Defensivo
<b>FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS</b>	FP16 - Não somos pelegos FP17 - Centrais sindicais estão divididas

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Findada a sistematização das FPs e FDs nas duas revistas, a qual resulta de uma análise que concebeu o texto na sua totalidade, afunilamos nossa pesquisa em direção da metáfora. Cabe-nos frisar que esse processo – de olhar os sentidos do “todo” – foi necessário à medida que as expressões metafóricas são parte deste “todo”. Não alcançaríamos nosso intento, de descobrir o impacto que elas acarretam no discurso jornalístico, se não cumpríssemos essa fase, já que é a esse “produto discursivo” que cotejaremos as metáforas. Para chegarmos ainda mais perto do seu funcionamento, inteiremo-nos da noção de *funcionamento discursivo*.

### 5.3 O CONCEITO DE *FUNCIONAMENTO DISCURSIVO*

Programamo-nos, quando retratamos as rotas metodológicas desse trabalho, a trazermos o conceito de *funcionamento discursivo*. Ele é chave para a AD de um modo geral e aqui acaba por assumir um papel ainda mais peremptório. A metáfora não será analisada apenas por seu aspecto linguístico, como forma tramada por seu uso gramatical, como vimos em muitos estudos, basicamente aqueles filiados à Linguística. Nós, por a considerarmos um tipo de discurso social, “[...] que se põe a serviço do poder” (GRANTHAM, 1999, p. 217), a

destacaremos enquanto movimento, performance, no discurso jornalístico. É nesse *discurso sobre* (MARIANI, 1998), que edifica modelos de compreensão da realidade, que perseveramos com nossa análise.

Compreendemos *funcionamento discursivo* a partir de Orlandi (1996, p. 125, grifos da autora):

O funcionamento discursivo [...] é a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas.

Em um discurso, então, não só se representam os interlocutores, mas também a relação que eles mantêm com a formação ideológica. E isto está marcado *no e pelo funcionamento discursivo*.

Esta definição, que, em nossos termos, são as ações que fazem um enunciado ser *o que é e como é*, esteve nos limiões do primeiro ato analítico desse estudo. Lá, colocamos em causa *como* os textos de *Veja e Revista do Brasil dizem o que dizem* sobre sindicalismo. Nessa ocasião, não nos atemos, em específico, às metáforas<sup>116</sup>. Interpretamos os sentidos no “todo” das reportagens (como dissemos há pouco), porque entendemos este “todo” constitutivo do “um” (metáfora). Melhor: para irmos além da evidência de que as expressões metafóricas fazem mais que adereçar o texto jornalístico, precisávamos, primeiramente, olhar as matérias no seu conjunto discursivo para, depois, ver a metáfora como uma materialidade significativa interdependente desse discurso.

Conhecedores de *como* aqueles dois objetos simbólicos (*Veja e Revista do Brasil*) produzem sentidos, de que estes sentidos, por sua vez, estão materializados na língua por sujeitos que enunciam não na sua individualidade, mas interpelados pela ideologia e descentrados pelo inconsciente, passamos, então, a vasculhar *o que e como a metáfora diz o que diz* nesses discursos. A partir daqui, a noção de *funcionamento discursivo* passa a gerir as operações analíticas em que nos reservaremos a examinar, exclusivamente, o trabalho que ela desenvolve no contexto destes dois *lugares de fala*.

#### 5.4 O FUNCIONAMENTO DA METÁFORA COMO FIGURA DE LINGUAGEM NA REVISTA VEJA – TIPO 1: REFORÇAR PARA CONGELAR

A análise dos sentidos das reportagens sobre sindicalismo no discurso da revista *Veja* nos ofertou um panorama detalhado de como o veículo discursiviza o assunto. Essa etapa

<sup>116</sup> Algumas SDs, no entanto, trazem metáforas como marcas discursivas.

satisfizes um dos objetivos específicos do trabalho, que era verificar quais são os sentidos sobre temas sindicais nas publicações que pertencem ao nosso objeto empírico. Ao comutarmos nosso foco para as metáforas – presentes em abundância nos textos da revista<sup>117</sup> – topamo-nos com as primeiras evidências de seu funcionamento. A primeira delas reafirma nosso pressuposto: elas não são só mais um elemento discursivo da gramática jornalística. Vimos que, de maneira oposta ao que diz o lugar comum e até mesmo o jornalismo de revista, que prega a sua prestabilidade estética, elas não trabalham de modo tão inocente quanto parecem.

Aliás, podem até parecer simples registros “lúdico-estéticos”, se assumirmos a perspectiva de Gomes (1995, p.78), acrescentando que “[...] os textos devem ser curtos, em ritmos argumentativos cada vez mais lineares, em percursos de exposição conhecidos e familiares e, sobretudo, com o máximo de beleza plástica [...]”, mas esta é apenas uma das camadas discursivas que as recobrem. No discurso jornalístico da revista *Veja*, elas funcionam de duas maneiras: tipo 1 – reforçar para congelar; e tipo 2 – simplificar para interditar. Detemo-nos, nesta parte da pesquisa, à primeira<sup>118</sup>: são como uma espécie de “avatar” do seu *lugar de fala* e das FDs que pavimentam o seu discurso.

Elas “encarnam” esse lugar, que é de “poder mostrar”, “poder dizer” e “poder analisar” (VIZEU, 2009), como quem quer *fazer crer*. O *fazer saber*, que corresponde à visada *informativa* (CHARAUDEAU, 2012, p. 69, grifo do autor), faz parte da elocução do veículo, mas, quando a fala é metafórica (via figuras de linguagem) ele fica em segundo plano frente aquela que o autor chama de visada *incitativa*, que “[...] consiste em querer ‘fazer crer’, isto é, querer levar o outro a pensar que o que está sendo dito é verdadeiro (ou possivelmente verdadeiro)” (CHARAUDEAU, 2012, p. 69, grifo do autor). Essa visada está ligada à captação do público. Ela apela para o emocional, metodiza suas estratégias a partir das crenças que circulam em cada comunidade.

Em desacordo com que o apurou Zamponi (2009, p. 323), que discutiu a presença da metáfora em textos de divulgação científica e/ou de popularização da ciência e chegou à conclusão que “[...] no discurso especializado, a metáfora constrói uma teoria; no de popularização, explica uma teoria”<sup>119</sup>, constatamos nós que, em *Veja*, ela não segue a regra da “explicação”. A revista cria, com a cooperação das metáforas, uma “teoria” para o sindicalismo brasileiro.

<sup>117</sup> Quase todas as 24 reportagens da revista contêm metáforas do título ao último parágrafo do texto.

<sup>118</sup> Do segundo modo de funcionamento, trataremos, em separado, na sequência.

<sup>119</sup> A autora pesquisou como o uso da metáfora opera uma recontextualização do conhecimento especializado num texto publicado no jornal *Folha de São Paulo* (ZAMPONI, 2009).

Para sermos mais claros: quando *Veja* trata de assuntos sindicais, ela ocupa um *lugar de fala* de quem os “populariza” – de quem fala do sindicalismo e não de quem é especializado em sindicalismo, tal qual a *RB*. Ao invés de meramente explica-los, as expressões metafóricas ajudam a construir uma “teoria” desqualificadora (os sentidos vão quase todos ao encontro da FD1) para o sindicalismo. A metáfora é o signo que avigora o ânimo desta “teoria”.

Como faz isso? Reforçando o sentido das FPs. A expressão metafórica, ao “[...] querer levar o outro a pensar que aquilo que esta sendo dito é verdadeiro (ou possivelmente verdadeiro)” (CHARAUDEAU, 2012, p. 69), age, na publicação de maior tiragem do país, programada para, mais que dizer, convencer que o sindicalismo (seu modelo, suas ações, seus agentes) é prática vã. Nesse sentido, a metáfora, ao jogar o discurso jornalístico nos braços da imaginação, de algo cuja fachada é fruitiva, engessa-o, acorrenta-o – ainda mais, já que o jornalismo como um todo tende a uma fala autoritária (MARIANI, 1998) – à FD1.

As pistas que nos sugerem este *funcionamento discursivo* decorrem da observação que realizamos junto às FPs, pois é sobre as cinco primeiras que a metáfora *faz crer, recontextualizando* situações sindicais. Não detectamos, em contrapartida, metáforas que agissem sob a mesma configuração nas FP6 e FP7 (ambas pertencentes à FD2). As marcas são tão exíguas que, como frisamos acima, elas foram enfeixadas em apenas sete SDs. Mesmo assim, não poderíamos ignorá-las, já que elas, ainda que pouco expressivas, ajudam a dizer da produção de sentidos de *Veja* sobre o sindical.

Para lembrar: nossas afirmações – a partir de então - são fruto de um processo que, como alertamos em outra ocasião desse estudo, analisaram, inicialmente, os sentidos do sindicalismo no todo do texto, para, então, verificar os sentidos das metáforas. Nesse primeiro modo de funcionamento (há dois tipos em *Veja*), verificamos que há uma correspondência semântica das expressões metafóricas às cinco FPs iniciais e, conseqüentemente, à FD1.

Para melhor visualização, vamos dispor as metáforas extraídas das reportagens em quadros separados, respeitando a divisão das FPs. Além disso, dispusemos em anexo (Anexos: 1, 2, 3, 4 e 5) uma matéria para ilustrar cada FP – via de regra a que possui mais metáforas representativas daquela FP<sup>120</sup>. Cada enunciado será numerado, agora, como uma Sequência Discursiva Metafórica (SDM) e, ao lado desta sigla, colocaremos ainda o “V”, de *Veja*, ou o “RB”, de *Revista do Brasil*, tal como fizemos no subcapítulo anterior.

---

<sup>120</sup> Como não há nenhuma metáfora que represente as FP6 e FP7, essas não estarão representadas nos Anexos.

Disponibilizaremos ainda o número do texto (conforme Quadro 1 e Quadro 2) de que a referida SDM foi retirada.

Quadro 7<sup>121</sup> - FP1 – Modelo sindical é ultrapassado

Família Parafástica	Enunciado Metafórico	Funcionamento
<p><b>FP1 - Modelo sindical é ultrapassado</b></p>	<p><i>A triste face no neopeleguismo</i> <b>SDMV01<sup>122</sup> - T01</b></p> <p>A atual legislação sindical brasileira, que tem origem no Estado Novo getulista, está a <i>anos-luz</i> dos mecanismos hoje existentes em países avançados. <b>SDMV02 – T04</b></p> <p>As medidas propostas pelo governo Lula, em vez de modernizar o <i>encarquilhado sindicalismo brasileiro</i>, aumentarão os privilégios da República Sindical – pagos pelo contribuinte e à custa do suor dos trabalhadores. <b>SDMV03 – T04</b></p> <p>Mesmo com seu <i>figurino fora de moda</i>, o sindicalismo nacional ganha cada vez mais espaço e dinheiro – o que, mais uma vez, coloca o Brasil na contramão da história. <b>SDMV04 – T15</b></p>	<p><b>Reforço do sentido da FP e congelamento do discurso</b></p>

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

As metáforas acima não querem apenas *fazer saber* (explicar) sobre o modelo sindical vigente, elas *fazem crer* que, realmente, existem motivos para o leitor acreditar que ele seja ultrapassado. Elas não difundem um conhecimento qualquer sobre sindicalismo. Elas difundem um conhecimento que vem modulado pelo *lugar de fala* que *Veja* ocupa e pela FD1, que delimita o seu discurso.

Reconhecemos a produção desse efeito não só pelas expressões metafóricas dizerem, relatarem aspectos inerentes ao sindicalismo. Todas elas adjetivam (*triste face* - SDMV01; *anos-luz* - SDMV02; *encarquilhado* - SDMV03; e *figurino fora de moda* - SDMV04) o padrão sindical, ofertam a ele uma nova feição.

Grigoletto (2000, p. 22), ao pesquisar como atua a metáfora no discurso colonial britânico, descobriu que ela proporciona um efeito de “congelamento dos sentidos”. A autora

<sup>121</sup> Convém ressaltamos que todas as expressões metafóricas, a partir daqui, serão grifadas em negrito e itálico. Há algumas, nestes enunciados, que caberiam em outras FPs, porém, nós optamos por assinalar somente aquelas que comungam do sentido da FP que está em discussão.

<sup>122</sup> SDMV – só para recuperar – é a sigla de Sequência Discursiva Metafórica *Veja*.



chegou a tal resultado ao notar que “[...] são as figuras e outros termos que têm sentido figurado por significarem a partir da metáfora conceptual que provocam esse congelamento e, conseqüentemente, de universalização dos sentidos”.

As metáforas, no discurso da revista *Veja*, também repetem este efeito: de sedimentação dos sentidos, de estabilização – se nos detivermos no quadro anterior – de uma memória derrotista para o modelo sindical. Nós asseguramos isso não a partir da teoria de Lakoff e Johnson - e é só esse ponto que nos afasta de Grigoletto (2000) – mas porque os sentidos das expressões metafóricas repetem o sentido nuclear da FP. As metáforas, no jornalismo de *Veja*, são formas que o enunciador usa para dizer *a mesma coisa* (GRANTHAM, 1999, grifo da autora).

É nessa *mesma coisa* com “cara” de outra coisa “[...] que a ideologia se mostra mais ‘transparente’. Transparência que provoca um efeito de convencionalidade e mesmo literalidade dos sentidos: efeito de sentido absoluto, universal” (GRIGOLETTI, 2000, p. 24). O efeito de literalidade é vital para o discurso jornalístico. As metáforas, logo, não só agigantam esse efeito, como, ao fazer o sentido estagnar, convergem para a reafirmação dos discursos homogeneizantes que a mídia – *Veja*, por radicar a maior parte do seu discurso na FD1, é membro desta mídia - distribui. Há nisso um claro desejo de controle sobre o desvio dos significantes

Um paradoxo, como assinala Grigoletto (2000), já que nos processos metafóricos, a luz do que diz Pêcheux (2009), há sempre deriva, desestabilização de elementos postos em relação. No discurso jornalístico, essa condição paralisante que brota da metáfora, podemos depreender, é também legatária do repertório modalizador dos dispositivos comunicacionais contemporâneos (PRADO, 2013).

A leitura de Prado (2013) acerca de um conjunto de revistas que circulam no mercado editorial brasileiro nos serve de esteio para pensarmos parte da nossa problemática de pesquisa.

Para que as pessoas comprem textos, principalmente de revistas e da televisão? A resposta não é para se informar, mas: para se enquadrar, ao se informar, para se localizar, para ter narrativas de enquadramento no mundo, para saber qual é o meu mundo, como ele funciona, como eu posso pertencer melhor a esse que já é o meu mundo. Que realidade é essa à qual pertença e devo pertencer como ser em devir que sou? Como eu me transformo para melhor ser esse que eu gostaria de ser? Como entendo melhor o mundo? Tais questões implicam em modalizações de ser, de saber, de fazer, de poder, modalizações tais que não são formatadas somente a partir do dado bruto da informação jornalística, mas segundo regimes de visibilidade e de atenção, ancorados em fortes estratégias de passionalização, ou seja, no apelo passionalizado para captar a atenção do leitor (Prado, 2008 e 2006). (PRADO, 2010, p. 65).

A metáfora, como componente ativo e contumaz do discurso jornalístico – ainda mais no das revistas, pelos motivos que expusemos em capítulo anterior – é, talvez, a principal força de empuxo modalizadora. O grau de engajamento do falante passa com um ar desprezioso, pois sob o texto metafórico paira um discurso que é, simultaneamente, corriqueiro, cotidiano, popular, quase anônimo (diríamos anônimo quando se tratam de provérbios, cujo valor metafórico se faz presente), mas não menos comprometido que as demais unidades discursivas dispersas em um veículo informativo.

Elas são donas de um temperamento que luta pelo triunfo da transparência frente à opacidade da linguagem, notifica Baronas (2003), não propriamente sobre a metáfora, mas sobre a língua como um todo. Em nossa análise, notamos que os fragmentos significantes localizados nos enunciados metafóricos travam uma batalha contra si mesmos. É como se eles gritassem (se assim pudessem) em voz alta: “Hei, isso é isso! Estou lhe mostrando, lhe provando, e do jeito mais simples possível”. Mas, é nessa operação de tamanha diafaneidade que a metáfora segue a manifestar seus pareceres. Na “reconstituição” que se propõe a fazer do “real”, a linguagem aparenta multiplicar, quando seu papel é silenciar e, então, imobilizar, congelar sentidos (GRIGOLETTO, 2000).

A credibilidade, a propósito, é o código que avaliza o discurso jornalístico de poder dizer. Para fazer saber a “verdade” de um fato/acometimento, um dos procedimentos usados pela instância midiática é o da “analogia”, “[...] que tenta descrever o mundo segundo roteiros de verossimilhança” (CHARAUDEAU, 2012, p. 89). Entre os meios arrolados pelo linguista para exemplificar esses roteiros estão a imagem, os testemunhos e os aparatos tecnológicos. Nós, aditaríamos a metáfora. Por intermédio de um programa discursivo, que tem ares de ingenuidade, ela descreve – propalando o efeito de autenticidade do discurso jornalístico – e, mais que isso, prescreve.

Quadro 8: FP2 - Sindicalismo está desvirtuado

Família Parafástica	Enunciado Metafórico	Funcionamento
<p align="center"><b>FP2 – Sindicalismo está desvirtuado</b></p>	<p align="center">Na festa do 1º de Maio, as centrais sindicais <i>são doces com o governo</i> – e isso é um efeito das verbas e cargos que receberam <b>SDMV05 – T01</b></p> <p align="center">Agora, com a transferência de Marinho para o Ministério da Previdência, o <i>governo consumou seu</i></p>	<p align="center"><b>Reforço do sentido da FP e congelamento do discurso</b></p>

	<p><b><i>matrimônio de conveniência</i></b> com a cooptação da Força Sindical. <b>SDMV06 – T01</b></p> <p>Com esse discurso, destinado a <b><i>ludibriar a platéia</i></b>, esquecem convenientemente que sindicalismo pelego é aquele que, representando muitos ou poucos trabalhadores, vive de dinheiro oficial. <b>SDMV07 – T01</b></p> <p><b><i>A promiscuidade do sindicalismo com o poder, empresários, dinheiro e mordomias está na gênese da Força Sindical</i></b>, criada em 1991, quando o ex-presidente Fernando Collor de Mello reuniu um grupo de empresários para financiar o modelo de representação dos trabalhadores que ele considerava ideal. <b>SDMV08 – T09</b></p> <p>Na <b><i>república sindical</i></b> instalada no Brasil pelo governo petista, conseguir representar uma categoria de trabalhadores virou excelente negócio. <b>SDMV09 – T15</b></p> <p>A segunda característica desse <b><i>ramo especialíssimo de negócio</i></b> é o fato de que o <b><i>dinheiro cai no caixa automaticamente</i></b>, sem que seja preciso <b><i>mexer uma palha</i></b>. <b>SDMV10 – T15</b></p> <p>Quando se somam essas facilidades todas, fica evidente que os sindicalistas chegaram não apenas ao Planalto, <b><i>mas ao paraíso</i></b>. <b>SDMV11 – T15</b></p> <p>No Brasil, os sindicatos já deram incontáveis provas de lealdade ao governo do qual dependem. Assumiram uma atitude de <b><i>contemplação bovina</i></b> diante de questões antes explosivas, como o salário mínimo e o desemprego. Mas o maior favor prestado ao "governo companheiro" é <b><i>o ensurdecedor silêncio</i></b> que os sindicatos dedicam aos escândalos da administração petista. Lula, o <b><i>"paizão"</i></b>, tem retribuído à altura – fingindo ignorar que seus <b><i>"filhos" agem como gângsteres</i></b> na luta para manter os <b><i>lucrativos territórios</i></b>. <b>SDMV12 – T15</b></p> <p>Ocorre que até 80% do dinheiro que abastece as centrais vem do imposto sindical – aquele dia de salário que todo trabalhador brasileiro, sindicalizado ou não, é obrigado a tirar do bolso para sustentar entidades de classe diversas e, claro, seus dirigentes. <b><i>É um rio de dinheiro</i></b>. <b>SDMV13 – T16</b></p> <p>Os dois grupos brigam pelo setor responsável pela criação de sindicatos – <b><i>um negócio</i></b> que envolve cifras</p>	
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

	<p>milionárias, representa uma enorme fonte de poder e, principalmente, gera muitas oportunidades de bons negócios <b>SDMV14 – T24</b></p>	
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Aqui, as expressões metafóricas voltam a reprisar os sentidos da FP2. Elas não estão a serviço de apenas traduzir porque o sindicalismo está desvirtuado. Os sentidos produzidos pelas suas analogias confirmam – *fazem crer* – um sindicalismo degradado, em colapso. Dessa maneira, as metáforas reescrevem um cenário para o movimento sindical.

Esse processo, como dissemos há pouco, engessa os sentidos e “emperra” o discurso jornalístico. A “vida do mundo” sindical que *Veja* vai narrar há de preservar o projeto de sociabilidade do grupo social a que representa. Grupo este que vive num mundo conservador (PRADO, 2013), para quem o sindicalismo faz pouco ou quase nenhum sentido.

A metáfora se reveste de palavras outras para se aliar a alguns discursos (os da FD1), controlar e dominar a proliferação de outros (aqueles que estejam “fora” do domínio discursivo da FD1). “Há, sempre, que se submeter à *ordem do discurso*, articulando aquilo que se pode e se deve dizer no momento histórico da produção dos sentidos” (GREGOLIN, 2003, p.12, grifo da autora).

Por mais que as expressões metafóricas pareçam formas simbólicas de recreação, no jornalismo do veículo da Abril, elas, por estarem inscritas na FD1, só podem dizer de um sindicalismo perverso (que *consumou matrimônio de conveniência com o governo* - SDMV06; que *ludibria a plateia* - SDMV07) e pervertido (*promíscuo* - SDMV08), que não serve aos interesses do coletivo, mas de um partido político apenas – SDMV09. Antes de *fazer saber* o que está levando o sindicalismo à ruína, dão a ver a esse sujeito - que *Veja* subentende como um leitor pertencente a sua comunidade discursiva - o “real”. Na verdade, o seu “real”. E, paradoxalmente, através de algo – a metáfora - que é liberto do real e do verdadeiro (MOURA, 2012), tanto do ponto de vista linguístico, quanto discursivo.

As metáforas deste quadro servem, deste modo, igualmente à contenção dos limites da FD1. Elas contribuem para que não haja fuga de sentidos.

Para deixamos ainda menos árido o que estamos asseverando, passemos a outra FP.

Quadro 9: FP3 – Greves, protestos e ações sindicais são ilegítimas

Família Parafástica	Enunciado Metafórico	Funcionamento
<p><b>FP3 – Greves, protestos e ações sindicais são ilegítimas</b></p>	<p><i>Fogueira ideológica</i> SDMV15 – T06</p> <p><i>A passo de tartaruga</i> SDMV16 – T07</p> <p>Como em geral acontece nas universidades públicas, a greve da USP é restrita a grupos de representatividade limitada, ligados à esquerda radical, que disfarçam suas reivindicações muito particulares com a <i>roupagem do interesse geral</i>. SDMV17 – T14</p> <p>As professoras Marilena Chaui e Maria Victoria Benevides participaram de um <i>comício travestido de aula</i>. SDMV18 – T14</p> <p>A Justiça determina que servidores parados há três meses continuem recebendo salário e transforma o <i>direito a greve num excelente negócio</i> SDMV19 – T17</p> <p>Mais recentemente, Lula dirigiu novas farpas aos grevistas. “<i>Greve é guerra, não férias</i>. Eu tinha coragem de entrar na greve e tinha coragem de terminar a greve”. SDMV20 – T17</p> <p>Liderada por um ex-bombeiro que tentou virar político, a greve dos policiais na Bahia resulta em episódios aterradores de violência em Salvador. Por obra de outro bombeiro sindicalista, o movimento <i>contamina</i> o Rio e ameaça se espalhar por mais treze estados SDMV21 – T21</p> <p>Meu irmão, eu já declarei aqui que vocês pararam. A <i>maior festa</i> está aqui. Não tem como segurar mais, não. SDMV22 – T21</p>	<p><b>Reforço do sentido da FP e congelamento do discurso</b></p>

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Estão presentes nas expressões metafóricas sentidos que, novamente, vão tonificar a ilicitude e abusividade (*maior festa* – SDMV22) de ações sindicais como greves, protestos e mobilizações - ou de questões que destes episódios estão a dizer. Quando *Veja* faz uso de uma

figura de linguagem como a de que o *direito a greve* [se transformou] *num excelente negócio* – SDMV19 - ela encaminha seu discurso para gerar um efeito de deslegitimidade da greve, já que a greve deixa, pelo não-dito, de ser uma ação de recuperação de direitos para ser uma atividade econômica com objetivo de gerar lucro.

O mesmo efeito averiguamos quando Lula é recrutado para compor uma das passagens enunciativas. *Veja* traz a fala “*Greve é guerra, não férias*” – SDMV20, primeiro, porque ela é uma versão da posição-sujeito presidente da República (se fosse a posição sindicalista, certamente, ela teria outro sentido) e, segundo, porque se Lula faz o comparativo *greve=férias* há quem esteja fazendo destas ocasiões um momento de descanso. É pelos sentidos que Lula combina à metáfora que ela serve à *Veja*: por desqualificar tudo e todos do meio sindical.

As expressões metafóricas da FP3 agraciam o interlocutor com uma situação representacional da greve e de seus correlatos que pertence só ao universo de *Veja*. Em nome de um efeito de conivência, ela *descontextualiza* ocorrências grevistas, além de protestos e outras ações sindicais, e por obra de um discurso que se vê cerceado pela FD1, insere-as em outra atmosfera, qual seja, a que desqualifica.

Não são, como mostramos na parte inicial da análise - e daí a sua importância para esta pesquisa – apenas as metáforas que produzem sentidos no discurso jornalístico. Mas é no insistente retorno a elas – executado pela revista *Veja* -, que este discurso tende a endurecer e estreitar ainda mais o vínculo com o interlocutor. É nelas que se materializa o modo como os enunciadores da revista (re)interpretam a realidade e se firma o lugar que o leitor deve ocupar para atribuir significação ao sindicalismo (greves, protestos e ações sindicais).

Quadro 10: FP4 – Sindicalistas e seus pares são da pior espécie

Família Parafástica	Enunciado Metafórico	Funcionamento
<p><b>FP4 – Sindicalistas e seus pares são da pior espécie</b></p>	<p>Sempre fez oposição aos petistas, tanto na vida política quanto no meio sindical, mas, como não conseguiu uma cadeira na Câmara dos Deputados na última eleição, <i>rendeu-se penhoradamente à boquinha de um cargo público</i>. SDMV23 – T01</p> <p>Grevistas do Banco Central e do Ibama, universitários e professores estaduais apareceram para dar uma força e o protesto terminou em pancadaria. Na Universidade de São Paulo, um <i>grupelho de estudantes desmiolados</i>, que já ocupava a reitoria havia vinte dias, recusou-se a</p>	<p><b>Reforço do sentido da FP e congelamento do discurso</b></p>

	<p>obedecer a uma ordem judicial de reintegração de posse e montou uma barricada de pneus para impedir o acesso da polícia – com o apoio de professores igualmente desajuizados e funcionários corporativistas. <b>SDMV24 – T02</b></p> <p>Radicais do PT criam <i>o MST das fábricas</i> e usam o dinheiro das empresas ocupadas em proveito próprio <b>SDMV25 – T03</b></p> <p>Invasões de terras, de repartições públicas, de universidades – num país que garante impunidade à violência política, é natural o surgimento de um grupo <i>de lunáticos ansiosos por pavimentar o caminho da revolução com a tomada de fábricas</i>. <b>SDMV26 – T03</b></p> <p>Três meses atrás, a Cipla sofreu intervenção judicial, ordenada porque <i>os patrões socialistas</i> descontavam o INSS do salário dos empregados, mas não o repassavam à Previdência Social. <b>SDMV27 – T03</b></p> <p><i>A mamata dos sindicalistas</i> <b>SDMV28 – T04</b></p> <p>O governo do PT criou uma <i>nova casta – a dos integrantes da República Sindical</i>. <b>SDMV29 – T04</b></p> <p>A principal conseqüência do surgimento dessa <i>classe de marajás</i> é o aumento do repasse de dinheiro público para os sindicatos. <b>SDMV30 – T04</b></p> <p>Com isso, os trabalhadores brasileiros permanecerão arcando com a boa vida dos <i>chefões sindicalistas</i>, por meio do desconto, todo ano, de um dia de seu salário. <b>SDMV31 – T04</b></p> <p>Nas últimas semanas, os <i>manda-chuvas</i> de organizações como CUT e Força Sindical fizeram marcação cerrada sobre os senadores. <b>SDMV32 – T05</b></p> <p>Os <i>marajás do sindicalismo</i> queriam o veto às duas alterações. <b>SDMV33 – T05</b></p> <p>O deputado do PDT Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, fez carreira à frente da Força Sindical <i>servindo por baixo</i> ao grande empresariado. <i>Mudou de patrão</i> no governo Lula, mas agora está prestes a <i>perder o emprego</i>. Suspeito de receber propina da quadrilha acusada pela Polícia Federal de vender facilidades no Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Paulinho pode ser <i>demitido por justa causa</i> do cargo</p>	
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

	<p>de presidente da Força, da direção do PDT, do mandato parlamentar, da vida pública. <b>SDMV34 – T11</b></p> <p>Na semana passada, descobriu-se que Emediato também recebe um extra do gabinete do deputado Paulinho. Ou seja, é o <i>verdadeiro operário-padrão do sindicalismo de resultados</i>: acumula a presidência do Codefat com a faina na Câmara, a função de empresário e as atividades como consultor da Força. <b>SDMV35 – T11</b></p> <p>Depois de repetir o velho bordão de que não vai condenar ninguém sem provas, o deputado explicou didaticamente seu <i>gelatinoso padrão moral</i>: "<i>Cachorro que não tem pulga ou teve ou vai ter. Quem não tem defeitos?</i>". Paulinho, portanto, <i>será julgado pela ética canina, mas a dos vira-latas</i>. <b>SDMV36 – T11</b></p> <p>O deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho da Força, <i>é um fenômeno típico do surto de vale-tudo que varreu</i> o Congresso desde o escândalo do mensalão. <b>SDMV37 – T12</b></p> <p>Até mesmo o delegado Protógenes Queiroz, afastado da Polícia Federal por conduzir suas investigações de maneira irregular mas acolhido como herói por certa esquerda, <i>tirou uma casquinha</i> ao lado de um deputado do PSOL. <b>SDMV38 – T14</b></p> <p>Por isso não há nenhuma espécie de <i>gangue sindical</i> atuando aqui. <b>SDMV39 – T19</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Bombeiros incendiários SDMV40 – T21</b></p> <p><i>Parece um franciscano, mas só parece</i>. Apesar de ganhar a vida com o salário de assistente de atividade administrativa da prefeitura de Goiânia, que não passa de 1 500 reais mensais, João Domingos construiu um patrimônio respeitável ao trilhar a doce vida de dirigente sindical. <b>SDMV41 – T22</b></p>	
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Tudo o que *Veja* diz sobre o sindicalista – e seus pares – (FP4) está encenado nas expressões metafóricas. Não só encenado. As metáforas seduzem o interlocutor para que ele acredite que sindicalistas e seus próximos não prestam, (re)capeando este sujeito com analogias que podem ser observadas, experimentadas. *Veja faz crer* que eles são *marajás do*



*sindicalismo* porque, ao longo da reportagem há linhas e mais linhas que *fazem saber* – por isso, não há dúvidas, não há o que questionar – que eles são *marajás* – SDMV30 e SDMV33. *Descontextualiza-se* o sindicalista – tira-o do seu *habitat*, que seria o meio sindical – para realoca-lo no espaço da nobreza (para ficarmos no caso dos *marajás*).

Desprovida das imposições que gerenciam o discurso jornalístico, especialmente o da objetividade, a metáfora parece sem sentido, atemporal, transcendente e eterna. Só que esse funcionamento é tão só efeito que, no discurso jornalístico, tenta perenizar as características dos sindicalistas (FP4). Rancière (2011, p. 45) acode nosso raciocínio: “Os processos poéticos aprisionaram a eternidade no tempo”.

Os “processos poéticos”<sup>123</sup> dos quais fala o autor não são as metáforas, propriamente ditas, mas eles nos ajudam a assimilar como elas operam no jornalismo. Se as equiparássemos à definição de Rancière, teríamos o mesmo efeito, pois ao predicar sobre os sindicalistas, os faz vivenciarem um outro e eterno presente de inferioridade. Quando *Veja* diz (metaforizando) que esses sujeitos são *lunáticos ansiosos* – SDMV26, são *chefões* – SDMV31, *manda-chuvas* – SDMV32, *incendiários* – SDMV40, ela os encarcera em sentidos que mobilizam uma memória sempre já-lá e os reconduz a este lugar.

São esses preenchimentos textuais que colaboram para o jornalismo estacionar, produzir, incessantemente, os mesmos saberes (aqui, sobre o sindicalista), ainda que com um ativo – a metáfora – que possa parecer uma inócua representação figurativa, uma simples ação estilística do jornalista que redige o texto. A metáfora, como toda forma, remete a sentido (CHARAUDEAU, 2012), a sentidos análogos aos que flutuam em outras marcas discursivas na revista *Veja* e, por conta disso, é que engessa ainda mais seu discurso.

Atinamos que há em algumas expressões metafóricas um toque sarcástico<sup>124</sup>. O sarcasmo – uma variação da ironia – é, digamos, uma subcategoria da metáfora, já que ele conserva o jogo substitutivo do sentido “literal” pelo sentido figurado. Grifamos o literal por subscrevermos uma corrente intelectual que rechaça o sentido uno, primeiro<sup>125</sup>. O sentido não é direito privado e inalienável da língua/linguagem. Ele se encontra na confluência da memória (constituição) e da atualidade (formulação) (ORLANDI, 2012a).

<sup>123</sup> Rancière (2011, p. 45) faz tal afirmação numa crítica a forma como tem se pensado o conceito de anacronismo. “O anacronismo emblematiza um conceito e um uso de tempo em que este absorveu, sem deixar traços, as propriedades do seu contrário, a eternidade. O primeiro paradoxo é que essa marca da diferença científica é emprestada da poética e da retórica. Uma poética da verossimilhança opera nesses quadros vivos que nos mostram a impossibilidade de que um pensamento se aloje num cenário que não lhe convém”.

<sup>124</sup> Aí não apenas no quadro acima. Notamos que várias metáforas extraídas dos textos repetem esse efeito.

<sup>125</sup> Esse jogo substitutivo da metáfora nos serve apenas como instrumento metodológico, para pinçá-la no texto, já que nossa análise foca no seu funcionamento, logo, indaga os sentidos que as expressões metafóricas produzem.

A ironia é a figura de linguagem usada para dizer o contrário do que se pensa ou sente, com fito sarcástico. Segundo Benetti (2007, p. 41, grifos da autora), se a ironia indica ao leitor que ali existe uma “farsa ou simulação”, há que se construir um *contexto de incongruência* ou produzir marcas de uma literalidade que precisa do aval de recusa do interlocutor. Os sujeitos que comungam daquele ato enunciativo precisam dividir as mesmas referências, adverte a autora.

Benetti (2007) constatou o poder da ironia, através das nuances linguísticas sarcasmo, antífrase e eufemismo, no discurso de *Veja*. Ela inferiu, para abreviar, que se trata de um expediente muito eficaz na indução de opiniões. “[...] a ironia é um modo de exercer poder – o poder de dizer, qualificar, desqualificar, julgar e tornar ‘procedente e autorizada’ a fala de quem diz” (BENETTI, 2007, p. 46). Nós, ao provocarmos uma discussão mais genérica acerca da metáfora, ratificamos seu funcionamento sarcástico (mormente ao falar de sindicalistas) e avançamos ao perceber que ele se dá sempre com a chancela ideológica da moralidade, surtindo no efeito de engessamento do discurso jornalístico.

Quer dizer, quando *Veja* vai noticiar sobre o sindicalista e diz que ele (Paulinho) *será julgado pela ética canina, mas a dos vira-latas - SDMV36*, ou que ele *é um fenômeno típico do surto de vale-tudo que varreu o Congresso desde o escândalo do mensalão*<sup>126</sup> – SDMV37, ela, situada na FD1, desqualifica-no, colocando-se ainda em posição de quem indica um modelo de conduta (a não seguir). É imoral, para a revista, ser como o sindicalista (Paulinho). “[...] a moral interpela o sujeito a assujeitar-se plenamente ao mais forte e assumir sua posição de dominado” (GRANTHAM, 1999, p. 216). As expressões metafóricas, tingidas de causticidade, truncam o discurso jornalístico por manterem a dominância de um único sentido sobre o sindicalista e por imortalizarem os lugares sociais de dominador e de dominado. *Veja*, por projetar seu dizer na FD1, está para o dominador, assim como o trabalhador (que não deve seguir o “mau” exemplo do sindicalista) está para o dominado.

Como um átomo apolítico – é isso que prega a *práxis* jornalística sobre o conjunto do seu discurso – a metáfora segue a significar, a conquistar. Se para Mouillaud (2002b, p. 30), “[...] o dispositivo prepara o sentido”, *Veja* a embala – quando trata do sujeito sindicalista – em sentidos que acabam fazendo aquilo que Ponte (2005) denomina de “economia da intriga”. As expressões metafóricas reprimem o discurso jornalístico de fazer digressões, ainda que nele proporcionem distrações.

<sup>126</sup> O “*contexto de incongruência*” (BENETTI, 2007, grifo da autora) do primeiro enunciado está dado na primeira parte do texto: “*seu gelatinoso padrão moral: “Cachorro que não tem pulga ou teve ou vai ter. Quem não tem defeitos?”*”. Já do segundo, está disponível na memória coletiva. A informação que estabelece esta ponte é dada pelo “*escândalo do mensalão*”.

Quadro 11: FP5 - Violência e agressividade imperam no sindicalismo

Família Parafástica	Enunciado Metafórico	Funcionamento
<p><b>FP5 – Violência e agressividade imperam no sindicalismo</b></p>	<p>Mais uma vez restou aos cidadãos trabalhadores assistir, num misto de estupefação, indignação e impotência, a um <i>festival de badernas</i> no país. SDMV42 – T02</p> <p>O <i>assalto ao caixa da empresa</i> foi feito de diversas formas. <b>SDMV43 – T03</b></p> <p>"Se alguém era contra, <i>ia direto para o paredão</i>. Todos tínhamos medo de demissão", diz José Nazareno de Oliveira, 47 anos, técnico em eletromecânica na Cipla. <b>SDMV44 – T03</b></p> <p>A República Sindical entrou em <i>pé de guerra</i> contra as duas emendas e montou uma <i>tropa de choque no Senado</i>, onde a proposta ainda será apreciada. <b>SDMV45 – T04</b></p> <p>De olho no dinheiro do imposto sindical, centrais de trabalhadores contratam capangas armados a 180 reais por cabeça para invadir <i>territórios rivais e "roubar" filiados umas das outras</i> <b>SDMV46 – T15</b></p> <p>O <i>gangsterismo sindical</i>, agora em sua versão explícita, começou com uma mudança legal ocorrida no ano passado. <b>SDMV47 – T15</b></p> <p>A disputa para <i>abocanhar</i> as "contribuições" de trabalhadores do setor de bares e restaurantes envolveu 300 <i>cavaleiros</i>, muitos sopapos, coquetéis molotov e cadeiras voando pelos ares. <b>SDMV48 – T15</b></p> <p>No caso de Pernambuco, o sindicato foi contrário ao movimento, o que motivou uma <i>batalha campal</i>. Um operário foi baleado e o canteiro virou terra arrasada. <b>SDMV49 – T18</b></p> <p>"O que há é uma <i>briga muito grande entre sindicalistas</i>. Quem não ganha o registro sai fazendo acusações." <b>SDMV50 – T19</b></p>	<p><b>Reforço do sentido da FP e congelamento do discurso</b></p>

	Um holerite da PM, obtido por Prisco, se transformou em <i>arma política</i> da campanha do petista: o candidato mostrava a imagem do documento na TV, criticava os baixos salários pagos aos PMs e prometia aumentá-los se chegasse ao poder. <b>SDMV51 – T21</b>	
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Empreendemos – através da FP5 – o penúltimo gesto de análise acerca do funcionamento da metáfora em *Veja*. Auferimos que, decididamente, seu encargo é, ao aproximar-se do seu interlocutor, reiterar os dizeres da revista, consolidando, assim, um “novo” dizer para o sindicalismo. Dizer este que torna o discurso jornalístico estático, porque faz com que ele siga no entroncamento da FD1 e preserve o *lugar de fala* da revista.

As manifestações metafóricas – tais quais *festival de badernas* - SDMV42, *assalto ao caixa da empresa* - SDMV43, *ia direto para o paredão* - SDMV44, *batalha campal* - SDMV49 – colocam o interlocutor em posição de conluio quanto à agressividade do sindicalismo. São “mentiras” ou “inverdades” que, no discurso jornalístico, servem de sustentação e solidificação (engessamento) de uma “verdade”, a verdade jornalística. Apulemos a Schudson (1999, p. 279):

Eu sugiro que o poder dos *media* está não apenas (e nem sequer primeiramente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras mas no seu poder de fornecer as formas nas quais as declarações aparecem. As notícias num jornal ou na televisão têm uma relação com o “mundo real”, não só no conteúdo mas na forma; isto é, no modo como o mundo é incorporado em convenções narrativas inquestionáveis e despercebidas, sendo então transfigurado, deixando de ser um tema de discussão para se tornar uma premissa de qualquer possível conversa.

A metáfora é essa forma, essa convenção narrativa que passa despercebida no discurso jornalístico de *Veja*, como se fosse uma manobra estilística, capaz de oferecer literalidade, referencialidade, proximidade. Mas, conforme a concepção pecheutiana, há que se compreender como essa impressão é produzida e que efeitos traz.

Certo é que na publicação da Abril o seu uso, cujos sentidos exacerbam o efeito nuclear de cada uma das FPs - exceto das duas últimas, pelas razões elencadas anteriormente - , é uma experiência que não está imune à demagogia jornalística. A liberdade do enunciador não passa de um efeito ilusório, tal qual o que invade todo o discurso jornalístico, quando este diz ser o “espelho da realidade”. Os demais signos da reportagem (as não metáforas, o texto em geral, as fotografias, os boxes, os quadros) são todos escudeiros do que para Mouillaud (2002a, p. 38) é o “caráter imperativo da informação”.

O pôr em visibilidade não constitui apenas um ser ou um fazer; não é simplesmente infinitivo, contém modalidades do poder e do dever. Indica um possível, um duplo sentido da capacidade e da autorização. A informação é o que é possível e o que é legítimo mostrar, mas também o que devemos saber, o que está marcado para ser percebido [...]. Toda informação, como um asterisco em guia supõe a flecha de uma dêixis pela qual se autodesigna. Faz um anel com si própria. De maneira que, segundo os linguistas, qualquer asserção é destacada por um “e isto é verdade”, qualquer informação se legenda com um “e isto deve ter sido visto ou sabido”.

A metáfora intensifica *o que e como* deve ser visto o sindicalismo, no discurso de *Veja*. Ela não é o “domingo do pensamento”, como afirmou Pêcheux (1997, p. 53), já que para o autor o *efeito metafórico* – a ocorrência da substituição contextual – está na raiz da produção de sentidos.

Concordamos com ele no seguinte aspecto: quando, numa menção à Jakobson, diz que “[...] nada da poesia é estranho à língua” (PÊCHEUX, 1997, p. 51). A metáfora – com seu efeito estético - também não o é. Há nas expressões metafóricas de *Veja* um primado do significante sobre o signo, já que elas replicam o sentido que está consorciado ao restante do texto.

Metaforizar em *Veja* é ir a significados que estão sedimentados em territórios discursivos pulverizados de sentidos que pertencem à FD1. Domínios que se mantêm abertos, onde as chamadas “visões de mundo” estão em constante transição, mas que *Veja* zela para ficar praticamente dentro de um certo limite, a fim de manter um discurso desqualificador e firmar seu *lugar de fala*, que fala de um mundo onde o sindicalismo é quase só ruído e não som.

As palavras, na condição de expressões metafóricas, não assumem posição de condicionalidade – como sugere Pêcheux (2009, p. 257) quando este autor declara: “[...] as palavras são armas, venenos ou tranquilizantes [...]”. Elas, a nosso ver, são tudo isso: armas, porque são eficientes na captação do leitor, impulsionando sua condição de cumplicidade; venenos, porque traem o discurso jornalístico, já que lhe parecem ser a “carta de alforria” (pelo não compromisso com a objetividade, pela fruição trazida ao texto...), quando, percebemos o contrário, elas prendem-no no “cativeiro” das FDs; e tranquilizantes por, exatamente, produzirem este efeito de “liberdade” de si mesmas.

#### **5.4.1 A metáfora como figura de linguagem e seus modelos de *anunciabilidade* do sindicalismo em *Veja* – Tipo 2: simplificar para interditar**

Afirmamos acima que as metáforas em *Veja* funcionam de duas maneiras: uma delas é reiterando os sentidos das FPs, e da FD1, o que acarreta no congelamento do discurso jornalístico. A outra é resultado da seguinte constatação: vimos que havia expressões metafóricas que não respondiam ao fortalecimento dos sentidos das FPs e FD1, tampouco rompiam com elas. Outro detalhe: essas metáforas que “sobraram” não falavam, propriamente, de sindicalismo<sup>127</sup>. Ou seja: elas aparecem nas reportagens que tratam sobre o assunto, mas estão a discursivizar “coisas” que não aquelas diretamente vinculadas ao meio sindical. Porém, acabam ajudando a desta temática dizer.

Diante disso, as metáforas que por sinuosidade frequentam os relatos sobre sindicalismo em *Veja* funcionam como co-promotoras (co-promotoras porque o discurso jornalístico tem esta como uma de suas funções) do processo de desambiguação de algumas “coisas” do mundo. Elas cumprem uma espécie de tarefa acessória ao *fazer saber*.

Segundo Charaudeau (2012, p. 69, grifo do autor), “[...] ‘fazer saber’ [é] querer transmitir um saber a quem se presume não possui-lo”. Quando funcionam nesse sentido, as expressões metafóricas estão preocupadas em descomplexificar algo, em traduzir conceitos, situações abstratas. Mas não só isso. Ainda que sejam contornadas por uma couraça ilusória de fidelidade ao real, elas – sob a perspectiva discursiva – estão sempre a recuperar dizeres construídos pela historicidade.

Esses dizeres, notamos, seguem alguns padrões enunciativos. Tomamos emprestado de Fausto Neto (1999, p. 50, grifo do autor) aquilo que ele denomina de modelo de *anunciabilidade*<sup>128</sup> e refuncionalizamo-lo para tratar do segundo tipo de comportamento das metáforas no jornalismo. Conforme o autor, para produzir sentidos sobre os fatos, as mídias realizam intervenções discursivas que visam, por sua vez, que as “[...] várias construções discursivas [tenham] no dispositivo simbólico-discursivo do jornal seu ‘discurso organizador’”<sup>129</sup> (FAUSTO NETO, 1999, p. 50, grifo do autor).

Para conceder aos acontecimentos sindicais um certo grau de inteligibilidade, essas metáforas “extras” (que não aquelas do primeiro tipo de funcionamento) foram alvo de três modelos de *anunciabilidade* preponderantes. Há que se sublinhar que as expressões retiradas dos textos que estamos analisando poderiam ser acomodadas em “n” modelos de

<sup>127</sup> Provavelmente, é por esse motivo que elas adquirem um funcionamento próprio, que não o de reiteração dos sentidos das FPs e FDs.

<sup>128</sup> Nós manteremos o grifo do autor em todas as repetições do termo.

<sup>129</sup> Fausto Neto (1999, p. 07) empreendeu seu estudo a partir da construção da Aids na mídia impressa brasileira. Na citação acima, ele fala em “jornal”, mas nada impede que ela seja estendida ao dispositivo revista, como estamos fazendo.

*anunciabilidade*. Nós nos aprofundaremos naqueles que são majoritários nas reportagens de *Veja*, quais sejam: um deles organizado por terminologias religiosas, um deles por terminologias agressivas e um por terminologias referentes à área da saúde. E é só dentro destas três “noções” que o sindicalismo é simplificado e, ao mesmo tempo, retido, interdito a um exíguo arco de nomeações simbólicas.

Usaremos a mesma metodologia aplicada no primeiro tipo de funcionamento para ilustrar como isso se dá.

Quadro 12: Modelo de *anunciabilidade* com base em terminologias religiosas

Modelo	Enunciado Metafórico	Funcionamento
<p><b>Anunciabilidade com base em terminologias religiosas</b></p>	<p>“Não havia dinheiro sobrando para gastos desse tamanho“, diz o interventor Rainoldo Uessler. Perito de Florianópolis especializado em recuperar empresas, ele está no comando da Cipla e de outras duas fábricas que estiveram sob ocupação da Esquerda Marxista do PT. <i>Sua missão</i> é prejudicada por sabotagens praticadas pelos militantes remanescentes nas fábricas.</p> <p style="text-align: center;"><b>SDMV52 – T03</b></p> <p>Pela lei, o presidente do Conselho deve se comportar como <i>guardião do cofre do FAT</i>. Ou seja, sua função é zelar para que o dinheiro dos trabalhadores seja investido corretamente. “Como presidente do Codefat, não posso defender os interesses da Força”, admite o consultor. <b>SDMV53 – T09</b></p> <p>O ex-presidente Lula foi quem inaugurou a prática. Em 2010, ele sancionou uma lei que agraciava com anistia policiais grevistas de oito estados, além do Distrito Federal. O <i>pacote de perdão</i> incluía os baianos que sitiaram Salvador em 2001 sob o comando do mesmo Marco Prisco. <b>SDMV54 – T21</b></p>	<p><b>Simplificação e retenção do sentido</b></p>

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

As metáforas *missão* – SDMV52 - e *guardião do cofre do FAT* – SDMV53 – organizam um direcionamento de leitura para o discurso religioso. Se *missão* fosse trocada por “encargo”, “incumbência”, “tarefa” e *guardião* por “segurança” não seriam, primeiro, expressões metafóricas e, tampouco, agiriam no âmbito do modelo de *anunciabilidade* com base em terminologias religiosas.

A *missão faz saber* que a atribuição do interventor não é algo qualquer, é algo da ordem do divino – é a estes sentidos que a *missão* está interligada no interdiscurso. O interventor, então, tem de lutar contra aqueles que são os “satãs” da economia capitalista – a *Esquerda Marxista do PT - SDMV52*. A metáfora facilita para o leitor de *Veja* saber que *Rainoldo Uessler* faz mais do que exercer suas atividades profissionais como perito. Ele é o missionário encarregado de reestabelecer a Cipla, de tirá-la das mãos do grupo do mau (que faz *sabotagens*).

O *guardião* – SDMV53, por sua vez, *faz saber* como o jornalista Luiz Fernando Emediato, consultor da Força Sindical e presidente eleito do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), deveria se comportar frente a uma instituição que gerencia dinheiro dos trabalhadores de todo o país: como um protetor. O efeito de sentido do *guardião*, que *Veja* quer dividir com o enunciador, é de que Emediato tenha uma responsabilidade quase que sagrada – muito mais que administrativa – para com este *cofre*. Não tem, já que seu *comportamento* [é] *exatamente oposto*.

Já a expressão *pacote de perdão* – SDMV54 - quer desembaraçar o conjunto de medidas legais tomadas pelo governo em relação aos grevistas, mas não sem fixar Lula no lugar representativo de quem tem misericórdia para com estes baderneiros, que *sitiaram Salvador*.

O modelo de *anunciabilidade* baseado em terminologias religiosas interfere nestas metáfora, muitas vezes, alimentando mutuamente a FD1, que está na base do primeiro funcionamento. Elas estreitam uma continuidade discursiva, em que a prioridade é associar o sindicalismo a tudo que há de ruim, de nocivo.

Na mesma esteira, estão as metáforas que carregam em seu bojo a agressividade<sup>130</sup> como marca de seu uso social.

---

<sup>130</sup> Rememoremos que as metáforas que estão dispostas no quadro abaixo (Quadro 13) não tratam diretamente da questão sindical. Por conta disso, elas assumem o tipo 2 de funcionamento e não estão enquadradas na FP5 - Violência e agressividade imperam no sindicalismo.



Quadro 13: Modelo de *anunciabilidade* com base em terminologias agressivas

Modelo de	Enunciado Metafórico	Funcionamento
<p><b>Anunciabilidade com base em terminologias agressivas</b></p>	<p>Na Argentina, Juan Domingo Perón inundou os sindicatos de dinheiro e, em troca, pôde usá-los como <i>armas de auxílio</i> direto para a sua sustentação na Presidência. <b>SDMV55 – T15</b></p> <p>No <i>braço de ferro</i> entre governo e sindicato, Dilma aposta que tem mais fôlego. <b>SDMV56 – T23</b></p> <p>Os policiais não pleiteiam apenas aumento salarial. Exigem também que a Câmara Federal aprove a PEC 300, uma proposta de emenda constitucional que é uma autêntica <i>bomba-relógio</i> para os estados. <b>SDMV57 – T21</b></p> <p>Hoje, com uma reforma ministerial à vista, os grupos de Lupi e Brizola Neto <i>travam uma guerra fratricida</i> pelo controle de alguns cargos estratégicos do Trabalho. <b>SDMV58 – T24</b></p> <p>As constantes <i>trombadas</i> entre os dois acabaram abreviando a permanência de Brizola Neto na pasta. <b>SDMV59 – T24</b></p> <p>Como presidente da sigla, Lupi ameaçou levar o PDT para a oposição e conseguiu reaver o comando do ministério, indicando ao posto o desconhecido Manoel Dias, seu fiel escudeiro. <i>A paz, porém, durou pouco.</i> <b>SDMV60 – T24</b></p> <p>Nas últimas semanas, <i>a guerra dentro do PDT ganhou mais uma frente de batalha.</i> E, outra vez, o que está em jogo é dinheiro, muito dinheiro. <b>SDMV61 – T24</b></p>	<p><b>Simplificação e retenção do sentido</b></p>

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Destacamos que aqui, igualmente, nenhuma das expressões acima narram questões diretas do sindicalismo. Elas estão a trasladar o sempre áspero e caótico universo da política, cuja relação é íntima com o movimento sindical. Contudo, esse *fazer saber* não é “passional”, como as metáforas fazem questão de apresentarem-se. Ele é produto de uma indenização significativa ao modelo de *anunciabilidade* com base em terminologias agressivas.

Quando *Veja* fala que Perón usou *armas* - SDMV55, que Dilma tem mais condições de ganhar o jogo do *braço de ferro* – SDMV56, que a PEC 300 pode ser uma *bomba relógio* – SDMV57, que há *guerra fratricida dentro do PDT* – SDMV58, *trombadas* – SDMV59, *batalhas* – SDMV61 – e que *a paz durou pouco* (mais uma vez, num conflito que envolve o PDT) - SDMV60 - ela recobra uma memória belicosa tanto para esses sujeitos políticos, como para uma situação política (que é a da PEC300 – SDMV57), que está na iminência de acontecer. A presidenta da República (ex-militante social), aliás, capitaliza, por meio de algumas expressões metafóricas, toda essa truculência (esse é o efeito de sentido), agora, até mesmo para com *sindicatos*.

A metáfora, no segundo tipo de funcionamento, assim, faz mais que tornar algo compreensível para sua audiência. Ela reduz a possibilidade de entender o mundo na sua complexidade. O “simples” das expressões metafóricas – aqui casados ao modelo de *anunciabilidade* com base em terminologias agressivas – diz de um sistema político falido. A significância, quando em funcionamento nessas expressões, impõe uma insignificância (da política e de partidos que mantêm vínculo com o mundo sindical – PT, PDT...). Este modelo – operado por terminologias agressivas - negocia sua participação no discurso de *Veja* para contribuir na construção de uma imagem desfavorável para o sindicalismo.

Quadro 14: Modelo de *anunciabilidade* com base em terminologias da área da saúde

Modelo	Enunciado Metafórico	Funcionamento
<b>Anunciabilidade com base em terminologias da área da saúde</b>	<p>Dessa geração nasceu o PT – que, uma vez instalado no poder, tratou de reproduzir os mesmos <i>vícios</i>. <b>SDMV62 – T04</b></p> <p>Os processos de cassação de mandato por quebra do decoro parlamentar sofrem uma natural <i>contaminação</i> política. <b>SDMV63 – T12</b></p> <p><i>Acordo de vida curta</i> <b>SDMV64 – T13</b></p> <p>As <i>ataduras</i> da lei trabalhista <b>SDMV65 – T20</b></p> <p>Em Brasília, a disputa política mais barulhenta do momento envolve o PMDB e a sua <i>obsessiva</i> busca por mais e mais espaços no governo. <b>SDMV66 – T24</b></p>	<b>Simplificação e retenção do sentido</b>

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

As associações – promovidas pelas metáforas - relatadas nesse último exemplo de modelo de *anunciabilidade* travam todas uma relação com terminologias do campo da saúde. O funcionamento, defendemos uma vez mais, é tornar ainda mais inteligível para o leitor um dado conhecimento, mas não de forma “imune”. Nada no discurso exime-se da história, da ideologia. Dessa forma, quando *Veja* tenta organizar o caos do mundo da política concatenando *PT + vício – SDMV62, processos de cassação + contaminação – SDMV63, acordo + vida curta - SDMV64, lei trabalhista + ataduras - SDMV65 - e PMDB + obsessão – SDMV66* - ela consubstancia uma memória (que é quase sempre da doença) para tais situações, que são da esfera política, mas que, voltamos a dizer, estão vinculadas ao sindicalismo.

Essas metáforas também caminham para o engessamento do discurso jornalístico. Elas são incitadas a fazer sentido dentro de determinado modelo (que se baseia em nomenclaturas referentes à área da saúde). Charaudeau (2012, p. 186) usa a terminologia “amalgama” para o efeito discursivo que deseja a simplificação e, acrescenta o autor, dramatização.

[...] colocam-se sob uma mesma etiqueta geral fatos particulares, ou fazem-se aproximações e estabelecem-se analogias. Isso vem ocorrendo nos últimos anos a respeito dos “casos de corrupção”. Todo o fato que se julga pertencer de perto ou de longe a essa prática recebe a mesma etiqueta, ou uma das variantes, produzindo assim um efeito de acumulação (quantidade) e de causalidade (qualidade). Se amanhã aparecer um novo caso de desvio de fundos numa empresa ou numa coletividade local, este, mesmo que nada tenha a ver com os precedentes, receberá a mesma qualificação, ainda que de maneira abusiva. Isso ocorre também com relação a uma outra etiqueta: “a violência na escola”, que designava somente os atos cometidos pelos próprios alunos nas dependências da escola. Mas eis que um pai de aluno ataca um diretor de colégio porque seu filho havia sofrido uma sanção, e esse ato individual, por motivos psicológicos pessoais, é classificado discursivamente, sob aquela mesma etiqueta, e acrescentado aos outros atos numa relação de causalidade. Todas as expressões ou formas simplificadoras e dramatizantes do tipo: “purificação étnica”, “racismo”, “fundamentalismo” etc., que tiveram e têm grande expansão porque são suscetíveis de atingir o imaginário dos leitores, ouvintes e telespectadores, funcionam como etiquetas que permitem designar e classificar todo novo acontecimento que tenha relação qualquer com elas. Produz-se um efeito de amalgama, porque elas participam de um modo de raciocínio que, por similaridade, obriga o receptor a aproximar, em seu espírito, fato que não teria tido a ideia de aproximar.

As metáforas têm esse potencial de atingir o imaginário. Com esse jeito “simples”, elas vão etiquetando a política e, com isso, intercedendo no processo de uma cimentação discursiva com teor negativo para o movimento sindical. E é o jornalismo que faz viver esse império do simples, do *standard*, transformando – eminentemente pelas metáforas - o “real” em denominador comum.

## 5.5 O FUNCIONAMENTO DA METÁFORA COMO FIGURA DE LINGUAGEM NA REVISTA DO BRASIL – TIPO 1: REFORÇAR PARA CONGELAR

O percurso de verificação dos sentidos nas reportagens sobre sindicalismo, que também se repetiu na *Revista do Brasil*, nos desvendou como a publicação sindical fala sobre o tema, que, por sinal, apresentou-se de maneira transversal (e não central, como em *Veja*, em grande parte delas) em todos os 28 textos que compõe o *corpus* da pesquisa. Foi esse trabalho preambular que nos propiciou entender como as metáforas funcionam nesse discurso.

A primeira constatação que fizemos é que elas habitam o discurso da *RB* em número mais reduzido do que em *Veja*. Se na revista da Abril elas infestam o texto, na da editora Atitude, a presença de expressões metafóricas é mais esparsa, mais “tímida”.

A segunda é que na *Revista do Brasil*, como em *Veja*, a metáfora não opera como um imaculado atavio jornalístico. É uma célula de apelo estético, mas, tanto lá, quanto aqui (na *RB*), ela desencadeia um fenômeno discursivo com grande talento complexificador, que atua no mesmo compasso do *lugar de fala* ocupado por cada publicação.

Em *Veja*, verificamos que a metáfora funciona ora reiterando os sentidos das FPs (pelo menos das cinco primeiras) e delimitando o discurso da revista à circunferência da FD1, ora retrungindo o discurso a modelos de *anunciabilidade* (baseados em terminologias religiosas, agressivas e da área da saúde). Na *Revista do Brasil*, concluímos que a dinâmica é a mesma. O que muda – no tipo 1 de funcionamento – são às FDs a qual o discurso se filia e – no tipo 2 – as terminologias que pautam os modelos de *anunciabilidade* que elas estruturam.

Na realidade, os sentidos produzidos pelas metáforas funcionam na *RB* na produção de um contra-discurso para o sindicalismo (foi isso que tateamos na análise dos sentidos, de um modo geral). É através dessas “simplórias partículas” que o discurso cria algumas linhas de fuga, em relação ao posicionamento dominante da grande imprensa. São quase uma “tática de guerrilha”, para imitar Prado (2013, p. 23), que na *RB* resultam num discurso que tende à resistência, típica do *lugar de fala* que a revista forja para si, ainda que outras FDs (FD4 - discurso do Sindicalismo Negociador – e FD5 discurso do Sindicalismo Defensivo) – soproventos perturbadores.

Exibimos, seguindo o mesmo protocolo justaposto à *Veja*, como isso se apresenta na *RB* disponibilizando alguns exemplos nos quadros abaixo. Lembramos que cedemos nos anexos (Anexos: 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15) uma reportagem de cada FP<sup>131</sup>.

<sup>131</sup> O critério de seleção dessas reportagens é o mesmo do de *Veja*: em geral, aquela que reúne mais metáforas representativas da referida FP.

Quadro 15 – FP8 – Prática sindical é de resistência

Família Parafrástica	Enunciado Metafórico	Funcionamento
<p><b>FP8 – Prática sindical é de resistência</b></p>	<p>O acordo foi assinado três semanas após a 3ª Marcha Nacional do Salário Mínimo a Brasília organizada pelas centrais no dia 6 de dezembro - e depois de uma <i>dura queda de braço</i> ao longo das reuniões com o governo. <b>SDMRB67<sup>132</sup> – T26</b></p> <p>A <i>guerra</i>, porém, não acabou. <b>SDMRB68 – T29</b></p> <p><i>Batalhas</i> agora continuam sendo travadas no Congresso. <b>SDMRB69 – T29</b></p> <p>“A polícia reprimia, mas não nos intimidava. Tínhamos <i>fibra</i>”, lembra Consuelo de Toledo Silva, a primeira mulher a integrar a direção do Sindicato dos Bancários de São Paulo, na eleição ocorrida em 1956. <b>SDMRB70 – T35</b></p> <p>“Se o trabalhador não <i>põe o pé na porta</i>, prevalece a lógica patronal de dar o mínimo”, avalia o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre. <b>SDMRB71 – T36</b></p> <p>“Faça todas as <i>brigas</i> que tiver de fazer, internamente, mas quando terminar <i>a CUT tem de ir pra rua. A CUT não nasceu para ficar dentro de um prédio.</i>” <b>SDMRB72 – T50</b></p>	<p><b>Reforço do sentido da FP e congelamento do discurso</b></p>

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

O primeiro aspecto a ser notado nestas expressões metafóricas é que elas produzem efeitos de sentidos que estabelecem um compartilhamento discursivo entre enunciador e leitor. Elucidando: a *queda de braço* – SDMRB67, a *guerra* – SDMRB68, as *batalhas* – SDMRB69, a *fibra* - SDMRB70, o *pé na porta* - SDMRB71 e as *brigas* - SDMRB72 só adquirem sentidos de resistência, logo averbados pela FD3, do discurso do Sindicalismo Combativo, porque o lugar institucional da *RB*, que pesa no seu *lugar de fala*, não é tão

<sup>132</sup> Aqui, SDMRB é a sigla de Sequência Discursiva Metafórica *Revista do Brasil*. Daremos seguimento à numeração iniciada na investigação da revista *Veja*, tal qual fizemos na primeira parte da análise, quando estudamos os sentidos das duas revistas.

somente dizer do mundo sindical, é ser parte deste mundo. E para ser parte dele, ela há de fazer o papel de “máquina de guerra”, repetindo Prado (2013).

O outro aspecto é que elas recontextualizam um determinado conhecimento – o da prática sindical - nas margens da FD que o abriga (FD3). *Guerra, batalha, pé na porta* e as demais expressões só não estão a desqualificar o movimento sindical – como vimos em *Veja* – porque aqui (na *RB*) elas fazem sentido a partir de outra região discursiva. Emprestamos de Pêcheux (1997, p. 53) um fragmento que se aplica ao que estamos observando: “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]”.

A metáfora, unida pelo pacto discursivo que estabelece com a FD, faz com que as expressões da FP8 restaurem seu sentido – de que a prática sindical é de resistência. Mais que mera informação, elas querem *fazer crer* que as reivindicações do movimento sindical são justas, que o seu caráter classista se mantém.

O jornalismo e seu discurso, todavia, segue a padecer às injunções da língua. Língua esta que “[...] nos ‘obriga a dizer’, como afirmou Barthes (1980), mas seu efeito é provocar em nós a ilusão inversa, ou seja, de que a dominamos” (MARIANI, 1998, p. 65). Mesmo que as metáfora na *RB* assumam, pelos sentidos que produzem, uma atitude dissidente, o discurso jornalístico da *RB* segue, ao cometer um corte arbitrário do “real”, a impor um modo de raciocínio – o seu modo, eternizado nas FDs que permeiam o seu discurso – para o sindicalismo.

Demos um passo além, ao analisar o funcionamento das metáforas na FP9.

Quadro 16 – FP9 – Greves, protestos e manifestações são legítimos e valorosos

Família Parafrástica	Enunciado Metafórico	Funcionamento
<p><b>FP9 – Greves, protestos e manifestações são legítimos e valorosos</b></p>	<p>A capital federal ficou bonita no último dia 15 de agosto, quando uma multidão ocupou a cidade, deu <i>“aquele abraço”</i> no Congresso Nacional e deixou um alerta aos parlamentares. <b>SDMRB73 – T30</b></p> <p>Três meses após realizar greve de 21 dias, o sentimento dos professores estaduais de São Paulo é de que sua luta <i>exala dignidade</i>. <b>SDMRB74 – T32</b></p> <p><i>Imbróglio federal</i> <b>SDMRB75 – T46</b></p>	<p><b>Reforço do sentido da FP e congelamento do discurso</b></p>

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

O “*aquele abraço*” – SDMRB73, ao substituir a descrição do gesto que os manifestantes realizaram em Brasília (de mãos dadas, rodearam o “Congresso Nacional” em sinal de protesto) faz ver - sendo uma espécie de evidência – e *faz crer* o que, de fato, a *multidão* fez. A metáfora (re)ordena, (re)cria o cenário do protesto, desta vez, a partir de sentidos positivos, humanizadores.

Ela, ao lado do *exala dignidade* – SDMRB74 (expressão que comuta a grandeza da luta dos professores), tenta tornar ainda mais clarividente para o leitor de *RB* porque greves, protestos e manifestações são legítimos e valorosos (FP9). Tenta, como faz o *imbróglio federal* – SDMRB75, firmar com este leitor um acordo de coalizão.

À guisa de uma leitura “não discursiva”, o *imbróglio federal*, poderia ser apenas uma “grande confusão”. Mas, não iria na contramão dos sentidos que estão sob o jugo da FP9 dizer que o movimento grevista tem gerado uma grande confusão? Iria se aqui não estivesse em jogo um ato de cumplicidade com a FD3. O efeito de sentido desta expressão joga para o “colo” do governo federal a inabilidade de lidar com a greve nas universidades federais. O que reatualiza o discurso combativo – de que não há nada de ilegítimo neste tipo de ação – da *RB*. Requistemos a passagem de Mariani (1998, p. 50) para nos assistir teoricamente.

“Deslocar discursivamente o sentido” indica processo de migração de sentidos, movimento entre FDs, indica também reorganização de modos de dizer historicamente constituídos, ou seja, sinal de possíveis resistências, rupturas e transformações histórico-linguageiras. Indica, por fim, que as práticas discursivas estão em permanente processo de repetição e/ou transformação dos rituais enunciativos que as constituem.

Não há nada de lógico, de material (no sentido de prova que dê consistência) nessas três expressões metafóricas. Elas buscam *fazem crer*, criando uma espécie de simpatia com o leitor, despertando nele motivações cognitivas e afetivas, para além de informativas.

Tais escolhas metafóricas são próprias desse lugar que *RB* ocupa ao falar, um lugar de quem é especializado em sindicalismo, que busca estabelecer um diálogo direto com o trabalhador. A tese de Daltoé (2011) – ainda que não esteja voltada para o jornalismo (repetimos) – ao estudar o funcionamento das metáforas de Lula nos é fecunda para alumiar como se dá essa conjunção entre expressão metafórica e *lugar de fala*. “O que aconteceu com o famoso mercado onipotente? Quando o mercado tem uma diarreia, quem eles chamaram

para salvá-lo? O Estado que eles negaram durante vinte anos”<sup>133</sup>. Ora, o presidente só usa a figura da “diarréia” porque na sua fala transitam sentidos de lugares que lhe são constitutivos como sujeito: o de um retirante nordestino, de um metalúrgico e de um líder sindical. São as *coisas da vida comum* (DALTOÉ, 2011, p. 46), tal qual as que mobilizam a fala de Lula e da *Revista do Brasil*, que também querem remover a aura da “língua fantasmática do Estado”, aplicada, usualmente, na política e na economia, a campos que acolitam todo e qualquer assunto sindical.

As metáforas da FP10 seguem no mesmo padrão discursivo da FP9.

Quadro 17 – FP10 - Classe política age de maneira sorrateira ao tratar questões dos trabalhadores

Família Parafrástica	Enunciado Metafórico	Funcionamento
<p><b>FP10 – Classe política age de maneira sorrateira ao tratar questões dos trabalhadores</b></p>	<p style="text-align: center;"><b><i>Pior que o soneto</i> SDMRB76 – T28</b></p> <p>O episódio pode parecer pitoresco, mas não é sempre que o <i>mingau legislativo</i> oferecido pelo Congresso à sociedade cai tão bem. <b>SDMRB77 – T28</b></p> <p>Monti afirma que vai procurar ouvir “todos os segmentos” envolvidos na discussão, mas não se preocupa com o fato de que as mudanças propostas possam constituir uma espécie de <i>reforma trabalhista branca</i>. <b>SDMRB78 – T28</b></p> <p>O deputado Zimmermann alerta: “Já há várias idéias sendo discutidas no Congresso que, a <i>conta-gotas</i>, propõem mudanças estruturais. Esse caso da Emenda 3 é só uma evidência da dureza do novo tempo que está chegando”. <b>SDMRB79 – T28</b></p> <p>A “<i>pegadinha</i>” foi detectada. <b>SDMRB80 – T29</b></p> <p>Até aí, tudo parecia uma <i>tacada certa do governo</i>, não fosse um pequeno problema de “redação”: é que, quando a MP que criava a Super-Receita foi apreciada no Congresso, seu texto final <i>contrabandeou</i> uma emenda, a famigerada Emenda 3, que misturou questão tributária com interesses trabalhistas – dos</p>	<p style="text-align: center;"><b>Reforço do sentido da FP e congelamento do discurso</b></p>

<sup>133</sup> Segundo Daltoé (2011, p. 179) esta fala de Lula foi extraída da *Folha de São Paulo* do dia 06 de dezembro de 2008.



	<p>empresários. <b>SDMRB81 – T29</b></p> <p><i>“O projeto é simplesmente uma edição com nova roupagem da política de bônus e abonos. A vinculação, pura e simples, da remuneração com metas de desempenho desconsidera os clamores dos professores”, diz Bebel. <b>SDMRB82 – T32</b></i></p> <p><i>“Por mais que ele (Serra) se coloque em pele de cordeiro, esse lobo nós conhecemos. Sabemos qual é a estratégia do governo a que ele pertenceu”, afirma Neto, que integra o diretório nacional do PMDB, partido predominante entre os dirigentes da central, que abriga ainda filiados ao PSB, PDT, PTB e PT, entre outros. <b>SDMRB83 – T39</b></i></p>	
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

O *Pior que o soneto* – SDMRB76 - dá título a uma das reportagens da *RB* (T28). Essa metáfora faz mais que *saber*, faz entender e *crer* que uma das emendas constitucionais (Emenda 3) ao projeto de lei que criava a Super Receita, unificando a Receita Federal com a Receita Previdenciária, poderia – se aprovado fosse - trazer problemas para a classe trabalhadora. Ao possibilitar esse contexto de verossimilhança, essa expressão instrui e credita – através de sentidos que atravessam a memória do *pior que o soneto* - o que está por detrás da “tal” Emenda 3. Ao longo da mesma reportagem, *RB* emprega mais duas metáforas – a da *reforma trabalhista branca* – SDMRB78 e da “*pegadinha*” - SDMRB80 - cujo funcionamento é seguir mostrando para o seu enunciário o que significa a hermética Emenda 3.

Tanto a brincadeira do “pega-ratão” – outro enunciado possível à “*pegadinha*” - quanto a cor da reforma trabalhista, que, por ser *branca* tem caráter oficial, estão sobre as páginas da *RB* por realçarem os sentidos da FP10. São elas que, numa disputa direta de poder simbólico, dizem porquê a classe política age de maneira sorradeira ao tratar questões dos trabalhadores. E, tudo leva a crer que, nesse embate, entre fala política e fala da imprensa sindical, a última tende a levar vantagem, muito em virtude da forma como as metáforas funcionam. Quer dizer: os efeitos de sentido que elas dividem com seus leitores estão a confirmar que os políticos são trapaceiros e, pela via do não-dito, a autenticar a credibilidade da *RB*, que, ao denunciá-los, *faz crer* no seu espírito de dolo contra os trabalhadores.

Vamos ao *mingau legislativo*<sup>134</sup> - SDMRB77: o *mingau* está para um alimento cremoso, servido na primeira infância, quando as crianças ainda não têm dentes para mastigar. A expressão metafórica produz, como efeito de cumplicidade, que àquilo que o Congresso Nacional estava dando ao povo brasileiro era, desta vez (e o *nem sempre* ratifica isso) algo leve, gostoso, fácil de engolir. São as *coisas da vida comum* (DALTOÉ, 2011) que voltam a invadir o *lugar de fala* da *RB* para *fazer crer* que as “coisas” da vida da política *nem sempre* parecem o que são. Política e políticos estes que são contestados, via FD3, e cujos feitos são ilustrados pelo funcionamento da metáfora.

O *conta-gotas* – SDMRB79, a *tacada certa do governo* - SDMRB81, o *contrabandeou* - SDMRB81 - e o *nova roupagem* - SDMRB82 são todas expressões que conservam o efeito de compartilhamento entre enunciador e leitor. Os sentidos dessas metáforas descambam para o discurso da morosidade, da astúcia política do *governo* e dos *legisladores*, (re)organiza o conhecimento que se têm da política dentro de uma Formação Discursiva que se coloca em situação de combate (FD3) com esses sujeitos.

Mas, confiamos nós, que a expressão máxima do modelo de funcionamento que estamos estudando, na FP10, seja o *lobo em pele de cordeiro* - SDMRB83. Ela é a síntese da sagacidade dos políticos ao tratar de leis que versam sobre os trabalhadores. O enunciador *RB* realiza algo que Prado (2013, p. 58) já nos ensinou e que contribui para o entendimento da metáfora. “O enunciador, para se fazer ouvir, trabalha o texto em sua força de apelo, de interpelação, de narrativa carregada de sentidos ligados ao cotidiano; para se fazer seguido, constrói enquadramentos a partir de sua força de sabedor, edifica mundos imaginários em que os usuários mergulham”. A fábula do *lobo em pele de cordeiro* é parte do nosso cotidiano desde a infância, quando nos contam histórias do lobo mau, que é bonzinho com a personagem Chapeuzinho Vermelho para comer a sua avó. Portanto, tudo isso ressoa na memória dessa metáfora, que nos *faz crer* que os políticos utilizam o discurso da moralidade para propagar a imoralidade.

---

<sup>134</sup> O *mingau legislativo* está na abertura da reportagem que trata da Emenda 3 (T28), mas não é a ela que se refere, e sim à Medida Provisória 350, que a matéria definiu da seguinte forma: “A versão final do projeto incluiu uma emenda que modifica o alerta nas embalagens de leite sobre os riscos de servi-lo a crianças com menos de 1 ano no lugar do aleitamento materno. A explicação dos que apoiaram a inclusão é que produtores de leite se sentiam ofendidos porque o antigo aviso tinha texto semelhante ao que se vê em garrafas de bebidas alcoólicas: ‘O Ministério da Saúde adverte’” (PIMENTEL, 2007, p. 18).

Quadro 18 – FP11 - Empresas e empresários desfavorecem trabalhadores

Família Parafrástica	Enunciado Metafórico	Funcionamento
<p><b>FP11 – Empresas e empresários desfavorecem trabalhadores</b></p>	<p>“Seria um <i>‘liberou geral’</i> para os empresários mal-intencionados”, resume a dirigente da CUT. <b>SDMRB84 – T28</b></p> <p>“Trabalho com meus filhos de sol a sol e não consigo pagar as contas”, queixa-se Valdir. “O lucro fica só com as empresas. Estamos <i>afundando</i> e os empresários só comprando mansões. Se o <i>Lula não der uma mão</i>, corro o risco de perder minha terrinha.” <b>SDMRB85 – T30</b></p> <p>O empresariado <i>nadou de braçadas</i> com a pujança da economia brasileira em 2008 e agora, em <i>águas turbulentas</i>, começa a se desfazer de seu ativo mais valioso: o trabalhador. <b>SDMRB86 – T34</b></p> <p>Dois meses depois, porém, o setor empresarial <i>disparou</i> contra a classe trabalhadora. E o <i>ataque</i> foi violento. <b>SDMRB87 – T34</b></p> <p>Empresas que se beneficiaram de recursos públicos, a maioria liberada pelo BNDES, não titubearam em iniciar a <i>onda de demissões</i>. <b>SDMRB88 – T34</b></p> <p>Quando a Selic sobe, os investidores correm para <i>mamar</i> na dívida. <b>SDMRB89 – T34</b></p> <p>Pena que parcela importante do empresariado resiste a essa tese e ainda faz de tudo para tirar do bolso de seus empregados a <i>gordura de seus dividendos</i>. <b>SDMRB90 – T36</b></p> <p>“É difícil <i>amolecer o coração do patrão</i>”, diz ele, lembrando que na pauta dos químicos apenas um item fundamental – a redução da jornada para 40 horas semanais, conquistada pelo setor farmacêutico da categoria no primeiro semestre – não foi estendido aos demais segmentos. <b>SDMRB91 – T36</b></p> <p>Munhoz admite que a empresa ainda pratica no país uma <i>terceirização “selvagem”</i>, mas considera que, em nível mundial, a organização dos trabalhadores do grupo tem se intensificado na última década, com o objetivo de forçar a empresa a respeitar a legislação dos diversos países para onde passou a expandir as</p>	<p><b>Reforço do sentido da FP e congelamento do discurso</b></p>

	<p style="text-align: center;">atividades <b>SDMRB92 – T38</b></p> <p>“As construtoras conseguem o dinheiro público para executar uma obra, mas é a terceirizada <i>quem toca</i> o projeto e contrata os trabalhadores, muitas vezes sem respeitar a convenção coletiva da categoria, sem efetuar o registro em carteira e sem oferecer condições mínimas de trabalho”, afirma. <b>SDMRB93 – T37</b></p> <p>Enfim, segundo os sindicalistas, os abusos trabalhistas e aos direitos humanos são componentes comuns no <i>cardápio</i> da multinacional. <b>SDMRB94 – T42</b></p> <p>É comum uma terceirizada passar anos sem recolher FGTS e INSS, por exemplo, fechar as portas e deixar empregados <i>a ver navios</i>. <b>SDMRB95 – T51</b></p>	
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

A expressão “*liberou geral*” - SDMRB84 - *faz crer* como os *empresários mal-intencionados* podem lesar trabalhadores. O efeito de sentido nela condensado é de total libertinagem, de poder fazer o que quiser, sem nenhum tipo de restrição, comedimento.

O *fazer saber* é apêndice desta e de muitas outras metáforas na *RB* porque, como ajuíza Charaudeau (2012, p. 92), ele “[...] deve buscar um grau zero de espetaculaziração da informação, para satisfazer o princípio de seriedade ao produzir efeitos de credibilidade”. Não é à toa que há enunciados, como o do *liberou geral*, em que as expressões estão entre aspas. Mesmo metaforizando, a revista quer manter este “princípio de seriedade” aceso com seus interlocutores. “O jornalista, atento para os ‘riscos’ da metáfora ser mal-compreendida e ciente das críticas que lhe poderiam ser feitas, deixa evidente a transposição de sentido pretendida” (SEIDE, 2011, p. 124).

*RB*, pelo *lugar de fala* que alicerça para si, um lugar em que as palavras do jornalismo sindical não têm o mesmo peso (CHARAUDEAU, 2012) das que vagueiam pelo ecossistema do jornalismo comercial<sup>135</sup>, precisa (e quer) legitimar-se a todo o momento. A metáfora, nesse espaço discursivo, representa um certo perigo à manutenção do efeito de credibilidade. É isso que faz com que ela apareça com parcimônia na *RB* e, quando aparece, é sancionada por sentidos que travam uma verdadeira relação de “companheirismo” com a FD3.

Esse é o curso das metáforas subsequentes ao “*liberou geral*”. Seus significantes retiram a economia do enciclopedismo repousando-a junto ao universo dos trabalhadores

<sup>135</sup> Segundo Vieira (2004, p. 07) “[...] os veículos comerciais gozam de maior credibilidade na cobertura dos assuntos cotidianos e são mais simpáticos aos leitores por tratarem com mais competência sobre as questões ligadas ao imaginário da população”.

(*nadou de braçadas e águas turbulentas* SDMRB86). Ou transmitem a dimensão da força sempre empregada contra a *classe trabalhadora* (*disparou, ataque* – SDMRB87 - e *amolecer o coração do patrão* - SDMRB91). Ou ainda orientaram como os *empregados* costumam ficar quando trabalham para *uma terceirizada* (*ver navios* – SDMRB95).

O que há nelas (em particular naquelas consolidadas como expressões populares – *ver navios, amolecer o coração*) é mais que a transmutação de palavras que têm caráter prático. Elas comunicam mais (e melhor) do que se *RB* tivesse reportado o fato “*ipsis litteris*”, pois os sentidos a que elas conduzem estão naturalizados no interdiscurso. O patrão é aquele que tem o coração duro, é rígido. As terceirizadas são aquelas empresas que costumam sonegar direitos, têm estrutura financeira mais frágil. Assim, a sua função é reproduzir, mas muito além disso, corporificar os sentidos “autorizados” pela FD (FD3), que *RB* enuncia.

De qualquer sorte, todas as expressões da FP11, estão a “[...] capturar a atenção, seduzir o destinatário da informação”. (GOMES, 1995, p. 77). E, seguindo na mesma linha de pensamento do autor, esse efeito de *cumplicidade* se materializa na ruptura das regularidades. *A gordura dos dividendos* - SDMRB90 - e *o cardápio da multinacional* - SDMRB94 - são dois momentos em que o menos provável (não o extraordinário, porque ambas expressões são ordinárias) se torna o mais interessante. Com isso, a informação que ali está contida termina por ser ainda mais desejada pela instância consumidora.

#### Quadro 19 – FP12 - Políticas neoliberais são prejudiciais aos trabalhadores

Família Parafrástica	Enunciado Metafórico	Funcionamento
<p><b>FP12 – Políticas neoliberais são prejudiciais aos trabalhadores</b></p>	<p>Na época, quem questionasse os mitos criados pela <i>cartilha dominante virava estátua de sal</i>. SDMRB96 – T25</p> <p>Milhões de postos de trabalho foram <i>queimados na fogueira do neoliberalismo</i>. SDMRB97 – T25</p> <p>“A CUT sobreviveu, passou pelo <i>furacão dos anos 90</i>, pela grande crise do mundo do trabalho, com essa estrutura”, lembra o pesquisador, para observar que o sindicalismo “foi dizimado no México, enfraquecido na Argentina e destruído no Chile”. SDMRB98 – T50</p>	<p><b>Reforço do sentido da FP e congelamento do discurso</b></p>

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

A história bíblica da *estátua de sal* – SDMRB96 - *faz saber* como eram vistos aqueles que ousavam questionar o programa neoliberal. Essa metáfora intervém junto à FP12 porque vai além do *faça saber*. Ela leva o interlocutor da revista a *crer* que quem ousasse questionar o neoliberalismo era taxado de retrógrado – *virava estátua de sal*.

“Vozes colaborativas”, vamos assim chamar, continuam a insinuarem-se nas demais metáforas da FP12 a fim de *faça crer* porque as “políticas neoliberais são prejudiciais aos trabalhadores”. Elas removem a aura metafísica das políticas que redundaram no desmonte do Estado ou no Estado mínimo, e comutam-se em signos coloquiais, em “coisas” tangíveis. O desemprego é materializado nas labaredas do neoliberalismo – SDMRB97; e a instabilidade econômica/financeira da década em que o neoliberalismo instalou-se no país em *furacão dos anos 90* – SDMRB98.

As expressões metafóricas da FP12 dão coesão aos sentidos da FD3. O neoliberalismo só é incrustado de palavras como *cartilha dominante* – SDMRB96 - e *furacão dos anos 90* – SDMRB98 - por devotar assistência ao discurso combativo da *RB*. Pêcheux (2009, p. 102, grifo do autor) identifica essa mudança de sentido – de neoliberalismo para *cartilha dominante* - como *efeito de sustentação*, que “[...] constitui uma espécie de *retorno de saber no pensamento*”. A produção ideológica do sujeito fica impressa nesses enunciados por eles reanimarem na memória dos leitores do veículo o quanto esse estado de *laissez-faire* foi desfavorável à classe trabalhadora, às suas organizações (e a sindical foi a que mais sofreu os impactos das políticas neoliberais).

#### Quadro 20 - FP13 - Discurso da mídia é contra a classe trabalhadora

Família Parafrástica	Enunciado Metafórico	Funcionamento
<p><b>FP13 – Discurso da mídia é contra a classe trabalhadora</b></p>	<p>Mas a grande quantidade de reportagens destacando aspectos teoricamente favoráveis da Emenda 3, especialmente na maior empresa de comunicação do país, levou parlamentares e sindicalistas desconfiados a apelidá-la de “<i>Emenda Globo</i>”. <b>SDMRB99 – T28</b></p> <p>Para Antônio Neto, os meios de comunicação tratam certos temas com <i>pesos diferentes</i>. <b>SDMRB100 – T39</b></p> <p>Os sindicalistas tiveram de <i>driblar</i> ainda o obstáculo da pouca visibilidade dada pela maior parte da imprensa ao ato de 6 de março, que reuniu algumas dezenas de milhares de pessoas. <b>SDMRB101 – T47</b></p>	<p><b>Reforço do sentido da FP e congelamento do discurso</b></p>

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

A metáfora “*Emenda Globo*” – SDMRB99, que comparece no texto entre aspas, (re)produzindo o efeito de afastamento do enunciador, assume quase um “ar professoral” da Emenda 3 (é a ela que se refere). Na transversalidade desta expressão, está toda a carga semântica dos “pecados” – o escândalo *Time-Life*, a edição do debate presidencial entre Collor e Lula – do maior grupo de comunicação do Brasil e um dos maiores do mundo. A “*Emenda Globo*”, pelos sentidos de fraudulência à *Globo* sedimentados no interdiscurso, recomenda, por conseguinte, como a nova legislação – Emenda 3 - deve ser lida.

Quanto ao *pesos diferentes* - SDMRB100, ela não tenta discriminar para a audiência de *RB* os centímetros ou os segundos a mais ou a menos que *os meios de comunicação* dão ao tratar de *certos temas*. *Pesos diferentes* adquire efeito de *fazer crer* que a mídia não é isenta, que ela se posiciona politicamente quando pauta assuntos que dizem respeito aos trabalhadores.

O *driblar* - SDMRB101 - também faz sentido dentro da FD3 (discurso do Sindicalismo Combativo). Se dribla sempre um adversário, que, na FP11, são os demais veículos de comunicação (*a pouca visibilidade dada pela maior parte da imprensa*).

Há um não-dito, concomitante, nessas três operações metafóricas, balizado pelo *lugar de fala* da *RB* e da FD3, de que ela, ao contrário dos *meios de comunicação* comerciais, que são “[...] deformadores da sociedade e levam o povo para as trevas da inconsciência” (VIERA, 2004, p. 07), é a esclarecedora e a esclarecida. *RB*, por representar a comunidade sindical no seu discurso, coloca-se em posição discursiva diferente das “outras” mídias, por urdir para si um *lugar de fala* que não é antes de tudo um negócio, um produto a venda, tal qual como é o de *Veja* (esse é o não-dito).

Na *RB*, as metáforas escoltam o discurso jornalístico como meios enunciativos que *fazem saber e crer* em uma outra condição sindical, que não aquela largamente propagada pelo discurso dominante, que rasga a tessitura discursiva de *Veja*, por exemplo.

Quadro 21 - FP14 - Negociar é a melhor saída

<b>Família Parafrástica</b>	<b>Enunciado Metafórico</b>	<b>Funcionamento</b>
<b>FP14 – Negociar é a melhor saída</b>	““ <i>Se esticar muito a corda, todos perdem</i> ”, comenta um dos integrantes da mesa. <b>SDMRB102 – T46</b>	<b>Reforço do sentido da FP e congelamento do discurso</b>

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

A expressão metafórica da FP14 copia as demais FPs ao nos *fazer crer* porque “negociar é a melhor saída”. Na reportagem da qual ela foi descolada e em parte das outras que conformam esse *corpus* de pesquisa existem uma série de argumentos que servem de arrimo à FP14 (comprovamos isso no exercício de análise precedente) e ao discurso de negociação da revista (FD4), mas a metáfora, pela familiaridade que entabula, é o átomo discursivo que, ao acondicionar este elo “análogo-dilucitativo-fruidor”, com mais efetividade comunica.

Ela traz o “[...] extravagante, o menos provável” (GOMES, 1995, p. 77) – daí seu poder de sedução e de pedagogia discursiva – para dizer do comportamento sindical. A propósito, é com auxílio dessas “estruturas teatrais”, insistindo em Gomes (1995), que esse aspecto do sindicalismo (de moderação, de “flexibilização” de um paradigma comportamental) passa – quase - despercebido. Só para lembrar, os discursos sob o anteparo da FD do Sindicalismo Negociador levam ao conformismo, à complacência.

A metáfora *se esticar muito a corda, todos perdem* - SDMRB102 - informa, mas, acima de tudo, contribui para a percepção da vida do mundo (VIZEU, 2009). Mundo este que, na *RB*, através das expressões metafóricas diz de um sindicalismo propositivo, “cidadão”, corporativista (FD4), em detrimento do embate com governos e patrões.

Quadro 22 - FP15 - Governo do PT pode ser aliado

<b>Família Parafrástica</b>	<b>Enunciado Metafórico</b>	<b>Funcionamento</b>
<b>FP15 – Governo do PT pode ser aliado</b>	“Bondade com o mínimo reduz alcance de pacote”, bradou o diário da família Marinho, citando como fonte “um técnico da equipe econômica”, referindo-se ao pacote de redução de impostos que está sendo	<b>Reforço do sentido da FP e congelamento do discurso</b>



	<b><i>gestado pelo governo.</i></b> <b>SDMRB103 – T26</b>	
	Mas ele mesmo já tem candidato. “ <i>Eu sou lulista</i> ”, diz Patah, que considera Lula o melhor presidente que o país já teve, “por tirar milhões de pessoas da miséria, pela inclusão no mercado de trabalho, pela valorização do salário mínimo e pelo crescimento econômico acima das expectativas”. <b>SDMRB104 – T39</b>	

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

De trás para frente: o neologismo *lulista* – SDMRB104 (dito pelo sindicalista Ricardo Patah) é uma pequena estranheza linguageira que se põe a serviço do interessante. A despeito da atipicidade na língua formal portuguesa, ele remete, de imediato, ao ex-presidente Lula e vem declarar a preferência político/partidária do líder sindical (Ricardo Patah). Essa metáfora reorganiza dois conhecimentos acerca do sindicalismo, quais sejam, de que sindicalistas, mesmo abrindo seu voto a Lula, não são pelegos (o próprio sindicalista justifica porque não é na sequência do enunciado) e, em simultaneidade, extrai de Lula a insígnia de “patrão”. A expressão *lulista*, no intuito de distrair, amenizar o discurso, é orquestrada pela FD4, do discurso do Sindicalismo Negociador, para *fazer crer* que a conciliação e o “heroísmo” (que tirou *milhões de pessoas da miséria, valorizou o mínimo...*) de Lula são as melhores saídas para os trabalhadores.

O *gestado pelo governo* reage de forma idêntica - SDMRB103. Quem gesta? É a mãe. Nada e ninguém mais cúmplice do que a mãe. É o “oferecimento do interessante” (GOMES, 1995, 87), do imprevisível, que vem proteger as fronteiras do discurso da *Revista do Brasil*. Essa expressão garante que ela, de maneira “suave” e até terna, acentue os sentidos da FD4.

Quadro 23 – FP16 - Não somos pelegos

<b>Família Parafrástica</b>	<b>Enunciado Metafórico</b>	<b>Funcionamento</b>
<b>FP16 – Não somos pelegos</b>	<p>“Cooptar é diferente de ter uma relação de respeito, <i>é dizer amém ao governo em troca de absolutamente nada</i>”, reage Wagner Gomes. <b>SDMRB105 – T39</b></p> <p>“Em todas as greves do governo Lula, a CUT estava à frente. Mas não ficamos em <i>cima do muro</i> e com medo de apoiar as medidas que são favoráveis aos trabalhadores.” <b>SDMRB106 – T45</b></p>	<b>Reforço do sentido da FP e congelamento do discurso</b>

	<p>E considera que, com Lula, a central chegou ao poder. “A CUT forneceu quadros para várias instâncias do governo. É uma estreiteza de compreensão política dizer que é <i>chapa-branca</i>. <b>SDMRB107 – T50</b></p>	
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

As metáforas da FP16 são “pequenas representações” (GOMES, 1995, p. 91) ofertadas ao leitor *RB* para *fazer crer* porque o sindicalismo não se “apelegou”. Elas interatuam nas bordas da FD5, do discurso do Sindicalismo Defensivo. Tal como precatu o autor, essas expressões não argumentam, elas enunciam – não uma profusão de teses -, mas a manutenção de uma memória que satisfaça o ideal de combatividade das centrais sindicais.

Desse modo, as metáforas *dizer amém* - SDMRB105, *em cima do muro* - SDMRB106 - e *chapa-branca* - SDMRB107 - são adotadas no discurso da *RB* como recursos de cumplicidade pelo apelo à dimensão representacional. Mas, sobretudo, porque trabalham com o fito de suprimir o caráter duvidoso das ações da CUT (é sobre ela que as figuras de linguagem estão a *fazer saber*), cuja proximidade com o poder tem sido motivo de inúmeras dúvidas.

A explicação para o verbo “cooptar” – SDMRB105, proferida por Wagner Gomes, abandona algaravias conceituais para ir ao encontro do lugar comum. O *dizer amém ao governo* está à cata do *faz crer* que as entidades sindicais não se venderam para o governo. A receita jornalística é encantar, mas este encantamento jamais poderá tumultuar a ordem de uma FD.

Quadro 24 - FP17 - Centrais sindicais estão divididas

<b>Família Parafrástica</b>	<b>Enunciado Metafórico</b>	<b>Funcionamento</b>
<b>FP17 – Centrais sindicais estão divididas</b>	<p>“Acho que a CUT não participa porque tem no <i>DNA o exclusivismo</i>”, crítica. <b>SDMRB108 – T44</b></p> <p>“<i>Precisamos falar a mesma língua</i>”, diz, lembrando que há diferenças dentro de um só segmento. <b>SDMRB109 – T49</b></p>	<b>Reforço do sentido da FP e congelamento do discurso</b>

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Na FP17, as expressões metafóricas aproximam algo que é conhecido do leitor – o *DNA* - SDMRB108 - e o *falar a mesma língua* - SDMRB109 - daquilo que é objeto do discurso, mas que ele desconhece. Isto é, se ele não sabe os motivos pelos quais o sindicalismo enfrenta problemas e, muitas vezes, não consegue fazer nada pelo trabalhador (e aqui emerge a *ideologia defensiva*, comentada anteriormente, da FD5), a resposta é respaldada pelas metáforas.

Elas garantem a quota mínima de informação – voltamos a assegurar – para *fazer saber*. São metatermos simples que querem *fazer crer* sobre situações complexas. Os pressupostos e subentendidos acerca do *falar a mesma língua* (ou do não falar) - para ficar neste último exemplo – resumem todos os problemas estruturais do divisionismo das centrais sindicais. E isso basta para *fazer crer* no discurso do Sindicalismo Defensivo (FD5) do movimento sindical. Basta, porque a *RB* é um dispositivo veridictório (GREGOLIN, 1995). Em todo o seu discurso há marcas que não deixam espaço para a refutação. Ela não é um mero *house organ* institucional. Ela exerce seu poder de dizer e *fazer crer* a partir da voz institucional do jornalismo.

O *não falar a mesma língua* não significa que as lideranças sindicais não falem todas o mesmo idioma. Ele completa o efeito de fragmentação de ideias, de novas (ou velhas) práticas vigentes no sindicalismo. Essa metáfora transmuta este conhecimento (o do *não falar a mesma língua*) para dentro de uma FD onde ele assume a feição de desculpa. O discurso jornalístico, mais uma vez, é disciplinado – para usar a nomenclatura de Orlandi (1995) – para *fazer saber* e *fazer crer* ao sabor das FDs que a *RB* enuncia.

### **5.5.1 A metáfora como figura de linguagem e seus modelos de *anunciabilidade* na *Revista do Brasil* – Tipo 2: simplificar para interditar**

Na *Revista do Brasil*, a metáfora também tem duas incumbências – tal como vimos em *Veja*. A primeira, analisada acima, é restaurar os sentidos das FPs, provocando o confinamento do discurso da publicação às FD3, FD4 e FD5. A segunda é, uma vez mais, assistir a um processo de simplificação da informação, no intuito de “encurtar a distância” entre o acontecimento e o leitor.

Todas as expressões metafóricas remanescentes – que não “couberam” nas FPs e FDs – também estão alinhadas a algum modelo de *anunciabilidade*. Há, como na revista da Abril, inúmeras possibilidades de agruparmos essas metáforas (as que não são condizentes ao tipo 1

de funcionamento) em diferentes modelos de *anunciabilidade*. Nós priorizamos os que eram mais frequentes. A diferença deste segundo tipo de conduta discursiva, em relação à revista *Veja*, é que, se lá essas metáforas não tinham um comprometimento direto com o tema sindicalismo (tipo 2), na *RB*, com algumas delas<sup>136</sup>, acontece o contrário. Elas estão a, diretamente, dele dizer.

Enquanto em *Veja* – recapitulemos – as metáforas decorrentes do tipo 2 de funcionamento versam sobre conteúdos transversos ao sindical (política, economia...), as expressões do quadro abaixo, extraídas da *Revista do Brasil*, são contundentes, vão direto ao “ponto”. As demais, todavia, dos Quadros 26 e 27 tornam a falar indiretamente de sindicalismo.

Assim, para que a audiência da *RB* compreenda que sindical é este que ela está a enunciar, as interfaces – que reproduzem o esquema dos modelos de *anunciabilidade* – são compostas por terminologias fisiológicas, topográficas e patológicas.

Retratemos – dentro dos mesmos princípios metodológicos do primeiro tipo de funcionamento - alguns exemplos:

Quadro 25 – Modelo de *anunciabilidade* com base em terminologias fisiológicas

Modelo	Enunciado Metafórico	Funcionamento
<i>Anunciabilidade com base em terminologias fisiológicas</i>	<p>“Três quartos da população não conhecem a vida de Lula. Todo o seu carisma foi construído em cima da superação de perdas e de desafios. É isso que o filme mostra. E que, ao mergulhar no movimento sindical, ele esteve à frente do principal momento da história recente. <i>O sindicalismo foi o coração do que fez o Brasil mudar</i>”, ressalta o cineasta Fábio Barreto.  <b>SDMRB110 – T35</b></p> <p><i>A mão da massa</i> <b>SDMRB111 – T36</b></p> <p>“<i>Democracia é o oxigênio do movimento social</i>”, diz Gomes, que é da direção nacional do PC do B.  <b>SDMRB112 – T39</b></p> <p>E o questionamento sobre indicadores de custo de vida começaria <i>a dar corpo</i> a um instituto de pesquisas dos próprios trabalhadores, que surgiria</p>	<b>Simplificação e retenção do sentido</b>

<sup>136</sup> Apenas as expostas no Quadro 25.

	dois anos depois. <b>SDMRB113 – T48</b>	
	“De certa forma, é uma ruptura da estrutura sindical e suas limitações. <i>O movimento sindical dá um salto de qualidade organizativo</i> ”, observa. <b>SDMRB114 – T48</b>	

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

A expressão que promove a associação do *sindicalismo ao coração* - SDMRB110, dita por Fábio Barreto e retratada pela *RB*, contextualiza a dimensão da força que as organizações sindicais tiveram para fazer *o Brasil mudar*. O *coração* é um dos órgãos mais importantes do corpo humano. Se ele para, morremos. Ora, se não fosse por obra dos sindicatos, a Ditadura Militar não teria caído (é ao momento de abertura política que a fonte se refere).

Já a metáfora *A mão da massa* - SDMRB111, que abre uma das reportagens da *Revista do Brasil* (T36), tem como uma de suas propriedades semânticas desonerar o leitor de um raciocínio mais demorado. Instantaneamente, *faz saber* – por remeter ao dito popular *mão na massa* (não menos metafórico) – que é tomar a iniciativa em algum trabalho/tarefa, dedicar-se em prol dele. Porém, ao trocar uma única letra – o “n” do *na*, pelo “d” do *da*, o enunciado escorrega – para abeirarmos o termo pecheutiano – e concede à *massa* posição de protagonismo. Ela passa a adquirir o direito de julgar quanto, ou e se vai demandar esforço para algo. Trata-se do chamado *efeito metafórico* (PÊCHEUX, 1997), que faz essa metáfora (seus sentidos) migrar de uma FD que poderíamos dizer ser típica dos discursos capitalistas, que medem produtividade, para outro terreno discursivo, emancipacionista da classe trabalhadora.

Aquela força que estivera alienada – verbete típico da teoria marxista – é reunificada e reintegrada da posse social e individual de produzir e se reproduzir. A figura *mão da massa* desliza a condição emancipatória de um ideal prefixado para uma situação “real”, que depende da auto-organização do trabalho, como atividade livre e essencial ao processo de individuação do sujeito.

“*Democracia é o oxigênio do movimento sindical*” - SDMRB112 - é uma expressão metafórica que, para além de igualar o movimento sindical à máquina humana (que precisa de oxigênio para sobreviver), coligi sentidos libertadores, que redundam em independência, no rompimento de uma situação de opressão. Ao incitar a comparação *democracia = oxigênio do movimento sindical*, o enunciador *RB*, licenciado pelo “dono” da fala – *Gomes, da direção nacional do PC do B* – socorre-se de toda a memória discursiva cristalizada para este sistema de governo para transplanta-la ao movimento sindical, que passa a significar como

organização em que os trabalhadores exercem plena soberania. Eles têm autonomia em relação a patrões e/ou governos.

Vemos que não é por acaso que a *RB* ancora algumas de suas metáforas (singularmente, àquelas que estão falar de sindicalismo de uma forma direta) - em modelos *anunciabilidade* com base em terminologias fisiológicas. Tornar o sindical – e a classe trabalhadora – “humana”, dependente de *oxigênio*, dona de *mão* e de *coração*, é reservar a ele um contra-imaginário, que para os grandes veículos (como *Veja*) é, muitas vezes, de coisificação e/ou de animalização.

O sindical pode até ser decodificado para o leitor de *RB* e efetuado por modelos de *anunciabilidade* divergentes dos de *Veja*, mas o efeito didático que a revista está a instituir, sob o ponto de vista discursivo, volta sempre para a mesma instância do discurso – como faz a revista da Abril. O contra-discurso, instaurado pelos sentidos das metáforas, garante um aparente clima de espontaneidade ao jornalismo. Aparente, porque o discurso jornalístico da *RB*, graças aos sentidos construídos pelas expressões ajustadas ao modelo de *anunciabilidade* aqui em debate, não permite outra interpretação para o sindicalismo que não a de dono de potencial físico-humano, sujeito de si. Quanto às possíveis “enfermidades que afetam o corpo humano” e que poderiam ser traduzidas metaforicamente pela *RB* para tratar dos revezes que já abalaram (e ainda abalam) o movimento sindical, esses, são preteridos.

Damos prosseguimento em nossa análise, avaliando as metáforas que acarretam numa moldura topográfica. Há que se atentar, antes, que todas as expressões metafóricas englobadas por este modelo de *anunciabilidade* tratam de questões econômicas, logo, todos os enunciados a seguir apresentam metáforas “excedentes”. São – repetimos – aquelas que não desempenharam o funcionamento de restauração das FPs e FDs (tipo 1).

Quadro 26 – Modelo de *anunciabilidade* com base em terminologias topográficas

Modelo	Enunciado Metafórico	Funcionamento
<p><i>Anunciabilidade com base em terminologias topográficas</i></p>	<p><i>O governo vai ter transpor as barreiras burocráticas e colocar o dinheiro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na rua. É hora de investir.”</i>  <b>SDMRB115 – T34</b></p> <p>No <i>terreno infértil</i> da economia, muito brasileiro viu seus planos irem água abaixo, como os demitidos da Vale. <b>SDMRB116 – T34</b></p>	<p><b>Simplificação e retenção do sentido</b></p>

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Não é mera coincidência que questões relativas à economia estejam interligadas às metáforas. O *lugar de fala* de *RB* requisita uma responsabilidade jornalística ainda maior de “tradução do economês”. Não estamos falando apenas de uma operação linguística (não menos relevante quando fatos naturalmente tão abstrusos, tais quais os econômicos que estão em voga), mas discursiva. Se o jornalismo econômico é considerado porta-voz do capital financeiro (ROCHA *et al.*, 2014), é presumível que a *Revista do Brasil*, pelo seu perfil sindical de esquerda, vá fazer a disputa destes sentidos.

E o faz. Os enunciados metafóricos destacados dos textos que compõe o nosso *corpus* (mesmo aqueles filiados à FD4 e FD5) abdicam desse discurso demarcado por um FD do mercado<sup>137</sup> e derrapam para uma outra zona discursiva. Se essa FD do mercado posiciona-o como representante máximo do capitalismo e único caminho para a felicidade e liberdade do homem (AMARAL, 2009, p. 01), o discurso que trespassa as metáforas do Quadro 26 duvida dessa onipotência, vindo a calhar com as condições de produção dadas pela *RB*.

Em resumo, como figuras, elas simplificam a sempre difícil equação do discurso econômico, fazendo melhor saber pelas associações incomuns que ativam - seguimos nesta premissa salvaguardados pelos argumentos de Gomes (1995) – e, se valem dessa condição,

<sup>137</sup> Amaral (2009, p.01) define Formação Discursiva do Mercado como: “[...] um lugar de encontro entre elementos de saber já sedimentados, que são convocados para ser confirmados ou negados através das práticas discursivas destinadas a organizar as relações de trabalho. Os elementos de saber constitutivos dessa Formação Discursiva estão ancorados em fundamentos da formação ideológica capitalista que, grosso modo, consideram existir apenas o caminho do mercado para a felicidade e a liberdade do homem. A essa Formação Discursiva associam-se as práticas discursivas das relações de trabalho, que funcionam como operadoras de um sistema de dispersão capaz de orientar os sujeitos em suas ações laborativas, cumprindo uma função ideo-política no processo de organização da sociedade de classes, estabelecendo regras enunciativas e regulando lugares discursivos nesta formação social capitalista”.

para gerar sentidos. Sentidos que, neste modelo de *anunciabilidade*, servem para construir o enquadramento da fragilidade e debilidade da economia brasileira.

Desse modo, quando uma fonte sugere que é preciso *colocar o dinheiro do PAC na rua* – SDMRB115, e a revista acata esta sugestão, ambas estão a sustentar que é necessário fazer esses valores girarem, transitarem pelo bolso da população, dos trabalhadores. Só que é indispensável que esse dito seja interpretado dentro de uma totalidade discursiva, em que o silêncio – o não-dito – se instala e aí passa a conferir sentido a uma economia estagnada, emperrada pelo burocratismo do Estado.

A outra metáfora localiza - *terreno infértil* - SDMRB116 - a *economia* dentro de sentidos desencadeadores de um efeito de instabilidade. A ela são endereçados sentidos que expressam improdutividade, fraqueza, precariedade.

Ao assentar tais metáforas no modelo de *anunciabilidade* baseado em terminologias topográficas, *RB* acaba por justificar a constante instabilidade econômica brasileira e gera um estado permanente de insegurança. Existe uma espacialidade concreta para a economia (*rua, terreno*), mas que não faz sentido para o sindicalismo, em particular, o defendido pela *RB*, que está filiado, em sua maioria, à FD3.

Assim, os sentidos dessas metáforas não progredem, já que o retorno é feito sempre à mesma faixa do interdiscurso. Ocorre, portanto, como vimos pleiteando, a retenção do discurso jornalístico.

Quadro 27 – Modelo de *anunciabilidade* com base em terminologias patológicas

Modelo	Enunciado Metafórico	Funcionamento
<p><i>Anunciabilidade com base em terminologias patológicas</i></p>	<p><i>A overdose</i> de juros sufoca a economia e o empresariado ignora tudo o que apregoa a respeito de responsabilidade social. A defesa dos empregos e do crescimento passa pela pressão da sociedade</p> <p><b>SDMRB117 – T34</b></p> <p>A redução da taxa básica de juros, enfaticamente reivindicada por todos os setores da sociedade, está atrasada demais para <i>cicatrizar a ferida</i> aberta pelo descontrole dos mercados globais. <b>SDMRB118 – T34</b></p>	<p><b>Simplificação e retenção do sentido</b></p>

Fonte: Quadro elaborado pela autora.



Essas últimas metáforas, novamente, noticiam questões econômicas. Há, como se pode perceber, uma inquietação muito grande por parte da *RB* em fazer com que elas sejam compreendidas. Sua conversão em expressões metafóricas manifesta este desejo.

O modelo de *anunciabilidade* eleito agora é o baseado em terminologias patológicas. Todos os operadores situam a *economia* (também denominada *mercados globais*) em algum distúrbio/moléstia: *overdose* - SDMRB117, *ferida aberta* - SDMRB118.

A *RB* fala da *economia* a partir de um aspecto novo, que é da ordem do acontecimento, mas volta a recuperar no “arquivo” discursivo o *status* delicado e oscilante da economia nacional. O jornalismo, ainda que faça a vez a outro *lugar de fala* – agora, objetivamente comprometido com o sindical – despolitiza a economia<sup>138</sup>, colocando-a como um ente à parte. Nem organizações sindicais, nem trabalhadores, nem empresários e, menos ainda, instituições governamentais tem a ver com a “saúde” econômica do Brasil.

A retenção de sentido das metáforas, motivada pelos modelos de *anunciabilidade* – caso evidente do que tem por base terminologias patológicas – ratificam a sua contribuição para que o discurso jornalístico se apresente autoritário. Os saberes são limitados a um dizer que é facilmente demonstrado, por meio de metáforas. Mas este dizer é parafrástico.

O discurso jornalístico, então, refreado pelo modelo de *anunciabilidade* que está a pautar o seu dizer – aqui o patológico – adquire, cada vez mais, traços autoritários. *RB só faz saber* – as últimas expressões metafóricas indicam isso – de uma economia moribunda, mas sem que o seu leitor consiga estabelecer as causas dessa “doença” ou saiba (se observamos ainda o Quadro 26 - que alude ao modelo de *anunciabilidade* baseado em terminologias topográficas) onde está o “epicentro” dos problemas que lhe acometem.

## 5.6 AS METÁFORAS COMO FIGURAS DE LINGUAGEM EM *VEJA* E *REVISTA DO BRASIL*: O DISCURSO JORNALÍSTICO EM CONDIÇÃO AUTORITÁRIA

**“[...] a lei do espetáculo é a mais  
totalitária do mundo livre”**

**Pierre Nora, 1985, p. 184**

A discussão em torno do funcionamento da metáfora no discurso jornalístico, orientado em nossa pesquisa pelas revistas *Veja* e *Revista do Brasil*, chega na sua fase

<sup>138</sup> Como já faz, aliás, no modelo de *anunciabilidade* anterior.

derradeira. Para chegarmos até aqui, percorremos um longo trajeto que, preliminarmente, analisou os sentidos produzidos pelas duas publicações acerca de temas sindicais, para, na sequência, partir para um olhar dedicado, unicamente, às metáforas.

Vale repetir que foi por obra deste primeiro movimento analítico – que observou os sentidos nas reportagens, na sua amplitude – que conseguimos compreender o funcionamento das expressões metafóricas nos dois cenários jornalísticos. Se as isolássemos, apreenderíamos que, como todo signo discursivo, elas também exprimem a natureza política e histórica da linguagem. Entretanto, não alcançaríamos uma resposta para a dúvida central do nosso estudo: como isso repercute no jornalismo? A ação, portanto, de explorar cada uma das paisagens dos dois territórios discursivos, é calculada e interdependente.

Dessa submersão, saem as respostas que ainda devemos nesse trabalho e que, levadas a cabo, o sustentam como tese: como a metáfora opera ao tratar temas sindicais – mais num trânsito parafrástico ou polissêmico?; e, será que esse movimento favorece a condição autoritária do discurso jornalístico ou instaura a polêmica? Antes, resumimos – no quadro que segue - o funcionamento da metáfora, com base no que atestamos até aqui.

Quadro 28 – Resumo dos tipos de funcionamento da metáfora

	<b>FUNCIONAMENTO TIPO 1</b>	<b>FUNCIONAMENTO TIPO 2</b>
<i>Veja</i>	<b>Reforçar para congelar</b>	<b>Simplificar para reter a partir dos seguintes modelos de <i>anunciabilidade</i></b>
	FD1 – Discurso desqualificador	Modelo de <i>anunciabilidade</i> com base em terminologias religiosas  Modelo de <i>anunciabilidade</i> com base em terminologias agressivas  Modelo de <i>anunciabilidade</i> com base em terminologias da área da saúde
<i>Revista do Brasil</i>	FD3 – Discurso do Sindicalismo Combativo FD4 – Discurso do Sindicalismo Negociador FD5 – Discurso do Sindicalismo Defensivo	Modelo de <i>anunciabilidade</i> com base em terminologias fisiológicas  Modelo de <i>anunciabilidade</i> com base em terminologias topográficas  Modelo de <i>anunciabilidade</i> com base em terminologias patológicas

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Como há uma padronagem de funcionamento da metáfora nas duas revistas – o que mudam são as Formações Discursivas a que elas se filiam e os modelos de *anunciabilidade* – podemos afirmar que **quase todas** as expressões replicam, infindavelmente, movimentos parafrásticos. Dentro de seus respectivos universos jornalísticos - aqui tidos como *lugares de fala* – elas procedem na estabilização dos sentidos.

Em *Veja*, as metáforas que dizem de temas sindicais produziram um discurso repetível e parafrástico, pois os sentidos se constituíram a partir de uma única base referencial: da FD1 – Discurso Desqualificador. Não localizamos metáforas que dessem sustentação nem às duas últimas FPs – FP7 e FP8, logo, nem à FD2. Ocorre que o mesmo sentido passeia por diferentes formas – diferentes metáforas – a fim de garantir uma constância semântica negativa para o sindicalismo, para os sindicalistas e suas ações.

Uma gama de sentidos podem se condensar no gesto de noticiar questões sindicais, mas *Veja*, cujo *lugar de fala* é o de falante autorizado a falar (RODRIGUES, 1995) das coisas do mundo sindical, reforça uma interpretação inequívoca de sindicatos/sindicalistas. O modelo sindical é ultrapassado (FP1) – *encarquilhado*; o sindicalismo está desvirtuado (FP2) – *central única de interesses*; as greves, protestos e ações sindicais são ilegítimas (FP3) – *“Greve é guerra, não férias”*; os sindicalistas e seus pares são da pior espécie (FP4) – *gangue sindical*; e a violência e agressividade imperam no sindicalismo (FP5) – *assalto ao caixa da empresa*. A contradição, própria do acontecimento sindical, só não é por um triz (FD2) amordaçada na revista da Abril.

As cadeias parafrásticas e os modelos de *anunciabilidade* (tutelados por terminologias religiosas, agressivas e da área da saúde), revitalizados pelas metáforas, projetam a cristalização de um sentido único para o sindicalismo e para o que está no entorno dele. Almeida (1999, p. 10) disponibiliza-nos uma possibilidade interpretativa:

O discurso parafrástico seria então aquele que, mesmo proferido por vários locutores e através de múltiplos textos, reafirmaria um sentido pois, usando uma definição de Maingueneau [sic] "há um sistema de regras que define a especificidade da enunciação: há uma dispersão de textos, mas o seu modo de inscrição histórica permite defini-la como um espaço de regularidades enunciativas".

A polissemia do sindicalismo brasileiro é contida no veículo não só pela previsibilidade dos signos que compõe a reportagem como um todo – como vimos na análise geral dos sentidos (texto) –, mas, de modo crucial, pela imprevisibilidade e liberdade das aproximações que as metáforas estão dispostas a tecer. Um fortuito que, em *Veja*, reside apenas na forma em detrimento do sentido.

Com isso, o sindical – nas suas finas páginas de *couchê* – vai ganhando propriedades humanas (*triste face*), animais (*dóceis com o governo*), entre tantas outras, numa costura com as metáforas que impõe uma pseudo transitoriedade ao discurso. Pseudo, porque os sentidos das expressões metafóricas seguem a reforçar a desqualificação do mundo sindical, tal qual ela brotasse – como reconheceram Tfouni e Romão (2004, p. 262)<sup>139</sup> – “[...] sem reação, sem causas e sem motivos econômicos. O processo de naturalização de sentidos promovido pela ideologia dominante surge aqui com toda a sua força excludente e silenciadora”.

<sup>139</sup> As autoras se reportam ao MST. Contudo, nosso estudo prova que *Veja* adota a mesma lógica para o movimento sindical.

Na *Revista do Brasil*, o funcionamento das metáforas é o mesmo de *Veja*: os sentidos, **em sua maioria**, gravitam em torno de redes parafrásticas. Há, todavia, algumas objeções em relação ao primeiro veículo.

Uma delas é que **quase todo** o discurso da *RB* – corroborado pelas expressões metafóricas – pode ser tipificado como um contra-discurso. O *lugar de fala* da revista sindical é o do próprio sindical, por isso, mesmo que ela comungue de algumas condições jornalísticas comuns a *Veja* (referimo-nos ao fato de ambas produzirem jornalismo – uma de revista e a outra sindical), é dela a prerrogativa de promover uma contraposição discursiva.

Duas Formações Discursivas (FD3 – Discurso do Sindicalismo Combativo – e FD4 – Discurso do Sindicalismo Negociador), das três observadas no exame geral dos sentidos, fomentam uma leitura parafrástica do meio sindical. Adulteram-se as formas (expressões metafóricas), mas os sentidos permanecem a honrar um “[...] mesmo espaço dizível: produz[em] a variedade do mesmo” (ORLANDI, 2012a, p. 37). Os modelos de *anunciabilidade* – sistematizados a partir de terminologias fisiológicas, topográficas e patológicas -, igualmente, contribuem para que haja uma movimentação parafrástica dos sentidos, sobretudo, quando o assunto é sindicalismo, propriamente dito, e economia (conteúdo que tangencia a pauta sindical).

No discurso da *RB*, as metáforas teatralizam a reedição de um saber discursivo, qual seja, de que a prática sindical é de resistência (FP8) – *dura queda de braço*; de que greves, protestos e manifestações são legítimos e valorosos (FP9) – *exala dignidade*; de que a classe política age de maneira sorrateira ao tratar questões dos trabalhadores (FP10) – *reforma trabalhista branca*; de que as empresas e empresários desfavorecem trabalhadores (FP11) – *“É difícil amolecer o coração do patrão”*; de que políticas neoliberais são prejudiciais aos trabalhadores (FP12) – *postos de trabalho foram queimados na fogueira do neoliberalismo*; de que o discurso da mídia é contra a classe trabalhadora (FP13) – *Emenda Globo*; de que negociar é a melhor saída (FP14) – *“Se esticar muito a corda, todos perdem”*; e de que o governo do PT pode ser aliado (FP15) – *gestado pelo governo*.

Até aí, o discurso da *RB* – ancorado pelas metáforas - está em pleno domínio parafrástico. O sentido resvala entre uma e outra formulação, mas sem desvincular-se de suas Formações Discursivas (FD3 e FD4). Dizendo diferentemente: estas formulações representam um conjunto de reformulações de um enunciado anterior – de um modelo sindical com perfil anticapitalista – que, por sua vez, desdobra-se em paráfrases.

Há, no entanto (e essa é talvez a maior distinção do funcionamento das metáforas quanto a *Veja*) um instante em que o sentido, na *RB*, mais uma vez acompanhado de algumas

expressões metafóricas, provoca o deslizamento de uma discursividade cristalizada. Quando a *RB* – e suas metáforas – passam a acudir a Formação Discursiva do Discurso Sindical Defensivo (FD5), algo “inusitado” acontece. Dá-se – através das FP16 e FP17, uma ruptura do funcionamento “ordinário” do discurso do veículo sindical.

Não faz parte do horizonte do dizer da *RB*, cujo *lugar de fala* está impregnado da memória combativa do Novo Sindicalismo, liderado pela CUT, tentar escusar-se ou admitir as mazelas do sindicalismo contemporâneo. Os sentidos das metáforas (é para elas que estamos destinando nossa atenção, aqui, particularmente) transgridem um domínio de “coisas” fixas. Eles produzem um discurso interdito e polissêmico.

São proibidos, porque desarrumam o imaginário social de uma postura sindical ideal, incitada, no Brasil, sobremaneira, com a formação da CUT, nos idos dos anos de 1980. Para Foucault (1996, p. 09)

[...] sabe-se bem que não se tem direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar.

A polissemia, conseqüentemente, na *RB*, se materializou nos sentidos condensados nas FP16 e FP17 – refugiadas na FD5, pois elas evitaram enfrentar o discurso dominante, reunido em *Veja*, com vantagem, na FD1. Elas abstiveram-se diante desse código discursivo. Com o consentimento do jogo metafórico, expressaram um conflito entre o garantido, o institucionalizado, o legitimado – o sindical combativo e negociador – e aquilo que se quer garantir, se legitimar, se institucionalizar: um subterfúgio para amenizar as incertezas que se multiplicam no âmago do sindicalismo.

As metáforas agrupadas pela FD5 são a *falha*, de que fala Pêcheux (2009), no ritual discursivo da *Revista do Brasil*. Elas dismantlam “[...] a regularidade do sistema naquilo que é dado como o seu centro, no nó da consistência/completude” (GADET, PÊCHEUX, 2004, p. 149). Elas redundam numa mexida nas fileiras dos sentidos “bem acomodados” (DALTOÉ, 2012) da “língua” que a *RB* deve e pode falar. Consistem numa ameaça, numa subversão, já que violam o seu *lugar de fala* licenciado como o de espelho sindical (cutista).

O discurso jornalístico, mediante tal exposição, não tem – seja em *Veja*, seja na *Revista do Brasil* (exceto por um único momento) - na metáfora uma aliada, no sentido de

instituir a polêmica. Em ambos os *lugares de fala*, ele é aprisionado – em sua maioria – pelas expressões metafóricas.

Prevíamos, inicialmente, que elas não fossem somente algarismos de leveza ou genuínas fórmulas com qualidade estética apurada. De fato, não são. Entretanto – e para nossa surpresa – é nestas condições, de beleza plástica, que o encarceramento do discurso jornalístico é ainda maior.

A objetividade, a imparcialidade – qualidades sustentadas pelo jornalismo em geral e pelas duas revistas analisadas – coloca em situação de contraste a lógica pedagógica desse discurso – que é de um *falar sobre* (MARIANI, 1998) – e a lógica “lúdica”. É esse “mito” que o funcionamento da metáfora nas revistas *Veja* e *Revista do Brasil* – sobre temas sindicais – vem desfazer. A vontade de chamar a atenção do destinatário é da essência das expressões metafóricas. Os sentidos a que elas conduzem nas duas atmosferas jornalísticas devem provocar descrédito para com o movimento sindical (FD1), ou confiança (FD3), ou uma certa paciência (FD4) e dúvida (FD5). A fruição é projetada com vistas a dilatar estes efeitos junto aos leitores. O que era para ser só entretenimento ou estilo é onde o sentido mais age na reclusa do discurso jornalístico, confirmando a sua condição autoritária.

A diferença no impacto metafórico de uma revista para outra é a seguinte: em *Veja* o funcionamento das metáforas é exclusivamente autoritário<sup>140</sup>. Na *Revista do Brasil*, o autoritarismo predomina, já que em um momento há polissemia e, além do mais, há mais Formações Discursivas em atividade (do que na publicação da Abril), o que denota que há diferentes posições em funcionamento.

As duas publicações defendem uma “verdade absoluta” para o sindicalismo – e as metáforas assistem essa produção. Há uma completa restrição dialógica entre locutor e interlocutor. As expressões metafóricas fazem vez a uma forma amigável, aproximativa (por isso, despertam tamanha curiosidade) – e isso é ainda mais proeminente no funcionamento tipo 2, quando as metáforas são reguladas por modelos de *anunciabilidade* – mas são, na realidade, nessas formas “camufladas” que os sentidos exercem todo o seu poder de dominação.

Sob a carapuça da coloquialidade a que elas convidam, abrigam-se afirmações categóricas, que, disponibilizadas para a audiência por meio de um código comum, tendem a ampliar seus efeitos de identificação entre enunciador/enunciário. Na apreciação de Orlandi (1996, p. 30), o discurso pedagógico – agregarmos nós o autoritário – não se resume a

---

<sup>140</sup> É exclusivamente autoritário porque – voltamos a lembrar – não foram encontradas metáforas que dessem sustentação à FD2.

discussão maniqueísta “verdadeiro x falso”. [...] a apresentação das razões em torno do referente se reduz ao é-porque-é. O que se explica é a razão do é-porque-é e não a razão do objeto de estudo”.

Em *Veja*, as metáforas executam um *consumo distraído* (GOMES, 1995, p. 78, grifo do auto), aprazível da informação, que é, ao mesmo tempo, inquestionável do quem vem a ser o sindicalismo contemporâneo. No discurso da revista, ele é o retrato do atraso, de sindicalistas que “[...] são os verdadeiros minotauros devoradores da civilização democrática e neoliberal” (TFOUNI; ROMÃO, 2004, p. 261)<sup>141</sup>. Desse *lugar de fala*, *Veja* faz o enunciatário ver e saber do mundo sindical por esta janela, enquanto uma espécie de “*não-Veja*” segue a funcionar, silenciando para os seus milhões de leitores tantas situações em que as organizações sindicais e seus representados ocupam outros papéis.

A justificativa de que os fatos falam por si plasma todas as demais vozes presentes nas reportagens. Há uma ilusão de reversibilidade (ORLANDI, 2012a), pois quem fala – inclusive através de signos que hipoteticamente ofertariam maior interação, tais quais as metáforas – é sempre a voz do acontecimento, mesmo que seja por meio de seus representados (o jornalista, as fontes). Não há, nesse sentido, interação real. Esse desnivelamento entre aquele que pode dizer dos fatos (o discurso jornalístico) e aquele que está ávido por deles saber (o enunciatário) intensifica a marca autoritária do jornalismo. O leitor de *Veja* ou crê nas informações prestadas pelo interlocutor licenciado a falar dos fatos em troca de ser um “homem bem informado” (essa condição é inerente ao seu *ethos* discursivo) e não seguidor do “desqualificado” mundo sindical, ou viverá nas trevas da ignorância.

Na *Revista do Brasil*, ainda que os sentidos das metáforas subvertam a lógica sindical noticiada por *Veja*, eles não subvertem a lógica do funcionamento do discurso jornalístico autoritário. É possível afirmar que elas desmistifiquem uma das pechas que, na acepção de Vieira (2000), incapacita a comunicação sindical: o hermetismo presente na produção dos seus conteúdos, mas, na *RB*, elas tão somente colaboram para o rebatimento de uma “verdade”, tentando sobrepô-la com outra “verdade”, que também tende à monossemia. Os sentidos das expressões metafóricas param e, ao invés de renovarem o discurso, abrirem lacunas para a polêmica, eles reiteram a condição de “textos cegos”<sup>142</sup>, para usarmos um

<sup>141</sup>As autoras usaram tais termos para definir os membros do MST, mas as nossas análises – produzidas no Capítulo 5 – comprovam que *Veja* produz os mesmos sentidos para as lideranças sindicais e/ou envolvidos com a causa.

<sup>142</sup>Para Resende (2009, p. 37) existe uma oposição entre textos “cegos” e “ruidosos” no jornalismo. “Os primeiros são aqueles que, por se limitarem às ordens do legitimado discurso jornalístico, não se disponibilizam ao olhar do Outro. Os textos ruidosos são aqueles que, ao fazerem uso de estratégias narrativas complexas – presença explícita do narrador, por exemplo – se lançam às possibilidades de um diálogo”.



termo de Resende (2009), já que elas se negam a rivalizar com a ordem estatuída. A sua forma parece ruidosa (RESENDE, 2009), mas a *metáfora* pecheutiana volta a reafirmar que isso é só efeito. O coelho, como ilustramos a algumas páginas atrás, já estava dentro da cartola, perpetuando uma ideologia.

Quando ainda há um sinal de polissemia, os sentidos correm em fuga (ORLANDI, 2012c) para uma FD – a FD5 – que, *a priori*, estaria mais perto do discurso de *Veja*. Ao tentar encontrar razões para os problemas que molestam o movimento sindical brasileiro – essa é a medula discursiva da FD5 – admite-se que eles existem e que, em última instância, podem desqualificá-lo (FD1). Esse traço não nos permite dizer que aí se tenha desestabilizado a propensão autoritária do discurso jornalístico.

As metáforas são ventríloquos do *lugar de fala* das revistas *Veja* e da *Revista do Brasil*. Elas projetam a sua voz no discurso jornalístico de maneira que o “som” pareça vir de outra fonte. Os fatos, com elas, ganham uma carga corporal concreta, mas, avesso ao que pensávamos, que isso poderia torná-los disponíveis para toda espécie de novo sentido, de novo investimento simbólico, é ali que acontece o controle do deslocamento de significantes. O discurso jornalístico é reconduzido ao “cárcere privado”, aos mesmos sentidos. Reconduzido, porque os demais suportes linguageiros já o levam a tal situação.

O paroxismo autoritário se exaspera na presença das expressões metafóricas porque elas parecem solicitar nada mais que um efeito poético. “Um bom ‘poeta’, entretanto, é aquele que domina a tal ponto a sua arte que o seu produto, a representação poética teatral (a encenação) ou narrativa, desencadeia um efeito específico no ânimo do leitor” (GOMES, 1995, p. 72). O efeito, quando se tratam dos dois *lugares de fala* em destaque nessa tese e, neles, a abordagem de temas sindicais, é de gozo, distração, mas não para quebrar a “lógica pedagógica” (GOMES, 1995) do discurso jornalístico. Os sentidos mostram que é para constringi-lo.

A metáfora, com base nas experimentações feitas até aqui, funciona como uma camisa-de-força *no* e *do* discurso jornalístico das revistas *Veja* e *Revista do Brasil*. Ironicamente, é uma expressão metafórica que resume o que podemos concluir sobre o seu desempenho em ambas as narrativas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O conhecimento só suscita o inconformismo na medida em que se torna senso comum, o saber evidente que não existe separado das práticas que o confirmam”.*

**Boaventura de Sousa Santos, 1996, p. 18**

É chegado o momento do “ponto final”. Porém, como notifica Orlandi (2012a), essa tese – produto do nosso discurso sobre um outro discurso – não tem um ponto final absoluto, definitivo. Ao nos propormos a investigar o funcionamento da metáfora no discurso jornalístico, especialmente, no de dois *lugares de fala* distintos, o de *Veja* e o da *Revista do Brasil*, desvendamos uma das facetas do “ser revista”.

A atuação das expressões metafóricas no jornalismo das duas publicações nos indicou uma complexidade que – até então – não se havia vaticinado (pelo menos sob o prisma que aqui estamos empreendendo). Foi através de um percurso que iniciou pela delimitação de conceitos e, posteriormente, balizou uma metodologia que deparamo-nos com as respostas que comprometemo-nos em responder com a execução deste trabalho.

Começamos a calcetar esse caminho a quatro anos atrás. Na verdade, há um pouco mais de tempo, quando fomos inquietados pela intensidade com que as metáforas se faziam presentes no jornalismo de revista. Como dissemos outrora, não eram uma ou duas expressões... Há reportagens em que elas frequentam do título à última linha (inclusive, algumas eleitas para fazer parte do nosso *corpus* de pesquisa). Face a isso, procuramos “ler” o que aquele fenômeno significava para o jornalismo.

Antes de imergirmos, propriamente, nas metáforas, decidimos nos pautar por um assunto que, de alguma maneira, representa a continuidade de um processo de amadurecimento intelectual: o sindicalismo. Foi ele quem nos conduziu tanto pela escolha do tema dos registros noticiosos que analisamos, como – e, precipuamente – pelo veículo que cotejamos à *Veja*, já que foi nesta publicação que fizemos a constatação preambular, que provocou esta pesquisa. A *Revista do Brasil* foi aqui acrescida para que pudéssemos dizer um pouco mais do jornalismo em diferentes *lugares de fala*. Para tensionar e criar um momento de vigilância epistemológica. Entre tantos outros atrativos científicos, *RB* era “solo a ser explorado”. O estado da arte externou que não havia nenhum registro acerca dela.

Perante esse quadro, reunimos ferramentas – leia-se o aparato conceitual que nos rege até aqui – e pusemo-nos a “escavar”. Quanto mais fundo na composição de nossa

problemática íamos, mais lúgubre o cenário se mostrava, isto é, quanto mais avançávamos em busca de respostas, maior o nível de estranheza da atuação das metáforas no jornalismo. Estranheza, porque a consciência que tínhamos até então da sua participação neste discurso era motivada por causas estéticas. A estrutura textual do jornalismo de revista sempre se beneficiou dessa condição – por Vilas Boas (1996) sintetizada como “estilo magazine” – sob o pretexto de poder conciliar técnicas jornalísticas com literárias.

As subvenções teóricas da Análise de Discurso – teoria e método que nos norteiam da Graduação até aqui – nos alertavam que aquele movimento fruitivo era também discursivo. E onde há discurso, há “prática de linguagem” (ORLANDI, 2012a), há produção simbólica e com ela imprevisibilidade.

Em busca de costuras para os questionamentos que empenhamo-nos aqui responder, partimos - completada a diligência introdutória do Capítulo 1, em que apresentamos nossos objetivos, justificativas e metodologia - para uma discussão abrangente sobre o discurso jornalístico – Capítulo 2. Essa foi a passagem decisiva para que pudéssemos iniciar a desmistificação da aparição da metáfora.

Verificamos, com base na inspeção teórica que nessa circunstância desenvolvemos, que a materialidade discursiva do jornalismo, seja ele genuinamente de revista, como é o de *Veja*, seja ele híbrido, como é o da *Revista do Brasil*, numa mistura de jornalismo de revista (formato “físico”) com sindical, não é imune ao político, ao ideológico. Esse atravessamento, constitutivo de todo e qualquer ato de linguagem, no discurso jornalístico fica encoberto, como prerrogativa de consignar a esse dizer efeitos de autenticidade, credibilidade a verossimilhança.

Com o jornalismo de revista, particularmente, não é diferente. A exposição noticiosa tem “vida própria”, se compararmos com outros artefatos midiáticos. Entretanto, não são as licenças poéticas, as galhardias (físicas e discursivas), que lhe são capazes de salvá-la das evidências do sentido. O mesmo vale para o relato jornalístico sindical. Há particularismos, relativos, sobretudo, às “forças sociais” que governam sua produção (TRAQUINA, 1999). Entre eles, o notório desejo de desdizer as construções daquela que é tida como imprensa comercial<sup>143</sup>.

No Capítulo 2, fizemos, portanto, o que aconselha Orlandi (2012a, p. 72): desmantelamos o processo discursivo que está às voltas de exemplares discursivos - tais quais o do discurso jornalístico em geral, do discurso jornalístico das revistas e do discurso

---

<sup>143</sup> Essa é uma qualidade específica dos veículos cuja postura editorial/ideológica é semelhante a da *Revista do Brasil*.

jornalístico sindical - e, por meio dele, deixamos à mostra, então, o *funcionamento* do jornalismo, e suas variáveis discursivas. Foi ali que alçamos o primeiro argumento que contraria, de vez, a suposição de que as metáforas exercem somente um papel estético.

Pode parecer que estivéssemos sendo ingênuas (ou até românticas), quando partimos desse prognóstico. Mas, era isso que o jornalismo autoproclamava, consideravelmente aquelas linhas vinculadas ao jornalismo literário. Era preciso dizer – e provar – que esse era mais um efeito de sentido, como tantos outros que afiançam a fala jornalística.

Avançamos na caçada de mais fatos que pudessem nos amparar nesse sentido. No Capítulo 3, graças à investigação que incorremos sobre a metáfora – aí desde a sua versão “figura de linguagem” à prática de vibração discursiva, convencionada por Pêcheux, igualmente, como metáfora – reunimos mais uma mostra.

Aliás, confessemos que, antes de iniciarmos a lida do Doutorado, pouco sabíamos sobre a indisposição conceitual existente entre a visão tradicional da metáfora, cujo *locus* está no figurativo, e a discursiva. Tampouco, tínhamos noção<sup>144</sup> que, para Pêcheux, metáfora não era metáfora (pelo menos não a que tínhamos tido notícia até ali). Foi com Daltoé (2011), por inúmeras vezes citadas nesta pesquisa, que os conceitos – de metáfora como figura de linguagem e de metáfora como processo discursivo – ficaram nítidos. Se levássemos o conceito pecheutiano ao extremo, nosso objeto se perderia, haja vista que todo movimento discursivo é metafórico para o autor.

Foi, conseqüentemente, na aspirância de aprofundar esse debate, crucial para o cumprimento de nossos objetivos, que deparamo-nos com a capacidade com que a metáfora, quando do exercício metafórico (para obedecer o linguajar pecheutiano), tem de testar as fronteiras entre paráfrases e polissemias. Ali estavam - e foi com esse propósito que introduzimos uma reflexão a respeito dos “tipos” discursivos lúdico, polêmico e autoritário (ORLANDI, 1996) – os vestígios que nos levariam a arbitrar (última parte do nosso questionamento) como isso está impresso no jornalismo.

Sentimos a necessidade de, antes de entrarmos na esfera discursiva (analítica, propriamente dita), dilucidar as inferências da metáfora para o discurso jornalístico. Em poucas palavras – e foi isso que afirmamos na parte final do Capítulo 3 – é que as expressões metafóricas e o jornalismo estabelecem entre si uma “união instável”. Instabilidade que, ao menos nos documentos por nós verificados - todos sobre temas sindicais, e pela ótica do discurso - não parece proceder. Deixemos, no entanto, esse aspecto para depois. O que

---

<sup>144</sup> Evidentemente que, aquela altura, já tínhamos feito inúmeras leituras sobre discurso, sobre a obra de Pêcheux, mas não tínhamos nos dedicado a saber o que, para o autor, significava metáfora.

importa cá dizer é que universalmente - e nesse “universalmente” acolhemos estudos que confirmam isso (comentamos sobre alguns deles no decorrer do texto) a metáfora mostrou-se disposta a assumir muitos carizes discursivos.

É nessa estrutura física, material (e agora podemos asseverar com toda certeza<sup>145</sup>, conforme havíamos prometido ainda no terceiro capítulo), que a narrativa jornalística não exime de enlaçar sentidos, em que o simbólico e o político melhor se invisibilizam. Para o enunciatário, a metáfora é só mais um propósito de elegância do jornalismo de revista. O foro discursivo autoriza-nos a sustentar que não é “só” isso.

Os sentidos que “pairam” sobre as metáforas no jornalismo movimentam-se, tal como toda e qualquer peça discursiva, entre paráfrases e polissemias. Assim como podem operar nas margens de uma ordem discursiva, de uma normalidade imposta por algo que está cristalizado, podem ser “disruptivos” (PAYER, 2012, p. 38), aptos de se “[...] tornar outro, diferente de si mesmo” (PÊCHEUX, 1997, p. 53).

Rumo a um detalhamento ainda maior de como mensagens metafóricas se comportam no discurso jornalístico, infiltramos o universo dos dois objetos empíricos que alicerçam esse estudo. Partimos do princípio que todo dizer se dá em condições determinadas que estão presentes no como se diz (ORLANDI, 2012a). Esses dizeres estão esculpidos no discurso como uma projeção do sujeito. Essas situações empíricas se materializam como posições ou algo que está convencionalizado também como *lugar de fala*.

No Capítulo 4, demarcamos, preliminarmente, o *lugar de fala* do jornalismo, que é o de um poder dizer superlativo. As coisas do mundo não são por ele só noticiadas, são nomeadas, classificadas, estatuídas. É por meio desse grande plenário discursivo, que se converteu o campo jornalístico, que duelos políticos, científicos e das mais diversas searas são travados.

Em seguida, verificamos (no transcorrer do Capítulo 4), o lugar de fala de *Veja* e *Revista do Brasil*. Há uma fenda que afasta discursivamente as duas publicações, ainda que ambas façam jornalismo (de tipos diferentes, mas jornalismo). O *lugar de fala* de *Veja* é o de poder dizer das coisas do mundo sindical. O jogo imaginário que preside suas palavras e dá consistência a esse *lugar* é jogado com base nos valores do relato jornalístico de revista, em que o *saber* construído – aqui sobre sindicalismo – não é mera informação (PRADO, 2013). Ele convoca o leitor – permanecendo na terminologia do autor -, através de uma plasticidade narrativa, e modaliza como esse mundo deve ser visto, experimentado.

---

<sup>145</sup> Precisávamos vencer a fase das análises para podermos ser mais efetivos nas afirmações sobre a relação da metáfora com o jornalismo.

A *Revista do Brasil* apossa-se de um *lugar de fala* em que o sindicalismo não é apenas falado, ele interpela toda a discursividade do veículo. Visualizamos que ela – facilitados pelo operador teórico-metodológico do *lugar de fala* – é dona de um território discursivo um tanto inóspito. Isso porque ela se apresenta num formato, que o é de revista (tal qual o que estamos acostumados a ver no mercado comercial), mas faz jornalismo sindical, esse pouco comum neste tipo de plataforma. Isso porque os sindicalistas e trabalhadores não ficam nas adjacências da notícia. Eles são seres ativos do discurso, não sem sofrerem as imposições editoriais características de qualquer organização discursiva.

Foi, contudo, no Capítulo 5 que “sujamos as mãos”. Fundimos toda a sabedoria que cada uma das etapas vencidas nos propiciou para conhecer, a fundo, o funcionamento das metáforas no discurso jornalístico.

A primeira parte da análise elucidou quais são os sentidos edificados pelas duas revistas sobre sindicalismo de um modo geral (por meio do “todo” das reportagens). Foi esse processo que – à primeira vista poderia ser lido como acessório – que subsidiou as conclusões a que chegamos. Ele nos elucidou que *Veja* acode o seu discurso em duas FDs – FD1 e FD2 (essa completamente residual). Em compensação, a *Revista do Brasil* apresenta uma maior pluralidade discursiva, já que consorcia sua fala a três FDs – FD3, FD4 e FD5.

Ao transferirmos nosso foco diretamente para as metáforas, trombamos com os dois tipos de funcionamento que elas deflagram no jornalismo: o tipo 1, em que elas reforçam as FPs e congelam o discurso, e o tipo 2, em que elas, amparadas por modelos de *anunciabilidade*, seguem a interdita-lo. Assim, quando comparecem no discurso jornalístico – para resumir – elas consolidam a condição autoritária do discurso jornalístico.

Perenizam um saber único, monossêmico sobre sindicalismo (ou quase isso, já que no caso da *Revista do Brasil* há algumas aberturas para a polissemia). O jornalismo – nos dois *lugares de fala* – é o domínio da certeza, do imperativo categórico que revela um saber supremo. A diminuição da assimetria, ou a aproximação que as expressões metafóricas procuram provocar no interlocutor (sobretudo no tipo 2) é aparente, visto que o discurso segue a dar voz a uma fala segura e autossuficiente, que não se abre para outros dizeres, além daqueles modalizados pelas FD1 (*Veja*), FD3 e FD4 (*Revista do Brasil*).

A novidade acerca desse desempenho autoritário do jornalismo está no traço “transparência”. Enquanto alguns dos demais recursos do discurso jornalístico se portam como auto evidentes, tal qual a fotografia, para fazer com que ele seja rápida e facilmente entendido pelo destinatário, e com isso diminuir a tendência à polissemia, a metáfora apresenta uma pseudo transparência capaz de ser tão ou mais coercitiva.

Ou seja, elas ludibriam o leitor, já que parecem ainda mais perspícuas que os demais signos discursivos (textuais). Porém, essa nitidez, de caráter facilitador, é mero efeito. A *metáfora* (processo metafórico) pecheutiana desvenda tudo aquilo que está desfocado e confirma que as expressões são espelhos de um devir que a distancia da simples promessa estética, feita pelo jornalismo de revista.

Aliás, num dado estágio deste estudo, nos perguntamos se a *Revista do Brasil* – ainda que esse não fosse um dos nossos propósitos nucleares – não era mais uma escápula político-partidária. Esperávamos que as expressões metafóricas pudessem vencer essa pecha, fazer o discurso da *RB* deslizar. Há poucos movimentos nesse sentido e eles são insuficientes para desmancha-la, de vez.

A título de um fim, que pode ser só mais um começo. Reeditamos Medeiros (2012, p. 116): “Compreender como se dá esse percurso irregular e ideológico é o caminho, e não fim para uma análise de discurso da mídia em sociedade”. Restauremos: compreender como se dá o percurso irregular e ideológico das metáforas é o caminho, e não o fim para uma análise de discurso, que é também da mídia em sociedade.

## REFERÊNCIAS

ABRAÇO SP. Jornal dos Trabalhadores. Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária. São Paulo. Disponível em: <<http://abracosp.blogspot.com.br/p/jornal-dos-trabalhadores.html>>. Acesso em: 18 set. 2015.

ALMEIDA, Jorge. Lugar de fala, polissemia e paráfrase nos discursos de FHC e Lula sobre o Plano Real. In: Congresso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, 1999, São Paulo/SP. **Anais...** São Paulo/SP: USP, 1999. Disponível em: <[www.eca.usp.br/associa/alaic/Congreso1999/11gt/Jorge%20Almeida.rtf](http://www.eca.usp.br/associa/alaic/Congreso1999/11gt/Jorge%20Almeida.rtf)>. Acesso em: 02 fev. 2015.

AMARAL, Márcia Franz. Fontes jornalísticas: o lugar de fala do cidadão. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2002, Salvador. **Anais...** Salvador/BA, 2002. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/8121a0473dfc7d5de75c22a247e5a614.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho**. 2004. 270f. Tese (Doutorado Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2004.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. Relações de trabalho na formação discursiva do mercado: o que há de novo no velho discurso? In: IV SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso 1969-2009: memória e história na/da Análise de Discurso, 2009, Porto Alegre/RS. **Anais...** Porto Alegre/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/MariaVirginiaBorgesAmaral.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2015.

ANER - Associação Nacional dos Editores de Revistas. Site Oficial. Disponível em: <<http://aner.org.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

ARAÚJO, Sílvia Maria P. de. Quando ler jornais é mais que informação: ensaio metodológico sobre o discurso da imprensa sindical. **Barbarói**, n. 8, p. 63-82, jan./jun. 1998.

ARAÚJO, Vladimir Caleffi. **O jornalismo de informação sindical**: atores e práticas de uma forma de produção jornalística. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

BARBOSA, Pedro Luis Navarro. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 111-124.

BARONAS, Roberto L. A língua nas malhas do poder. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 83-92.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

BENETTI, Márcia. A ironia como estratégia discursiva da revista Veja. **Líbero**, v. 10, n. 20, p. 26-46, 2007. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/viewArticle/4644>> Acesso em: 13 fev. 2014.



\_\_\_\_\_; STORCH, Laura; FINATTO, Paulo. Jornalismo de revista, meta-acontecimento e dispositivo de autoridade. In: LEAL, Elton Antunes; VAZ, Paulo Bernardo (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos**. Florianópolis: Insular, v. 2, 2011.

\_\_\_\_\_. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico Mello B.; SCHWAAB, Reges (Orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 44-57.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

BIRD, E.; DARDENNE, R. W. Mito, registro e “estórias”: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1999. p. 263-277.

BOITO JR, Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica marxista**. Campinas, v. 1, n. 3, p. 80-105, 1996. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/CM3armando.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/CM3armando.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2015.

BOLAÑO, Roberto. **2666**. Barcelona: Anagrama, 2004.

BONHOMME; Marc. Metáfora. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. **Verso e Reverso**. São Leopoldo, v. 25, n. 58, p. 62-77, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/viewFile/924/147>> Acesso em: 8 jun. 2014.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: UNICAMP, 1998.

BUITONI, Dulcilia Schroeder. Revista e segmentação: dividir para reunir. In: TAVARES, Frederico Mello B.; SCHWAAB, Reges (Orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 107-118.

CAPES. BANCO DE TESES. **CAPE**S. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Althusser, los estudios culturales y el concepto de ideología. **Revista Iberoamericana**, Bogotá, v. 67, n. 193, Outubro-Dezembro, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHINEM, Rivaldo. **Jornalismo de guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet**. São Paulo: Disal, 2004.

CIVITA, Roberto. Missão da Veja. **Grupo Abril**. Disponível em: <<http://www.publiabril.com.br/marcas/4/revista/informacoes-gerais>>. Acesso em: 17 ago. 2013.

COIMBRA, Oswaldo. **O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura.** São Paulo: Ática, 1993.

COIRO MORAES, Ana Luiza; SCHUSTER, Patrícia Regina. VEJA: Como a publicação se tornou hegemônica no mercado editorial brasileiro. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 181-202, 2013. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/viewArticle/3403>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

COURTINE, Jean-Jaques. A política como espetáculo. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo.** São Carlos: Claraluz, 2003, p. 21-34.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública.** São Carlos: Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos.** São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

DALMOLIN, Aline. Pesquisa sobre revista: um olhar acerca da produção acadêmica. In: TAVARES, F.; SCHWAAB, R. (Orgs). **A revista e seu jornalismo.** Porto Alegre: Penso, 2013. p. 288-299.

DALTOÉ, Andréia da Silva. **As metáforas de Lula: a deriva dos sentidos na língua política.** 2011. 219p. Tese (Doutorado Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória. In: ARCHAND, Pierre (Org.). **Papel da memória.** Campinas: Pontes, 1999. p. 23-37.

DAVIDSON, Donald. O que as metáforas significam. In: SACHS, Sheldon (Org.). **Da metáfora.** Campinas: Pontes, 1992. p. 35-47.

DELEUZE, Gilles. **Conversações: 1972-1990.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

DOMINGUES, Maria Alice Pinto. **Entre o naturalizado e o desnaturado: deslizamentos de sentido em releituras de provérbios.** 2001. 52f. Monografia (Graduação em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

D'ONOFRIO, Salvatore. Concepção retórica e semântica da metáfora. **Revista Alfa**, n. 24, p. 149-156, 1980. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3619/3388>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

DONIZETTI, Paulo. **Entrevista feita pela autora** (Mensagem por e-mail) em jan. 2014.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e mídia impressa: estudo sobre a AIDS.** São Paulo: Hacker, 1999.

FEIJÓ, José Lopez; MARCOLINO, Luiz Cláudio. O trabalhador pode ter sua voz. **Revista do Brasil**. n. 3, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/03/o-trabalhador-pode-ter-sua-voz>>. Acesso em: 02 jul. 2012.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

FOLHA de São Paulo. Folha de São Paulo. **UOL**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANÇA, Renné Oliveira. Revista e referentes: a pensata na construção do mundo de cada publicação. In: TAVARES, F.; SCHWAAB, R. (Orgs). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 93-106.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito. **Intexto**, n. 7, p. 01-10, 2001. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/3392/4320>>. Acesso em: 16 out. 2015.

\_\_\_\_\_. O acontecimento e a mídia. **Galáxia**, n. 24, p. 10-21, 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939/9406>>. Acesso em: 02 set. 2015.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A atualidade no jornalismo: bases para sua delimitação teórica**. 2003. 335f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2003.

FREIRE FILHO, João; MARQUES, Carla. Sob o domínio do medo: a construção de *sujeitos temíveis* e de *sujeitos temerosos* na mídia. In: COUTINHO, Eduardo G.; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (Orgs.). **Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 81-113.

FURLANETTO, Maria Marta. Formações neológicas e discurso. In: I Simpósio Internacional de Estudos de Língua Portuguesa, 2008, São Paulo/SP. **Anais...** São Paulo/SP: USP, 2008. Disponível em: <[http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/02\\_12.pdf](http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/02_12.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2015>.

\_\_\_\_\_. Literal/metafórico – um percurso discursivo. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 10, n. 1, p. 151-180, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-76322010000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-76322010000100008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 jul 2015.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

GAZZOTTI, Juliana. **A revista Veja e os governos militares (1968-1985)**. 1998. 215f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 1998.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 1987.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**: discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker Editores, Edusp, 2003.

GOMES, Wilson. *Theatrum Politicum*: a encenação política na sociedade dos mass mídias. In: BRAGA, José L.; PORTO, Sérgio D.; FAUSTO NETO, Antônio (Orgs.). **A encenação dos sentidos**: mídia, cultura e política. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

GONÇALVES, José Esmeraldo; MUGGIATI, Roberto. JK e Manchete. In: GONÇALVES, José Esmeraldo; BARROS, J. A. (Orgs.). **Aconteceu na Manchete**: as histórias que ninguém contou. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008.

GONÇALVES Vanessa; RODRIGUES Alana. Editora Abril passa por nova reestruturação, vende sete títulos e demite 120 funcionários. **Portal imprensa**, São Paulo, 02 jul. 2015. Disponível em: <[http://www.portalimprensa.com.br/noticias/ultimas\\_noticias/72569/editora+abril+passa+por+nova+reestruturacao+vende+titulos+e+planeja+demissoes](http://www.portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/72569/editora+abril+passa+por+nova+reestruturacao+vende+titulos+e+planeja+demissoes)>. Acesso em: 13 nov. 2015.

GOOGLE. Google Acadêmico. Google. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/>>. Acesso em: 15. jan. 2015.

GRANTHAM, Marlei R. A moral e a ordem do repetível. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Lenadro, (Orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999. p. 216-229.

GREGOLIN, Maria do Rosário. A análise do discurso: conceitos e aplicações. **ALFA, Revista de Linguística da Universidade Estadual Paulista**, v. 39, p. 13-21, 1995. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3967/3642>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. A mídia e a espetacularização da cultura. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 09-17.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 05-07.

\_\_\_\_\_. Análise do discurso e mídia: a reprodução de identidades". **Comunicação, Mídia e Consumo/Escola Superior de Propaganda e Marketing**, v. 4, n. 11 (novembro 2007), p. 11-25, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comunicacaomidiaconsumo/article/viewFile/6865/6201>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

GRIGOLETTO, Marisa. Funcionamento metafórico e construção de identidades no discurso colonial britânico. **Cadernos de Linguagem**, v. 4, p. 11-29, 2000. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/viewFile/1289/943>>. Acesso em: 16 abri. 2014.

GROHMANN, Rafael. "A comunicação eletrônica é epistemóloga" - Entrevista com Muniz Sodré. **Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM**, v. 1, n. 3, p. 120-128, 2015. Disponível em: <<http://www.revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/viewFile/289/296>>. Acesso em 26 out. 2015.

GIANNOTTI, Vito. **O que é jornalismo sindical**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

\_\_\_\_\_. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GRUPO Abril. Perfil Institucional – A empresa. **Grupo Abril**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.grupoabril.com.br/institucional/perfil.shtml>>. Acesso em: 30 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. PUBLIABRIL. **Grupo Abril**. Disponível em: <<http://www.publiabril.com.br/>>. Acesso em: nov. 2015.

GRUPO Folha. Circulação. **Grupo folha**. São Paulo, ago. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml>>. Acesso em: ago. 2015

HALLACK, Fernanda Sansão; SILVA, Cláudia Osório da. A reclamação nas organizações do trabalho: estratégia defensiva e evocação do sofrimento. **Psicologia & Sociedade**. Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 74-79, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a11v17n3.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2001.

INDURSKY, Freda. De ocupação à invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra, 1999. p. 173-186.

\_\_\_\_\_. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: II Seminário de Estudos em Análise do Discurso (II SEAD), 2007, Porto Alegre/RS. **Anais...** Porto Alegre/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/FredaIndursky.pdf>>. Acesso em 14 mar. 2015.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2010.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: Mercado das Letras, 2002. Coordenação de tradução de Mara Sophia Zanotto.

LEGROSKI, M. C. Definindo metáfora. **Revista Eletrônica Polidisciplinar Vãos**, v. 02, p. 15-31, set. 2009. Disponível em: <[http://www.revistavoos.com.br/seer/index.php/voos/article/view/42/02\\_Vol2\\_VOOS2009\\_CL1](http://www.revistavoos.com.br/seer/index.php/voos/article/view/42/02_Vol2_VOOS2009_CL1)>. Acesso em: 12 de set. 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCHEZAN, Renata. O jogo metafórico. **Estudos Linguísticos USC/UNESP**. Bauru, p. 308-313, 1999.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922 – 1989)**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

\_\_\_\_\_. Silêncio e metáfora, algo para se pensar. **Revista Trama**. v. 3, n. 5, p. 55-71, 2007. <Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/959/822>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

MEDEIROS, Caciane Souza de. Mídia e sociedade: os sentidos da violência e a ideologia da intolerância. In: CARROZA, Guilherme; SANTOS, Miriam dos.; SILVA, Telma Domingues da (Orgs.). **Sujeito, sociedade, sentidos**. Campinas: Editora RG, 2012. p. 101-116.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Povo e personagem**. Canoas: Ed. da ULBRA, 1996.

MOTTA, Luiz. Gonzaga. A pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midicêntrico e sociocêntrico. **Eptic On-Line**, v. 7, n. 1, p. 03-25, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/339/521>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

MOURA, Heronides Maurilio de Melo. **Vamos pensar em metáforas?** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2012.

MOURA, Jonathan Ribeiro Farias de. A relação do verbal e não-verbal nas manchetes de capa do jornal Meia-Hora. In: SILEL – Simpósio Nacional e Internacional de Letras e Linguística, 2013, Uberlândia/MG. **Anais...** Uberlândia/ MG: Instituto de Letras e Linguística, 2013. Disponível em: <[http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2013\\_246.pdf](http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2013_246.pdf)>. Acesso em: 02 mai 2015.

MOUILLAUD, Maurice. A informação ou a parte da sombra. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: UnB, 2002a. p. 37-47.

\_\_\_\_\_. Da forma ao sentido. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: UnB, 2002b. p. 29-35.

\_\_\_\_\_. O nome do jornal. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: UnB, 2002c. p. 85-98.

NEVEU, Erik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: GOFF, Jacques Le, NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1996.

\_\_\_\_\_. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **Rua**, nº 4. p. 9 - 19, 1998.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 11-20.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes, 2012b.

\_\_\_\_\_. Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio. In: CARROZA, Guilherme; SANTOS, Miriam dos.; SILVA, Telma Domingues da (Orgs.). **Sujeito, sociedade, sentidos**. Campinas: Editora RG, 2012c. p. 11-27.

PAYER, Maria Onice. A leitura em Abril despedaçado: equívoco, deslocamento, acontecimento. In: CARROZA, Guilherme; SANTOS, Miriam dos.; SILVA, Telma Domingues da (Orgs.). **Sujeito, sociedade, sentidos**. Campinas: Editora RG, 2012. p. 29-44.

PÊCHEUX, Michel. Remontémons de Foucault a Spinoza. In: TOLEDO, Mario Monforte (Org.). **El discurso político: teoría u análisis**. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México y Editorial Nueva Imagem, 1980.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 61 – 161.

\_\_\_\_\_. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: Achard, Pierre (Org). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: UNICAMP, 2009.

\_\_\_\_\_. Posição sindical e tomada de partido nas ciências humanas e sociais. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PEDROSO, Elizabeth M. K. **Movimento Sindical no Brasil 1850-1997: trajetória, características e desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 1998.

PEREIRA, Taís Assunção Curi. **Mídia & cultura: discursos que constroem memória**. Santos: Comunnicar, 2007.

PIMENTEL, Spensy. **Pior que o soneto**. **Revista do Brasil**. n. 11, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/11/pior-que-o-soneto>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

PIOVEZANI FILHO, Carlos Félix. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 49-66.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico**. Florianópolis: Insular, 2005.

PRADO, José Luiz Aidar. **Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais**. São Paulo: EDUC – FAPESP, 2013.

RAMOS, Murilo César de. A força de um aparelho privado de hegemonia. In: BRITTOS, Valério C.; BOLAÑO, César R. (Org.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 57-76.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (Org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó (SC): Argos, 2011. p. 21-49.

RESENDE, Fernando. O discurso jornalístico contemporâneo: entre o velamento e a produção das diferenças. **Galáxia**, São Paulo, n. 14, p. 81-93, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1479>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 31-43, dez. 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2629/1671>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: XX Encontro da Compós, 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre/RS: UFRGS, 2011.

REVISTA do Brasil. Acervo Digital. **Rede Brasil Atual**. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas>>. Acesso em: 23 out. 2013.

RIBEIRO, Daiane Bertasso. **Jornalismo de revista e ethos discursivo: as imagens de si nas capas e nos editoriais de Veja, Época, IstoÉ e CartaCapital**. 2014. 168f. Tese (doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. São Paulo: Loyola, 2000.

RISSONI, Gabriela Pavanato Sardinha. **Estudo das manchetes das revistas Veja e Época: uma análise do estilo interpretativo**. 2001. 141f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2001.

ROCHA, Bruto Lima et al. O jornalismo econômico como porta-voz do capital financeiro. In: ROCHA, Bruno Lima; SANTOS, Anderson David Gomes dos (Orgs.). **Desvelando a farsa com o nome de crise: uma análise do capital financeiro pela economia política**. Porto Alegre: Deriva, 2014. p. 92-109.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **As dimensões da pragmática na comunicação**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

\_\_\_\_\_. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. Lisboa: Vega, 1999. p. 27-33.



RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: EDUSP, 2002.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Mais de perto, mil faces secretas sob a face neutra: considerações sobre a heterogeneidade no discurso jornalístico. **Revista Signótica**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 233-250, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/sig/article/view/3729>>. Acesso em: 14 de mai. 2015.

SÁ MARQUES, Francisca Ester de. O processo de televisamento do texto jornalístico. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: UNB, 2002. p. 525-539.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 103-120, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1754>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

SANTIAGO, Cláudia; GIANNOTTI, Vito. **Comunicação sindical: falando para milhões**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. Para uma Pedagogia do Conflito. In: SILVA Luiz Eron da; AZEVEDO, José Clóvis de (Orgs.). **Reestruturação Curricular: novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 15-33.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SINDICATO dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região. A folha bancária. **SINDICATO dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.spbancarios.com.br/Pagina.aspx?id=260>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

SCHUSTER, Patrícia Regina. **Braços cruzados: o discurso do jornal Gazeta do Sul sobre o movimento grevista da década de 1980**. 2011. 199f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, 2011.

SCHUDSON, Michael. A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993. p. 278-293.

SCHWAAB, Reges. **Uma ecologia do jornalismo: o valor do verde no saber dizer das revistas da Abril**. 2011. 214f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

\_\_\_\_\_. Revista e instituição: a escrita do lugar discursivo. In: TAVARES, F.; SCHWAAB, R. (Orgs). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 58-75.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Metáforas pedagógicas e metáforas éticas em textos de divulgação científica. **Linguística**, n. 26, p. 112-138, 2011. Disponível em: <[http://www.mundoalfal.org/sites/default/files/revista/26\\_linguistica\\_112\\_138.pdf](http://www.mundoalfal.org/sites/default/files/revista/26_linguistica_112_138.pdf)>. Acesso em: 13 abri 2015.

SILVA, Anita Maria Ferreira da. **A produção do sentido de metáforas no discurso não protocolar do Presidente Lula**. 2006. 58f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2006.

SILVA, João Carlos Rodrigues da. **Época, Veja e o (e)leitor: estratégias discursivas na construção da imagem de presidenciáveis**. 2011. 206f. Tese (Doutorado em Letras.) - Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2011.

SODRÉ, Muniz. A comunicação eletrônica é epistemóloga. [Entrevista feita por Rafael Grohmann e disponibilizada no 1º semestre de 2015]. In: **Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM**. Jan. - jun. 2015. v.1, n.3. p. 120-128. Disponível em: <<http://www.revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/viewFile/289/296>>. Acesso em 26 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.

SOUZA, Eduardo Ferreira de. **Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST**. São Paulo: Annablume, 2004.

TAVARES, F.; SCHWAAB, R. (Orgs). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

\_\_\_\_\_; SCHWAAB, R. Revista e comunicação: percursos, lógicas e circuitos. In: TAVARES, F.; SCHWAAB, R. (Orgs). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 27-43.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. **Ser revista e viver bem: um estudo de jornalismo a partir de Vida Simples**. 2011. 468f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Unisinos, São Leopoldo, RS, 2011.

TFOUNI, Leda Verdiani; ROMÃO, Lucília Maria Souza. O MST no discurso jornalístico: confronto de posições de formações discursivas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 46, n. 2, p. 253-267, 2004. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/1573/1147>>. Acesso em 07 jul. 2015.

TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1999.

\_\_\_\_\_. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo:** questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1999. p. 258-262.

VEJA. Acervo Digital. Veja. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>. Acesso em: 25 out. 2013.

VERDELHO, Valdeci. A nova imprensa sindical. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Comunicação popular e alternativa no Brasil.** São Paulo: Paulinas, 1986. p. 80-98.

VIEIRA, Toni André Scharlau. O descompasso entre o discurso sindical e o trabalho de base também é uma questão de comunicação. In: In: V Congresso da Associação Latino-americana de Pesquisadores da Comunicação (ALAIC), 2000, Santiago do Chile/Chile. **Anais...** Santiago do Chile/Chile: ALAIC, 2000.

VILAS BOAS, Sergio. **O estilo magazine:** o texto em revista. São Paulo: Summus, 1996.

VIZEU, Alfredo. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. **Revista Famecos.** n. 40, p. 77-83, dezembro de 2009. Porto Alegre. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/6321/4596>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

ZAMPONI, Graciela. De códigos e livros: a metáfora como estratégia no gênero de popularização da ciência. **Estudos Linguísticos,** vol. 3, n. 38, p. 321-333, 2009. Disponível em: <[http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/38/EL\\_V38N3\\_25.pdf](http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N3_25.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2014.

## APÊNDICE A

## FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS – REVISTA VEJA

<p><b>FP1 – MODELO SINDICAL É ULTRAPASSADO</b></p>	<p>É uma inversão que tende a aprofundar um dos aspectos mais nefastos da <b>antiquada estrutura sindical brasileira</b>, que é sua dependência do estado. <b>T01</b></p> <p>Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, o grosso do movimento sindical <b>perdeu a bússola ideológica que orientava sua atuação</b>. <b>T01</b></p> <p>Mesmo com seu <b>figurino fora de moda</b>, o <b>sindicalismo nacional ganha cada vez mais espaço e dinheiro</b> – o que, mais uma vez, <b>coloca o Brasil na contramão da história</b>. <b>T15</b></p> <p>Ocorre que até 80% do dinheiro que abastece as centrais vem do imposto sindical – <b>aquele dia de salário que todo trabalhador brasileiro, sindicalizado ou não, é obrigado a tirar do bolso para sustentar entidades de classe diversas e, claro, seus dirigentes</b>. <b>T16</b></p>
----------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## APÊNDICE B

## FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS – REVISTA VEJA

<p><b>FP 2 – SINDICALISMO ESTÁ DESVIRTUADO</b></p>	<p><b>Máquina de fazer dinheiro</b></p> <p>Criada em 1991, para se contrapor à CUT, alinhada ao PT, a Força Sindical é hoje a segunda maior central sindical do Brasil – e está no governo Lula <b>T09</b></p> <p>Em sua edição anterior, VEJA revelou como a <b>Força Sindical e seu tentáculo político, o PDT, aparelharam o Ministério do Trabalho. T09</b></p> <p>Eis aí um exemplo do famoso "<b>sindicalismo de resultados</b>" da Força: cerca de 2 000 jovens, todos pobres e desempregados, vão ficar sem acesso à qualificação a que tinham direito – e que foi paga com dinheiro público. <b>T10</b></p> <p>O caso revela quanto é <b>tênue a fronteira financeira entre o partido, a central sindical e seus representantes no ministério. T10</b></p> <p>Omissão do estado, visão arcaica de alguns empresários e <b>peleguismo de sindicatos</b> provocam greves e vandalismo em grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento <b>T18</b></p> <p>Acrescente-se a isso um fato novo: <b>o peleguismo de sindicatos que, antes de o PT assumir o poder, eram aguerridíssimos na confrontação com o estado e os patrões. T18</b></p> <p><b>Os sindicatos têm como única preocupação defender o governo do PT, do qual recebem uma dinheirama, e recolher em dia as contribuições do imposto sindical. Só nas obras de Rondônia, o valor da contribuição compulsória gira em torno de 1 milhão de reais por ano. T18</b></p>
----------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>Ao contrário do que se espera não está em jogo a melhoria das condições do trabalhador, o rigor na fiscalização, o aumento do salário mínimo, a correção do FGTS. Nada disso. Os dois grupos brigam pelo setor responsável pela criação de sindicatos – <b>um negócio que envolve cifras milionárias, representa uma enorme fonte de poder e, principalmente, gera muitas oportunidades de bons negócios. T24</b></p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## APÊNDICE C

## FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS – REVISTA VEJA

<p><b>FP 3 – GREVES, PROTESTOS E AÇÕES SINDICAIS SÃO ILEGÍTIMAS</b></p>	<p><b>Grevistas do Banco Central e do Ibama, universitários e professores estaduais apareceram para dar uma força e o protesto terminou em pancadaria. T02</b></p> <p>Como não podia deixar de ser, <b>os sem-terra contribuíram para a arruaça. T02</b></p> <p>No Pará, <b>600 pessoas ligadas à Organização Internacional Via Campesina, a um certo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e ao MST invadiram a sala de controle da hidrelétrica de Tucuruí, que produz 10% da energia elétrica consumida no país. Por fim, a cereja estragada nesse bolo indigesto: traficantes que dominam as favelas do Complexo do Alemão, no Rio, encurralaram moradores e policiais com outros daqueles tiroteios típicos de zonas conflagradas. T02</b></p> <p><b>A fogueira dos sindicalistas sinaliza que a preocupação central deles é a política e não a formação dos alunos. Uma pena. T06</b></p> <p><b>Outros grupos empresariais, como a indústria farmacêutica e a automobilística, além do agronegócio, também deixam escapar oportunidades e dinheiro com a greve, arcando com prejuízos ainda não mensuráveis. T07</b></p> <p>Na sexta-feira passada, os grevistas discutiam se voltariam ao trabalho. No entanto, apenas para realizar o que chamam de "operação-padrão". Traduzindo: cumpririam o expediente somente para não ter os dias descontados, mas fariam o serviço mais lentamente. <b>Greves como essa e a precária infra-estrutura explicam o desempenho sofrível do Brasil na troca de mercadorias com o exterior. T07</b></p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

As professoras Marilena Chaui e Maria Victoria Benevides **participaram de um comício travestido de aula**. "Exagerem. Sejam justos e injustos", exortou um Antonio Candido nada cândido que também deu as caras. A motivação ideológica de muitos grevistas – **para os quais atingir o governo paulista é objetivo primordial – tornou-se evidente. T14**

Era para ser um "encontro de sindicalistas". Mas o que se viu na última terça-feira no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, foi um **gigantesco comício político ilegal financiado com dinheiro público. T16**

Não que os sindicalistas não tenham o direito de escolher e defender o candidato de sua preferência. Têm, sim. **Mas não com o dinheiro do contribuinte, como foi o caso do comício organizado por CUT, Força Sindical, CTB, CGTB e Nova Central. T16**

A greve dos servidores, que estão de braços cruzados desde abril passado, **já compromete serviços essenciais como a emissão de carteiras do trabalho, o seguro desemprego e o fundo de garantia. T17**

**Além disso, os grevistas acabam de receber um novo aumento, ao custo de 40 bilhões de reais aos cofres públicos**, que será pago de maneira escalonada até 2011. **Ou seja, embora ainda nem tenham recebido o último aumento, eles já estão em greve de olho no próximo.** “O governo se comprometeu a elaborar um plano de carreira específico e não fez nada até agora”, diz Oton Pereira, secretário-geral do Sindicato dos Servidores Públicos federais. **Com o salário garantido, fica mais fácil ir à guerra. T17**

**Nas duas últimas semanas, um novo problema voltou a pôr o programa na berlinda. Greves e manifestações de trabalhadores paralisaram seis de suas principais obras.** No total, 78000 operários cruzaram os braços, reclamando de baixos salários e más condições de trabalho. Há o temor de



que a onda de protestos se espalhe ainda mais, **pondo em risco** as obras da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016. **T18**

**A manifestação despropositada é um retrato do caos instalado no país com a paralisação de metade dos servidores federais.** As consequências do movimento já afetam diretamente a população e, em especial, os serviços de saúde. **Enquanto drogas e armas estão "liberadas", medicamentos e produtos cirúrgicos são barrados pelos grevistas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Cerca de 70% dos hospitais foram afetados pela falta de instrumentos cirúrgicos e de remédios. T23**

E a presidente Dilma Rousseff avisou que não quer conversa. Considera que, em tempos de crise econômica, não é possível elevar os salários dos já bem remunerados servidores. **Também acha que os sindicatos estão mal-acostumados, já que tiveram tratamento privilegiado no governo Lula. T23**

## APÊNDICE D

## FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS – REVISTA VEJA

<p><b>FP4 – SINDICALISTAS E SEUS PARES SÃO DA PIOR ESPÉCIME</b></p>	<p>Invasões de terras, de repartições públicas, de universidades – num país que garante impunidade à violência política, é natural o surgimento de um <b>grupo de lunáticos ansiosos</b> por pavimentar o caminho da revolução com a tomada de fábricas. <b>T03</b></p> <p>Três meses atrás, a Cipla sofreu intervenção judicial, ordenada porque os <b>patrões socialistas</b> descontavam o INSS do salário dos empregados, mas não o repassavam à Previdência Social. Recibos de compras, comprovantes de transferências bancárias, cópias de e-mail e outros papéis encontrados pelo interventor <b>revelam uma administração perniciosa</b>, que sistematicamente desviou recursos para atender a objetivos políticos e particulares. <b>No interior das fábricas, funcionários eram coagidos a frequentar aulas sobre a ideologia comunista, a ler a respeito da Revolução Russa de 1917 ou a contribuir com ações políticas de outros sindicatos ou com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sob ameaça de perder o emprego. T03</b></p> <p>Com isso, os trabalhadores brasileiros permanecerão arcando com a boa vida dos <b>chefões sindicalistas</b>, por meio do desconto, todo ano, de um dia de seu salário. <b>T05</b></p> <p>Nas últimas semanas, os <b>manda-chuvas de organizações como CUT e Força Sindical</b> fizeram marcação cerrada sobre os senadores. Tudo porque, antes de chegar ao Senado, o projeto havia passado pela Câmara e sofrido duas emendas importantes. <b>T05</b></p> <p>Os grampos também revelaram os <b>métodos sórdidos que a turma de Paulinho</b> emprega na política. <b>T08</b></p>
-------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

O modo **sindicalista de fazer política é mesmo um espanto. T08**

E faz uma revelação: como apoiara Vinholi, o governador de São Paulo, José Serra, seria a **próxima vítima de Paulinho – que, meses antes, já havia começado a conspirar contra o prefeito Gilberto Kassab. T08**

As campanhas seriam financiadas por recursos repassados por meio de convênios para treinamento de trabalhadores, um duto de fraudes que existe desde o governo passado, agora sob controle de **Paulinho e uma gangue sindical. T09**

O próximo passo é revelar como essa perigosa simbiose tomou conta do Ministério do Trabalho, **pasta fatiada entre políticos pedetistas e sindicalistas da Força, sob o controle do mesmo grupo acusado de rapinar uma linha de crédito do BNDES. T09**

Agora a coisa ficou pior. Com a descoberta da Polícia Federal de que **havia uma quadrilha ligada a gente graúda do PDT e da Força metida em traficâncias no BNDES, os olhos se voltam para o trabalho de Lupi e de seus colegas sindicalistas. T10**

Sentado em um escritório improvisado no primeiro pavimento do prédio e escoltado o tempo todo por dois PMs armados, **ele dava ordens pelo telefone**: determinava aos colegas que haviam ficado do lado de fora que se deslocassem de um lado para o outro com o objetivo de "cansar e irritar" os militares do Exército que permaneciam de prontidão debaixo do sol forte, exigia suprimentos para os grevistas e **ordenava ações de tumulto**, como o bloqueio da BR-116, que liga o Rio à Bahia. **T21**

## APÊNDICE E

## FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS – REVISTA VEJA

<p><b>FP5 – VIOLÊNCIA E AGRESSIVIDADE IMPERAM NO SINDICALISMO</b></p>	<p>Mas a medida que tomou, mais que justificável, era um dever para alguém encarregado de zelar pelo patrimônio de uma instituição pública: <b>há dois anos, alunos e os mesmos líderes dos servidores invadiram e ocuparam a reitoria por 51 dias, período no qual vandalizaram o prédio</b> (uma das reivindicações dos grevistas, aliás, é a readmissão de Claudionor Brandão, um servidor demitido por justa causa por participar daquela depredação). <b>T14</b></p> <p>De olho no dinheiro do imposto sindical, centrais de trabalhadores contratam <b>capangas armados a 180 reais por cabeça para invadir territórios rivais e "roubar" filiados umas das outras T15</b></p> <p>Para impedirem a criação de sindicatos "concorrentes" na cidade de Osasco (SP), <b>capangas alugados pela CUT enfrentam homens contratados pela Nova Central: teve pancadaria, coquetéis molotov, portões arrancados e cadeiras voando. T15</b></p> <p>Mas – e sempre tem um mas – um negócio desses, garantido e lucrativo, é muito disputado. Como se verá nesta reportagem, <b>disputado a pau e pedra</b>. Para evitarem que um sindicato "roube" o monopólio de filiação de outro, lideranças desenvolveram uma estratégia previsível quando se <b>trabalha fora do alcance da lei. Estão contratando capangas armados para, na base do quebra-quebra e da pancadaria</b>, impedir a realização de assembleias de fundação de sindicatos potencialmente concorrentes. <b>T15</b></p> <p>Em São Paulo, desde o ano passado, <b>já foram registradas dezenas de confrontos do tipo, alguns envolvendo até 300 homens de cada lado – pois a parte ameaçada reage com a mesma moeda e sai a contratar arruaceiros. Desarmado, cada um custa 130</b></p>
---------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

reais; armado, sai por 180 reais – ou 250 reais caso seja policial. "Agora, se for pra quebrar tudo, fica mais caro", disse a VEJA o chefe de um dos mais ativos serviços de milícia de aluguel de São Paulo. T15

“O que há é uma **briga muito grande entre os sindicalistas**. Quem não ganha o registro sai fazendo acusações.” T19

Liderada por um ex-bombeiro que tentou virar político, a greve dos policiais na Bahia resulta em **episódios aterradores de violência em Salvador**. Por obra de outro bombeiro sindicalista, o movimento contamina o Rio e ameaça se espalhar por mais treze estados T21

Em dez dias de greve, **sessenta ônibus foram assaltados em Salvador e dezenas de lojas, saqueadas e depredadas**. As aulas na capital foram suspensas e até agora pouca gente se atreve a sair às ruas depois do pôr do sol. Outros episódios bem mais graves, no entanto, podem ter ocorrido enquanto Prisco e seus companheiros se amotinavam na sede do Legislativo. T21

Só na região metropolitana de Salvador, **foram assassinadas no período 150 pessoas, o triplo do habitual**. No sexto dia da greve, o governador da Bahia, Jaques Wagner, acusou policiais militares de estarem por trás dos homicídios. Ao longo da semana, foram surgindo indícios aterradores de que o governador poderia estar certo. T21

O deputado Marco Maia, do PT do Rio Grande do Sul, tem pelo menos uma convicção conhecida. Ele se diz radicalmente contra o imposto sindical – o dispositivo legal que **arranca do bolso dos brasileiros** o valor correspondente a um dia de trabalho por ano. Alega, com a autoridade de ex-sindicalista, que o tributo financia entidades sem representatividade, garantindo-lhes dinheiro à custa

	do suor alheio sem nenhuma contrapartida. <b>T22</b>
--	------------------------------------------------------

## APÊNDICE F

FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS – *REVISTA DO BRASIL*

<p><b>FP8 – PRÁTICA SINDICAL É DE RESISTÊNCIA</b></p>	<p>Para <b>reagir</b> à intensidade do lobby empresarial sobre o Congresso, as centrais sindicais prometem <b>persistir em defesa do veto à Emenda 3. SDRB83 - T29</b></p> <p>No dia 3 de junho, representantes das centrais CUT, Força Sindical, UGT, Nova Central, CTB e CGTB entregaram ao presidente da Câmara mais de 1 milhão de assinaturas em apoio ao projeto de redução da jornada. A campanha não tem data para acabar. “O passo seguinte é <b>manter a pressão</b> sobre o Congresso”, diz Artur. <b>T31</b></p> <p>“<b>A atuação dos sindicatos foi decisiva para derrotar a política salarial vigente</b>”, recorda o economista Walter Barelli, presidente do Dieese à época. <b>T35</b></p> <p>O Sinaltrainal, sindicato nacional dos trabalhadores do sistema agroalimentício, ingressou na Justiça, <b>exigindo que o governo garanta o cumprimento das leis trabalhistas e obrigue a corporação a negociar</b>. <b>T42</b></p> <p>O movimento sindical já <b>incomodava o poder de plantão</b>. Surgia uma geração que depois seria associada com o “novo sindicalismo”, propondo mudanças estruturais e modernização nas relações do trabalho. Essa geração, identificada por Lula e outros, <b>iria se chocar com dirigentes apegados à estrutura oficial, resistentes a mudanças</b>. <b>T43</b></p>
-----------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## APÊNDICE G

## FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS – REVISTA DO BRASIL

<p><b>FP9 – GREVES, PROTESTOS E MANIFESTAÇÕES SÃO LEGÍTIMOS E VALOROSOS</b></p>	<p><b>De mãos dadas, duas colunas de manifestantes</b> descem as ruas laterais ao Parlamento. <b>T30</b></p> <p>De repente, um estrondo. Depois outro, e mais outro. Demora, até as pessoas, assustadas, serem informadas da salva de 21 tiros de canhão. Um pelotão dos Dragões da Independência, a guarda palaciana, está em forma. A banda começa a tocar o Hino Nacional. No alto da rampa, Lula e sua mulher, Marisa, recebem o presidente Boni Yayi, do Benim, pequeno país do noroeste da África. <b>Muitos correm e se aproximam. Os guardas palacianos se agitam. Mas ninguém transpõe a cerca móvel de metal. Só queriam ver a cena brasileira. T30</b></p> <p>Sob um sol tórrido, <b>os manifestantes retornam lentamente aos ônibus.</b> A brisa fria acentua o ar seco e engana, ao atenuar falsamente o ardor dos raios ultravioleta. <b>Muitos estão com o rosto vermelho. Mas nem parecem cansados. T30</b></p> <p>Três meses após realizar greve de 21 dias, <b>o sentimento dos professores estaduais de São Paulo é de que sua luta exala dignidade. T32</b></p> <p><b>As greves desencadeadas a partir de 1978, quando aquele líder passou a ser conhecido nacionalmente como Lula, promoveram o sindicalismo a uma posição definitiva de preponderância na história do Brasil. T35</b></p> <p>O pesquisador Hélio da Costa, do Instituto Observatório Social, vê na greve de 1953 <b>“a grande retomada do movimento sindical depois de um período de repressão do governo Dutra”</b> e com</p>
---------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



	<p>alguma distensão promovida por Vargas. E o movimento, segundo ele, de certa forma “atravessa” os sindicatos, já que tem como base a organização nos locais de trabalho, com comissões de greve e de salários. <b>T48</b></p> <p><b>Imbróglio federal T46</b></p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## APÊNDICE H

## FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS – REVISTA DO BRASIL

<p><b>FP10 – CLASSE POLÍTICA AGE DE MANEIRA SORRATEIRA AO TRATAR QUESTÕES DOS TRABALHADORES</b></p>	<p>O deputado Zimmermann alerta: “Já há várias idéias sendo discutidas no Congresso que, a conta-gotas, propõem mudanças estruturais. Esse caso da Emenda 3 é só uma evidência da dureza do novo tempo que está chegando”. O parlamentar lembra que o placar de 304 a 146 na votação de fevereiro dá a medida do desafio, porque, para outros projetos, a base governista tem obtido mais que o dobro de apoios. <b>“A base do governo, como um todo, não tem compromisso com a preservação dos direitos trabalhistas. Será preciso muito mais pressão política do movimento sindical aqui dentro. O próximo período promete ser perigoso.” T28</b></p> <p><b>Até aí, tudo parecia uma tacada certa do governo, não fosse um pequeno problema de “redação”: é que, quando a MP que criava a Super-Receita foi apreciada no Congresso, seu texto final contrabandeou uma emenda, a famigerada Emenda 3, que misturou questão tributária com interesses trabalhistas – dos empresários. T29</b></p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## APÊNDICE I

## FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS – REVISTA DO BRASIL

<p><b>FP11 – EMPRESAS E EMPRESÁRIOS DESFAVORECEM TRABALHADORES</b></p>	<p><b>Dois meses depois, porém, o setor empresarial disparou contra a classe trabalhadora. E o ataque foi violento.</b> Em dezembro, as demissões superaram as contratações com carteira assinada em 655 mil postos de trabalho no país, superando em muito os habituais saldos negativos desta época do ano. <b>T34</b></p> <p>Parte desse quadro deveu-se à diminuição da atividade econômica, <b>outra parte ao oportunismo das empresas</b>, segundo o presidente da CUT, Artur Henrique da Silva Santos. <b>T34</b></p> <p>Enquanto isso, no Brasil, <b>proteção ao trabalhador ainda é tema para ficção. Empresas que se beneficiaram de recursos públicos, a maioria liberada pelo BNDES, não titubearam em iniciar a onda de demissões.</b> <b>T34</b></p> <p>E enquanto alguns segmentos culpam a crise mundial pela queda de desempenho, <b>outros promovem demissões mesmo sem ser afetados por ela. É o caso, por exemplo, do Santander, que dispensou 400 funcionários nas últimas semanas.</b> O banco, que comprou o ABN Amro Bank em 2007, interrompeu um processo de negociação em curso para reduzir o impacto das demissões e mandou ver. <b>T34</b></p> <p>Para Geraldo Melhorine Filho, coordenador-geral da Federação dos Químicos do Estado de São Paulo (Fetquim), da CUT, <b>o empresariado sabe da importância da remuneração dos trabalhadores para o desenvolvimento do país, mas adota a lógica de jogar a negociação “para baixo” nas campanhas salariais. “Parece que eles não querem que os trabalhadores evoluam e possam sonhar em chegar ao patamar de vida que os</b></p>
------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<b>filhos deles têm”, critica o coordenador da Fetquim. T36</b>
--	-----------------------------------------------------------------

## APÊNDICE J

FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS – *REVISTA DO BRASIL*

<p><b>FP12 – POLÍTICAS NEOLIBERAIS SÃO PREJUDICIAIS AOS TRABALHADORES</b></p>	<p><b>O Brasil se rendeu ao neoliberalismo, à política de deixar o mercado ditar os rumos do Estado e da economia.</b> O índice de desemprego disparou. A pretexto de reduzir o “custo Brasil”, empresariado e governos tentaram eliminar os direitos dos trabalhadores e criminalizar o movimento sindical. <b>T35</b></p> <p>Para os cutistas, o Estado deve ser fomentador da economia. “Inclusive regulando”, observa Vagner. “Ficou claro que aquela ideia <b>da década de 1990, de Estado mínimo, não funcionou.</b> Nós, que fomos chamados de dinossauros, desinformados, estávamos alertando que aquele <b>capitalismo virtual</b> nada tinha a ver com uma sociedade justa. Emprego, educação pública, saúde pública não são ativos mercadológicos.” <b>T45</b></p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## APÊNDICE K

## FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS – REVISTA DO BRASIL

<p><b>FP13 – DISCURSO DA MÍDIA É CONTRA A CLASSE TRABALHADORA</b></p>	<p>O ato, <b>desprezado pelos meios de comunicação, habituados a empurrar à opinião pública agendas como as de reformas que reduzam direitos previdenciários e trabalhistas</b>, não foi exatamente um movimento hostil ao governo federal – possivelmente a maioria ali era de eleitores de Lula. <b>T30</b></p> <p><b>Os trabalhadores se movimentam e, mesmo desprezados e criminalizados pelos meios de comunicação</b>, comprovam que a distribuição de renda, mais que melhorar a vida das pessoas, é o principal lastro da economia <b>T36</b></p> <p><b>Para Antônio Neto, os meios de comunicação tratam certos temas com pesos diferentes.</b> “O projeto Ficha Limpa, que é importante, teve 1,6 milhão de assinaturas. Mas o projeto da redução da jornada também teve, e esse a mídia não apoia. E é uma PEC de 15 anos”, compara. <b>T39</b></p> <p>“As pessoas, quando vão para o governo, deixam de ser dirigentes sindicais. Enquanto você está lá, está cumprindo uma função pública. <b>O que está por trás da notícia é insinuar que sindicalista não tem competência.</b> Isso é absolutamente desrespeitoso”, reage. <b>T39</b></p> <p><b>Os sindicalistas tiveram de driblar ainda o obstáculo da pouca visibilidade dada pela maior parte da imprensa ao ato de 6 de março</b>, que reuniu algumas dezenas de milhares de pessoas. <b>T47</b></p> <p>O primeiro se tratava de <b>“acalmar” mídia e classe média.</b> <b>T47</b></p> <p>O sociólogo Adalberto Cardoso, diretor do Instituto de Estudos</p>
-----------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj), **faz uma leitura crítica da cobertura das manifestações de rua pela mídia tradicional, que identificaria os jovens como o moderno e os trabalhadores como o atraso. “É uma leitura adversária ao mundo do trabalho, uma posição contrária ao trabalho organizado”, observa. “A minimização do movimento sindical interessa a uma elite conservadora.” Segundo o pesquisador, o sindicalismo representa hoje “a principal fonte de elites governantes de estrato popular”. “É contra isso que a mídia no Brasil se bate. É má-fé dizer que esse sindicalismo não existe.” T50**

**“Há um trabalho da mídia contra os resultados do governo Dilma, que não são pífios. O Brasil está dentro da média internacional. Mas a gente sabe que é uma preparação eleitoral.” T52**

## APÊNDICE L

FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS – *REVISTA DO BRASIL*

<b>FP14 – NEGOCIAR É A MELHOR SAÍDA</b>	<p>“Precisamos estabelecer o nosso papel. Serão três anos de intensa agenda sindical, de mobilização, <b>mas também de diálogo.</b>” <b>SDRB133 - T45</b></p> <p>Acredito que, naquele momento, a maioria escolheu – em que pesem algumas diferenças – <b>um modelo de central, afeita mais à negociação, de defesa da democracia, menos conflitiva.</b>” <b>SDRB134 - T50</b></p>
-----------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



## APÊNDICE M

FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS – *REVISTA DO BRASIL*

<p><b>FP15 – GOVERNO DO PT PODE SER ALIADO</b></p>	<p>Mas os principais dirigentes das centrais <b>não escondem a preferência pela pré-candidata do PT, Dilma Rousseff. T39</b></p> <p><b>“Antes de Lula, o projeto privilegiava o desmonte do Estado. E o movimento sindical tinha quase nenhuma discussão com o governo”. T39</b></p> <p>“A pior coisa seria ficar em cima do muro. É um erro político grave achar que os projetos políticos em disputa na sociedade brasileira são iguais. <b>É só olhar o que aconteceu na década de 90, quando passamos o tempo todo debatendo resistência, em vez de uma agenda positiva.</b> Naquele momento, só nós restava o direito de esperar”. T39</p> <p><b>“Antes, éramos tratados como bandidos ou pessoas que não têm papel a cumprir.”</b> Ele lembra, inclusive, <b>que o DEM entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando o reconhecimento das centrais.</b> “Isso no mínimo é um ataque à democracia.” T39</p> <p>O presidente da CGTB, Antônio Neto, também vê necessidade de dar <b>sequência a um modelo de “desenvolvimento e de democratização do Estado”,</b> em que todos os temas sejam discutidos. “No Brasil, não se fazia um planejamento ou política industrial há 30 anos. Há anos o Brasil não construía um navio”, diz, <b>citando o programa de modernização da frota, que prevê mais de 100 navios até 2014. T39</b></p> <p>“A concentração de renda continua elevada e o país, muito desigual. Estamos diante de uma disputa de projetos, <b>não pode haver</b></p>
----------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p><b>retrocesso.” T45</b></p> <p>Mas se é verdade que todas criticam um certo distanciamento entre o governo e os movimentos sociais, também é fato que, para uma parcela do movimento sindical, <b>mais importante que o atendimento de algumas reivindicações é o projeto de governo e de país que estará em discussão até outubro. T52</b></p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## APÊNDICE N

FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS – *REVISTA DO BRASIL*

<p><b>FP16 – SINDICATOS/CENTRAIS NÃO SÃO PELEGOS</b></p>	<p>“A grandeza de uma central se vê pela capacidade de avaliar a conjuntura. <b>A CUT defende os projetos políticos para a classe trabalhadora. Se isso coincidir com alguma política de governo, melhor.</b>” T45</p> <p>Além de considerar a declaração “irresponsável”, Carvalho afirmou que os movimentos sociais <b>têm boa relação com o governo, mas sem submissão.</b> T47</p> <p>E considera que, <b>com Lula, a central chegou ao poder.</b> “A CUT forneceu quadros para várias instâncias do governo. <b>É uma estreiteza de compreensão política dizer que é chapa-branca.</b> Outra coisa são os sindicatos de base, que fazem greve para melhorar as condições de trabalho de seus representados.” T50</p> <p><b>O presidente da CUT, Vagner Freitas, observa certo descrédito da sociedade em relação ao movimento sindical. Mas não considera as recentes manifestações um “sinal de alerta” de que os desorganizados estejam questionando os organizados.</b> O alerta, segundo ele, é a sensação de descrédito sobre uma estrutura sindical que possibilita a acomodação dos dirigentes e precisa ser reformulada. T50</p>
------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## APÊNDICE O

FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS – *REVISTA DO BRASIL*

<p><b>FP17 – SINDICATOS/CENTRAIS NÃO SÃO PELEGOS</b></p>	<p>O debate sobre questões como imposto e unicidade sindical <b>esfriou a relação entre a CUT e as outras centrais</b>, que em 2010 participaram juntas de uma conferência, a 2ª Conclat, para entregar uma pauta de reivindicações aos candidatos à Presidência da República. <b>T44</b></p> <p><b>Com posições divergentes entre as entidades dos professores, a decisão do governo de não ir além e o prazo curto, a negociação pode terminar em impasse. T46</b></p>
------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ANEXO 1  
FP1 – REVISTA VEJA

**Brasil**

# A TRISTE FACE DO

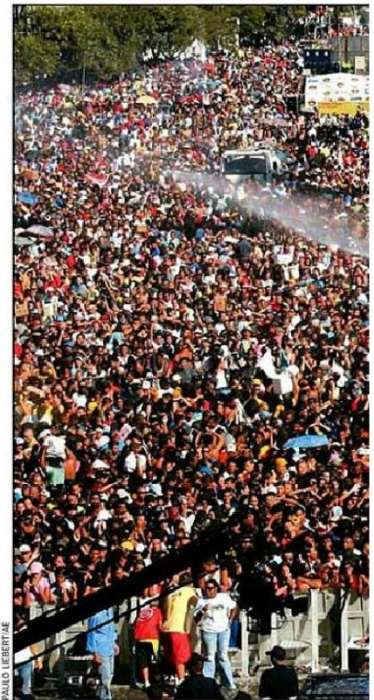
Na festa do 1º de Maio, as centrais sindicais são dóceis com o governo — e isso é um efeito das verbas e cargos que receberam

Alexandre Oltramari

**D**esde que começou a despontar como líder sindical no fim da década de 70, Luiz Inácio Lula da Silva só deixou de ir às festas do 1º de Maio em São Bernardo do Campo duas vezes. Na primeira, em 1980, estava amargando 31 dias de xilindró por comandar as greves de metalúrgicos que desafiaram o regime militar. Agora, na segunda ausência, ficou descansando no Palácio da Alvorada, onde aproveitou para jogar uma pelada com amigos. Oficialmente, Lula não compareceu a São Bernardo, berço do sindicalismo do PT, porque foi alertado de que se preparava ali um protesto contra o governo. De fato, houve um protesto, tímido e rápido, mas Lula poderia ter aparecido em qualquer outra das festas. Só em São Paulo, as duas principais centrais sindicais reuniram mais de 1,5 milhão de trabalhadores em festejos separados, durante os quais o governo foi tratado com uma docilidade ímpar — nada das críticas ou dos xingamentos contra o governo que historicamente marcam as comemorações do 1º de Maio. Portanto, a explicação mais lógica para a ausência de Lula talvez seja outra: é desnecessário lutar pelo apoio dos sindicalistas e das cen-

trais sindicais. Eles já estão, quase todos, aninhados no bolso do governo.

Em seu primeiro mandato, Lula despachou 72 milhões de reais para as duas centrais sindicais mais importantes — a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical, que, juntas, têm 38,5 milhões de filiados, equivalentes a 85% dos trabalhadores sindicalizados no país. Parece pouco dinheiro. No seu segundo mandato, o tucano Fernando Henrique Cardoso transferiu 289 milhões de reais para a CUT e a Força — ou quatro vezes mais. A diferença é que o presidente Lula, além do dinheiro e da sua natural proximidade com o meio sindical, no qual começou a construir sua vida pública, ofereceu aos membros da elite sindical o que eles nunca tiveram antes: cargos no governo. E dar cargos no governo é apenas uma outra forma de dar dinheiro — e poder. “O alinhamento com um governo é o passo mais seguro para matar a função crucial dos sindicatos, que é defender os interesses dos trabalhadores”, diz o professor de sociologia do trabalho da Unicamp Ricardo Antunes, autor de nove livros sobre trabalho e sindicalismo. “Isso é o neopeleguismo do social-liberalismo. É um pouco mais sutil, mas é farinha do mesmo saco.” Estima-se que a CUT, desde que Lula tomou posse, tenha preenchido cerca de 1 000 cargos de confiança no governo federal. Em julho de 2005, essa



PAULO LEIBERIKS

relação foi coroada com a entrega do Ministério do Trabalho ao então presidente da CUT, Luiz Marinho.

Agora, com a transferência de Marinho para o Ministério da Previdência, o governo consumou seu matrimônio de conveniência com a cooptação da Força Sindical. Primeiro, deu o cargo de ministro para Carlos Lupi, presiden-

## Ascensão e queda

Em 100 anos, o movimento sindical brasileiro nasceu, floresceu e, hoje, está perto da agonia

**1906** — Foi criada a primeira organização sindical de âmbito nacional, a Confederação Operária Brasileira (COB). As greves começaram a se espalhar pelo país

**1917** — Greve numa fábrica de tecidos em São Paulo mobilizou 45 000 trabalhadores e foi reprimida com violência. O movimento operário ganhou um mártir: o sapateiro Antonio Martinez, morto com um tiro no estômago durante o protesto

**1922** — O movimento operário se organizou em torno do Partido Comunista. Entre os nove membros iniciais do PC, oito eram líderes sindicais

**1931** — O Ministério do Trabalho, recém-criado, regularizou a atuação dos sindicatos



Getúlio Vargas



# NEOPELEGUISMO



Festa do 1º de Maio da Força Sindical, em São Paulo: cargos, verbas e nada de crítica

te do PDT, que começou sua carreira política como jornalista de Leonel Brizola. Sua adesão ao governo tem um significado duplo: Lupi representa o apoio do PDT e da Força Sindical, central dominada pelos pedetistas. Em seguida, o ministro Lupi encarregou-se de acomodar o ex-deputado Luiz Antonio de Medeiros como secretário de

Relações do Trabalho. Medeiros, que já foi operário da construção civil e metalúrgico, é um dos fundadores da Força Sindical, que surgiu em oposição aberta à CUT. Sempre fez oposição aos petistas, tanto na vida política quanto no meio sindical, mas, como não conseguiu uma cadeira na Câmara dos Deputados na última eleição, rendeu-se

penhoradamente à boquinha de um cargo público. Com isso, o governo, que já absorvera a CUT, engoliu também a Força Sindical. O atual presidente da entidade, o deputado Paulo Pereira da Silva, vive em Brasília com uma lista de indicações para cargos públicos embaixo do braço. Tem tido sucesso na sua missão.

**1935** – Em abril, para conter a agitação promovida pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), comandada por **Luís Carlos Prestes**, o governo proibiu o direito de greve e dissolveu a principal central sindical do país, a CSU

**1939** – Foi criado o imposto sindical, atrelando financeiramente os sindicatos ao estado

**1964** – Com o golpe militar, em 31 de março, os sindicatos foram fechados. Os principais líderes sindicais acabaram presos

**1978** – Começaram as grandes greves do ABC paulista, que iriam projetar nacionalmente o metalúrgico **Luiz Inácio Lula da Silva**

**1980** – Os trabalhadores rurais começaram a se unir aos operários urbanos

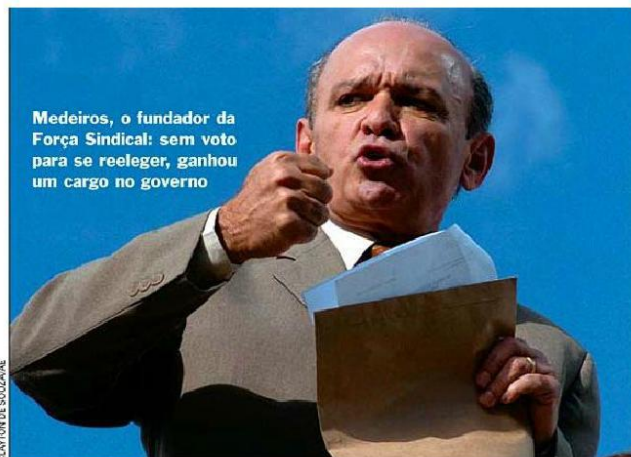
**1983** – Sob influência direta do PT, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT)



Fontes: Dieese e Ricardo Antunes







Medeiros, o fundador da Força Sindical: sem voto para se reeleger, ganhou um cargo no governo

CLAYTON E SOUZA/AG



Marinho, ex-presidente da CUT, a central dos 1 000 cargos

PAULO MARINHO/AG

Tendo oferecido às centrais sindicais menos dinheiro que o antecessor, Lula já está corrigindo a distorção. Até o fim do mês, planeja editar uma medida provisória legalizando as centrais sindicais e passar a dividir com elas o bolo do imposto sindical — excrecência criada em 1939, sob o governo de Getúlio Vargas, destinada a manietar os sindicatos ao estado. Com o desconto de um dia de trabalho por ano de todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, o governo recolhe cerca de 1 bilhão de reais. Em torno de 200 milhões ficam nos cofres do governo — e metade disso será agora distribuída às centrais sindicais. A medida só não foi anunciada ainda porque uma central menor, a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), não gostou do critério de distribuição segundo o qual os sindicatos indicariam as centrais para as quais querem que o dinheiro seja destinado. CUT e Força Sindical, como são grandes, acham o critério justo. E afirmam que, com isso, vão combater o sindicalismo pelego, que vive recebendo dinheiro sem ter representação real entre os trabalhado-

res. Com esse discurso, destinado a ludibriar a platéia, esquecem convenientemente que sindicalismo pelego é aquele que, representando muitos ou poucos trabalhadores, vive de dinheiro oficial.

A legalização e a distribuição de dinheiro às centrais contrariam frontalmente os termos da reforma sindical que o próprio governo mandou ao Congresso Nacional em 2005. Pela proposta de reforma, os sindicatos deixariam de ser financiados pelo governo e passariam a se sustentar com a contribuição voluntária de seus próprios filiados, como ocorre nas democracias mais modernas do mundo — e nesse formato, aí, sim, pode-se falar em combate ao sindicalismo pelego. Os sindicalistas, no entanto, não gostaram da idéia embutida na reforma sindical, que dorme até hoje em alguma gaveta no Congresso, e conseguiram agora arrancar uma medida no sentido inverso, aumentando o repasse de dinheiro público aos sindicatos. É uma inversão que tende a aprofundar um dos aspectos mais nefastos da antiqua-

da estrutura sindical brasileira, que é sua dependência do estado.

Com seu alinhamento ideológico, associado ao convescote de dinheiro e cargos no governo, o movimento sindical brasileiro apenas acentua uma crise que começou há quase duas décadas. Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, o grosso do movimento sindical perdeu a bússola ideológica que orientava sua atuação. No Brasil, o golpe seria ainda mais forte com o advento da estabilidade econômica, conquistada a partir do Plano Real em 1994, que arrancaria das mãos dos líderes sindicais a bandeira do arrocho salarial produzido pela fogueira inflacionária. Desde então, os sindicatos não sabem exatamente que novo papel podem representar para os trabalhadores. Devem permanecer classistas, como na sua origem? Ou devem exercer um papel mais cidadão, como parece ser uma exigência das economias modernas e globalizadas?

Ninguém encontrou uma saída consistente, mas uma coisa está clara: trabalhador nenhum vai se beneficiar de sindicatos aninhados no governo e mamando em impostos. ■



Passeata dos grevistas da Petrobras, no Rio de Janeiro



PAULO MARINHO/AG

O primeiro mandato de Lula em

[www.veja.com.br/lula](http://www.veja.com.br/lula)

**1986** — Foi criada a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que se opõe à CUT. Com o descontrole inflacionário, o país começou a enfrentar uma inêdita onda de greves

**1989** — Com a queda do Muro de Berlim, o movimento sindical começou a perder força. A média de greves, que chegou a 2 200 por ano na década de 80, caiu para 950 na década seguinte

**1994** — Com o lançamento do Plano Real, o país passou a ter estabilidade econômica e os sindicatos perderam a bandeira do arrocho salarial

**1995** — O governo mobilizou o Exército, enfrentou a greve dos petroleiros, que durava um mês, e impôs uma derrota histórica à CUT e ao PT, que lideravam o movimento

**2003** — Lula assumiu a Presidência da República e o movimento sindical, sempre fortemente opositorista, passou a dar sustentação política ao governo. As duas principais centrais, CUT e Força Sindical, antes rivais, viraram aliadas

ANEXO 2  
FP2 – REVISTA VEJA

## Brasil



# “PRA QUEBRAR TU

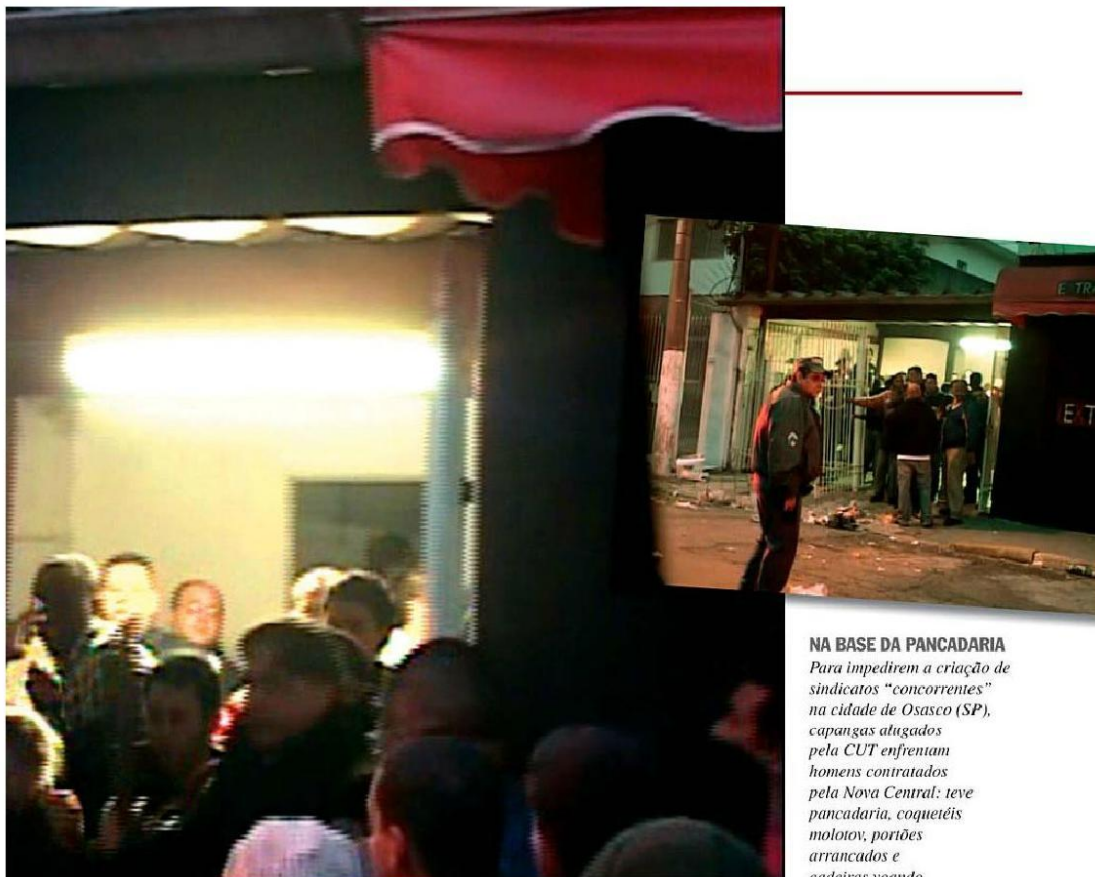
De olho no dinheiro do imposto sindical, centrais de trabalhadores contratam capangas armados a 180 reais por cabeça para invadir territórios rivais e “roubar” filiados umas das outras

LAURA DINIZ

Poucos negócios no Brasil são tão lucrativos quanto montar um sindicato. Sim, você leu direito. Na república sindical instalada no Brasil pelo governo petista, conseguir representar uma categoria de trabalhadores virou excelente negócio. Mas não um negócio qualquer. Para começar, o sindicato tem monopólio local garantido por lei. Essa categoria é minha e ninguém tasca! A segunda ca-

racterística desse ramo especialíssimo de negócio é o fato de que o dinheiro cai no caixa automaticamente, sem que seja preciso mexer uma palha. As contribuições, para filiados ou não, são compulsórias. Delas, dos impostos e da morte, ninguém escapa. Uma terceira faceta do negócio é ainda mais atraente. A lei garante a inviolabilidade de suas finanças. Isso significa que os sindicatos estão dispensados de prestar contas sobre como gastam o dinheiro arrecadado compulsoriamente. Quando se somam essas facilidades todas, fica evidente que os





#### NA BASE DA PANCADARIA

*Para impedirem a criação de sindicatos "concorrentes" na cidade de Osasco (SP), capangas alugados pela CUT enfrentam homens contratados pela Nova Central: teve pancadaria, coquetéis molotov, portões arrancados e cadeiras voando*

## DO É MAIS CARO”

sindicalistas chegaram não apenas ao Planalto, mas ao paraíso. Digamos que, mesmo em um ambiente favorável assim, um dirigente sindical brasileiro sinte-se insatisfeito. Sem problema. Passa pela direção de um sindicato o caminho mais curto para conseguir a nomeação para algum alto posto no governo federal em Brasília, que tem 12% dos cargos de confiança ocupados por pessoas ligadas às centrais sindicais.

Mas — e sempre tem um mas — um negócio desses, garantido e lucrativo, é muito disputado. Como se verá nesta re-

portagem, disputado a pau e pedra. Para evitarem que um sindicato “roube” o monopólio de filiação de outro, lideranças desenvolveram uma estratégia previsível quando se trabalha fora do alcance da lei. Estão contratando capangas armados para, na base do quebra-quebra e da pancadaria, impedir a realização de assembleias de fundação de sindicatos potencialmente concorrentes. Em São Paulo, desde o ano passado, já foram registradas dezenas de confrontos do tipo, alguns envolvendo até 300 homens de cada lado — pois a parte ameaçada rea-

ge com a mesma moeda e sai a contratar arruaqueiros. Desarmado, cada um custa 130 reais; armado, sai por 180 reais — ou 250 reais caso seja policial. “Agora, se for pra quebrar tudo, fica mais caro”, disse a VEJA o chefe de um dos mais ativos serviços de milícia de aluguel de São Paulo. Ele garante ter trabalhado para três das seis principais centrais sindicais do país.

O gangsterismo sindical, agora em sua versão explícita, começou com uma mudança legal ocorrida no ano passado. No Brasil, desde o governo Getúlio Var-



**Brasil**

ROBERTO STUCKERT FILHO

gas, vigora o sistema de unicidade sindical, que permite a existência de apenas um sindicato por categoria em determinada região. Uma portaria do governo, porém, passou a admitir a abertura de entidades “concorrentes” em uma mesma região desde que a sede da mais nova não fique no mesmo local que a sede da mais antiga. Imagine-se o Sindicato dos Garçons, com sede na cidade de São Paulo e atuação em toda a Grande São

Paulo. Ele era o único autorizado a representar os profissionais da região. Hoje, com as atuais regras, qualquer um pode montar o, digamos, Sindicato dos Garçons do B, desde que a sua base fique, por exemplo, em Santo André — onde a primeira entidade não mais poderá atuar. Do ponto de vista do modelo sindical, a mudança não significa nenhum avanço. Ela é apenas a fragmentação de um monopólio. Os garçons brasi-

leiros — ao contrário dos seus colegas americanos ou da maior parte dos europeus — continuam sem ter o direito de decidir se querem ou não contribuir com os seus sindicatos e também sem poder escolher qual a entidade que vai representá-los. O fato de a “contribuição” ser compulsória garante que o dinheiro seja entregue ao sindicato que fica na região em que o contribuinte trabalha. Já do ponto de vista prático, deu no que deu.

**NUNCA ANTES NESTE PAÍS...**

As centrais sindicais nunca ganharam tanto dinheiro quanto agora. Desde que o governo Lula passou a transferir para elas 10% do imposto sindical, a arrecadação conjunta das seis principais saltou para 75 milhões de reais, oito vezes o que receberam em 2007, quando o caixa das entidades era abastecido unicamente com os repasses dos sindicatos

Fontes: centrais sindicais e Ministério do Trabalho e Emprego



ARRECADAÇÃO (em reais)	CUT	FORÇA SINDICAL	UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES
2007	5 milhões	1,5 milhão	1 milhão
2009	25 milhões	21 milhões	12,5 milhões





**“PRESENTÃO DO PAIZÃO”** *Dirigentes de centrais sindicais comemoram com uísque a lei, apoiada por Lula (acima, conversando com o sindicalista e então ministro Luiz Marinho), que transfere para os cofres das entidades 10% do imposto sindical*

No mês passado, para fundar mais dois sindicatos na cidade de Bertioga (litoral de São Paulo), a CUT levou 400 “seguranças”, como o secretário de organização da entidade, Jacy Afonso de Melo, prefere chamar os capangas de aluguel. “Dona” do pedaço, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado de São Paulo (Feticom) recebeu a CUT com 600 homens, prontos para

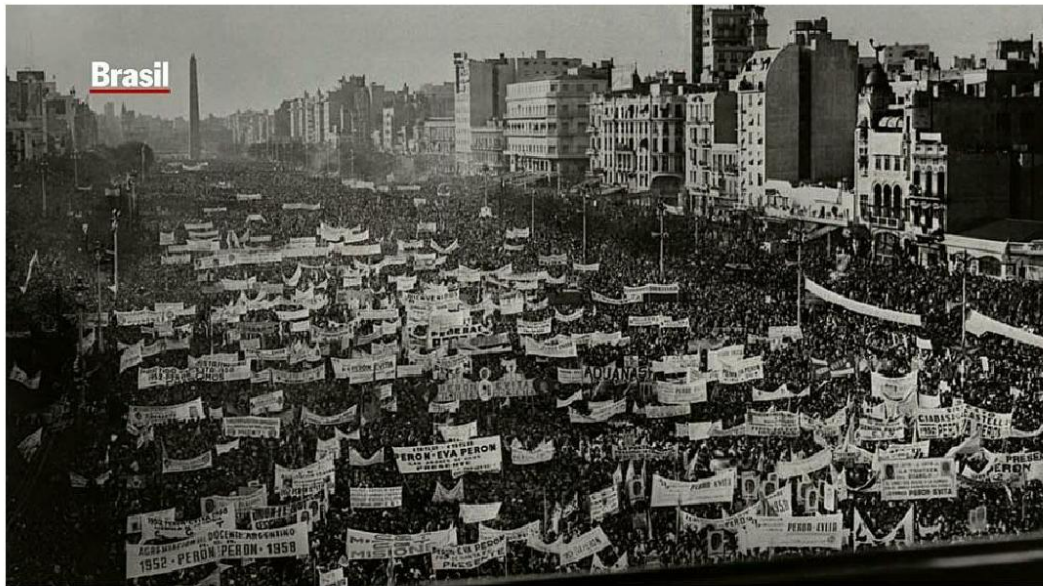
impedir a realização das assembleias (“Metade era trabalhador, metade a gente pagou”, admite o presidente da Feticom, Emílio Alves Ferreira Júnior). O embate só não aconteceu porque, na última hora, os líderes dos dois lados decidiram sentar-se para lotear entre si as cidades que permaneceriam sob a esfera de influência de cada um. Já o desfecho do embate ocorrido em 31 de julho, em Osasco, entre a mesma CUT e a Nova Central foi menos diplomático. A disputa para abocanhar as “contribuições” de trabalhadores do setor de bares e restaurantes envolveu 300 cavalheiros, muitos sopapos, coquetéis molotov e cadeiras voando pelos ares. “Estamos vivendo numa anarquia sindical. E a ra-

zão é que o movimento está sendo dirigido por interesses financeiros e pessoais”, diz Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

A CUT e a Força Sindical, as duas maiores centrais do país, perderam território para as novas entidades, criadas por lideranças de olho na reestruturação da divisão do imposto sindical sacramentada pelo presidente Lula no ano passado. A mudança agraciou as centrais com 10% do imposto arrecadado pelos sindicatos, porcentagem que antes ficava para o governo. Foi um presentão do “paizão” Lula — como, na ocasião, se referiu ao presidente da República um sindicalista. O “presentão do paizão” foi comemorado em grande estilo. Dirigentes de classe organizaram um festão no Congresso, com vinho e uísque 12 anos rolando solto.

Não foi o único mimo ofertado por Lula aos companheiros sindicalistas. Em março de 2008, ele vetou um dispositivo que autorizava o Tribunal de Contas da União (TCU) a fiscalizar as contas dos sindicatos — inescrutáveis desde a Constituição de 1988, que pretendeu, dessa forma, proteger as organizações de interferências do poder público. “Esse veto é inacreditável. É a primeira vez em que alguém diz que dinheiro público não precisa ser auditado. Nem o

<b>NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES</b>	<b>CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL</b>	<b>CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL</b>
<b>400 000</b>	<b>—</b>	<b>1,5 milhão</b>
<b>9 milhões</b>	<b>4 milhões</b>	<b>3 milhões</b>
* Criada em dezembro de 2007		



#### BUENOS AIRES, 1951

Sindicalistas argentinos vão às ruas pedir a candidatura do seu benfeitor, Juan Domingo Perón, à Presidência da República

Banco Central tem essa autonomia”, afirma o sociólogo José Pastore. Nas poucas vezes em que um órgão logrou escarafunchar a caixa-preta das entidades, como o TCU em 2003, os resultados foram alarmantes. Dos 137 milhões de reais em verbas federais destinadas a centrais sindicais pelo Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), ninguém soube dizer onde foram parar 30,6 milhões. A auditoria do TCU só foi possível porque o dinheiro investigado não provinha do imposto sindical, mas de verbas federais. A apuração do TCU inspirou o governo de São Pau-

lo a investigar com lupa os contratos e convênios firmados com sindicatos usando dinheiro do Planfor. Até agora, foram analisados 206 dos 876 contratos firmados de 1999 a 2006. Todos mostraram algum tipo de irregularidade, formal ou envolvendo de notas frias a listas de alunos-fantasma.

“O modelo sindical brasileiro reúne as três piores características possíveis. Primeiro a unicidade sindical, seguida do sustento das entidades por contribuição compulsória e, claro, a blindagem contra fiscalização”, afirma Otávio Pinto e Silva, professor de direito da USP. Mesmo com seu figurino fora de moda, o sindicalismo nacional ganha cada vez mais espaço e dinheiro — o que, mais uma vez, coloca o Brasil na contramão da história. Para o sociólogo

Leôncio Martins, as entidades de classe estão em franco declínio. “A mobilidade do capital internacional, a flexibilização da produção e a maior heterogeneidade da força de trabalho, resultado do crescimento da mão de obra imigrante, são alguns dos fatores que apontam para isso”, diz. Mas no Brasil, ao menos por enquanto, os dirigentes não precisam se preocupar, já que têm o sustento garantido por um governo “companheiro”. Na Argentina, Juan Domingo Perón inundou os sindicatos de dinheiro e, em troca, pôde usá-los como armas de auxílio direto para a sua sustentação na Presidência. No Brasil, os sindicatos já deram incontáveis provas de lealdade ao governo do qual dependem. Assumiram uma atitude de contemplação bovina diante de questões antes explosivas, como o salário mínimo e o desemprego. Mas o maior favor prestado ao “governo companheiro” é o ensurdecedor silêncio que os sindicatos dedicam aos escândalos da administração petista. Lula, o “paizão”, tem retribuído à altura — fingindo ignorar que seus “filhos” agem como gângsteres na luta para manter os lucrativos territórios. ■

## A BOA VIDA DOS SINDICATOS

Saiba por que as entidades sindicais são, além de milionárias, indevassáveis



### ELAS TÊM O MONOPÓLIO NO SETOR

Como, por lei, só pode existir um sindicato por categoria, o trabalhador não tem como escolher a entidade que vai representá-lo



### A CONTRIBUIÇÃO É OBRIGATORIA

Os trabalhadores são obrigados a doar aos sindicatos, uma vez por ano, o equivalente a um dia de trabalho



### A FISCALIZAÇÃO É PROIBIDA

Em 2008, o presidente Lula vetou um dispositivo legal que autorizaria a auditoria das entidades pelo TCU



### NINGUÉM TEM DE PRESTAR CONTAS

A lei não obriga as entidades a dar satisfação da destinação de suas verbas



ANEXO 3  
FP3 – REVISTA VEJA

Educação

# O QUE MOVE A GREVE NA USP

O barulho de grupos de esquerda que não têm apoio de professores nem de alunos dá a falsa impressão de que a universidade entrou em colapso

RAQUEL SALGADO

A Universidade de São Paulo (USP) tem funcionários em greve há cinquenta dias. A paralisação começou com o sindicato dos servidores, que cobra aumentos salariais e anistia para seus líderes acusados de cometer crimes. Um mês depois, foi encampada pelas associações de professores e alunos. Quem observa de fora pode ter a impressão de que o movimento instalou o caos na maior instituição de ensino superior do país. Mas é só ir ao câmpus da USP em São Paulo para descobrir que o cotidiano lá pouco mudou. A maior parte dos 86 000 alunos e 5 400 professores continua frequentando aulas e ensinando. Além disso, uma parcela expressiva dos 15 500 funcionários — 30% do total — desempenha suas tarefas normalmente. Como em geral acontece nas universidades públicas, a greve da USP é restrita a grupos de representatividade limitada, ligados à esquerda radical, que disfarçam suas reivindicações muito particulares com a roupagem do interesse geral. As maiores assembleias feitas pelos grevistas não reuniram mais que 2% dos alunos, 5% dos professores e 3% dos funcionários.

O movimento só adquiriu corpo porque, neste mês, a reitora Suely Vilela convocou a polícia para dispersar piquetes armados em frente ao prédio da administração. Em sua gestão, iniciada no final de 2005, Suely Vilela não tem dado mostras de grande habilidade polí-

**PARECE AULA, MAS É COMÍCIO**

Antonio Candido, de bigode, incita os estudantes ao "exagero". Marilena Chaui, ao microfone, confunde ditadura com democracia



tica. Mas a medida que tomou, mais que justificável, era um dever para alguém encarregado de zelar pelo patrimônio de uma instituição pública: há dois anos, alunos e os mesmos líderes dos servidores invadiram e ocuparam a reitoria por 51 dias, período no qual vandalizaram o

prédio (uma das reivindicações dos grevistas, aliás, é a readmissão de Claudionor Brandão, um servidor demitido por justa causa por participar daquela depredação). Apesar disso, a presença da PM causou comoção. Os grevistas provocadores entraram em confronto com a po-

## A TURMA DO FUNDÃO

Quem está por trás da pequena — mas barulhenta — mobilização que tumultua a maior universidade do país

**ALUNOS**

**QUANTOS PARTICIPAM DO MOVIMENTO?** A maior assembleia reuniu 2 000 pessoas, ou 2% dos alunos

**QUEM OS REPRESENTA?** O Diretório Central dos Estudantes, (DCE), que não tem filiados, mas fala em nome de todos os alunos

**QUAL É A SUA IDEOLOGIA?** O DCE é dominado pelo radical PSTU. Defende a estatização dos bancos e das empresas privatizadas pelo governo

**QUEM LIDERA?** O porta-voz é Gabriel Casoni (foto). Aos 24 anos, ele é filho de empresários bem-sucedidos e estuda ciências sociais há seis anos. O ideólogo é Stefano Azzi, que, aos 23, cursa história há cinco anos. Ambos são filiados ao PSTU





SERGEANTO/AG

lícia no dia 9. Cinco manifestantes e cinco PMs acabaram no hospital. Foi o pretexto para a adesão de intelectuais panfletários. As professoras Marilena Chaui e Maria Victoria Benevides participaram de um comício travestido de aula. "Exagerem. Sejam justos e injustos", exortou um Antonio Candido nada cândido que também deu as caras. A motivação ideo-

lógica de muitos grevistas — para os quais atingir o governo paulista é objetivo primordial — tornou-se evidente. Até mesmo o delegado Protógenes Queiroz, afastado da Polícia Federal por conduzir suas investigações de maneira irregular mas acolhido como herói por certa esquerda, tirou uma casquinha ao lado de um deputado do PSOL. Na última quinta-feira, uma

paradeada na Avenida Paulista juntou 3.000 apoiadores da greve. Esse número nem de longe representa a maioria dos estudantes e dos docentes. Tampouco é unanimidade o "Fora PM" bradado pelos manifestantes. Na engenharia, por exemplo, 84% dos alunos gostariam que a PM fizesse rondas no câmpus para evitar estupros e assaltos. Tanto o slogan quanto o argumento de intelectuais como Marilena Chaui, de que a presença da polícia ameaça a liberdade de pensamento na universidade, denotam uma confusão mental digna dos relatórios do delegado Protógenes. "A PM que esteve na USP é muito diferente daquela que silenciava professores e alunos durante a ditadura militar. Desta vez, a polícia compareceu para dar proteção a um patrimônio que é de todos", diz o advogado Dalmo Dallari, ligado à esquerda.

Maior universidade do país, a USP fica apenas no 877º lugar em um ranking de mais de 1.200 instituições de ensino superior recém-consolidado com base nas informações do Scopus, entidade internacional que mede a eficiência da produção acadêmica mundial. Para muitos professores e alunos, até mesmo a ideia de aplicar o Enade à USP é anátema — o teste do Ministério da Educação afere a qualidade de ensino em cada universidade. Essa é a verdadeira lástima. E não a presença de policiais no câmpus para conter piqueteiros que gostariam de ver a USP transformada num bunker, livre de prestar contas à sociedade que investe nela.

COM REPORTAGEM DE GABRIELE JIMENEZ E KALLEO COURA

FOTOS: FÉLIX VILELA

**PROFESSORES**

Sua maior assembleia em 2009 reuniu **300** pessoas, ou **5%** da categoria

A Associação dos Docentes da USP (Aduisp)

A diretoria da Aduisp é composta de ex-petistas que abandonaram o partido porque consideram que ele se tornou conservador

**Otaviano Helene** (foto), presidente da Aduisp. Físico, já militou no PT e é considerado um esquerdista radical até por seus colegas da associação



**FUNCIONÁRIOS**

A maior assembleia reuniu **500**, ou **3%** da categoria

O Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp)

O sindicato é dominado desde a sua fundação por ex-petistas, hoje ligados à Conlutas, cuja ideologia é semelhante à do MST

**Claudionor Brandão** (foto), que respondeu a uma série de processos administrativos por depreciação de patrimônio da universidade e foi demitido em dezembro passado



Fontes: Sintusp, Aduisp e CUC



ANEXO 4  
FP4 – REVISTA VEJA

Brasil

### Radicais do PT criam o MST das fábricas e usam o dinheiro das empresas ocupadas em proveito próprio

Duda Teixeira, de Joinville

Invasões de terras, de repartições públicas, de universidades — num país que garante impunidade à violência política, é natural o surgimento de um grupo de lunáticos ansiosos por pavimentar o caminho da revolução com a tomada de fábricas. Desde 2002, militantes da Esquerda Marxista, facção radical do PT, tomaram posse de cinco indústrias em São Paulo e Santa Catarina e formaram o Movimento das Fábricas Ocupadas. Na empresa em que a ocupação foi mais prolongada, a Cipla, tradicional fabricante de produtos plásticos em Joinville, isso significou quatro anos e sete meses de ir-

regularidades administrativas, desvio de fundos e violência política.

Três meses atrás, a Cipla sofreu intervenção judicial, ordenada porque os patrões socialistas descontavam o INSS do salário dos empregados, mas não o repassavam à Previdência Social. Recibos de compras, comprovantes de transferências bancárias, cópias de e-mail e outros papéis encontrados pelo interventor revelam uma administração perniciososa, que sistematicamente desviou recursos para atender a objetivos políticos e particulares. No interior das fábricas, funcionários eram coagidos a frequentar aulas sobre a ideologia comunista, a ler a respeito da Revolução Russa de 1917 ou a contribuir com ações políticas de outros sindicatos ou com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sob ameaça de perder o emprego.

A proximidade com o MST não é sem propósito. Tomar uma fábrica é um ato fora da lei da mesma forma que invadir uma fazenda. Nas empresas ocupadas o controle acionário não passou oficialmen-



# OCUPAR E AR

VIAGEM DO MST

**Nota de Débito**

Reserva: 0226483      Vencimento: 03/07/06  
Forma Pagto: Faturado

Cliente: CIPLA LMD DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO S/A      Contato: SERGE  
Endereço: RUA SÃO PAULO, 1600  
Município: JOINVILLE      Estado: SC      Cep: 89202-200

Passageiros	Tipo Nº Bilhete	Tarifa US\$	Taxa Sbc. R\$
01 - BICKING / LEITE MR	ADT 2276976393	1.213,00	393,23

Desconto Empr.: 393,23  
Desconto 4,00%: 107,13  
Valor Total: 2.964,40  
Valor a Pagar: 2.964,40

GASTOS PESSOAIS

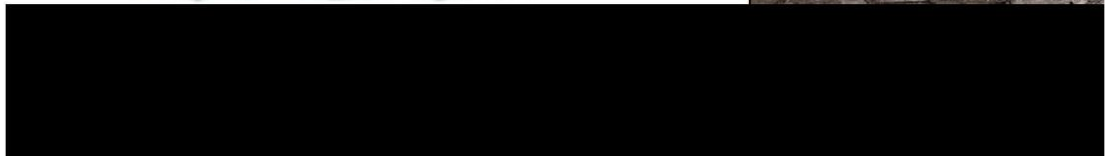
**CIPLA**

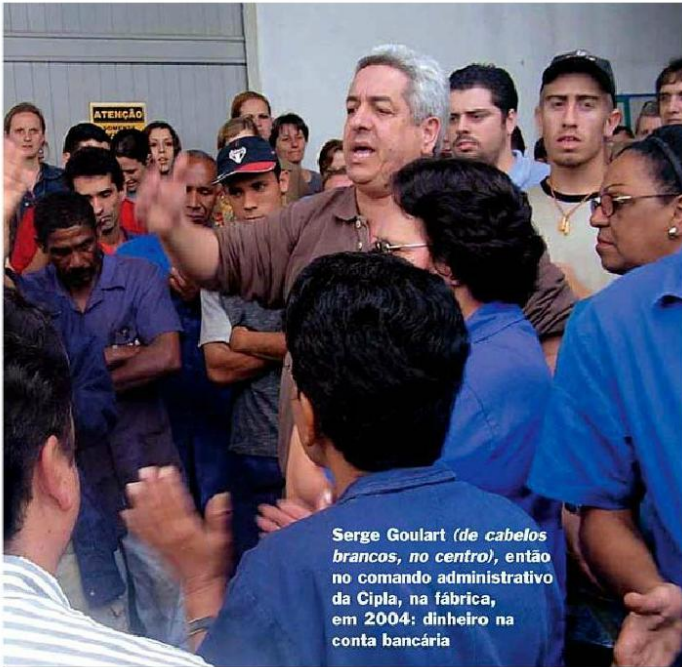
DESPESAS PESSOAIS DO SR. SERGE PAGOS PELA CIPLA:

Nº. 100496 - JOSÉ PAULO  
Confeção e instalação de portão na casa de Serge..... 5.353,60

TOTAL VALORES PAGOS..... 16.633,10

Acima, passagem aérea para militante do MST com destino a Barcelona paga pela Cipla. Ao lado, prova de que a fábrica bancou a instalação de sistema de segurança na casa de Serge Goulart, do Diretório Nacional do PT





Serge Goulart (de cabelos brancos, no centro), então no comando administrativo da Cipla, na fábrica, em 2004: dinheiro na conta bancária

# RUINAR



Placa é retirada após intervenção judicial: matéria-prima subsidiada vinha da Venezuela

te para as mãos dos trabalhadores. Na Cipla, sob concordata desde 1994, a dívida tributária ultrapassava 312 milhões de reais e os salários não eram honrados. Membros do Ministério Público Federal, da Delegacia Regional do Trabalho, do governo estadual, da Câmara dos Vereadores e do sindicato da categoria decidiram entregar a administração da fábrica a uma comissão de funcionários. Foi o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Joinville que indicou o radialista Carlos Castro, da Esquerda Marxista do PT, para membro da comissão. Por sua vez, Castro abriu a porta da empresa para que fosse tomada pelos militantes de sua facção política.

“O objetivo da comissão era salvar a empresa e os empregos, mas o que se seguiu foi pura politicagem”, diz Reinaldo Schroeder, presidente do sindicato, que rompeu com a administração esquerdista da fábrica em fevereiro de 2003. A meta imediata do Movimento das Fábricas Ocupadas é a estatização das empresas sob administração dos funcionários. “Nós queremos ser trabalhadores como os da Petrobras e do Banco do Brasil”, disse a VEJA Serge Goulart, líder máximo do movimento e, durante o período de ocupação, coordenador administrativo da Cipla. Ex-corretor de imóveis em Florianópolis, Goulart é fundador e membro do Diretório Nacional do PT. Descontentes com a falta de entusiasmo do governo Lula em estatizar uma fábrica de assentos de vasos sanitários, os militantes adotaram Hugo Chávez como patrono. No ano passado, a Cipla recebeu três lotes de matérias-primas da Pequiven, a estatal petroquímica venezuelana, no valor de 2,5 milhões de reais, em condições camaradas de pagamento.

O assalto ao caixa da empresa foi feito de diversas formas. Foram contratados 28 petistas, entre eles líderes estudantis, agricultores e um garçom ligados à Esquerda Marxista. Um sitiante, presidente do Sindicato Rural de Araquari, cidade próxima, foi empregado como auxiliar administrativo em 2003 ganhando 1 690 reais. Em abril deste ano, era gerente com salário de 5 316 reais. Nessa condição, empregou dois irmãos, uma cunhada, uma prima e um sobrinho. Funcionários eram coagidos a doar parte do salário a uma certa Associação Ferreirinha, criada para financiar projetos políticos, que também recebia 0,5% do faturamento da empresa. Comprovações de depósito revelam que o dinheiro ia direto para a conta





O interventor judicial Rainoldo Uessler: missão de fazer a fábrica dar lucro em meio a sabotagens

FOTOS ROBERTO SETTON

bancária de Goulart. Recibos mostram que a Cipla pagou 16 633 reais pela instalação de um sistema de segurança na casa de Goulart em Florianópolis. A empresa custeou ainda passagens de avião para militantes do MST e do sindicato dos ferroviários. “A companhia estava deficitária e os impostos não eram pagos. Não havia dinheiro sobrando para gastos desse tamanho”, diz o interventor Rainoldo Uessler. Perito de Florianópolis especializado em recuperar empresas, ele está no comando da Cipla e de outras duas fábricas que estiveram sob ocupação da Esquerda Marxista do PT. Sua missão é prejudicada por sabotagens praticadas pelos militantes remanescentes nas fábricas.

Os petistas alegam que a ganstança foi aprovada em reuniões de funcionários. Fiéis ao previsto nos manuais comunistas, as assembléias eram convocadas apenas para legitimar decisões já tomadas pelos dirigentes. O voto era aberto, e quem não comparecia às assembléias ou manifestava oposição recebia a visita de militantes e tinha de se explicar. “Se alguém era contra, ia direto para o paredão. Todos tínhamos medo de demissão”, diz José Nazareno de Oliveira, 47 anos, técnico em eletromecânica na Cipla. Mais de 230 empregados foram demitidos durante a ocupação, a maioria por razões políticas. No auge da tensão, os dirigentes ordenaram a fabricação de quarenta cassetetes de madeira e manoplas de plástico. Aulas de artes marciais começaram a ser ministradas para um grupo seletivo de jovens. Para os empregados, foi um sinal de que todos estavam correndo perigo.

Atualmente apenas uma indústria, a

Flaskô, em Sumaré, no interior de São Paulo, continua sob controle do Movimento das Fábricas Ocupadas. A ordem de intervenção judicial foi emitida em maio, mas não pôde ser concretizada

porque o interventor foi agredido ao tentar entrar na empresa. Nas três fábricas de Joinville sob intervenção, a maioria dos funcionários aprova a nova situação. A esperança é que seja decretada a falência das firmas. Dessa forma, poderiam formar cooperativas e assumir a administração das empresas. No Brasil, há 409 cooperativas assim. Os empregados pagam um aluguel pelo uso da fábrica até que ela vá a leilão e possa saldar suas dívidas. Os funcionários querem fazer exatamente isso, dessa vez, sem a intromissão de militantes comunistas. ■



O QUE ACONTECE EM UMA FÁBRICA OCUPADA

Os principais cargos executivos são ocupados por militantes do movimento Fábricas Ocupadas, ligado ao PT

Aulas sobre a Revolução Russa são compulsórias e os funcionários precisam ler os livros indicados

Quem não comparece nas assembléias ou faz oposição é demitido

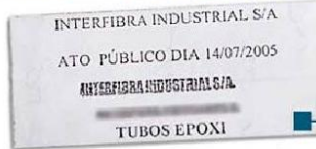
Funcionários são dispensados do trabalho para distribuir panfletos e CDs de políticos aliados

O dinheiro ganho pela empresa é utilizado para campanhas políticas e para dar boa vida aos dirigentes partidários ou aliados, como o MST

Empregados são intimados a ir a greves de outros sindicatos. Para comprovar o comparecimento, precisam assinar lista de presença ou entregar um papel com o próprio nome

Não há nenhuma preocupação com a rentabilidade da fábrica

São produzidos cassetetes dentro da fábrica para enfrentar a polícia. Há treinamento de artes marciais





ANEXO 5  
FP5 – REVISTA VEJA



Brasil

**ELES QUEREM PARAR O PAIS**  
*Marco Prisco, na Bahia, e Benevenuto Daciolo (à direita), no Rio, lideraram as greves de policiais anunciadas na semana passada. Ambos foram presos*

LUCIO TANABARA/TARDEACIOLINO

# BOMBEIROS INCEN

Liderada por um ex-bombeiro que tentou virar político, a greve dos policiais na Bahia resulta em episódios aterradores de violência em Salvador. Por obra de outro bombeiro sindicalista, o movimento contamina o Rio e ameaça se espalhar por mais treze estados

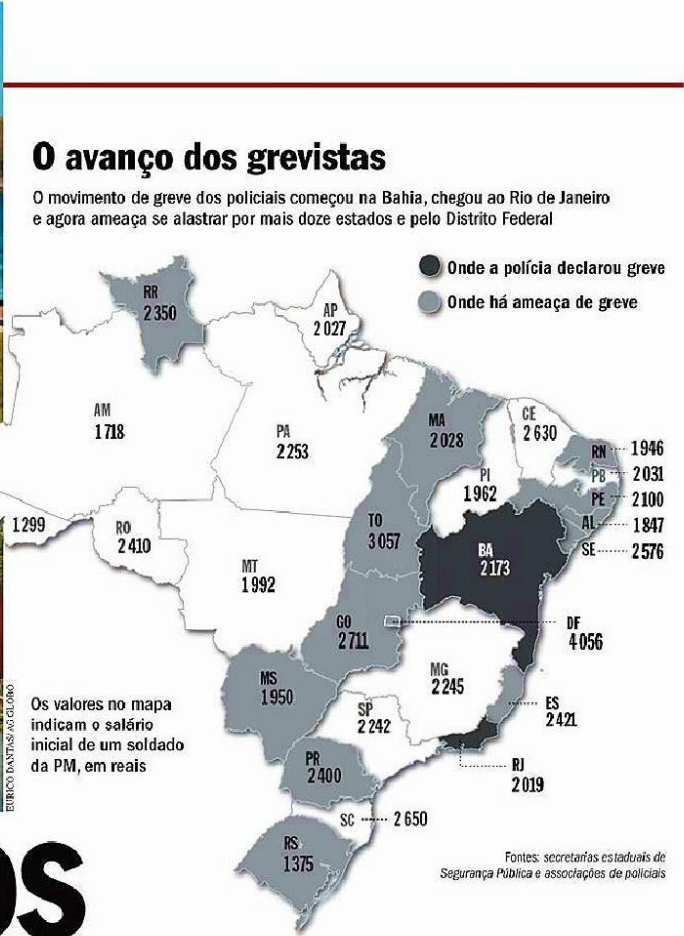
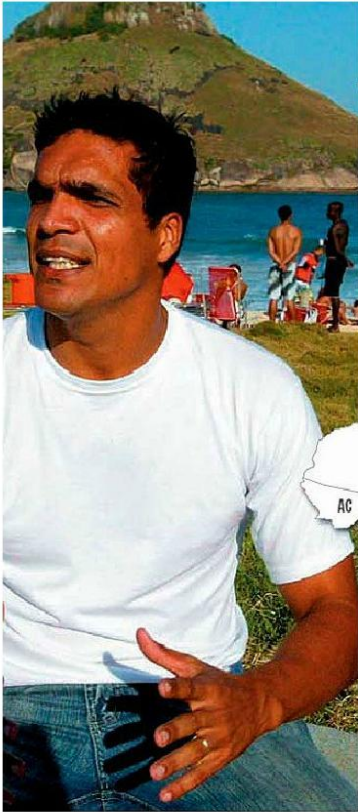
MARCELO SPERANDIO E KALLEO COURA

O baiano Marco Prisco serviu como bombeiro durante quatro anos em Salvador antes de encontrar sua verdadeira vocação, a de incendiário. Durante nove dias, ele liderou a ocupação da Assembleia Legislativa de Salvador por 245 policiais militares em greve e seus familiares. Sentado em um

escritório improvisado no primeiro pavimento do prédio e escoltado o tempo todo por dois PMs armados, ele dava ordens pelo telefone: determinava aos colegas que haviam ficado do lado de fora que se deslocassem de um lado para o outro com o objetivo de "cansar e irritar" os militares do Exército que permaneciam de prontidão debaixo do sol forte, exigia suprimentos para os grevistas e ordenava ações de tumulto, como o bloqueio da BR-116, que liga o Rio à

Bahia. Enquanto isso, do lado de fora, reinava o caos. Em dez dias de greve, sessenta ônibus foram assaltados em Salvador e dezenas de lojas, saqueadas e depredadas. As aulas na capital foram suspensas e até agora pouca gente se atreve a sair às ruas depois do pôr do sol. Outros episódios bem mais graves, no entanto, podem ter ocorrido enquanto Prisco e seus companheiros se amotinavam na sede do Legislativo.

Só na região metropolitana de Salvador, foram assassinadas no período 150 pessoas, o triplo do habitual. No sexto dia da greve, o governador da Bahia, Jaques Wagner, acusou policiais militares de estarem por trás dos homicídios. Ao longo da semana, foram surgindo indícios aterradores de que o go-



# DIÁRIOS

vernador poderia estar certo, VEJA teve acesso aos boletins de ocorrência relacionados a dezesseis dos homicídios registrados. A análise dos casos mostrou que pelo menos doze das vítimas eram moradores de rua e traziam sinais evidentes de execução. Foram abatidas a tiro enquanto dormiam nas calçadas ou vagavam pelas ruas. Em todos os doze casos, elas foram alvejadas à noite por homens encapuzados. Quatro dos crimes ocorreram numa mesma avenida, a Jorge Amado, no mesmo dia e num intervalo de minutos. Na sexta-feira passada, agentes do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal prenderam dois soldados identificados como integrantes de um grupo de extermínio. Segundo a PF, eles teriam cometido as

execuções para espalhar o medo e, com isso, fortalecer a greve criminosa comandada por Marco Prisco.

Não foi a primeira de que o ex-bombeiro participou. Prisco ingressou na Polícia Militar em 1999, aos 30 anos, e lá trabalhou até 2001. Em julho daquele ano, a PM entrou em greve. Prisco aderiu ao movimento e se tornou um articulador importante. Por ter invadido um quartel durante a paralisação, foi expulso da corporação em 2002. Desde então, virou um sindicalista profissional. O grupo do qual ele faz parte hoje, batizado de Associação Nacional de Praças (Anaspra), vem fincando bandeiras pelo Brasil. Já tem escritórios em 24 estados e diz representar “300.000 pessoas”, mas sua maior trincheira está na Região Nordes-

te. Entre os seus pares, o ex-bombeiro tem fama de radical. Uma conversa telefônica entre ele e o cabo Benevenuto Daciolo Fonseca dos Santos, líder dos bombeiros no Rio — e, como Prisco, duas vezes candidato fracassado a político —, dá conta dos métodos de trabalho do baiano. Quando a greve na Bahia tomou corpo, sindicalistas de outros estados acorreram para lá. Daciolo, como os demais visitantes, passou a disparar ligações para o seu estado para estimular levantes locais. No último dia 4, Daciolo estava no Rio pronto para liderar a deflagração da greve no estado. Às 16h54, ele recebeu um telefonema de Prisco. O baiano queria saber se a paralisação já havia sido decretada. O diálogo que se seguiu foi o seguinte:



## Brasil

— Af, parou mesmo, não é? — perguntou Prisco.

— Não. Estou acionando a galera aqui para isso, segura af, irmão. Estou levando daqui a pouquinho uma galera para uma emissora para poder acionar isso af em rede nacional — respondeu Daciolo.

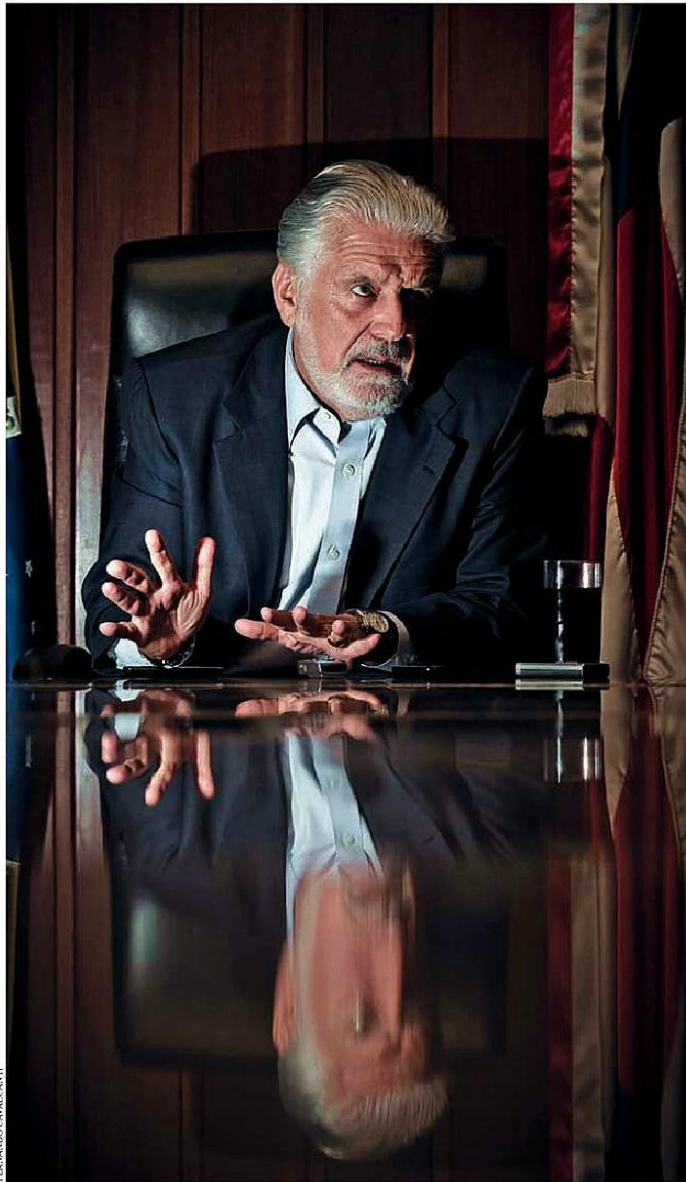
— Meu irmão, eu já declarei aqui que vocês pararam. A maior festa está aqui. Não tem como segurar mais, não.

— Está bom. Segura af que vai acontecer...

— Não, eu já declarei aqui, já joguei nas redes sociais que o Rio parou. Então agora tem que parar mesmo. Não tem mais jeito, não.

Em 2006, o sindicalista incendiário fez campanha para Jaques Wagner, que tentava se eleger governador. Um hole-rite da PM, obtido por Prisco, se transformou em arma política da campanha do petista: o candidato mostrava a imagem do documento na TV, criticava os baixos salários pagos aos PMs e prometia aumentá-los se chegasse ao poder. Wagner foi eleito com o apoio maciço dos policiais. Agora, na greve liderada por seu ex-cabo eleitoral, ao fazer o contrário do que apregoava quando era oposição, o governador foi acusado de hipocrisia. Numa leitura mais benevolente, poderia se chamar a isso também de maturidade. Entre as vantagens da alternância de poder está a de conferir moderação e responsabilidade a ex-opositores ruidosos eleitos governantes.

Jaques Wagner admitiu ter sido pego de surpresa pela greve. Informado do evento quando estava em Cuba, acompanhando a presidente Dilma Rousseff, repreendeu o seu secretário de Segurança e acusou-o de ter negligenciado o tamanho do movimento. Acionado, o Ministério da Defesa designou para a chefia das operações o comandante da 6ª Região Militar, o general de três estrelas Marco Edson Gonçalves Dias, que, durante os oito anos de mandato de Lula, foi o responsável pela sua segurança. Definido como um homem reservado e competente, o general transformou a missão na Bahia numa oportunidade para arriscar sua boa reputação. Contrariando a cartilha básica para essas situações, não só liberou o fornecimento de farta comida e água para os amotinados como chegou a autorizar a entrada de uma churrasqueira para ani-



**CARA E COROA** Em 1992 e 2001, Jaques Wagner, do PT, estimulou greves de PMs em seu estado. Eleito governador, demonstrou maturidade ao fazer o contrário do que dizia



**CONFRONTO ABERTO** Tropas federais disparam balas de borracha para conter policiais grevistas na Bahia. Pela Constituição, militares não podem realizar paralisações



**O CHORO DO GENERAL** A missão de Gonçalves Dias era cercar os grevistas que invadiram a Assembleia da Bahia. Mas era seu aniversário. Ao ganhar bolo, abraços e parabéns dos manifestantes, caiu no choro e perdeu o comando da missão

mar a turma. Por fim, pronunciou discursos emocionados diante dos grevistas e coroou a performance com um choro incontrolado ao receber dos grevistas um bolo de aniversário. As lágrimas do general custaram-lhe o comando da operação.

Para a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a fagulha que deu origem à greve na Bahia foi a

paralisação ocorrida no mês passado no Ceará. A concessão de reajuste de 56% para os policiais e a anistia geral e irrestrita promovida pelo governador Cid Gomes (PSB) em seguida teriam, segundo as investigações, encorajado os policiais baianos e ajudado a deflagrar movimentos em vários outros pontos do país, incluindo o Rio (até o início da noite de

sexta, 59 grevistas haviam sido presos no estado. O primeiro deles foi Daciolo. Assim como o baiano Prisco, ele está detido desde quinta-feira). Cid Gomes, no entanto, não foi o primeiro a anistiar policiais militares que incorreram em crime previsto na Constituição.

O ex-presidente Lula foi quem inaugurou a prática. Em 2010, ele sancionou uma lei que agraciava com anistia policiais grevistas de oito estados, além do Distrito Federal. O pacote de perdão incluía os baianos que sitiaram Salvador em 2001 sob o comando do mesmo Marco Prisco. No ano passado, a presidente Dilma Rousseff repetiu o erro de seu antecessor — sancionou um projeto do senador Lindbergh Farias (PT-RJ) anistando os bombeiros que se aquartelaram no Rio. Durante a tramitação da proposta, o texto contemplou grevistas de outros doze estados e do Distrito Federal. Na semana passada, porém, a presidente declarou que não haverá anistia no caso dos grevistas da Bahia.

Além de afrontar a Constituição e pôr em risco a segurança da população, o movimento grevista da PM embute outra ameaça — dessa vez, de natureza fiscal. Os policiais não pleiteiam apenas aumento salarial. Exigem também que a Câmara Federal aprove a PEC 300, uma proposta de emenda constitucional que é uma autêntica bomba-relógio para os estados. Ela prevê a criação de um piso nacional para todos os bombeiros,





policiais militares e policiais civis do país — cerca de 440.000 pessoas. Em 2010, essa PEC foi posta em votação de primeiro turno na Câmara. Como prova de que poucos parlamentares se debruçam com atenção sobre o que irão votar — e confirmando a tese de que nenhum deputado gosta de se opor a uma categoria organizada, por medo de perder votos no futuro —, a PEC foi aprovada por unânimes 349 votos. Posteriormente, aprovou-se um acordo político por meio do qual o piso seria fixado em 3.500 reais. Isso significa que, além do aumento no salário dos soldados, a aprovação da PEC implicará o reajuste no soldo de toda a hierarquia superior, já que cabos, sargentos e tenentes não podem ganhar menos que os subordinados. A maioria dos estados simplesmente não tem dinheiro para bancar esses reajustes em cascata.

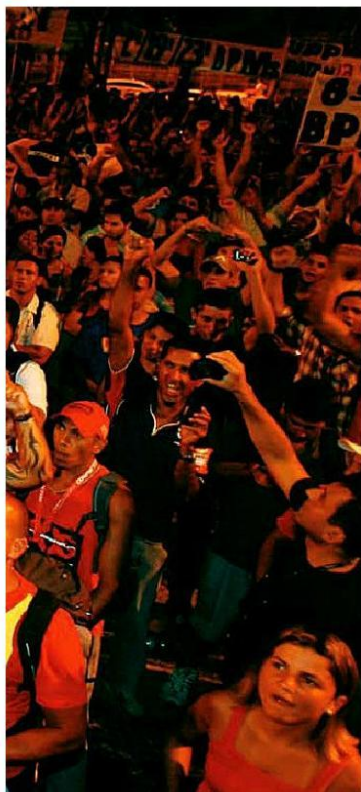
Ao constatar o óbvio — que as contas não fechariam —, os deputados vieram com uma emenda pior do que o soneto: sugeriram que a União formasse um fun-

do emergencial para ajudar os estados a suportar os aumentos — sem dizer de onde viria o dinheiro para isso. Com fundo ou sem fundo, o governo de Pernambuco preparou uma estimativa do aumento de despesas que terá caso a proposta seja aprovada: gastos extras de 1 bilhão de reais por ano, considerando só PM e Corpo de Bombeiros. Em Santa Catarina, a situação seria ainda mais dramática, com a elevação da folha salarial em 2,3 bilhões de reais anuais. Em todas as unidades da federação, o cenário se repete. Mas os estados não fabricam dinheiro. “A consequência dramática da PEC 300 seria um conflito direto com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita os gastos dos executivos estaduais”, diz o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas. “A proposta também é indutora de uma generalização perigosa: criação de pisos nacionais para todas as categorias. Imagine se o pessoal da Saúde também quiser criar um piso semelhante. Quem vai conseguir pagar?”, questiona o economista.

Do ponto de vista dos ganhos para a sociedade, não há nenhuma garantia de que a elevação salarial dos policiais reverteria em uma melhora na segurança pública. “Desempenho não melhora só com aumento de salário ou do efetivo de policiais”, diz o coronel José Vicente da Silva, ex-secretário nacional de Segurança. “É preciso investir na área de inteligência, em tecnologia da informação e no treinamento de profissionais”, afirma. Ele cita como exemplo o Distrito Federal, que tem o piso da Polícia Militar mais alto do país. Em Brasília, um soldado ingressa na corporação recebendo 4.056 reais por mês. Apesar da remuneração alta, os resultados estão longe de ser uma maravilha. O índice de homicídios, por exemplo, está na casa de 34 a cada 100.000 habitantes — maior do que em capitais que pagam menos a seus soldados, como Rio de Janeiro, Campo Grande ou Natal.

Saber como investir bem os recursos é mais importante do que multiplicá-los. O governo do Ceará, por exemplo, não acerta a mão. De 2000 a 2010, o índice





ALEXANDRE FERREIRO/DIA



ALAN SANCHEZ/SPLASHNEWS

**NINGUÉM LEU?** *Parlamentares comemoram a aprovação unânime da PEC 300 em votação de primeiro turno na Câmara. Se transformada em lei, ela irá levar estados à bancarrota e enerrar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao lado, policiais do Rio decretam paralisação da categoria. Policiais de Nova York ganham 1% mais que a média salarial americana. No Brasil, o piso médio dos PMs está 30% acima da média salarial nacional*



RICHARD DREYFUS

de homicídios em Fortaleza saltou de 28 para 46 a cada 100.000 habitantes. Nesse mesmo período, o Executivo cearense notabilizou-se por gastar 64 milhões de reais para comprar 428 viaturas modelo Toyota Hilux SW4 para serem usadas no policiamento da orla da capital. No estado de São Paulo, ocorreu o inverso: a taxa de homicídios despencou de 35, em 1999, para 10 por 100.000, no ano passado. O efetivo da PM aumentou pouco no período, 6%, mas o investimento em gestão foi brutal.

Se a nivelção nacional dos salários dos policiais não faz sentido pelas óbvias diferenças regionais, tampouco faz sentido que o piso dos PMs de Porto Alegre, por exemplo, a décima capital do país, seja um dos mais baixos do Brasil. Uma comparação internacional, no entanto, ajuda a dar à questão salarial dos policiais o seu tamanho devido. A polícia de Nova York tornou-se um paradigma de qualidade: nos últimos vinte anos, fez o índice de criminalidade na cidade recuar 80%. Pois bem. Lá, os ofi-

ciais em início de carreira ganham o equivalente a 6.400 reais por mês. É quase o triplo do piso médio pago a um PM no Brasil (2.200 reais), mas é preciso adequar os salários à realidade dos países. O salário médio pago a um trabalhador nos Estados Unidos equivale a 6.300 reais. Ou seja, os policiais de Nova York ganham apenas 1% mais que a média nacional. No Brasil, o salário médio é de 1.650 reais. O piso médio dos PMs, portanto, está 30% acima da média. "Com base nesses números, não se pode dizer que os policiais sejam mal remunerados no Brasil", diz o economista Marcelo Neri, especialista em renda da Fundação Getúlio Vargas.

O sucesso da condução da crise na Bahia e, agora, no Rio é fulcral para o Planalto. Os organismos de inteligência já informaram à Presidência que qualquer recuo do governo na crise abrirá precedentes perigosos em pelo menos seis estados. Estão marcadas para esta semana assembleias de policiais em dez unidades da federação. O agravante é

que já chegaram ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência relatos de insatisfação vindos das Forças Armadas, que começam a vislumbrar a possibilidade de iniciar o seu próprio movimento grevista. O descontentamento na caserna tem um motivo: os militares se sentem injustiçados, já que PMs que fazem greves ilegais e espalham o terror pelas cidades terminam conseguindo reajustes e nunca são punidos. Os informes que chegam ao Planalto dão conta de que as associações de mulheres de militares planejam encampar uma onda de manifestações — já que os membros das Forças Armadas são proibidos de realizar greves. Os policiais também são, claro. Mas as seguidas anistias promovidas por governos lenientes parecem tê-los feito esquecer disso. Agora, é hora de apagar o incêndio. E as chamas já vão altas. ■

**COM REPORTAGEM DE ANDRÉ ELER, LUÍS GUILHERME BARRUCHO, LAURA DINIZ, CAROLINA RANGEL, JULIA CARVALHO E RAFAEL FOLTRAM**



## BRASIL

# A guerra não acabou

Por Vítor Nuzzi

**A** Secretária da Receita Federal do Brasil, a chamada Super-Receita, começou a funcionar neste 2 de maio. Gradativamente, o órgão contará com um sistema de informação que permitirá o cruzamento de dados previdenciários e tributários, tornando-se uma poderosa ferramenta de combate à sonegação. Embora as bases de dados permaneçam cada qual no seu quintal – as informações da Previdência no Dataprev e as tributárias no Serpro –, os técnicos da Super-Receita construíram uma ponte virtual que permite à Receita identificar dados previdenciários e checar se há, por exemplo, contradições entre o que uma empresa deveria recolher e o que de fato recolheu para um ou para o outro órgão. Além disso, para muitos casos, os contribuintes passarão a contar com um mesmo ponto de atendimento para resolver dúvidas ou pendências, seja com o INSS, seja com o Leão.

O principal efeito dessa integração, aposta o governo, é seu potencial de ampliar a arrecadação sem mexer na carga tributária. Para os técnicos, o próprio efeito “psicológico” – o temor de ser flagrado pelo fisco – já está influenciando na arrecadação, que cresceu 10% durante os três meses de vigência da Medida Provisória, quando experiências da fusão foram postas em prática. Ou seja, como não há outra razão lógica, como aumento da atividade econômica na mesma proporção, a Receita acredita que somente a expectativa de fiscalização já começou a mexer com a “consciência” do contribuinte.

Centrais sindicais mantêm pressão pelo veto à Emenda 3 e para que o poder da fiscalização seja tão eficaz para a legislação trabalhista como para a arrecadação da Receita e da Previdência



**O VELHO JEITINHO BRASILEIRO**  
No meio de uma discussão tributária, representantes patronais no Congresso enfiaram uma emenda trabalhista

Até aí, tudo parecia uma tacada certa do governo, não fosse um pequeno problema de “redação”: é que, quando a MP que criava a Super-Receita foi apreciada no Congresso, seu texto final contrabandeou uma emenda, a famigerada Emenda 3, que misturou questão tributária com interesses trabalhistas – dos empresários. A emenda determinava que fiscais do Trabalho não poderiam mais autuar empregadores que utilizam contratação irregular de mão-de-obra. Ou seja, na prática a emenda afrouxaria todas as regras que estabelecem direitos básicos dos trabalhadores, uma vez que poderiam ser burlados sem que os contratantes precisassem temer a fiscalização. A “pegadinha” foi detectada. Quando o presidente Lula sancionou a lei da Super-Receita, vetou a Emenda 3.

## Novas batalhas

A guerra, porém, não acabou. Batalhas agora continuam sendo travadas no Congresso. A oposição, de um lado, se organiza para derrubar o veto de Lula. De outro, governo e base aliada tentam construir um projeto alternativo para que o veto não precise ir a plenário. Em 25 de abril um suposto cachimbo da paz teria sido aceso, após uma reunião de mais de duas horas no gabinete do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), entre o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o secretário da Receita, Jorge Rachid, e líderes partidários.

No caso da emenda, a solução encontrada foi elaborar um projeto para regulamentar o que se chamou de pessoas jurídicas “personalíssimas”, empresas formadas por apenas um trabalhador, nas áreas intelectuais e artísticas – um conceito a definir. Esses profissionais pode-





FOTOS: PAULO PEPE

**NOVAS MANIFESTAÇÕES EM MAIO**  
A manutenção do veto de Lula à Emenda 3 foi um dos componentes políticos da pauta do Dia do Trabalho organizado pela CUT, no Centro de São Paulo. As centrais programam novas manifestações contra a emenda no próximo dia 23 de maio

riam atuar em empresas como PJs, recolhendo uma contribuição previdenciária, provavelmente de 10%, além do Imposto de Renda habitual.

“Noventa e nove por cento dos trabalhadores, como advogados, dentistas, profissionais liberais, pequenos prestadores de serviço, não serão prejudicados. O que muda é só para o trabalho intelectual e artístico”, afirmou Mantega, logo depois do encontro no Senado. “Estão desobstruídos os canais de negociação entre o governo e a oposição e, como resultado, as votações dos vetos feitos ao projeto da Super-Receita deixam

**A emenda determinava que fiscais do Trabalho não poderiam mais autuar empregadores que utilizam contratação irregular de mão-de-obra**

de ser prioridade. A oposição entende o acordo como satisfatório”, afirmou, já no dia 26, o presidente do Senado.

O líder do DEM (antigo PFL) na Câmara, Onyx Lorenzoni, disse que a reunião do dia 25 mudou completamente o cenário. “O grande óbice a qualquer tipo de entendimento era a teimosia de setores do governo, que queriam destruir relações de trabalho legalmente constituídas (por meio das PJs)”, garantiu, convicto de que o veto seria derrubado caso as discussões não fossem retomadas. Também o líder do

PSDB no Senado, Arthur Virgílio, saiu da reunião avaliando que as chances de acordo haviam aumentado consideravelmente, mas não abandonou o tom ameaçador: “Se não for possível um acordo, faremos a votação do veto em curto espaço de tempo”. Se não houver acordo e caso o veto de Lula à emenda seja derrubado, o governo já sinalizou disposição em recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

#### Debate acirrado

No mesmo dia em que o possível acordo foi anunciado, o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, descarregava sua artilharia no Senado, em audiência conjunta das comissões de Direitos Humanos





JOSE CALUZ/ABR

**CACHIMBO DA PAZ** Calheiros e Mantega buscam acordo entre líderes partidários: surge a figura da pessoa jurídica "personalíssima"

e de Assuntos Sociais. Para ele, a Emenda 3 criaria uma lacuna na legislação que abriria espaço, inclusive, para o trabalho escravo. "Sabemos que a demanda na Justiça do Trabalho é muito grande. Isso significa simplesmente, em alguns casos, es-

perar de dois a cinco anos para acionar a fiscalização e fazer cumprir a legislação trabalhista", dizia Lupi. "Certamente teríamos alguns problemas: facilidade para burlar a legislação trabalhista e tributária e estímulo ao descumprimento dos direi-

tos trabalhistas e terceirizações fraudulentas", reforçou o presidente do PT, deputado Ricardo Berzoini.

O diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) Antônio Augusto de Queiroz lembra

## Centrais continuam no ataque à Emenda 3

Para reagir à intensidade do lobby empresarial sobre o Congresso, as centrais sindicais prometem persistir em defesa do veto à Emenda 3. A agenda de protestos começou em todo o país em 10 de abril. No dia 23, às vésperas da reunião de integrantes do governo com parlamentares da oposição e da base aliada, ocorreram novas manifestações. Os sindicatos devem voltar à carga em maio, possivelmente no dia 23.

As centrais exigem também que o governador de São Paulo, José Serra, volte atrás da decisão de demitir cinco dirigentes do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, como retaliação à paralisação de uma hora

e meia realizada pela categoria em 23 de abril. Em nota conjunta, as centrais CAT, CGT, CGTB, Conlutas, CUT, Força Sindical, Intersindical, Nova Central e SDS consideram as demissões "um ataque a todos os trabalhadores".

Para Artur Henrique, presidente da CUT, o gesto dos metroviários não foi um ato isolado. "Foi parte de um movimento de todos os trabalhadores. Lamentamos que o governador tenha sido muito rápido em tentar punir quem promove uma luta legítima. A mesma agilidade não foi verificada para punir os responsáveis pelo acidente que matou sete pessoas nas obras da Linha 4 do Metrô, há quatro meses", criticou.



ROOSEVELT PINHEIRO/ABR

Manifestação no aeroporto de Brasília

que as tentativas de alterar a legislação trabalhista não vêm de hoje. Começaram logo após a Constituinte, com um projeto do ex-presidente e hoje senador Fernando Collor sobre negociações coletivas, até chegar ao famoso projeto de flexibilização da CLT durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Depois de uma ligeira trégua, veio a Emenda 3. “No limite, qualquer relação de trabalho fraudulenta, desde que se faça por pessoa jurídica, não passa por fiscalização. Quem vai denunciar o acessório para perder o principal, que é a renda?”, questiona o diretor do Diap e analista político.

Queiroz vê sinais preocupantes em relação aos ataques contra os direitos trabalhistas. “Até hoje a presidência da Câmara não considerou a mensagem do presidente da República, de agosto de 2003, para a retirada de projeto de lei que trata de prestação de serviços de terceirização. Já passaram por lá João Paulo, Severino Cavalcanti, Aldo Rebelo, e agora está lá



**BURACO** Para Carlos Lupi, ministro do Trabalho, a Emenda 3 criaria uma lacuna na legislação que abriria espaço, inclusive, para o trabalho escravo

Arlindo Chinaglia, e até agora ninguém a retirou”, lembra. Outro exemplo citado por Queiroz é a recente iniciativa do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) de pedir ao Ministério do Trabalho que

examine uma proposta de mudanças nas relações trabalhistas, já batizada de “alternativa à CLT”. No esboço, a carteira de trabalho seria substituída por um cartão magnético, as relações de trabalho não seriam mais submetidas ao Judiciário e empregados e empregadores negociariam diretamente, sem mediação sindical. Enfim, um liberou-geral.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores, Artur Henrique, não vê como uma nova redação poderia tornar a Emenda 3 palatável nem acredita que um projeto alternativo tenha trânsito no Congresso. “Essa emenda não existe para garantir nada. Existe para desconstruir. O veto do presidente Lula tem de ser mantido”, alerta. “As formas de vínculo empregatício já são previstas em lei. Assim como a fiscalização permitiu crescimento da arrecadação previdenciária, precisa também assegurar cumprimento dos direitos. É preciso garantir a ação dos fiscais do Trabalho, tanto quanto os da Receita e da Previdência”, defende. ■



ANEXO 7  
FP9 – REVISTA DO BRASIL

EDUCAÇÃO



Manifestação dos professores na Av. Paulista, em junho passado.

## Cumpra-se

Professores se movimentam pelo respeito à lei que determina que o salário inicial em todo o país não pode ser inferior a R\$ 950

**E**stá na lei. Agora é fazer cumprir. Qualquer professor de educação básica do país tem direito ao piso de R\$ 950. A Lei 11.738/2008, de 16 de julho, estabeleceu o mínimo para jornada até 40 horas semanais. O valor não pode ser composto por gratificações e abonos. A CUT e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que consideram a medida um passo em direção à melhor qualidade de ensino, começaram campanhas em todos os estados para garantir a implantação imediata do direito. A movimentação começou em 16 de setembro, com paralisação nacional, e segue com atividades programadas para outubro, novembro e dezembro – sempre no dia 16.

Após sofrer um veto específico, o pagamento do novo salário deixou de ter re-



Bebel: são as más condições que afetam a saúde

troatividade obrigatória a janeiro de 2008. Com isso, estados e municípios que atualmente pagam menos que os R\$ 950 deverão arcar com dois terços da diferença a partir de janeiro de 2009. Somente em janeiro de 2010 os governos cobrirão o valor integralmente.

O presidente da CNTE, Roberto Franklin de Leão, enviou carta a todos os prefeitos ressaltando que, apesar do veto à retroatividade, o ajuste pode ser imediato onde o orçamento permite, e sugeriu a negociação com os sindicatos locais para sua implementação. A lei joga um facho de luz na qualidade de ensino: um terço da carga horária dos professores deve ser destinado a atividades extraclasse, como preparação de aulas, pesquisas e atendimento dos alunos.

### Pós-greve

Três meses após realizar greve de 21 dias, o sentimento dos professores estaduais de São Paulo é de que sua luta exala dignidade. O movimento foi interrompido à força: uma multa de R\$ 500 mil aplicada pelo Ministério Público. A categoria reclama a valorização

profissional, a melhoria no processo de ensino e mantém estado de greve contra o Decreto nº 53.037/08, que trata da avaliação profissional. Para a presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeesp), Maria Izabel Azevedo Noronha, a Bebel, o documento traz medidas que ameacem ainda mais a qualidade do ensino, como a lei das faltas, que permite apenas seis ausências anuais motivadas por problemas de saúde. “Se as condições de trabalho fossem dignas, não haveria tanta gente adoecendo.”

Os profissionais da educação se preparam para reagir ao que consideram mais um golpe do governo Serra: as regras que definem remuneração por desempenho, que aguarda votação na Assembleia Legislativa. “O projeto é simplesmente uma edição com nova roupagem da política de bônus e abonos. A vinculação, pura e simples, da remuneração com metas de desempenho desconsidera os clamores dos professores”, diz Bebel.

Desde sua data-base em 1º de março, os professores cobram reposição das perdas salariais, incorporação de todas as gratificações, fim da política de bônus e abonos, novo plano de cargos e salários que valorize a carreira, melhores condições de trabalho, fim da aprovação automática e da superlotação das salas de aulas. Durante a greve, o governo liberou reajuste salarial de 5%. ■



## ANEXO 8

FP10 – REVISTA DO BRASIL

## » TRABALHO

# Pior que o SO

O caso da Emenda 3: entenda como o país quase teve uma reforma trabalhista neste início de ano, e os trabalhadores foram informados disso no telejornal da noite

Por Spensy Pimentel

No último dia 27 de março a Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória 350, enviada pelo governo ao Congresso para alterar regras do Programa de Arrendamento Residencial (PAR). A versão final do projeto incluiu uma emenda que modifica o alerta nas embalagens de leite sobre os riscos de servi-lo a crianças com menos de 1 ano no lugar do aleitamento materno. A explicação dos que apoiam a inclusão é que produtores de leite se sentiam ofendidos porque o antigo aviso tinha texto semelhante ao que se vê em garrafas de bebidas alcoólicas: “O Ministério da Saúde adverte”.

O episódio pode parecer pitoresco, mas não é sempre que o mingau legislativo oferecido pelo Congresso à sociedade cai tão bem. No último dia 13 de fevereiro, apenas uma semana após o início da nova legislatura, a Câmara aprovou, por 304 votos a 146, o que, na avaliação de diversos sindicalistas, especialistas e autoridades da área do trabalho, constituía um forte golpe na legislação trabalhista brasileira: a chamada “Emenda 3”, que altera regras aplicadas à fiscalização nas empresas. A surpresa chegou escondida em meio ao projeto que cria a Super Receita, unificação da Receita Federal com a Receita Previdenciária.

A Emenda 3 foi vetada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva no dia 16 de março. O governo já enviou um proje-



to de lei para substituí-la. Mesmo assim, setores do Congresso ainda alimentam a intenção de derrubar o veto presidencial no plenário, o que poderia abrir nova disputa jurídica, desta vez no Supremo Tribunal Federal.

Mas o que envolve a medida a ponto de causar tamanha disputa? “É uma espécie de reforma trabalhista, mas feita de forma sorrateira”, responde a presidente interina da Central Única dos Trabalhadores, Carmen Helena Foro. “O engajamento de todos os setores conservadores mostrou que ela é algo muito maior do que se ima-

ginava inicialmente”, completa o deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS).

De autoria do ex-senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a Emenda 3 foi agregada ao projeto de lei que criou a Super Receita. Parece simples. Pede apenas a inclusão do seguinte parágrafo: “No exercício das atribuições da autoridade fiscal de que trata esta lei, a desconsideração da pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de relação de trabalho, com ou sem vínculo empregatício, deverá sempre ser precedida de decisão judicial”.



# neto



**UNIDOS CONTRA A EMENDA 3**  
Manifestação das centrais sindicais em Brasília: em bom português, "seria um liberou geral" para as empresas

Em bom português: se um fiscal encontrar uma situação numa empresa em que reconheça uma relação de trabalho irregular, não pode autuá-la imediatamente: tem de esperar uma decisão da Justiça do Trabalho – ou seja, meses, ou até anos de discussão nos tribunais. "Seria um 'liberou geral' para os empresários mal-intencionados", resume a dirigente da CUT.

## Perigos à vista

A medida poderia afetar trabalhadores das áreas mais variadas. Nas cidades, estimularia a situação precária já vivida pelos que são obrigados a receber como falsas cooperativas ou como pessoas jurídicas, individualmente – aqueles que tiveram de trocar a carteira de trabalho pela nota fiscal, mesmo mantendo a relação patrão-empregado. No campo, temem especialistas, poderia facilitar a vida de quem emprega trabalho escravo ou degradante.

Suassuna diz que procurou dialogar com diversos setores empresariais para redigir a emenda. Mas a grande quantidade de reportagens destacando aspectos teoricamente favoráveis da Emenda 3, especialmente na maior empresa de comunicação do país, levou parlamentares e sindicalistas desconfiados a apelidá-la de "Emenda Globo".

A rede de TV admite que tem se esforçado em noticiar o caso, mas nega ter lado. "A Globo tem estimulado o debate a respeito desse tema, mas entende que não deve se manifestar antes de uma decisão final sobre o assunto", comunicou a empresa, por meio de nota, à *Revista do Brasil*.

"Naturalmente, os órgãos de imprensa estão defendendo seus interesses", diz o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP). "Todas as TVs e todos os jornais têm o mesmo problema: jornalistas, atores, vários profissionais contratados como pessoas jurídicas", explica Suassuna, que assume ter dialogado com o setor, incluindo a Globo, para redigir a emenda. As empresas, sob permanente risco de ser autuadas por fiscais, querem mudar a lei, em vez de se adequar a ela.

Cardozo reconhece que existe interesse dos empresários no tema e um problema real a ser enfrentado: hoje, há reclamações sobre excessos de fiscais, que se aproveitam das irregularidades encontradas para achacar empresas. "Mas, da forma como estava, a lei variaria sinônimo de impunidade. Espero que, com debate, encontremos a fórmula mais justa."

**A grande quantidade de reportagens destacando aspectos teoricamente favoráveis da Emenda 3, especialmente na maior empresa de comunicação do país, levou parlamentares e sindicalistas desconfiados a apelidá-la de "Emenda Globo"**

A disputa promete ser dura. O deputado Milton Monti (PR-SP) foi entrevistado pela *RdB* no dia em que recebeu a incumbência de relatar o PL 536, que substitui a emenda. E adiantou que, aparentemente, será necessário procurar uma "terceira alternativa" para afastar a possibilidade de derrubada do veto presidencial: "Parece que (o texto alternativo) não está satisfazendo as demandas todas sobre essa questão".

Monti afirma que vai procurar ouvir "todos os segmentos" envolvidos na discussão, mas não se preocupa com o fato de que as mudanças propostas possam constituir uma espécie de reforma trabalhista branca. "O Congresso

precisa mesmo votar uma reforma trabalhista. Não pode haver perda de direitos, mas é necessário fazer uma adequação das relações trabalhistas, porque estamos em um novo momento econômico."

Quer dizer: pode ter valor relativo o compromisso que as centrais sindicais, em audiências em Brasília, obtiveram dos presidentes da Câmara e do Senado no sentido de manter o diálogo antes de aprovar as mudanças na lei ou pôr o veto em votação, porque outras ini-

ciativas contra a legislação trabalhista já estariam sendo analisadas por vários parlamentares.

O deputado Zimmermann alerta: "Já há várias idéias sendo discutidas no Congresso que, a conta-gotas, propõem mudanças estruturais. Esse caso da Emenda 3 é só uma evidência da dureza do novo tempo que está chegando". O parlamentar lembra que o placar de 304 a 146 na votação de fevereiro dá a medida do desafio, porque, para outros projetos, a base governista tem obtido mais que o dobro de apoios. "A base do governo, como um todo, não tem compromisso com a preservação dos direitos trabalhistas. Será preciso muito mais pressão política do movimento sindical aqui dentro. O próximo período promete ser perigoso." ❧



## ANEXO 9

## FP11 – REVISTA DO BRASIL

## BRASIL

# A hora da responsa

A overdose de juros sufoca a economia e o empresariado ignora tudo o que apregoa a respeito de responsabilidade social. A defesa dos empregos e do crescimento passa pela pressão da sociedade Por Evelyn Pedrozo

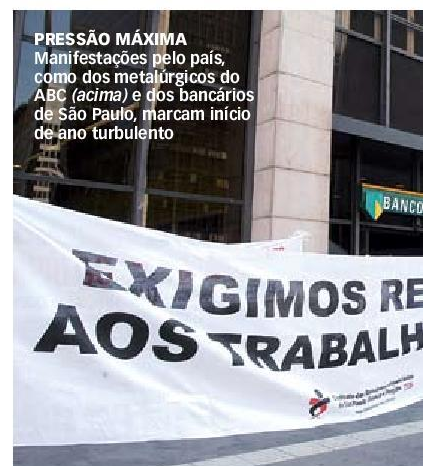
O empresariado nadou de brachadas com a pujança da economia brasileira em 2008 e agora, em águas turbulentas, começa a se desfazer de seu ativo mais valioso: o trabalhador. De janeiro a setembro, o Produto Interno Bruto cresceu 6,4%, ante média de 4,5% nos três anos anteriores – e a melhoria da renda e do poder de consumo das famílias teve peso importante nesse desempenho. Setores industriais, a exemplo do automobilístico, atingiram índices de produção e de venda recordes, e os bancos continuaram com a sua rentabilidade invejável. Para o Brasil, o momento econômico favorável, o melhor dos últimos 12 anos, foi também a melhor blindagem contra a crise financeira internacional. Dois meses depois, porém, o setor empresarial disparou contra a classe trabalhadora. E o ataque foi violento. Em dezembro, as demissões superaram as contratações com carteira assinada em 655 mil postos de trabalho no país, superando em muito os habituais saldos negativos desta época do ano.

A eliminação de vagas veio acompanhada do velho discurso da flexibilização dos direitos. Começaram a pipocar acordos com redução de jornada e de salários. Parte desse quadro deveu-se à diminuição da atividade econômica, outra parte ao oportunismo das empresas, segundo o

presidente da CUT, Artur Henrique da Silva Santos. Enquanto sindicalistas e trabalhadores se mobilizavam em um janeiro conturbado, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), por exemplo, não tinha sequer um representante para atender a imprensa. A recomendação era a leitura de um “informe conjuntural” escrito no fim do ano.

O mês de janeiro foi marcado por paralisações e protestos pela manutenção do emprego e da renda. Artur Henrique disse que a ordem é negociar à exaustão para evitar demissões e que as empresas têm recursos para isso, como férias coletivas, redução de jornada sem redução de salários e limitação ou fim das horas extras.

No mar de pessimismo e oportunismo, a postura da Indústrias Nardini, fabricante de máquinas e ferramentas em Americana, no interior de São Paulo, virou caso exemplar. A empresa reduziu de R\$ 60 milhões para R\$ 20 milhões os investimentos que planejava fazer em 2009 e optou por manter o quadro de 1.200 funcionários. A decisão gerou maior empenho dos operários e a empresa ficou mais competitiva. O presidente da Nardini, Renato Franchi, disse ao jornal *DCI* que a estratégia de não demitir é coerente com o excelente ano que a empresa teve em 2008. “Estamos muito preocupados (com a crise), porém só de não ter havido demissões tranquilizou o pes-



**PRESSÃO MÁXIMA**  
Manifestações pelo país, como dos metalúrgicos do ABC (acima) e dos bancários de São Paulo, marcam início de ano turbulento





RAQUEL CAMARGO/SIND. METAL ABC



MAURICIO MORAIS/SIND. BANCARIOS



WILSON DIAS/ABR

Artur, da CUT, pede garantias aos trabalhadores e juros menores em reunião com Lula

soal e o clima aqui está sadio. A equipe de vendas está trabalhando com bastante dinamismo. Quando você demite é um problema. Você manda 100 embora e repercute psicologicamente nos outros 1.100", disse. Mas setores importantes do empresariado não querem nem ouvir falar em garantia de emprego, desprezando o risco de esfriar ainda mais a economia.

#### Ainda não basta

A redução da taxa básica de juros, enfaticamente reivindicada por todos os setores da sociedade, está atrasada demais para cicatrizar a ferida aberta pelo descontrole dos mercados globais. A queda de 1 ponto no último dia 21 de janeiro pouco muda a posição do Brasil de maior taxa anual do mundo (12,75%, mais que o dobro da inflação). "O Brasil está na contramão", analisa o economista Antonio Corrêa de Lacerda, professor da PUC-SP. Para Lacerda, a redução deveria ter sido de pelo menos 2 pontos percentuais e vir acompanhada de um conjunto de medidas. "O Brasil conta, atualmente, com uma quase autossuficiência energética e tem posição credora no endividamento externo, o que não garante isoladamente a imunidade diante da crise, mas abre espaço para medidas pró-ativas", avalia, listando atitudes como redução do superávit primário e pressão para que os bancos reduzam as taxas cobradas pelos empréstimos.

O movimento sindical faz coro às medidas propostas pelo economista. Defende a utilização dos bancos públicos para bara-

tear e ampliar o crédito; redução de impostos para incentivar investimentos produtivos; um pacto para evitar o desemprego; ampliação dos investimentos públicos, nos âmbitos federal, estadual e municipal; apoio às exportações; estímulo a atividades geradoras de emprego e renda pouco demandadoras de importações, como infraestrutura, construção civil, indústria de alimentos, vestuário e calçadista.

Esse rol de reivindicações foi apresentado pelas centrais sindicais ao presidente Lula no dia 19 de janeiro. O governo que, na sequência, foi repercuti-lo junto a empresários e banqueiros e garantiu às centrais a criação de uma espécie de gabinete de acompanhamento da conjuntura e de formulação de propostas. Lula também comprometeu-se a manter o acordo que garante aumento real de 5,7% ao salário mínimo, que passa a R\$ 465 a partir de 1º de fevereiro.

É da reação do governo à crise que depende o quadro econômico de 2009, diz o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Unicamp. "Todo mundo subestimou a crise. O ineditismo dela e o conservadorismo do BC, uma espécie de lerdeza burocrática, paralisaram as instituições. Agora, as ações não podem ser tímidas, conservadoras. É preciso agilidade, pois, apesar da recessão que virá, ainda poderemos ter crescimento em 2009. O governo vai ter de transpor as barreiras burocráticas e colocar o dinheiro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na rua. É hora de investir."



## Proteção básica

“Esta crise não tem data para acabar”, anunciou o FMI, em meados de janeiro, em Washington. Reunido em cúpula, da qual participou o vice-presidente da Unifinanças (sindicato mundial dos bancários) e presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Luiz Cláudio Marcolino, o órgão admitiu que a crise foi gerada pela falta de fiscalização dos mercados. “Uma solução deve conter proteção básica aos trabalhadores”, disse Marcolino. Segundo ele, os novos contratos de financiamento fechados pelo Banco Mundial (Bird) exigem contrapartidas correspondentes a 2% do PIB do país devedor, a ser aplicados em proteção social, incluindo isenção fiscal. É uma fórmula para ser repetida em todo o mundo, já que um dado é fato: o elo mais fraco da corrente é o trabalhador.

Enquanto isso, no Brasil, proteção ao trabalhador ainda é tema para ficção. Empresas que se beneficiaram de recursos públicos, a maioria liberada pelo BNDES, não titubearam em iniciar a onda de demissões. Nem mesmo aquelas que receberam incentivo fiscal do governo Lula após o acirramento da crise deram trégua. Foi o caso da General Motors, que dispensou 802 empregados da unidade de São José dos Campos nos primeiros dias do ano. Foram 58 temporários com contratos vencidos e 744 a vencer.

## DEMISSÃO RELÂMPAGO

A rádio-peão nem conseguiu divulgar. A GM de São José dos Campos demitiu Daibert: dois filhos e mais um a caminho

“A notícia foi tão inesperada que não chegou a cair na rádio-peão. As chefias estavam tranquilizando o pessoal quando, no dia 12, ao fim do expediente, veio a bomba”, relata Daibert Novaes, embalador de peças para exportação, que ainda tinha seis meses para ficar na fábrica. No dia 13, Daibert, de 26 anos, pai de dois filhos e casado com Luciana, então grávida de oito meses, saiu de casa para distribuir currículos pelas empresas da região. “A empresa diz que vai recontratar, mas eu não posso esperar.” Cada emprego em montadora gera em média mais seis na cadeia automotiva.

A assessoria de imprensa do BNDES informou que todo contrato assinado envolvendo a modernização de uma empresa prevê que, no caso de demissões consequentes do processo, a empresa ministre treinamento aos trabalhadores e que se empenhe em sua recolocação no mercado. Se for comprovada a desobediência, a punição do banco é a suspensão do desembolso e o vencimento antecipado do contrato.

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, provocado pelo presiden-



FOTOS PAULO PEFE

## Remédio amargo

O Banco Central afirma que utiliza a taxa básica de juros, a Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), para manter a inflação sob controle. Quando a Selic é reduzida, os investidores fogem das aplicações nos títulos da dívida pública, que são remunerados por ela. E entra mais dinheiro em investimentos que ajudam o setor produtivo.

Quando a Selic sobe, os investidores correm para mamar na dívida. Para os bancos que compram esses títulos (emprestando dinheiro para o governo), quanto mais alta a Selic, mais fácil o ganho. O crédito à pessoa física fica escasso e acontece o que se está vendo.

Cada ponto a menos nessa taxa anual reduz de 0,36% a 1% a despesa com a dívida pública interna. Como essa dívida está em R\$ 1,5 trilhão, o governo deve poupar de R\$ 5,4 bilhões a R\$ 15 bilhões em um ano.

A taxa é definida a cada 45 dias pelo Comitê de Política Monetária (Copom), onde reina o presidente do BC, Henrique Meirelles. O propósito é cumprir as metas para a inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional, órgão do qual fazem parte o ministro da Fazenda (presidente), o ministro do Planejamento e o presidente do BC.

Sobre a atual política conduzida pelo Copom, existem três correntes de opinião. Uma delas é formada pelos alinhados com a política monetarista. Os bancos adoram essa visão, de se empregar os juros altos a pretexto de conter o crescimento para controlar a inflação. Têm retorno garantido e sem risco. Nesse grupo estão os “comentaristas de plantão”



Exagerado: Meirelles reina no BC

acostumados a desqualificar o governo Lula, a dizer que ele tem muita sorte e que a economia só vai bem por causa do Henrique Meirelles.

Já os “desenvolvimentistas” preferem menos rigor com metas de inflação e de superávit primário (dinheiro a ser economizado para pagar juros), e inclusão de metas de crescimento e de nível de emprego entre os pilares da política econômica. Defendem o incentivo à produção e ao consumo como forma de vitimizar o crescimento. Não acreditam que essa linha possa vingar com Henrique Meirelles no comando do BC. Para eles, a redução

de 13,75% para 12,75% na última reunião do Copom ainda foi pouco. Queriam no máximo 11,75%.

E outra corrente é a dos que não estão satisfeitos com a política de juros, mas que não discordam frontalmente do comando de Meirelles – ao contrário, acham que ele não faz nada que Lula não queira. Porém, defendem metas de inflação e de superávit mais flexíveis, de acordo com as necessidades do governo federal de fazer caixa, e ampliar investimentos que induzam ao crescimento sem aumentar impostos. Enfim, para eles, Meirelles poderia pegar mais leve. Eles acreditam que a queda de 1 ponto percentual é um bom sinal de flexibilização na política monetária, como anunciou o BC.

Noves fora, excetuando-se os “rentistas”, que vivem de rendimentos e não da produção, o clamor geral é que os juros altos atrapalham.

te da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, divulgou lista com dados de empresas paulistas que receberam quase R\$ 3 bilhões de fundos públicos, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador, entre janeiro e março de 2008. O comércio de reparação de automóveis e a indústria de transformação receberam R\$ 1,2 bilhão e R\$ 1,1 bilhão, respectivamente, com juros correspondente à metade da taxa Selic.

Nessa tempestade toda, Lula mantém o otimismo, “pelo fato de ser corintiano, católico, brasileiro e presidente da República”. O presidente garantiu: “Tudo o que for possível cortar em custeio, não tenham dúvidas que vamos fazer. E tudo o que for possível colocar para gerar um posto de trabalho na

construção civil, na habitação, nas ferrovias e rodovias vamos fazer”. Ele solicitou ao ministro do Trabalho levantamento completo da situação do desemprego e da criação de postos de trabalho do país.

### ENROSCO

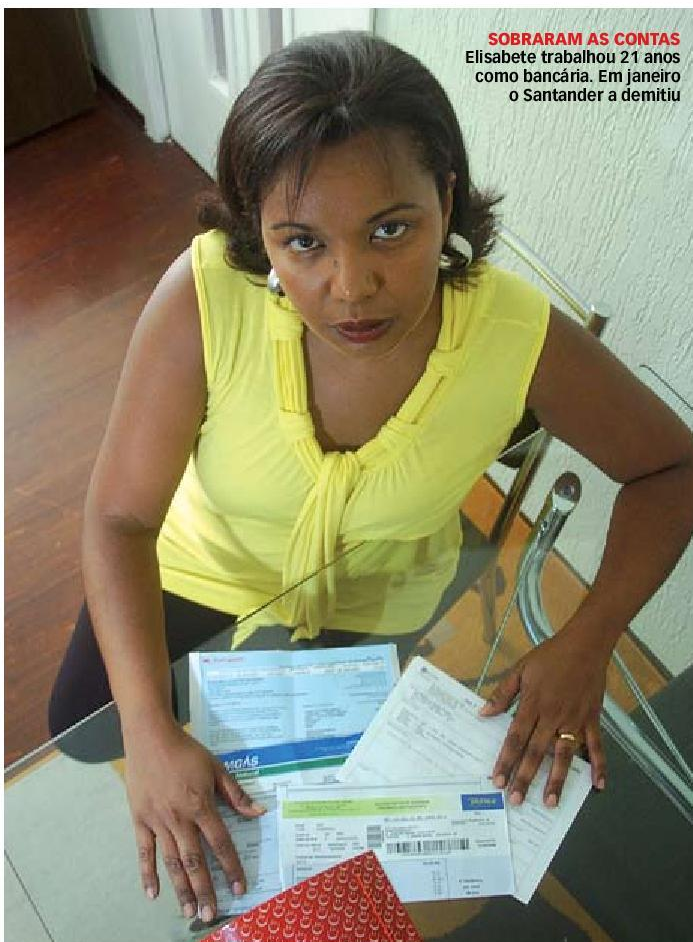
No terreno infértil da economia, muito brasileiro viu seus planos irem água abaixo, como os demitidos da Vale. Os números divergem. Segundo o Sindimina, representante dos trabalhadores, a empresa teria dispensado 1.300, mas, na realidade, teriam sido 3 mil desde 1º de novembro. “Se a empresa está em dificuldade, os executivos devem inicialmente reduzir seus próprios salários”, discursa Jorge Campos, secretário-geral da CUT Vale.

Outros ganharam fôlego para alguns meses, como ocorreu com os metalúrgicos da Renault, em Curitiba, que aprovaram um acordo com a suspensão do contrato de trabalho por cinco meses como alternativa a mil demissões. No período, recebem bolsa de qualificação profissional, paga pelo FAT, e ajuda compensatória da empresa, sem natureza salarial. Acordo semelhante foi negociado pelo Sindicato dos Químicos de São Paulo com a Plásticos Mueller, mas que conseguiu evitar 500 das 800 dispensas pretendidas pela firma. O diretor do sindicato, Hélio Rodrigues Andrade, disse que a empresa comprovou as dificuldades para a monitoria do Ministério do Trabalho antes de selar o acordo. Para os que continuam trabalhando foi definida estabilidade de 60 dias.

Na Volkswagen de Taubaté, o sindicato dos metalúrgicos negociou a redução da jornada com compensação após a retomada da produção. “Não se mexe em emprego e salário”, garante o presidente da CUT, lembrando que a Volks teve alta de 6,7% nas vendas em 2008.

No Grande ABC, em São Paulo, um ato em 19 de janeiro reuniu 15 mil metalúrgicos contra a ameaça de demissões. “As empresas deveriam aguardar o fim do primeiro trimestre para avaliar a situação. Eles podem usar mecanismos alternativos, mas preferem as demissões. O problema é que é muito barato demitir no Brasil. Ai eles recontratam por salários menores”, denuncia o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre. No dia seguinte ao ato, o sindicalista, em audiência com Lula, obteve apoio a proposta de criação de um fórum formado por sindicatos, lideranças políticas e empresariais do ABC para discutir ações conjuntas de proteção aos empregos.

E enquanto alguns segmentos culpam a crise mundial pela queda de desempenho, outros promovem demissões mesmo sem ser afetados por ela. É o caso, por exemplo, do Santander, que dispensou 400 funcionários nas últimas semanas. O banco, que comprou o ABN Amro Bank em 2007, interrompeu um processo de negociação em curso para reduzir o impacto das demissões e mandou ver. Elisabete Silveira Moreno, de 43 anos, trabalhou até janeiro como supervisora do call center do banco, onde ficou por 21 anos, seu primeiro e único emprego. “Sempre tive expressivas avaliações de desempenho. Agora estou sem norte.”



**SOBRARAM AS CONTAS**  
Elisabete trabalhou 21 anos como bancária. Em janeiro o Santander a demitiu



ANEXO 10  
FP12 – REVISTA DO BRASIL

» ECONOMIA

PAULO PEPE

Metalúrgica em Diadema: hoje o Brasil tem de tirar o atraso da década de 1990



# A hora do emprego

Cresce a corrente de economistas, empresários, sindicalistas e gente do governo que considera superada a obsessão exclusiva com metas de inflação e superávit. É hora de a economia ter metas de emprego e crescimento

» Por Nelson Breve,  
da Carta Maior

**E**m 1989 o Brasil ocupava a 13ª colocação entre os países com maior desemprego no mundo. Era cerca de 1,8 milhão de desempregados. Nos últimos anos, com perto de 8 milhões de trabalhadores à procura de uma colocação, o país passou a responder por 6% do desemprego mundial, tendo 3,5% da população econo-

micamente ativa do planeta, segundo a Organização Internacional do Trabalho. A conta não fecha, mesmo com a recuperação do mercado de trabalho, com saldo positivo de quase 5 milhões de contratações formais nos últimos quatro anos.

A década de 1990 foi uma tragédia. Milhões de postos de trabalho foram queimados na fogueira do neoliberalismo. Na Região Metropolitana de São Paulo, os 686 mil desempregados no final de 1990 se tornaram 1,5 milhão em 2000, se-



Linha de produção na Zona Franca de Manaus: só expansão da economia abre mais vagas

AGÊNCIA BRASIL





gundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Terciarização, autônomos, prestadores de serviços pessoais, atividades precárias, sem proteção social nem renda previsível, proliferaram. O emergencial tornou-se permanente e alterou a estrutura do mercado de trabalho. Hoje, mais de 5 milhões de ocupados nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo Dieese – São

Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre e Brasília – estão na economia informal.

“Houve perda dos melhores empregos e a expressiva tendência de deterioração continua, mesmo quando o emprego formal cresce”, constata o economista Anselmo Luiz dos Santos, do Instituto de Economia da Unicamp. Economistas socialmente sensíveis atribuem o agravamento do desemprego à forma atabalhoada com que os governos neoliberais aplicaram seu

**Apesar do crescimento do número de empregos com carteira assinada, hoje a informalidade atinge 5 milhões de trabalhadores nas seis maiores metrópoles do país**

receituário na tentativa de inserir rapidamente o país no mundo globalizado. A economia nacional ficou desprotegida.

### Estátua de sal

Na época, quem questionasse os mitos criados pela cartilha dominante virava estátua de sal. Segundo o “pensamento único”, o desemprego deveria ser combatido com políticas para melhorar o nível de educação dos trabalhadores e, especialmente, com a “flexibilização” dos contratos de trabalho para baixar o custo da mão-de-obra. A causa do desemprego não era o arrocho econômico, mas o excesso de direitos sociais que os trabalhadores levaram o século 20 para conquistar e consolidar na Constituição de 1988.

O economista Cláudio Salm, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lamenta que durante o período de estagnação os economistas brasileiros tenham perdido muito tempo com fórmulas que só mostraram alguma eficácia em países europeus em momentos de crescimento econômico. “Não haverá expansão do emprego no Brasil se não iniciarmos um ciclo de desenvolvimento mais acelerado. Com crescimento de 2,5% nós não vamos a lugar algum”, alerta.

Essa visão começou a ganhar força à medida que foram caindo os mitos construídos pelos condutores da política econômica no governo anterior. Com a liberalização do câmbio (1999), o valor do real em relação ao dólar passou a flutuar conforme as leis do mercado, encontrando relação de equilíbrio favorável às exportações.

A partir dessa desvalorização, a curva do desemprego começou a reverter. Na segunda metade da década passada, de 1996 a 1999, foi fechado cerca de 1 milhão de vagas com carteira assinada. De 2000 para cá, o saldo positivo da criação de empregos formais já supera os 6 milhões de postos de trabalho. Mais de dois terços desse total foram incorporados à econo-



mia durante o governo Lula. Além da mudança cambial, houve ajustes na tributação dos exportadores e das pequenas empresas, endurecimento da fiscalização da Receita, dos ministérios da Previdência e do Trabalho. A maior aceleração nas contratações ocorreu a partir de 2004, quando o país cresceu 5%.

Esse ritmo de crescimento requer investimentos da ordem de 23% a 24% do PIB na expansão da capacidade produtiva e da infra-estrutura para escoamento da produção – que os economistas chamam de formação bruta de capital fixo. De acordo com o diretor-executivo do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit), do Instituto de Economia da Unicamp, Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, o papel do Estado é fundamental para impulsionar esses investimentos. “Os investimentos estatais saem na frente. Quando deslançam, fazem a sinalização para o setor privado de que pode investir também. Assim o empresário contrata”, observa.

### Driblar os gargalos

Sem mexer na macroeconomia que dita a política de juros, as metas de inflação e de superávit de 4,25% do PIB, o governo provoca suas outras áreas a elaborar propostas alternativas de investimentos que estimulem a geração de trabalho e renda. O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, propôs a utilização do FGTS – que tem patrimônio líquido de 20 bilhões de reais – em obras de infra-estrutura e setores estratégicos para o crescimento do país. “Se queremos um país que alargue sua capacidade de produção, temos de pensar em alternativas para superar os gargalos”, observa o ministro. A proposta foi aprovada pelo Conselho Curador do FGTS no final de agosto e está pronta para ser debatida pelo Congresso, na medida em que os recursos do fundo só podem ser utilizados para obras de habitação e saneamento básico.



**Mesa de câmbio em São Paulo: livre, hoje a moeda americana varia ao sabor da lei da oferta e procura**

Outro foco de ação governamental foram políticas públicas para a juventude – já que a taxa de desemprego na população entre 18 e 24 anos é o dobro da média nacional. Com o fracasso da parte mais badalada do Programa Primeiro Emprego, lançado em 2003, o governo constatou que não se criam empregos por decreto. Não adianta dar uma ajuda financeira para uma empresa contratar um jovem se este não se encaixa em suas necessidades.

Daí a ampliação das políticas para a juventude com foco na qualificação, no aumento da escolaridade, na preparação e na intermediação para o mundo do trabalho. Nos últimos quatro anos, quase 1,5 milhão de jovens entre 18 e 24 anos foram atendidos pelo Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), que intermediou a colocação para 840 mil e proporcionou qualificação para cerca de 800 mil. A carga horária média dos cursos aumentou de 60 horas para até 200 horas. As políticas públicas para a juventude passaram a envolver 18 ministérios.

No sistema de aprendizagem, por exemplo, a idade máxima para frequentar cursos como os do Senac e do Senai foi estendida para 24 anos. No Senai, essa mudança significou

aumento de 42 mil para 108 mil alunos. Outra iniciativa, o Programa Jovem Cidadão (Pró-Jovem) – realizado com recursos federais e intermediação dos municípios –, paga uma bolsa de 100 reais para os jovens que não completaram o ensino médio. Em troca, precisam caminhar para a conclusão do curso e realizar mais 350 horas de aprendizagem em ofício profissional. A estimativa é atender 250 mil jovens este ano. O Ministério do Trabalho e Emprego está propondo também ao Congresso a vinculação de 8% dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ao sistema público de emprego. Assim, os recursos em qualificação e intermediação poderiam ser quadruplicados, de 327 milhões de reais para 1,3 bilhão.

### Agenda superada

A política econômica deve ter o emprego como meta estratégica de desenvolvimento. Essa preocupação foi discutida por representantes de trabalhadores, dos empresários, dos governos estaduais e federais num congresso sobre Sistema Público de Emprego. Uma de suas resoluções foi propor que o Conselho Monetário Nacional (CMN), que define as bases da política econômica, passe a ser inte-





DIVULGAÇÃO/SENAC

grado por representantes do Ministério do Trabalho, de trabalhadores e de empregadores. Hoje, o CMN é composto apenas pelos ministros da Fazenda e do Planejamento e pelo presidente do Banco Central.

A proposta partiu da CUT e aglutinou outras centrais e parte do empresariado na luta para introduzir duas outras metas na política eco-

**Laboratório de informática do Senac: cursos foram estendidos para jovens até 24 anos**

nômica: de crescimento e de emprego. A sugestão foi incorporada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República e entregue ao presidente Lula no ano passado. A CUT pretende retomar a discussão logo após as eleições. "O centro da política econômica, num segundo mandato, deve ser a questão

do emprego", sustenta o presidente da central, Artur Henrique da Silva Santos. A iniciativa é saudada pelos economistas que consideram a fixação excessiva do governo no controle da inflação uma agenda superada. Para Márcio Pochmann, da Unicamp, "falta pressão da sociedade para colocar a questão do emprego no centro do debate".

De acordo com Santos, está havendo uma pressão dos sindicalistas para incluir a ampliação do CMN e as metas de emprego e crescimento no programa de governo que o presidente apresentará ao eleitorado para conquistar a reeleição: "Se for para o programa de governo, passa a ser uma promessa que nós vamos cobrar. Se não for, vamos pressionar para que seja. É uma proposta viável e importante do ponto de vista de ampliação da democracia", avisa o presidente da CUT, que pretende também retomar a discussão da redução da jornada máxima, de 44 para 40 horas semanais, tão logo o Congresso volte a funcionar normalmente. ■

## Políticas públicas para gerar emprego

Mesmo com um crescimento sustentável acima de 5% ao ano, serão necessárias ainda ações alternativas do governo para absorver a mão-de-obra de baixa qualificação, que dificilmente conseguirá se encaixar no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo. Em debate realizado pela TV Carta Maior no início de agosto, economistas apresentaram algumas propostas para contornar essa dificuldade.

Ladislau Dowbor, da PUC de São Paulo, defendeu políticas públicas que aproveitem a mão-de-obra disponível para

ações comunitárias com impacto social, como programas de redução do déficit de 7 milhões de moradias, universalização do saneamento básico e organização de cinturões verdes nas periferias, que melhoram a qualidade de vida e dinamizam a economia local. "Temos de fazer uma ponte entre o problema do desemprego e o problema da desigualdade", advertiu Dowbor. "É um absurdo econômico ter pessoas desempregadas."

O professor Sergio Leite, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,

propõe mais investimentos para a reforma agrária e a agricultura familiar, que conseguiriam criar e manter ocupações no campo com um custo bem mais em conta que o necessário para induzir as contratações no setor urbano. Ele lembra que 16,5 milhões de trabalhadores brasileiros estão no meio rural e diz que o agronegócio estaria expandindo as áreas plantadas em 14% ao ano, mas sem a mesma contrapartida em criação de empregos. O professor defende a vinculação do programa do biodiesel à política de assentamentos rurais.



MARCELO CASAL JR./ABR

**Investimento na agricultura familiar é um dos meios de manter a ocupação no campo**

## ANEXO 11

FP13 – REVISTA DO BRASIL

CAPA

# Fala com a gente, Dilma

Presidenta surfa na popularidade. Economia esboça reação. Movimentos sociais querem ver pautas atendidas. E 2014 adianta o calendário

Por Vitor Nuzzi

**N**os cinco quilômetros que separam o estádio Mané Garrincha do Congresso, em Brasília, a marcha das centrais sindicais teve um imprevisto que interrompeu o protesto durante meia hora: o principal carro de som, que levava a maioria dos dirigentes, não passava por um viaduto, pouco antes da Esplanada dos Ministérios. Os sindicalistas tiveram de driblar ainda o obstáculo da pouca visibilidade dada pela maior parte da imprensa ao ato de 6 de março, que reuniu algumas dezenas de milhares de pessoas. Já à noite, foram recebidos pela presidenta Dilma Rousseff, para pedir mais atenção a uma pauta trabalhista elaborada em 2010. Involuntariamente, a discussão

tornou-se mais ampla e envolve, desde já, a eleição de 2014.

Duas semanas depois da marcha, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou pesquisa encomendada ao Ibope que apontava recorde de 63% de aprovação ao governo, com a aprovação ao “estilo Dilma” atingindo 79%. O gerente executivo Renato da Fonseca, da CNI, listou três fatores básicos para a avaliação positiva: baixa taxa de desemprego aliada à manutenção da renda familiar, foco em políticas sociais e o carisma pessoal da presidenta da República como administradora. “Ela tem conseguido construir uma imagem de competência e segurança na gestão”, afirmou.

Os sindicalistas foram reclamar por serem menos ouvidos pelo governo, em

comparação com os empresários, já aflagados com desonerações de tributos em vários setores e na folha de pagamentos, políticas que deverão continuar, segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega. O fraco desempenho da economia em 2012 (crescimento de 0,9%) acendeu um sinal amarelo e deu algum combustível à oposição, ainda em busca de um candidato para chamar de seu. No meio do caminho, Câmara e Senado renovaram as mesas diretoras e a própria Dilma promoveu uma minirreforma ministerial.

## Momentos

O analista político Antônio Augusto de Queiroz, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), identifica quatro movimentos do







CAPA

MARCELLO CASALI/ABR

**O NÃO FATO**  
 Na mídia tradicional, ofensivas empresariais pela alteração na legislação trabalhista têm espaço garantido. Já as manifestações trabalhistas têm menos visibilidade. A Marcha das Centrais, apesar de reunir milhares de pessoas, nem apareceu do noticiário

governo. O primeiro se tratava de “acalmar” mídia e classe média. Em seguida, a preocupação foi o enfrentamento da crise – e vieram diminuição de juros, redução das tarifas de energia e as tais desonerações, a última das quais atingindo os produtos da cesta básica. O governo também passou a defender uma política de transferência de atividades no setor de transportes para a iniciativa privada. Por fim, vem o que o analista considera mais preocupante, as relações de trabalho. “Se não houvesse essa reação (*marcha*), certamente correria riscos”, diz, referindo-se a constantes ofensivas empresariais pela alteração na legislação trabalhista, sempre em nome da competitividade.

Entre os novos comandantes do Congresso, Queiroz vê uma postura mais in-



DINO SANTO/OUT



CAPA

## Bancada ameaçada

Como 2014 já entrou com antecedência inesperada até mesmo para o calendário político, é preciso não apenas se preocupar com a sucessão do Executivo, mas também cuidar da renovação de cadeiras do Congresso, como alerta o Diap. "Se não houver reposição de quadros, a bancada sindical cai pela metade na próxima legislatura", afirma o analista Antônio Augusto de Queiroz.

Segundo o órgão, a bancada dos trabalhadores no Congresso é de 91 parlamentares, em um universo de 594 deputados e senadores – 15% do total. No Senado, não chega a 10% (sete de 81).

Isso ajuda a explicar, por exemplo, a dificuldade que temas ligados ao trabalho enfrentam para avançar no Parlamento. Redução da jornada e extinção do fator previdenciário são questões empacadas, por mais que o governo sinalize alguma intenção de negociar. "Tudo depende da pressão", diz o senador Paulo Paim (PT-RS). Para Queiroz, a questão da redução da jornada só avança se o Planalto se envolver, e mesmo assim com redução gradual.

Alguns itens reivindicados viraram lei nos últimos anos. É o caso da política de aumento real para o salário mínimo, da correção anual da tabela do imposto de Renda da Pessoa Física (ambos até 2014), da ampliação do aviso prévio para até 90 dias (conforme o tempo de serviço) e da formação profissional por meio do Progra-

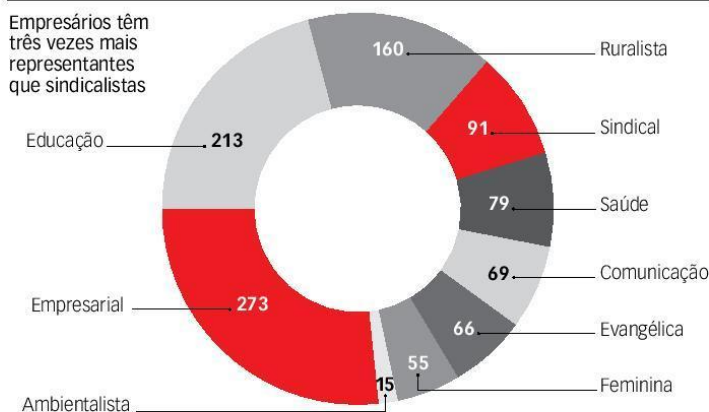
ma Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), além da isenção de imposto de renda em pagamentos de participação nos lucros ou resultados no valor de até R\$ 6 mil. Esta última questão está em medida provisória avaliada em comissão mista no Congresso.

O que parece mais próximo de acontecer no Parlamento, pela agenda atual, é a discussão da reforma política. Para o

ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, se o Congresso não conseguir votar as propostas, é o caso de pensar em uma Constituinte. Segundo ele, é urgente implementar o financiamento público de campanhas e transformar o financiamento privado em crime inafiançável. "Só não pode continuar do jeito que está."

Colaborou Tadeu Breda

## O Congresso por representação



Fonte: Diap

dependente em relação ao governo. Especialmente com o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), que estava à frente da Comissão de Trabalho na época do projeto do governo Fernando Henrique Cardoso que flexibilizava a CLT. "Ele tem fortes relações com os meios de comunicação, com a bancada ruralista e com o meio empresarial", observa. Alves também foi relator do projeto do Código Florestal.

### Divisão

A marcha era unitária, mas os presidentes das duas maiores centrais sindicais saíram em direções opostas após a reunião com a presidenta. Para Wagner Freitas, da CUT, foi aberto um espaço de negociação que permitiria avançar em temas como a redução da jornada de trabalho e o fim

do fator previdenciário. De imediato, o governo assinou o decreto que visa a regulamentar, no Brasil, a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre o direito a negociação coletiva dos trabalhadores do setor público. Até então, segundo o dirigente, faltava "um olhar mais prioritário para as questões referentes ao mundo do trabalho".

Já o deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho (PDT-SP), disse ter saído com visão "bastante crítica" do encontro no Palácio do Planalto. "O governo está com pouco crédito com a Força Sindical", reclamou. Durante o dia, na marcha, ele já havia se queixado ao comentar seu encontro na véspera com o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), sempre cotado na bolsa de apostas presidencial: "O governo recebe a CUT, a

UGT, e não recebe a gente. Cada um faz o que pode". O dirigente chegou a afirmar que poderia apoiar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas não Dilma, em 2014.

"O governo não estava falando com o movimento sindical", disse o presidente da UGT, Ricardo Patah, recebido em audiência poucos dias antes da marcha. "Hoje está restabelecido, está tudo bem." O presidente da CTB, Wagner Gomes, via um diálogo ainda "truncado" com os movimentos sociais. E também cobrou prioridade, lembrando que esses movimentos ajudaram a garantir a eleição de Dilma em 2010. "Nosso campo de atuação continua sendo o da presidenta."

No encontro das centrais com Dilma, na noite de 6 de março, estava presente ainda o ministro do Trabalho e Emprego,



ROBERTO STUCKERT FILHO/PR

**PAUTAS ANTIGAS** Dilma, os ministros Brizola Neto (que seria substituído nove dias depois) e Gilberto Carvalho recebem sindicalistas

## As demandas dos trabalhadores

- Redução da jornada semanal máxima de 44 para 40 horas
- Ratificação das Convenções 151 (direito de organização no setor público) e 158 (coibição a demissões arbitrárias)
- Salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres
- Valorização das aposentadorias (ampliação do teto e fim do fator previdenciário)
- 10% do PIB para a educação
- 10% do orçamento da União para a saúde
- Reforma agrária

Brizola Neto, já na berlinda, segundo insistentes comentários que circulavam por todos os lados. Um dirigente do mesmo partido (PDT) chegou a dizer: “Não dou 15 dias *(para a queda)*”. Nove dias depois, Brizola Neto caiu. Perdeu uma batalha interna no PDT e foi substituído por Manoel Dias, ligado a Carlos Lupi, presidente da legenda e ex-ministro do Trabalho.

### Neoliberais

Durante o congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag, *leia mais à página 29*), na mesma semana, o normalmente moderado ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, atacou outro presidencial, o senador Aécio Neves (PSDB-MG), sem

citá-lo. Dias antes, o tucano comentara que o governo pretendia eliminar a miséria “por decreto”.

Além de considerar a declaração “irresponsável”, Carvalho afirmou que os movimentos sociais têm boa relação com o governo, mas sem submissão. “Ao contrário de governos anteriores, tivemos a coragem de ouvir esse povo, de receber esse povo no Palácio do Planalto. Este governo é solidário ao povo, ao contrário de governos neoliberais que o senador representa e querem voltar, mas o povo não vai deixar.”

Como nem só de PIB vive a economia, um dado mostra que 2012 também produziu boas notícias. Segundo o Dieese, que acompanha sistematicamente as negociações salariais desde 1996, no ano passado 95% dos reajustes superaram a inflação medida pelo INPC. Outros 4% tiveram índices equivalentes. Assim, apenas 1% perdeu para o índice do IBGE, no melhor resultado da série. O instituto res-



## CAPA

salva que os resultados foram piores no segundo semestre, quando a inflação – ainda uma preocupação real – ameaçou desgarrar e as expectativas positivas do início do ano se frustraram.

O aumento da renda foi importante para o próprio PIB. O consumo das famílias cresceu (3,1%) pelo nono ano seguido, impulsionado pela elevação de 6,7% da massa salarial e também pela alta (14%) do crédito para pessoas físicas. Outro dado positivo de 2012 foi a menor taxa anual média de desemprego (5,5%) na série histórica do IBGE, iniciada em 2003. Mas também exagera quem fala que o país vive em pleno emprego.

Nestes primeiros meses de 2013, os dados ainda são contraditórios, mas mostram indícios animadores. O IBGE informou que a produção industrial subiu 2,5% em janeiro (5,7% na comparação com igual mês de 2012). Em 12 meses, a variação ainda é negativa (-1,9%). A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) também divulgou indicadores mais favoráveis, com 20.500 vagas abertas em janeiro e fevereiro. A atividade industrial cresceu 2,8% no primeiro bimestre, mas ainda cai 2,7% em 12 meses. A CNI observou redução da capacidade ociosa e fala em “recuperação moderada” do setor.

Há, também, a sempre presente batalha dos juros. Com o aumento da inflação nos últimos meses, aumentou a voz dos que clamam pela volta do ciclo de altas da taxa básica, a pretexto de controlar os preços. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu os juros em dez reuniões seguidas, mantendo a taxa nas três seguintes. Em 16 e 17 de abril, a discussão voltaria à pauta. No final de março, a presidenta declarou que o combate à inflação é “um valor em si mesmo e permanente do meu governo”, mas isso não significa abrir mão do crescimento. E questionou a receita pregada por parte do chamado mercado: “Tivemos um baixo crescimento no ano passado e um aumento da inflação, porque houve um choque de oferta devido à crise e a fatores externos”.

É uma visão semelhante à do diretor-técnico do Dieese, Clemente Ganz Lú-



**LIBERAL** O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, tem fortes relações com os meios de comunicação, com a bancada ruralista e com o meio empresarial

cio. Segundo ele, o equilíbrio econômico deve buscar não apenas o controle da inflação, mas o crescimento – e não se pode “cair no conto” de que aumentar juros é o melhor mecanismo para enfrentar a inflação no curto prazo. E é sempre tempo de desfazer mitos, observa o economista em um dos seus comentários diários na *Rádio Brasil Atual*. “Nos anos 90, diziam que se o salário mínimo crescesse íamos ter desemprego, inflação e informalidade. O salário mínimo teve aumento real

nos últimos anos e o desemprego e a informalidade diminuíram.”

A popularidade do governo é retrato do momento. Desemprego menor e rendimento em alta favorecem a avaliação, mas ainda há problemas sociais sérios – desigualdade, má distribuição da renda – e infraestrutura deficiente. Algumas críticas vindas da oposição, porém, passam a um observador mais atento a impressão de que faltou combinar antes com os russos. ■

## Evolução dos acordos salariais

	Reajustes acima da inflação (%)	Reajustes equivalentes à inflação (%)	Reajustes abaixo da inflação (%)	PIB (%)	Inflação* (%)	Taxa de desemprego** (%)
2012	94,6	4,1	1,3	0,9	6,20	5,5
2011	87,1	7,1	5,8	2,7	6,08	6,0
2010	87,8	7,7	4,5	7,5	6,47	6,7
2009	80,5	11,6	7,8	-0,6	4,11	8,1
2008	78,3	10,7	11,1	5,1	6,48	7,9
2007	87,7	8,3	4,1	6,1	5,16	9,3
2006	86,3	10,7	3,1	4,0	2,81	10,0
2005	71,7	16,3	12,0	3,2	5,05	9,9
2004	54,9	26,1	19,0	5,7	6,13	11,5
2003	18,8	23,0	58,2	1,1	10,38	12,4
2002	25,8	27,7	46,5	2,7	14,74	–
2001	43,2	19,6	37,2	1,3	9,44	–
2000	51,5	15,2	33,3	4,3	5,27	–

Fonte: Dieese, com elaboração da redação

\* INPC/IBGE acumulado no ano. \*\* Médias anuais. A série histórica desse indicador se inicia em 2003

EDUCAÇÃO

# Imbróglio federal

A longa greve dos professores das universidades federais expôs diferenças de concepção e desavenças políticas. O governo, em cenário de crise, diz ter feito o que pôde. Os profissionais criticaram o processo de negociação

Por Vítor Nuzzi



**D**ois ministérios e três entidades que representam os professores do ensino federal protagonizaram a greve do setor, que começou em maio e entrou em agosto. Diferenças de concepção sobre o ensino, divergências políticas e um período de crise complicaram as negociações. Para sindicalistas, por exemplo, na bancada do governo a visão econômica pós o Ministério da Educação em segundo plano. Um dos negociadores governistas contesta. “Foi bem equilibrado (entre Planejamento e Educação).”

Mas ele admite: “É uma negociação complexa, que também leva a orientação da Presidência da República”, observa. Após rejeição unânime de sua proposta feita em 13 de julho, o Executivo refez contas e apresentou nova oferta 11 dias depois. Duas das três entidades que negociam pelos professores mantiveram posição contrária ao acordo, basicamente por pendências relacionadas à carreira dos docentes na rede pública federal. Na parte econômica, a proposta prevê reajustes a partir de 2013 que atingirão entre 25% e 40% sobre o salário reajustado em

4% este ano. O governo estima em 20,8% a inflação de agora até fevereiro de 2015. Os sindicalistas, começando a conta por 2010 – o último reajuste foi em julho daquele ano –, apontam perdas.

“A desestruturação da carreira continua”, critica o primeiro-vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes SN), Luiz Henrique Schuch, que após a reunião do dia 24 disse não ver “nenhuma relação lógica na evolução entre os níveis e as classes, os regimes de trabalho e as titulações”.





**ACORDO  
DIFÍCIL**  
Servidores e  
professores  
fazem  
manifestações  
em Brasília:  
semestre  
letivo perdido



FOTOS MARCELLO CASAL JR/ABR

## EDUCAÇÃO

### DOCENTES FEDERAIS

Professores de 3º grau\*  
**106.080**

Professores do Ensino  
Básico Técnico e Tecnológico  
(EBTT)  
**36.208**

\*De auxiliar a titular  
Fonte: Ministério do Planejamento

### UNIVERSIDADES FEDERAIS

**59**  
em todo o país

**14**  
criadas no governo Lula

O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), alinhado ao Andes-SN, também criticou. “Essa contraproposta apresenta algumas pequenas melhorias financeiras e retira algumas das questões estruturais negativas que haviam sido introduzidas pelo governo na proposta apresentada no dia 13. O governo, porém, insiste em não fazer uma verdadeira reestruturação da carreira, aprofundando a desestruturação”, afirma a entidade.

Já a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes) considerou as reivindicações das entidades atendidas. “Se não é a proposta ideal, não é ruim. Foram retirados itens que julgávamos inaceitáveis”, diz o diretor de Assuntos Educacionais do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Proifes, Nilton Brandão. Entre esses itens, o aumento da carga horária e restrições à progressão na carreira.

### Dinâmica

O secretário de Relações do Trabalho no Serviço Público, do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, diz que a

## EDUCAÇÃO

nova proposta garante aumentos reais a todos os docentes. “Nenhum professor vai ter perdas”, afirma. Ele lembra que a tabela é a mesma para universidades e institutos, estes com mais professores graduados e aquelas com mais titulados, o que aumenta a complexidade da negociação. O governo diz que tem como objetivo estimular as universidades a atingir 100% de doutores nos próximos anos.

O professor da Universidade Federal do ABC Giorgio Romano Schutte, integrante do comando local de greve, considera que o governo foi lento nas conversas com os servidores. “A negociação do dia 13 claramente foi chamada às pressas, para abafar o movimento. E parece que a dinâmica é

toda da Fazenda e do Planejamento”, avalia. “Nossa greve não é por aumento real, mas por reestruturação da carreira, o que obviamente tem impacto no Orçamento”

**Congresso**

A questão do Orçamento pressiona os envolvidos na negociação. Por lei, o governo deve entregar ao Congresso seu projeto orçamentário anual até 31 de agosto de cada ano – ou seja, quatro meses antes do encerramento do período legislativo. Assim, itens que contemplem os reajustes dos professores – e do funcionalismo em geral – precisariam já estar definidos para ser incluídos na proposta e aplicados em 2013. “O governo não vai

encaminhar ao Congresso sem um acordo”, afirma um dos interlocutores.

Segundo a presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Paulo (Adunifesp), Virgínia Junqueira, a questão transcende o volume de recursos que o governo informa que destinará ao setor nos próximos três anos – de acordo com o Executivo, com a nova proposta o impacto orçamentário passou de R\$ 3,92 bilhões para R\$ 4,2 milhões – e diz respeito a carreira profissional e estrutura para professores, alunos e funcionários. Ela conta que as conversas do Andes-SN com os dois ministérios se repetem desde o final de 2010. “O interlocutor deveria ser o Ministério da Edu-



Sérgio Mendonça, com servidores: governo defende a negociação permanente

MÉRCIA MENESCAL/PROFES

**Efeito dominó**

Os professores talvez sejam a face mais visível da greve dos servidores federais, que atinge diversas categorias – exatas 26, em 25 estados e no Distrito Federal, segundo a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef). Em 26 de julho, por exemplo, o IBGE não pôde divulgar a série completa da taxa de desemprego do mês anterior porque ainda não tinha disponíveis os dados referentes à região metropolitana do Rio de Janeiro. Basicamente, os servidores pedem aumento salarial e mudanças nos planos de carreira.

O secretário de Relações do Trabalho no Serviço Público, Sérgio Mendonça, conta que nos primeiros três meses no cargo participou de mais de 100 reuniões de negociação com entidades do funcionalismo. Em entrevista dada em junho à **Rede Brasil Atual**, ele observou que a despesa de pessoal

“não pode estar desconectada da política macroeconômica e fiscal”, mas reiterou que o governo defende uma política de negociação permanente.

Na greve atual, o clima piorou com a publicação do Decreto nº 7.777, de 24 de julho, que entre outros itens permite o uso de mão de obra estadual ou municipal, mediante convênio, durante o período de paralisação. “Tal medida atropela o processo de diálogo e vai na contramão da legitimidade de uma paralisação em defesa de salários e direitos”, reagiu a Executiva Nacional da CUT. “O confronto que se agrava após mais de um mês de paralisação só se estabeleceu pela incompreensão do governo federal, que, movido pela lógica do desmedido ‘ajuste fiscal’, arrocha salários e investimentos, medidas incompatíveis com os compromissos assumidos e com as necessidades da sociedade brasileira, em especial dos servidores públicos.”





**CONTEMPORIZANDO**  
 Mercadante:  
 "Não conheço nenhuma categoria profissional, de atividade pública ou privada, que tenha recebido um aumento desse porte e conquistado uma carreira em um momento de tantas incertezas econômicas, com um cenário de crise como o que se apresenta"

FABIO RODRIGUES-POZZERON/ABR

## Servidores no ensino federal

	Universidades federais	Institutos (Ifets)
Total de funcionários	160.180	40.679
Nível superior	92.154	27.651
Nível intermediário	52.577	11.623
Nível auxiliar	7.836	1.218

Fonte: Ministério do Planejamento

cação, para intermediar essa proposta e levá-la ao Planejamento." Na visão da professora, a concepção atual revela mais preocupação com custo do que com qualidade. "Com certeza quem segurou esse processo negocial foi a área financeira do governo", afirma Brandão, do Proifes.

O Executivo admite preocupação com a conjuntura econômica, mas diz que isso não fez interromper as negociações. "O governo está avaliando com muito cuidado a crise internacional, como vai expandir o gasto e a folha de pagamento", afirma um negociador. "Não conheço nenhuma categoria profissional, de atividade pública ou privada, que tenha recebido um aumento desse porte e conquistado uma carreira em um momento de tantas incertezas econômicas, com um cenário de crise como o que se apresenta", declarou o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, após a reunião de 24 de julho.

Com posições divergentes entre as entidades dos professores, a decisão do governo de não ir além e o prazo curto, a negociação pode terminar em impasse. "Se esticar muito a corda, todos perdem", comenta um dos integrantes da mesa.

Em maio, ao ser homenageado com cinco títulos honoris causa concedidos por universidades federais no Rio de Janeiro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou o estímulo dado ao setor. "Orgulho-me de termos criado 14 novas universidades federais e 126 extensões universitárias, nas mais diversas regiões do país, democratizando o acesso ao ensino superior. Simplesmente dobramos o número de vagas nas universidades públicas", afirmou. Desde 2003, o sistema passou de 600 mil para 1,2 milhão de alunos.

Se a premissa é de que houve avanços no período Lula, na avaliação de Giorgio, da UFABC, esse processo não pode ser interrompido. "A expansão não era só numérica, era uma concepção, e com critérios de inclusão social", observa. Na UFABC, por exemplo, 50% dos alunos vêm de escolas públicas. "Você não pode consolidar a precarização, precisa avançar. É preciso voltar a discutir a carreira. Se não houver sequência, a agenda positiva vira negativa." ■

ANEXO 13  
FP15 – REVISTA DO BRASIL

» BRASIL

# Bom começo

Negociação entre governo e centrais sindicais, além das novas regras para salário mínimo e tabela do IR, aponta para avanços na mentalidade econômica



NEGOCIAÇÃO  
Centrais e  
governo dão  
passo à frente

AGNALDO AZEVEDO/SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO

Por José Luís Frare

**O** acordo para a valorização do salário mínimo e para a correção da tabela do imposto de renda, assinado no dia 27 de dezembro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelas centrais sindicais, é inédito tanto do ponto de vista econômico quanto político.

Resultado de longas negociações entre o governo federal e os representantes dos trabalhadores, o acordo traz um alívio simultâneo para a classe média e para os 43,7 milhões de brasileiros que, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), têm seu rendimento referenciado no salário mínimo.

A primeira novidade é que foi estabelecida uma nova política para o salário

mínimo. Em abril de 2007 passará de 350 para 380 reais, com aumento real estimado em 5,4%. Nos quatro anos seguintes, o mínimo será reajustado pelo índice da inflação mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB), com o pagamento antecipado em um mês a cada ano até ser fixado definitivamente em janeiro. Já a tabela do imposto de renda será corrigida

em 4,5% ao ano no segundo governo Lula (veja na tabela). Em 2011 haverá revisão do acordo.

Pelas contas do Dieese, que projeta uma variação do INPC em 3% até o final de março de 2007, quando entrar em vigor em abril o salário mínimo terá acumulado um aumento real de 32% nos últimos quatro anos.

## As novas regras para o mínimo e o IR

Ano	Correção do salário mínimo	Vigência do novo valor	Correção da tabela do IR
2007	R\$ 380	Abril	4,5%
2008	Inflação + PIB de 2007	Março	4,5%
2009	Inflação + PIB de 2008	Fevereiro	4,5%
2010	Inflação + PIB de 2009	Janeiro	4,5%



Considerando-se a série histórica do salário mínimo e trazendo todos os valores médios anuais, o valor de 380 reais em 1º de abril significará o maior valor real das séries anuais desde 1986, estima o Dieese, em documento elaborado para as sete centrais sindicais que assinaram o acordo com o governo federal (CUT, Força Sindical, CGT, CAT, CGTB, NCST e SDS).

A relevância do impacto desses 30 reais a mais no valor do piso nacional varia conforme a fonte. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, o reajuste de 2007 injetará na economia 8,5 bilhões de reais, devolvendo aos cofres públicos 2,1 bilhões em arrecadação extra de tributos. Pelas projeções do Dieese, o incremento de renda na economia pode chegar a 16,8 bilhões de reais, e a 4,1 bilhões na arrecadação tributária.

A unidade das centrais sindicais na busca da valorização do salário mínimo e da correção da tabela do IR é outra novidade na história recente do movimento sindical brasileiro. O acordo foi assinado três semanas após a 3ª Marcha Nacional do Salário Mínimo a Brasília organizada pelas centrais no dia 6 de dezembro – e depois de uma dura queda de braço ao longo das reuniões com o governo.

Os representantes dos trabalhadores reivindicavam um mínimo de 420 reais e a correção da tabela do IR em 7,7%, para zerar a inflação dos últimos quatro anos. O Ministério da Fazenda propôs ao Congresso 367 reais ao piso nacional e zero de reajuste na tabela do imposto de renda. Na proposta orçamentária elaborada pelos parlamentares, chegou-se a 375 reais de salário mínimo e 3% na correção da tabela. O acordo final foi fechado na madrugada de 20 de dezembro entre os dirigentes sindicais e o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, com o aval de Lula.

A manchete do jornal *O Globo* de 27 de dezembro, dia da assinatura do acordo, reflete o pensamento de um setor do empresariado. “Bondade com o mínimo reduz alcance de pacote”, bradou o diário da família Marinho, citando como fonte “um técnico da equipe econômica”, referindo-se ao pacote de redução de impostos que está sendo gestado pelo governo.

De outro lado, alguns analistas viram no acordo uma importante inflexão na política econômica para o segundo governo Lula. “A decisão de Lula de seguir a sua intuição para conceder o reajuste adicional do salário mínimo, e não reduzir nenhum programa social, muda

completamente a discussão econômica”, escreveu em seu blog o jornalista econômico Luiz Nassif. “O que Lula fez foi redefinir as prioridades orçamentárias. Antes, o Banco Central definia uma fatia ilimitada para os juros. O que sobrasse era rateado pelas demais despesas (...) Daqui para frente, inclusão social passa a ser a determinante; os juros pagos, a variável de ajuste”, acredita Nassif. Esse novo cenário, na opinião do analista, requer uma mudança de comando do Banco Central. “Lula não conseguirá segurar a peteca se mantiver no Banco Central a ortodoxia cômoda de quem não tinha limites de responsabilidade fiscal para tratar com juros.”

O presidente indicou essa direção em pronunciamento no ato de assinatura do acordo. “Fui reeleito e não quero fazer o mesmo que já fiz nos primeiros quatro anos. Agora temos que fazer uma coisa nova. E, pelo amor de Deus, não cometam o erro de usar a palavra desenvolvimento ou crescimento econômico sem combinar a palavra distribuição de renda”, avisou. Lula referia-se ao ano de 1973, quando era dirigente sindical: o PIB cresceu 13,94%, mas o salário mínimo teve perda real de 3,4%. ■



## TRABALHO

# Questões de classe EM JOGO

CUT renova direção e prevê período difícil. Se a crise internacional afetar mais o crescimento, as disputas com o patronato de um lado e a área econômica do governo de outro devem se acirrar **Por Vitor Nuzzi**

**A** CUT surgiu há 29 anos, ainda na ditadura, e conviveu a maior parte do tempo com governos hostis ou pouco receptivos ao movimento sindical. E chega a seu 11º Congresso Nacional, o Concut, agora em julho, em situação distinta: com um governo que ajudou a eleger pela terceira vez seguida (duas com Lula e uma com Dilma), com as centrais sindicais legalmente incluídas na estrutura sindical brasileira desde 2008 e com um ambiente mais propício à negociação. Mas não se livrou das tensões internas, nem “chegou ao poder”, como afirmaram algumas vozes mais ácidas, embora a relação seja efetivamente diferente na comparação com, por exemplo, os anos FHC.

Para o presidente da CUT até o congresso, Artur Henrique, no período recente a central consolidou sua plataforma, em um contexto de “disputa de um modelo de desenvolvimento que coloque

o trabalho no centro do debate”. Disputa que ora aproxima, ora distancia a entidade do governo – e não pode distanciá-la da base, ou seja, os sindicatos. “Continuamos tendo postura de independência em relação ao governo”, afirma Artur, citando a greve nas universidades federais e dados do Dieese sobre paralisações no setor público. “Em todas as greves do governo Lula, a CUT estava à frente. Mas não ficamos em cima do muro e com medo de apoiar as medidas que são favoráveis aos trabalhadores.”

Ele rebate argumento de parte do movimento sindical de que uma suposta aproximação do poder enfraqueceria a entidade. E lembra que, dos sindicatos filiados a alguma central, 46% estão ligados à central. “Se essa tese fosse real, a CUT perderia representatividade.”

Secretário de Finanças até o momento do congresso, Vagner Freitas vê uma trajetória coerente da central em relação ao que considera um dos principais desafios

do sindicalismo nas últimas décadas: o enfrentamento ao neoliberalismo, “à ordenação econômica voltada para o mercado e desinteressada das pessoas”, como define. “Sabemos as dificuldades que tivemos no governo Fernando Henrique. Era uma relação de enfrentamento de classe. Hoje continuamos independentes de governos, mas sabemos reconhecer que há momentos em que nosso projeto é posto em prática”, avalia. “A grandeza de uma central se vê pela capacidade de avaliar a conjuntura. A CUT defende os projetos políticos para a classe trabalhadora. Se isso coincidir com alguma política de governo, melhor.”

O sindicalista – indicado pelos principais correntes dentro da CUT para presidir a central nos próximos três anos –, teme se aproximar um período de cenário desfavorável, uma vez que, sob impacto da crise mundial, o crescimento da economia brasileira segue em ritmo desacelerado. “Se a economia crescer menos, as políticas devem levar em conta os trabalhadores. Vamos ter muita disputa na sociedade”, afirma Vagner. Para ele, a base de sustentação do governo Dilma é mais conservadora do que em relação a Lula, ainda que o governo atual mantenha as políticas do anterior. “Precisamos estabelecer o nosso papel. Serão três anos de intensa agenda sindical, de mobilização, mas também de diálogo.”

## Em débito

Artur destaca a importância das chamadas contrapartidas sociais nas discussões com governo e empresários. “Quando se discute modelo de desenvolvimento, isso (PIB) é apenas parte do problema. Estamos falando de políticas públicas, políticas sociais, combate à mi-

## 1983

De 26 a 28 de agosto, o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) cria a CUT

## 1984

O 1º Congresso Nacional da CUT (Concut), realizado no mês de agosto, em São Bernardo do Campo, elegeu o metalúrgico Jair Meneguelli para a presidência da central. Seu nome foi confirmado para o cargo no 2º, 3º e 4º congressos da entidade, em 1986, 1988 e 1991, respectivamente



## 1994

O 5º Concut escolheu Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, também metalúrgico, como novo presidente da central. Ele foi reeleito no 6º Concut, de 1997





TRABALHO



**TROCA DE COMANDO** Vagner e Artur: previsão de trovoadas para o mundo do trabalho

aquela ideia da década de 1990, de Estado mínimo, não funcionou. Nós, que fomos chamados de dinossauros, desinformados, estávamos alertando que aquele capitalismo virtual nada tinha a ver com uma sociedade justa. Emprego, educação pública, saúde pública não são ativos mercadológicos.”

Em tese apresentada em 2009 no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), Mario Henrique Guedes Ladosky abordou a relação entre a CUT e o governo Lula. Ele observa que a central passou pelo mesmo processo ocorrido em outros países e épocas. “Sempre há tensão sobre o papel do movimento sindical quando um partido de origem operária chega ao poder.”

Mas se trata de um governo não exclusivamente de esquerda, sujeito a pressões que levam a medidas nem sempre de acordo com as expectativas do movimento sindical. Assim, há avanços e resistências. “É a situação que vai exigindo respostas que têm de ser dadas naquele momento”, afirma Ladosky. “Mudou a estratégia, não a concepção.”

Ele vê três fases distintas no processo de consolidação da central. A primeira, nos anos 1980, mais “conflitiva”, com maior presença em oposições sindicais, ainda com regime autoritário e inflação elevada. A segunda, mais concentrada nos anos 1990, de inflexão, tentativa de resistência ao neoliberalismo e defensiva em um contexto de desemprego mais elevado, com maior presença institucional mesmo em cenário mais adverso. Por fim, após 2002, uma fase mais favorável do ponto de vista econômico e político para se pôr em ação uma estratégia mais “contratualista”, de negociação. **B**

séria, salário mínimo. Não basta criar empregos, é preciso discutir a qualidade desses empregos.”

Ele critica o que chama de “visão restritiva” na área econômica do governo, de olhar apenas para os indicadores e não se preocupar com questões como a rotatividade do mercado de trabalho e a terceirização – sem contar o corte nas despesas. “Investimento não é gasto, servidor público também não.” Do mesmo modo, faz ressalvas às recentes medidas de desoneração, em tentativas de estimular a economia. “Não acreditamos que desonerações pontuais, para determinados setores, deem resultados a médio e longo prazo.”

Segundo Artur, o governo é “ágil no atendimento de determinadas demandas do setor empresarial”, enquanto questões relacionadas à pauta sindical ainda emperram no Executivo e no Legislativo. Ele acrescenta que, desde o início de seu mandato, a CUT já apontava a neces-

sidade de reformas política, tributária e agrária. “A concentração de renda continua elevada e o país, muito desigual. Estamos diante de uma disputa de projetos, não pode haver retrocesso.”

Quanto à relação com outras centrais, Vagner admite divergências, principalmente relacionadas à concepção de estrutura sindical “arcaica, carcomida pelo tempo”, mas acrescenta que isso não impedirá a realização de manifestações conjuntas. “Nosso enfrentamento é com o patrão, com o capital, e com políticas de governo que não são interessantes para nós.” Para ele, a CUT também deve dar atenção à massa de brasileiros integrados à economia de mercado nos últimos anos e ao crescimento da chamada classe média. “Precisamos ter a capacidade de entender as necessidades dos trabalhadores para representá-los corretamente.”

Para os cutistas, o Estado deve ser fomentador da economia. “Inclusive regulando”, observa Vagner. “Ficou claro que

**2000**

Realizado na cidade paulista de Serra Negra, o 7º Concut elegeu o professor João Felício para presidente da entidade



**2003**

Luiz Marinho, metalúrgico, foi eleito presidente da central durante o 8º Concut



**2006**

O eletricitário Artur Henrique foi eleito presidente durante o 9º Concut. No congresso de 2009 ele foi reeleito



FOTOS AG. BRASIL E AG. CÂMARA

## TRABALHO

**T**odos os anos, o Ministério do Trabalho e Emprego registra perto de 30 mil convenções ou acordos coletivos. Poucos têm abrangência nacional. Entre os mais conhecidos, dois se concentram em uma empresa, com os 117 mil trabalhadores dos Correios e os 85 mil da Petrobras. A dos 500 mil bancários completou 20 anos em 2012 e é hoje a principal referência em termos de negociação coletiva nacional. E é uma antiga reivindicação dos metalúrgicos – categoria que reúne 2,5 milhões de trabalhadores –, em um contexto de deslocamento de empresas pelo país. Outros setores começam a discutir acordos nacionais, com temas específicos.

O setor automobilístico é um exemplo dessa transição. São Paulo chegou a ter mais de 70% da produção brasileira e hoje tem menos de 50%. Ainda assim, a concentração continua forte: segundo a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores, de 57 unidades industriais em todo o país, 30 estão na Região Sudeste e 21, na Sul. Apenas seis ficam nas demais regiões: três na Centro-Oeste, duas na Nordeste e uma na Norte.

Isso causa alvoroço quando uma empresa resolve se instalar em uma região fora do eixo Sudeste-Sul. A Fiat, por exemplo, decidiu abrir uma fábrica em Goiana, cidade de 75 mil habitantes na zona da mata de Pernambuco e onde o salário médio, segundo o IBGE, não passa de R\$ 800, menos de um terço da remuneração média do ramo metalúrgico (R\$ 2.500). A unidade deverá funcionar a partir de 2015 e abrir 4.500 vagas. Se o piso na unidade for próximo a R\$ 800, equivalerá a pouco mais de 11% do salário médio das montadoras do ABC – R\$ 7 mil, em valores deste ano, segundo a subseção do Dieese no sindicato da categoria.

### Alternativas

As diferenças salariais por região são um dos nós de qualquer tentativa de estabelecer um acordo nacional. Além disso, na mesma categoria as diversas funções têm remunerações distintas, conforme mostram dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do



Deslocamento de empresas pelo país reforça pauta sindical sobre acordos coletivos nacionais, ainda restritos a poucas categorias

Por Vitor Nuzzi

Trabalho e Emprego, de 2011. Segundo estudo elaborado pela subseção do Dieese na Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM-CUT), um alimentador de linha de produção, função que concentra mais de 210 mil trabalhadores na base cutista, tem ganho médio de R\$ 1.244, um soldador (102 mil) recebe R\$ 1.872 e um montador de veículos (48 mil), aproximadamente R\$ 2.600. Um montador pode ganhar em torno de R\$ 4 mil no ABC e R\$ 2.500 em Manaus – e com a jornada do primeiro sendo menor que a do segundo (40 e 44 horas, respectivamente).

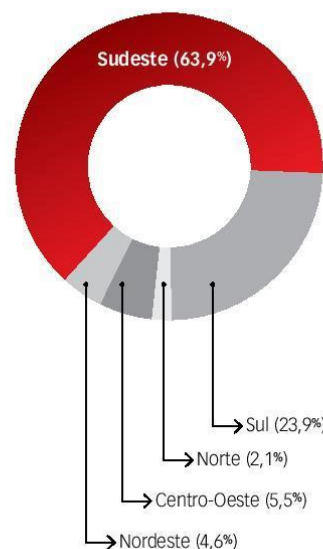
Uma alternativa em estudo é negociar, inicialmente, cláusulas sociais. O técni-





## Concentração

Distribuição dos metalúrgicos pelo país



Fonte: Rais 2011  
Elaboração: Subseção Dieese/CNM-CUT e FEM-CUT

**UNIFICAÇÃO**  
No interior de São Paulo, Joel procura estabelecer organização entre os colegas de outros estados

## Desigualdade

Salário médio das montadoras em 2012



Fonte: Subseção do Dieese no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC com base em dados estimados pelo Caged/julho de 2012

co do Dieese Rafael Serrao, da subseção na CNM-CUT, observa que muitos itens são já comuns nas convenções locais. Por exemplo, há cláusulas sobre horas extras em 98% das convenções, sobre duração e distribuição da jornada em 93%, sobre Cipa e pagamento de salários em 73% e sobre alimentação em 68%. Alguns itens são vistos como prioridade para iniciar uma negociação desse porte. Em 2012, quando organizou uma conferência sobre tema, a CNM, junto com o Dieese, estudou 41 convenções coletivas, que somavam mais de 2.600 cláusulas. Nasceu aí a proposta de uma pauta mínima de um possível contrato nacional, com cinco itens: creche, funcionamento das Comis-

## TRABALHO



CARLOS MACEDO/RBA

**ESTÍMULO** Marcelo ganha aproximadamente R\$ 9 por hora em Porto Alegre. Em São Paulo, a mesma atividade pagaria cerca de 40% a mais

sões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas), acesso da representação sindical aos locais de trabalho, restrições para demissões imotivadas e duração e distribuição da jornada.

“O primeiro ponto é tentar unificar a data-base”, acrescenta o presidente da CUT no Rio Grande do Sul, Claudir Nespolo. “É melhor negociar no segundo semestre, quando já está encaminhada a economia, para o bem ou para o mal. Se os trabalhadores não compreenderem a importância dessa mudança, não farão campanha. O comportamento das empresas é pela dispersão.”

### Produtividade

As datas-base dos metalúrgicos se espalham pelo país. Entre os gaúchos, por exemplo – 27 sindicatos cutistas, com 220 mil trabalhadores na base –, quase todas são em 1º de maio, com exceção de Caxias do Sul (1º de junho) e São Leopoldo (1º de julho). A dos sindicatos ligados à CUT em São Paulo, entre os quais o do ABC, é

1º de setembro. Já os metalúrgicos filiados à Força Sindical no estado têm data-base em 1º de novembro. Para Claudir, o contrato coletivo de trabalho é um dos poucos instrumentos de distribuição de renda. “A produtividade dobrou no Brasil nos últimos dez anos, e os acordos coletivos só repuseram 50%.” Segundo ele, o modelo de contratação dos bancários serve de “inspiração” à categoria.

A situação era parecida 20 anos atrás, recorda o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Carlos Cordeiro. “Eram 150 sindicatos, cada um com data-base diferente. Nessas negociações separadas, cada um tinha piso diferenciado numa mesma empresa. Um caixa de São Paulo ganhava mais que um caixa do mesmo banco, com o mesmo número de horas, em Pernambuco. Isso (*unificação de datas-base*) foi fundamental para a nossa estratégia.”

Na avaliação do presidente da federação dos metalúrgicos de Minas Gerais

(FEM-CUT), José Wagner Morais de Oliveira, o melhor seria começar a discussão pelos pontos que unificam os sindicatos. “Precisamos falar a mesma língua”, diz, lembrando que há diferenças dentro de um só segmento. A questão salarial segue sendo um problema. “Ninguém vende carro mais barato em Minas Gerais ou no Nordeste porque o trabalhador ganha menos.” O piso em Belo Horizonte e Contagem para empresas com mais de mil funcionários é de R\$ 1.065 – fica em torno de R\$ 1.600 nas montadoras do ABC.

O presidente da FEM-CUT paulista, Valmir Marques, o Biro Biro, reforça a preocupação. “Precisamos unificar a pauta a partir das semelhanças. O problema é unificar o período da data-base. Em São Paulo, conseguimos trazer todas as negociações para setembro. Mas não é a realidade do país. É preciso construir um ambiente de negociação.”

Forneiro em uma fábrica de fundição com 240 funcionários na zona norte de Porto Alegre, Marcelo Rodrigues credi-



ta que um contrato nacional seria favorável à categoria. Ele ganha aproximadamente R\$ 9 por hora – em São Paulo, por exemplo, a mesma atividade pagaria cerca de 40% a mais. Todos os dias, Marcelo pega o ônibus em Gravataí, na região metropolitana, e percorre 25 quilômetros para cumprir sua jornada na capital gaúcha, das 7h30 às 17h18. Com 27 anos, é metalúrgico há seis – antes, tinha uma loja de ar-condicionado em Porto Alegre.

Com 48 anos, Joel Américo de Oliveira, operador regulador de máquinas na Johnson Controls, está na fábrica de Sorocaba, interior paulista, desde 1991. Sai às 4h30 de casa para sua “maratona da madrugada”, como diz o trabalhador, nascido e criado em Santo André, na região do ABC. O salário inicial vai de R\$ 8,50 a R\$ 9 por hora. Pelo tempo de casa, ganha em torno de R\$ 12. “O pessoal quando vem aqui assusta”, conta, falando dos encontros com colegas de outras empresas. Seguindo ele, uma concorrente direta, que levou sua fábrica para o interior do Nordeste, paga pouco acima do salário mínimo.

### Organização

Joel conta que os metalúrgicos paulistas da empresa têm conversado com os gaúchos sobre modalidades de organização que contemplem toda a companhia no país, para troca permanente de informações. “Estamos montando uma rede.”

Presidente da CUT em Pernambuco, Carlos Veras avalia que a instalação de uma fábrica da Fiat em Goiana terá “uma desproporção muito grande entre o trabalhador que está em Betim e o daqui”. A média salarial na fábrica mineira é de R\$ 2.700. Para ele, um dos entraves na negociação está na diferença de porte entre as várias empresas. A terceirização é outro problema, e a região ainda precisa avançar em termos de distribuição de renda. “Ipojuca (*município onde se localiza o complexo industrial de Suape*) tem o segundo maior PIB do estado e renda *per capita* menor que um salário mínimo.”

Outra questão é que o debate envolve mais de uma central. Os metalúrgicos ligados à CUT somam aproximadamente 800 mil, espalhados em 80 entidades.

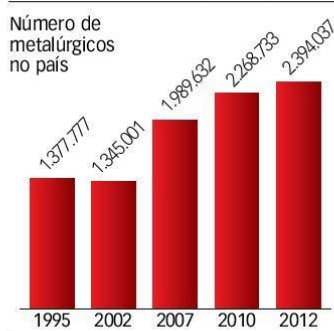


**EXCESSOS** Paulo Cayres: “Em um país que não tem sequer as 40 horas (*semanais*), eles colocam as 50 horas, com horas extras”

Já a confederação filiada à Força Sindical (CNTM) reúne, segundo informa, 1,2 milhão de trabalhadores e 150 sindicatos e federações. A CTB tem sindicatos importantes, como os de Betim, em Minas Gerais (base da Fiat), e de Camaçari, na Bahia (onde a Ford passou a ter, em 2001, sua primeira fábrica brasileira fora de São Paulo).

O contato com as outras centrais já começou a ser feito, segundo o presidente da CNM-CUT, Paulo Cayres, e deve se intensificar após as campanhas salariais do segundo semestre. “Este é o melhor momento. A CNM nasceu em meio a uma crise, com desemprego alto. De 2003 para cá, a indústria só tem crescido”, argumenta. “O problema é que a indústria migra,

## Mais emprego



Fonte: Rais e Caged/MTE  
Elaboração: Subseção Dieese/CNM-CUT e FEM-CUT

leva os produtos e os preços, mas os salários e as condições de trabalho não mudam”, observa.

Cayres destaca, entre outras, a questão do controle da jornada. “Em um país que não tem sequer as 40 horas (*semanais*), eles colocam as 50 horas, com horas extras.” E cita também o conceito de trabalho decente, “que não é só aquele que assina carteira, mas o que não permite assédio nem mutila.”

Ainda incipiente no Brasil, a negociação coletiva aos poucos vai sendo praticada no país, envolvendo inclusive categorias tradicionalmente menos organizadas. Há pouco mais de um ano, foi firmado um compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na construção civil – até junho, havia 20 comissões de trabalhadores instaladas em canteiros de obras.

Em abril deste ano, o Ministério do Trabalho e Emprego assinou uma norma regulamentadora (número 36) relativa ao ambiente de trabalho no setor de frigoríficos, resultado de uma discussão que envolveu governo, trabalhadores e empresários. A maioria dos itens da NR-36 tem prazo de seis meses para ser implementada.

Outra discussão de caráter nacional foi feita no setor da educação, culminando na Lei nº 11.738, de 2008, que instituiu o piso salarial para os profissionais do magistério. Era uma reivindicação discutida desde os tempos em que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) se chamava CPB (do final dos anos 1970 para o início dos 1980), como lembra o presidente da entidade, Roberto Franklin de Leão. Voltando ainda mais na história, um decreto imperial de 1827, apenas cinco anos depois da independência do Brasil, abordava o tema.

Mesmo com a lei conquistada em 2008, ainda hoje existem estados e municípios que não seguem a legislação. “Prefeitos e governadores estão criando artifícios para não cumprir o espírito da lei”, diz Leão, fazendo uma relação com os protestos que se espalharam pelo país em junho. “Uma das coisas que mais irritam o povo é essa capacidade de descumprir a lei e nada acontecer.”



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Patrícia Regina Schuster

**O FUNCIONAMENTO DA METÁFORA  
NO DISCURSO JORNALÍSTICO DE REVISTA:  
TEMAS SINDICAIS EM *VEJA* E *REVISTA DO BRASIL***

Santa Maria, RS  
2016.

PosCom, UFSM, RS. SCHUSTER, Patrícia Regina. 2016